

REOT DE TERRAS DE BOURO

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

FEVEREIRO DE 2019

Ficha Técnica do Documento

Título:	Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território
Descrição:	Relatório que visa traduzir o balanço da execução do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro, assim como os níveis de coordenação interna e externa alcançados, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.
Data de produção:	05 de setembro de 2018
Data da última atualização:	11 de fevereiro de 2019
Versão:	Versão 08
Desenvolvimento e produção:	Planum, Assessorias e Projetos Lda
Equipa:	Manuel Miranda Coordenador Célia Mendes Geógrafa Elisa Bairrinho Arquiteta Paisagista Sandra Borges Geógrafa
Código de documento:	007
Estado do documento	Versão para consulta pública.
Código do Projeto:	041031001
Nome do ficheiro digital:	REOT_Terras_Bouro_v8

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
PARTE I ESTADO DO TERRITÓRIO.....	16
1. Enquadramento Administrativo.....	18
1.1. Enquadramento Administrativo e Extensão Territorial	18
2. Dinâmicas Demográficas, Sociais e Económicas	22
2.1. Demografia	22
2.2. Níveis de Instrução	37
2.3. Trabalho e Rendimentos	42
2.4. Atividades Económicas	56
3. Dinâmicas Territoriais.....	77
3.1. Ocupação do Solo	77
3.2. Valores Territoriais	83
3.3. Recursos Geológicos e Energéticos	93
3.4. Agriculturas, Pecuária e Silvicultura	95
3.5. Edificado	97
3.6. Alojamentos	103
3.7. Licenciamentos Turísticos	108
3.8. Infraestruturas.....	110
3.9. Equipamentos Coletivos.....	115
3.10. Transportes e Comunicações.....	127
4. Gestão de Riscos e Incidências Ambientais.....	130
4.1. Incêndios Rurais/ Áreas Ardidas	130
4.2. Ocorrências de Cheias e Inundações	133
4.3. Ocorrências de Movimentos de Massa	134
4.4. Ocorrências de Incêndios Urbanos	136
4.5. Rutura de Barragens	136
4.6. Acidentes Rodoviários.....	138
4.7. Atividades perigosas ou insalubres.....	139
4.8. Intervenções sujeitas a Estudos de Impacte Ambiental/ Estudo de Incidência Ambiental .	142
PARTE II PLANEAMENTO TERRITORIAL	143
5. Instrumentos de Ordem Superior.....	144

5.1.	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)	144
5.2.	Plano de Gestão da Região Hidrográfica	147
5.3.	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	148
5.4.	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho (PROF-BM)	149
5.5.	Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC)	151
5.6.	Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG)	152
6.	Planos Territoriais	153
6.1.	Planos Municipais de Ordenamento do Território	153
6.2.	Áreas de Reabilitação Urbana	154
7.	Execução do PDM (em vigor)	162
7.1.	Avaliação do Programa de Execução e Plano de Financiamento	163
7.2.	Avaliação da Execução dos Espaços de Atividades Económicas	166
7.3.	Avaliação da Execução das UOPG	167
8.	Problemas, Prioridades de Investimento e Desafios (Análise SWOT)	170
9.	Recomendações	174
10.	Bibliografia	177

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de Desemprego por género, em 2011, na região Norte, sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro.....	46
Figura 2. População Ativa, por género, entre 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro	50
Figura 7. Estações de monitorização da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Cávado (esquerda) e do rio Lima (direita).....	84
Figura 8. Evolução da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Cávado entre 1995 e 2013	84
Figura 9. Evolução da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Lima, entre 1995 e 2013	85
Figura 10. Qualidade da água superficial na Estação de Foz do Rio Homem	85
Figura 11. Qualidade da água superficial na Estação da Albufeira de Vilarinho das Furnas	86
Figura 12. Qualidade da água superficial na Estação da Albufeira da Caniçada	86
Figura 13. Elementos expostos à indústria extrativa (Fábrica da Água do Fastio).....	141
Figura 14. Elementos expostos à indústria de pirotecnia de Balança	141
Figura 15. Elementos expostos à indústria de serralharia São João do Campo	141
Figura 16. Elementos expostos ao posto de abastecimento de Vilar da Veiga	141
Figura 17. Elementos expostos ao posto de abastecimento de Moimenta.....	141

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente nos concelhos da CIM Cávado, entre 1960 e 2017	22
Gráfico 2. Evolução da população residente no município de Terras de Bouro, entre 1991 e 2011, e variação relativa entre 1960-2011.....	23
Gráfico 3. Proporção da população residente, por freguesia, no concelho de Terras de Bouro, entre 1991 e 2011	24
Gráfico 4. Densidade populacional em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos concelhos, entre 2001 e 2016, e respetiva variação relativa	26
Gráfico 5. População residente (%) por grandes grupos etários, em 2017, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	28
Gráfico 6. Variação relativa (%) da população residente por grandes grupos etários entre 2001 e 2017, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	29
Gráfico 7. População residente (nº) por grupos quinquenais, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	30
Gráfico 8. Evolução do número de famílias e dimensão média de indivíduos por família, em 2001 e 2011, nos concelhos da CIM Cávado	32
Gráfico 9. Evolução do número de famílias e dimensão média de indivíduos por família, em 2001 e 2011, nas freguesias do município de Terras de Bouro	33
Gráfico 10. Taxa Bruta de Natalidade (‰) em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro entre 2001e 2017.....	35
Gráfico 11. Nados-vivos (Nº) e Taxa Bruta de Natalidade (‰), no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017	35
Gráfico 12. Taxa Bruta de Mortalidade (‰), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro, entre 2001 e 2017.....	36
Gráfico 13. Óbitos (nº) e Taxa Bruta de Mortalidade (‰), no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017 .	36

Gráfico 14. Taxa de Analfabetismo (%), entre 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios	37
Gráfico 15. Proporção de população residente por grau de escolaridade (%), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios, em 2011	41
Gráfico 16. Ganho médio mensal, entre 2011 e 2015, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro.....	43
Gráfico 17. Evolução do ganho médio mensal nos concelhos da CIM Cávado, entre 2011 e 2015 (índice de base 100 em 2011)	43
Gráfico 18. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, entre 2011 e 2017, no concelho de Terras de Bouro	44
Gráfico 19. Pensionistas da Segurança Social, entre 2011 e 2017, no município de Terras de Bouro.....	44
Gráfico 20. Valor médio anual das pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro.....	45
Gráfico 21. Taxa de desemprego, entre 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	46
Gráfico 22. Desempregados (%) de acordo com o grupo etário, em 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	47
Gráfico 23. Número de Desempregados (mês de janeiro), entre 2011 e 2018, no município de Terras de Bouro	48
Gráfico 24. Variação do número de desempregados, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011).....	48
Gráfico 25. Variação da população ativa, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001)	49
Gráfico 26. Evolução da taxa de atividade, entre 2001 e 2011	50
Gráfico 27. População empregada no setor terciário, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	52
Gráfico 28. População empregada por atividade económica, no setor secundário, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	53
Gráfico 29. Produtores agrícolas singulares, tendo em conta a classe etária, em 2009, no município de Terras de Bouro	54
Gráfico 30. População empregada por setor de atividade (%), em 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro	54
Gráfico 31. Variação do número de empresas, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011).....	57
Gráfico 32. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos por atividade económica no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2016	60
Gráfico 33. Variação da proporção do volume de negócios, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011)...	64
Gráfico 34. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios.....	64
Gráfico 35. Variação relativa das explorações agrícolas (%) entre 1989 e 2009, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	65
Gráfico 36. Formas de Exploração Agrícola (%), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios em 2009	67
Gráfico 37. Forma de Exploração Agrícola (%), entre 1989 e 2009, no município de Terras de Bouro	67
Gráfico 38. Variação relativa entre 1989 e 2009 da superfície agrícola utilizada e das explorações agrícolas, em Portugal, na região Norte e na Sub-região Cávado e respetivos municípios	68
Gráfico 39. Composição da superfície agrícola utilizada, em 2009, no município de Terras de Bouro	70

Gráfico 40. Variação relativa da Superfície Agrícola Utilizada em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios, entre 1989 e 2009.....	72
Gráfico 41. Usos de solo (%) no município de Terras de Bouro.....	78
Gráfico 42. Áreas Agrícolas e Agroflorestais, tendo em conta o nível 2 da cos2015, no município de Terras de Bouro.....	80
Gráfico 43. Áreas agrícolas e agroflorestais, tendo em conta o nível 3 da COS 1995 (esquerda) e 2015 (direita), no município de Terras de Bouro	80
Gráfico 44. Áreas de Florestas e Meios Naturais e Seminaturais tendo em conta o nível 2 da cos2015, no município de Terras de Bouro	82
Gráfico 45. Áreas de florestas e meios naturais e seminaturais tendo em conta o nível 3 da COS 1995 e 2015, no município de Terras de Bouro	82
Gráfico 46. Evolução do edificado entre 2001 e 2011, nos municípios da sub-região Cávado	98
Gráfico 47. Proporção dos edifícios por época de construção, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios.....	99
Gráfico 48. Licenças de construção emitidas entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018.....	101
Gráfico 49. Tipo da obra dos licenciamentos entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018	102
Gráfico 50: Licenciamentos por qualificação do solo entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018	103
Gráfico 51. Evolução dos alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2017, nos municípios da sub-região Cávado	104
Gráfico 52. Densidade habitacional, em 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios	105
Gráfico 53. Densidade habitacional, em 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro	106
Gráfico 54. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011, nos municípios da sub-região Cávado.....	106
Gráfico 55. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro	107
Gráfico 56: Evolução dos registos de empreendimentos turísticos no concelho de Terras de Bouro	108
Gráfico 57: Evolução dos registos de alojamentos locais no concelho de Terras de Bouro.....	108
Gráfico 58: Localização dos alojamentos turísticos registados entre 2015 e 2018	109
Gráfico 59. Proporção de população servida por abastecimento de água, entre 2006 e 2009, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios	111
Gráfico 60. Consumo de água por habitante (m ³ por habitante), na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios	112
Gráfico 61. Proporção de água segura, entre 2014 e 2016, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro	112
Gráfico 62. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ habitante), entre 2011 e 2016, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro.....	114
Gráfico 63. Proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma indiferenciada e seletiva, em 2011 e 2016, no município de Terras de Bouro	115
Gráfico 64. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes, em 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro	116
Gráfico 65. Médicos e Enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017, no município de Terras de Bouro	117
Gráfico 66. Evolução dos estabelecimentos de ensino e respetiva natureza institucional, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro	119

Gráfico 67. Evolução dos estabelecimentos de ensino de Jardim de Infância e Escolas Básicas, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro	120
Gráfico 68. Alunos inscritos, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro	121
Gráfico 69. Escolarização, transição/ conclusão e retenção/ desistência, no ano letivo 2016/17, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios	122
Gráfico 70. Áreas Ardidas e Número de Ocorrências entre 2009 e 2015, no município de Terras de Bouro	133

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Enquadramento geográfico do município de Terras de Bouro	18
Mapa 2. Enquadramento geográfico do município de Terras de Bouro na CIM Cávado.....	19
Mapa 3. Enquadramento administrativo do município de Terras de Bouro	20
Mapa 4. População residente (nº) em 2011 e respetiva variação relativa (2001-2011), no município de Terras de Bouro.....	25
Mapa 5. Densidade populacional (habitantes/km ²) em 2011, e respetiva variação relativa (2001-2011), no município de Terras de Bouro	27
Mapa 6. Proporção de população residente (%) por grandes grupos etários, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	31
Mapa 7. Famílias (2011) e respetiva variação relativa (2001 - 2011), no município de Terras de Bouro.....	34
Mapa 8. Taxa de analfabetismo, em 2001 e 2011 e respetiva variação (2001 – 2011), no município de Terras de Bouro.....	38
Mapa 9. População residente por grau de escolaridade, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	42
Mapa 10. População Empregada (%) por setor de atividade económica, em 2011, no município de Terras de Bouro.....	55
Mapa 11. Explorações Agrícolas (Nº) em 2009 e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro .	66
Mapa 12. Superfície Agrícola Utilizada (ha) em 2009 e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro.....	69
Mapa 13. Distribuição dos empreendimentos turísticos e do número de camas, no município de Terras de Bouro	74
Mapa 14. Distribuição dos estabelecimentos turísticos, no município de Terras de Bouro	76
Mapa 15. Uso e ocupação do solo (cos2015), no município de Terras de Bouro	78
Mapa 16. Áreas agrícolas e agroflorestais (cos2015), no município de Terras de Bouro	79
Mapa 17. Florestas e meios naturais e seminaturais (cos2015), no município de Terras de Bouro.....	81
Mapa 18. Rede Hidrográfica do município de Terras de Bouro.....	83
Mapa 19. Reserva Ecológica Nacional.....	87
Mapa 20. Rede Natura 2000, no município de Terras de Bouro	89
Mapa 21. Áreas protegidas, no município de Terras de Bouro	90
Mapa 22. Património Classificado e "em vias de Classificação", no município de Terras de Bouro	92
Mapa 23. Captação de Águas Minerais e Áreas de Proteção, no município de Terras de Bouro	93
Mapa 24. Recursos geológicos no município de Terras de Bouro	94

Mapa 25. Reserva Agrícola Nacional do município de Terras de Bouro	95
Mapa 26. Regime Florestal, no município de Terras de Bouro	97
Mapa 27. Edifícios (2011) e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro	99
Mapa 28. Proporção dos edifícios por época de construção, por freguesia, no município de Terras de Bouro ..	100
Mapa 29. Localização espacial dos licenciamentos por ano de entrada	101
Mapa 30. Licenciamentos por tipo de obra entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018	102
Mapa 31. Alojamentos (2011) e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro	105
Mapa 32. Infraestruturas de abastecimento de água no município de Terras de Bouro, em 2018	110
Mapa 33. Infraestruturas de saneamento de águas residuais, no município de Terras de Bouro, em 2018	113
Mapa 34. Equipamentos de saúde no município de Terras de Bouro	116
Mapa 35. Equipamentos de educação no município de Terras de Bouro	118
Mapa 36. Equipamentos de apoio social no município de Terras de Bouro	123
Mapa 37. Equipamentos religiosos no município de Terras de Bouro.....	125
Mapa 38. Equipamentos de prevenção e segurança pública no município de Terras de Bouro	126
Mapa 39. Rede rodoviária no município de Terras de Bouro	128
Mapa 40. Mapa de perigosidade de incêndio rural no concelho de Terras de Bouro	131
Mapa 41. Áreas Ardidadas entre 2009 e 2017, no município de Terras de Bouro	132
Mapa 42. Suscetibilidade a cheias e inundações do concelho de Terras de Bouro.....	134
Mapa 43. Suscetibilidade a movimentos de massa do concelho de Terras de Bouro.....	135
Mapa 44. Suscetibilidade a incêndios urbanos do concelho de Terras de Bouro	136
Mapa 45. Suscetibilidade a cheias em resultado da rutura de barragens do concelho de Terras de Bouro	138
Mapa 46. Suscetibilidade a acidentes industriais do concelho de Terras de Bouro	140
Mapa 47. Carta dos Valores Naturais à escala 1: 25 000	146
Mapa 48. Rede rodoviária sob gestão das Infraestruturas de Portugal, incluídas no PRN2000	148
Mapa 49. Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor no município de Terras de Bouro	153
Mapa 50. Localização das áreas de reabilitação urbana aprovadas no município de Terras de Bouro	155
Mapa 51. Delimitação da ARU de Moimenta.....	156
Mapa 52. Delimitação da ARU do Centro Urbano de Rio Caldo	157
Mapa 53. Delimitação da ARU da Vila do Gerês.....	158
Mapa 54. Delimitação da ARU do Bairro da EDP.....	159
Mapa 55. Espaços de atividades económicas presentes no concelho de Terras de Bouro	167
Mapa 56. Localização das UOPG no município de Terras de Bouro	168

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Freguesias do município de Terras de Bouro (Área em km ² e percentagem em relação à área total do concelho).....	20
Quadro 2. População residente por grupo etário, em 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro	28
Quadro 3. Variação da população residente por grandes grupos etários no concelho de Terras de Bouro, entre 2001 e 2011 e 2001 e 2017.....	31
Quadro 4. Quadro resumo da evolução das famílias no concelho de Terras de Bouro, em 2001 e 2011.....	32

Quadro 5. Proporção de população residente por grau de escolaridade, em 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro.....	40
Quadro 6. População Empregada e respetiva variação relativa, em 2001 e 2011, no concelho de Terras de Bouro	51
Quadro 7. Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2016	56
Quadro 8. Empresas (Nº e %) por Atividade Económica (CAE Rev. 3), entre 2015 e 2016, no município de Terras de Bouro	58
Quadro 9. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos, entre 2011 e 2016	61
Quadro 10. Escalão de empresas por pessoal ao serviço, entre 2011 e 2016	62
Quadro 11. Evolução do volume de negócios (Euros), entre 2011 e 2016	63
Quadro 12. Composição da Superfície Agrícola Utilizada (%), entre 1989, 1999 e 2009	71
Quadro 13. Evolução dos empreendimentos turísticos, entre 2011 e 2017	73
Quadro 14. Projetos de empreendimentos turísticos, de acordo com a tipologia, categoria e localização (2018), no município de Terras de Bouro	75
Quadro 5. Património classificado e em vias de classificação do concelho de Terras de Bouro.....	91
Quadro 6. Serviço de Transporte Coletivo existente no município de Terras de Bouro	128
Quadro 7. Dados da sinistralidade rodoviária no concelho de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017	139
Quadro 8. Habitats prioritários identificados no SIC PTCON0001 Peneda-Gerês	144
Quadro 9. Quadro de compromissos PARU do município de Terras de Bouro.....	160
Quadro 10. Eixos de intervenção e objetivos específicos do PDM de Terras de Bouro.....	162
Quadro 11. Avaliação da execução das ações previstas no programa de execução da revisão do PDM de Terras de Bouro.....	164

INTRODUÇÃO

De forma a responder às disposições legais previstas na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) (Lei nº 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual) e ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio), o município de Terras de Bouro procede à redação do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT). Os documentos legais supracitados demonstram a relevância de se monitorizar os instrumentos de gestão territorial e de se avaliar a sua execução/ concretização, de forma a compreender o grau de cumprimento dos mesmos e de modo a analisar-se a execução dos objetivos delineados no PDM de Terras de Bouro, tendo o intuito de realizar "o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão" (nº 4, artigo 189.º, Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Deste modo, pretende-se apreender se existe necessidade de ajustar e de adaptar o PDM de Terras de Bouro, através da avaliação da execução dos objetivos e das ações subjacentes ao mesmo.

É da competência da Câmara Municipal de Terras de Bouro a elaboração do REOT (nº 3 do artigo 189º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio), de quatro em quatro anos, submetendo a discussão pública num período que seja igual ou superior a 30 dias, e, posteriormente, a apreciação da Assembleia Municipal, divulgado o documento final no sítio da internet da Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Em termos metodológicos, com o desígnio de avaliar o estado do ordenamento do território do concelho de Terras de Bouro e tendo presentes os objetivos traçados em âmbito do PDM procedeu-se à análise de um conjunto de elementos e indicadores considerados essenciais, designadamente:

Domínio	Área Temática	Indicador
Dinâmicas Demográficas, Sociais e Económicas	Demografia	População Residente Densidade Populacional Estrutura Etária da População Famílias Taxa de Natalidade e Mortalidade
	Níveis de Instrução	Taxa de Analfabetismo Grau de Escolaridade
	Trabalho e Rendimentos	Rendimentos do Trabalho Taxa de Desemprego Número de Desempregados (valores mensais) População Ativa População Empregada por Setor de Atividade Estrutura do Emprego

Domínio	Área Temática	Indicador
	Atividades Económicas	Número de Empresas Dimensão das Empresas Volume de Negócios Dimensão das Explorações Agrícolas SAU
Dinâmicas Territoriais	Ocupação do Solo	Ocupação do Solo Características da Ocupação Agrícola Características da Ocupação Florestal
	Valores Territoriais	Sistema Hídrico REN Rede Natura 2000 Áreas Protegidas Património Edificado e Arqueológico Zonas de Interesse Paisagístico
	Exploração dos Recursos Geológicos e Energéticos	Áreas de Concessão de Águas Minerais Áreas de Concessões Mineiras
	Agricultura, Pecuária e Silvicultura	RAN Regime Florestal
	Edificado	Edificação Licenciamentos e Obras de Reabilitação
	Alojamentos	Alojamentos
	Licenciamentos Turísticos	Licenciamentos Turísticos
	Infraestruturas	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
	Equipamentos Coletivos	Equipamentos de Saúde Equipamentos de Educação Equipamentos de Apoio Social Equipamentos Culturais e Turísticos Equipamentos Desportivos e de Lazer Equipamentos Religiosos Equipamentos de Administração Pública Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública

Domínio	Área Temática	Indicador
	Transportes e Comunicações	Rede Rodoviária Transportes Públicos Telecomunicações
	Gestão de Riscos e Incidências Ambientais	Fogos Florestais/ Áreas Ardidas Ocorrência de Cheias e Inundações Ocorrência de Movimentos de Massa Ocorrência de Incêndios Urbanos Rutura de Barragens Acidentes Rodoviários Acidentes Industriais Intervenções sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental/ Estudo de Incidência Ambiental

No que concerne ao período temporal em que os indicadores analisados irão incidir, realça-se o período compreendido entre 2001 e 2011 (relativo aos dois últimos Censos) e entre 1999 e 2009 (relativo aos dois últimos Recenseamentos Agrícolas), embora, em alguns casos, se recue a décadas antecedentes com o intuito de compreender a evolução dos mesmos num período temporal mais alargado, para além de que, sempre que possível, são apresentados dados mais recentes que se encontram disponíveis de forma a compreender-se as dinâmicas atuais. Para além disso, deve destacar-se o período após 2015, correspondendo ao período de vigência do PDM de Terras de Bouro, com o intuito de apreender as alterações e evoluções ocorridas neste período.

Face ao disposto, para além de se analisar os vários indicadores relativamente ao concelho e, sempre que possível, por freguesia, será também apresentada uma comparação, sempre que se apresente conveniente, do concelho de Terras de Bouro com outras escalas, nomeadamente com Portugal, com a região Norte e com a sub-região Cávado e respetivos municípios.

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

PARTE I

ESTADO DO TERRITÓRIO

1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

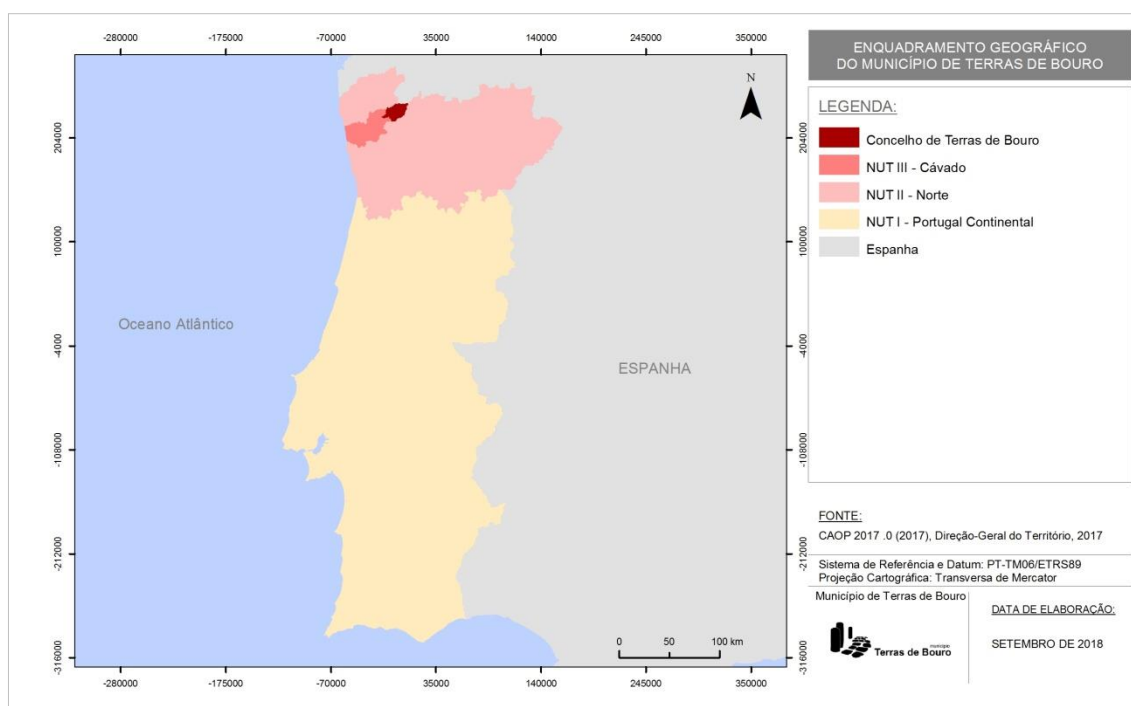
O presente capítulo tem como objetivo apresentar o enquadramento administrativo e geográfico do concelho de Terras de Bouro, tendo em consideração a escala nacional e regional, bem como compreender a sua localização face aos principais centros regionais.

1.1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E EXTENSÃO TERRITORIAL

Encontrando-se localizado em Portugal Continental, o concelho de Terras de Bouro insere-se na NUT II - Norte e na NUT III - Cávado (a par com mais cinco municípios, designadamente Amares, Braga, Barcelos, Esposende e Vila Verde, que em conjunto compõem a Comunidade Intermunicipal - CIM Cávado). Integra administrativamente o distrito de Braga a par com mais 13 municípios (os municípios que integram a CIM Cávado e ainda Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela).

Encontra-se confrontado com municípios do distrito de Braga, Viana do Castelo e Vila Real, e ainda por Espanha (Mapa 1).

Mapa 1. Enquadramento geográfico do município de Terras de Bouro

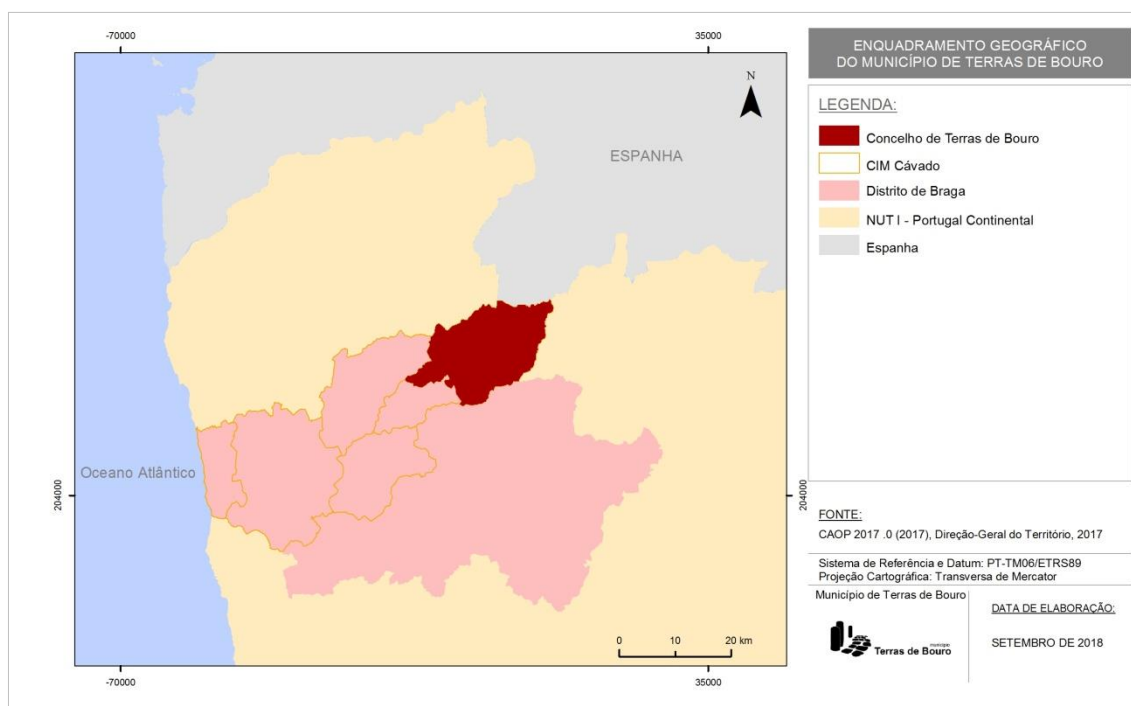


Elaborado pela Planum, 2018.

A relação do concelho de Terras de Bouro com outros centros urbanos como Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Porto e até Vigo/ Galiza apresenta-se crucial, sendo favorecido por vias como a EN205-3 e a EN205 que permitem a ligação a diversas autoestradas, como é exemplo a A3 (Braga), permitindo encurtar a distância-tempo de deslocação, possibilitando que em aproximadamente 40 minutos se consiga chegar a Braga; em 1 hora e 10 minutos a Viana do Castelo; em 1 hora e 15 minutos ao Porto e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro; em 1 hora e 30 minutos a Vigo/ Galiza; e em 1 hora e 40 minutos se consiga chegar a Vila Real. Deste modo, a facilidade de deslocação que serve o concelho de Terras de Bouro permite que a população facilmente aceda a cinco importantes centros urbanos e que as relações entre os concelhos coexistam naturalmente, respondendo assim à necessidade de fáceis deslocações para o alcance e cumprimento de diversos eixos estratégicos adjacentes ao PDM de Terras de Bouro.

Tal como se pode constatar no Mapa 2 e no Mapa 3, o território concelhio, além de confrontar a norte com Espanha, encontra-se limitado por cinco concelhos portugueses, nomeadamente: Vila Verde a oeste, Amares a sul e Vieira do Minho a sudeste (todos do distrito de Braga), Ponte da Barca a noroeste (distrito de Viana do Castelo) e Montalegre a este (distrito de Vila Real).

Mapa 2. Enquadramento geográfico do município de Terras de Bouro na CIM Cávado

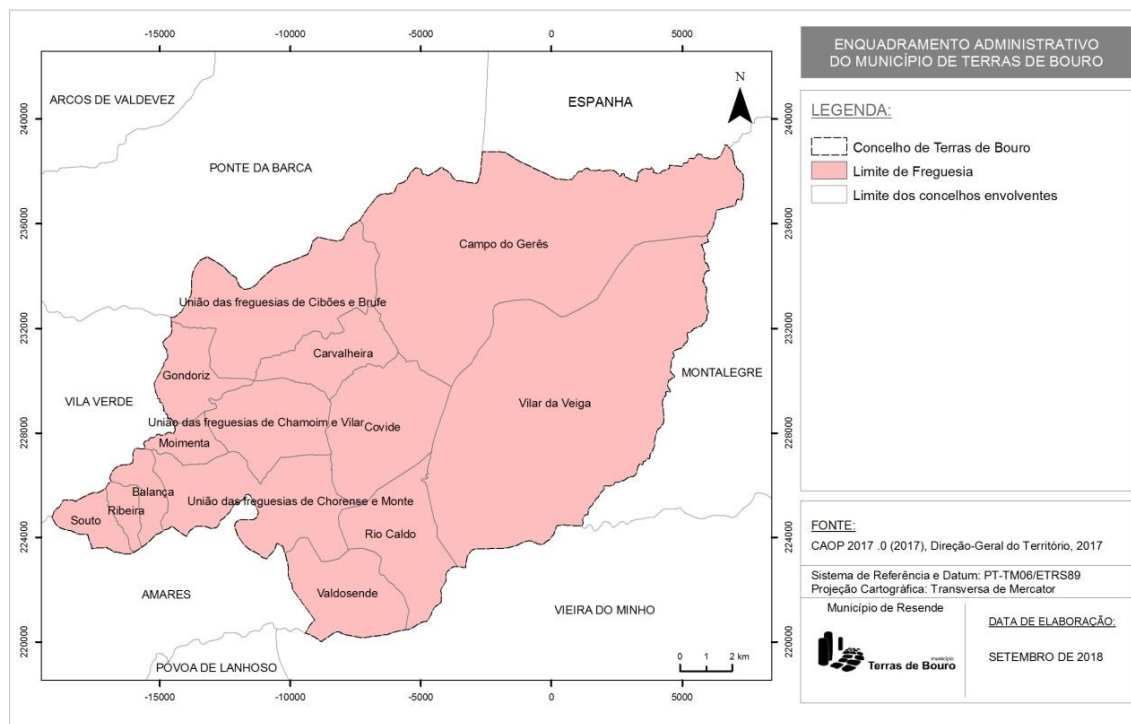


Elaborado pela Planum, 2018.

Localizado, em grande parte da sua área (55,7% da área concelhia), no Parque Nacional da Peneda-Gerês e ao longo dos rios Homem e Cávado onde se localizam as barragens de Vilarinho das Furnas e da Caniçada, respetivamente, o concelho apresenta uma extensão de 277 km² (1,30% da região Norte, 22,72% da sub-região Cávado e 10,25% do distrito de Braga), sendo constituído, após a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro) por 14 freguesias (Quadro 1 e Mapa 3): Balança; Covide; Campo do Gerês; Carvalheira; Gondoriz; Moimenta; Rio Caldo; Ribeira; Souto; Valdosedo; Vilar da Veiga; União das

freguesias de Chamoim e Vilar; União das freguesias de Chorense e Monte; e União das freguesias de Cibões e Brufe.

Mapa 3. Enquadramento administrativo do município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Quadro 1. Freguesias do município de Terras de Bouro (Área em km² e percentagem em relação à área total do concelho)

Freguesia	Área (km ²)	Área (%)
Balança	3,76	1,36
Covide	18,09	6,52
Campo do Gerês	68,76	24,78
Carvalheira	9,05	3,26
Gondoriz	7,40	2,67
Moimenta	3,35	1,21
Rio Caldo	13,95	5,03
Ribeira	2,25	0,81

Freguesia	Área (km²)	Área (%)
Souto	4,03	1,45
Valdosende	12,12	4,37
Vilar da Veiga	77,83	28,05
União das freguesias de Chamoim e Vilar	12,57	4,53
União das freguesias de Chorense e Monte	20,26	7,30
União das freguesias de Cibões e Brufe	24,03	8,66
Concelho de Terras de Bouro	277,46	100,00

Fonte: CAOP 2017, Direção-Geral do Território, 2018.

Como se evidencia no Quadro 1, as freguesias que ocupam maior área no concelho de Terras de Bouro (superior a 60 km²) são a freguesia de Vilar da Veiga (77,83 km²) e a freguesia de Campo do Gerês (68,76 km²) ambas localizadas em área serrana, por sua vez, as freguesias que apresentam as menores áreas (inferiores a 5 km²) são a freguesia de Ribeira (2,25 km²), Moimenta (3,35 km²), Balança (3,76 km²) e a freguesia de Souto (4,03 km²), constituindo as freguesias que se localizam a menores altitudes a oeste do concelho.

2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIAIS E ECONÓMICAS

O presente capítulo pretende apresentar uma análise à evolução das dinâmicas demográficas, sociais e económicas registadas no concelho de Terras de Bouro ao longo das últimas décadas, comparando, sempre que se apresente possível e relevante, com outras escalas (Portugal, região Norte e sub-região Cávado) de modo a compreender-se a sua dinâmica e enquadramento.

2.1. DEMOGRAFIA

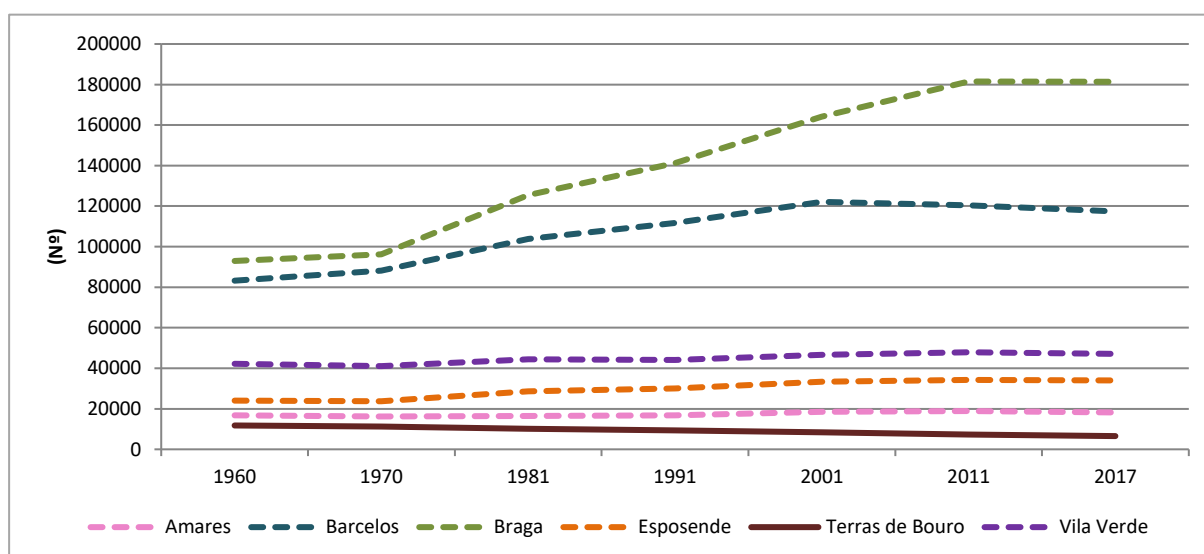
Serão analisados cinco indicadores com o intuito de compreender a evolução demográfica que se registou no concelho de Terras de Bouro ao longo das últimas décadas, nomeadamente a população residente, a densidade populacional, a estrutura etária da população, as famílias clássicas e a taxa de natalidade e mortalidade registada no concelho.

2.1.1. População Residente

A população residente na sub-região Cávado apresentou um crescimento entre 1960 e 2017 de 49,20%, seguindo a mesma tendência da região Norte e de Portugal. Porém, nem todos os concelhos que compõem a sub-região Cávado registaram aumentos da população residente, apresentando-se como única exceção o concelho de Terras de Bouro que apresentou um decréscimo de 44,53% (em 1960 registava 11.762 indivíduos residentes e em 2017 decresceu para 6.524 indivíduos).

Tal como se pode constatar no Gráfico 1, o concelho de Terras de Bouro apresentou-se ao longo do período analisado como o concelho com menor população residente (em 2017 registava 1,6% da população residente na sub-região).

Gráfico 1. Evolução da população residente nos concelhos da CIM Cávado, entre 1960 e 2017



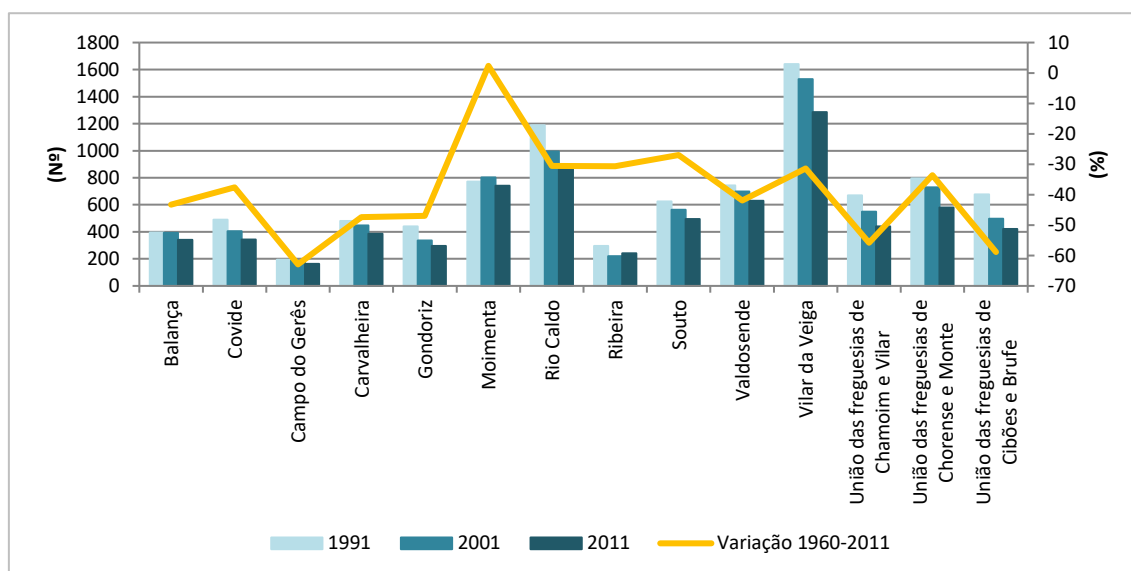
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Entre 1991 e 2011, verifica-se que a população residente apresentou um decréscimo em todas as freguesias (Gráfico 2), salientando-se a União das freguesias de Cibões e Brufe (-37,91%), a União das freguesias de Chamoim e Vilar (-34,33%) e a freguesia de Gondoriz (-33,11%) com maior decréscimo populacional.

Na análise do Gráfico 2 destaca-se que entre 2001 e 2011 houve uma freguesia que conseguiu inverter a tendência de decréscimo, nomeadamente a freguesia de Ribeira que registou um aumento de população residente de 10,5%.

Face ao disposto, verifica-se que, de um modo geral, a população do concelho de Terras de Bouro tem vindo a decrescer ao longo dos anos (salienta-se que entre 1960 e 2011, apenas a freguesia de Moimenta registou uma variação relativa positiva de 2,35%), contrariando a tendência que se verifica a outras escalas, nomeadamente na sub-região Cávado, na região Norte e em Portugal.

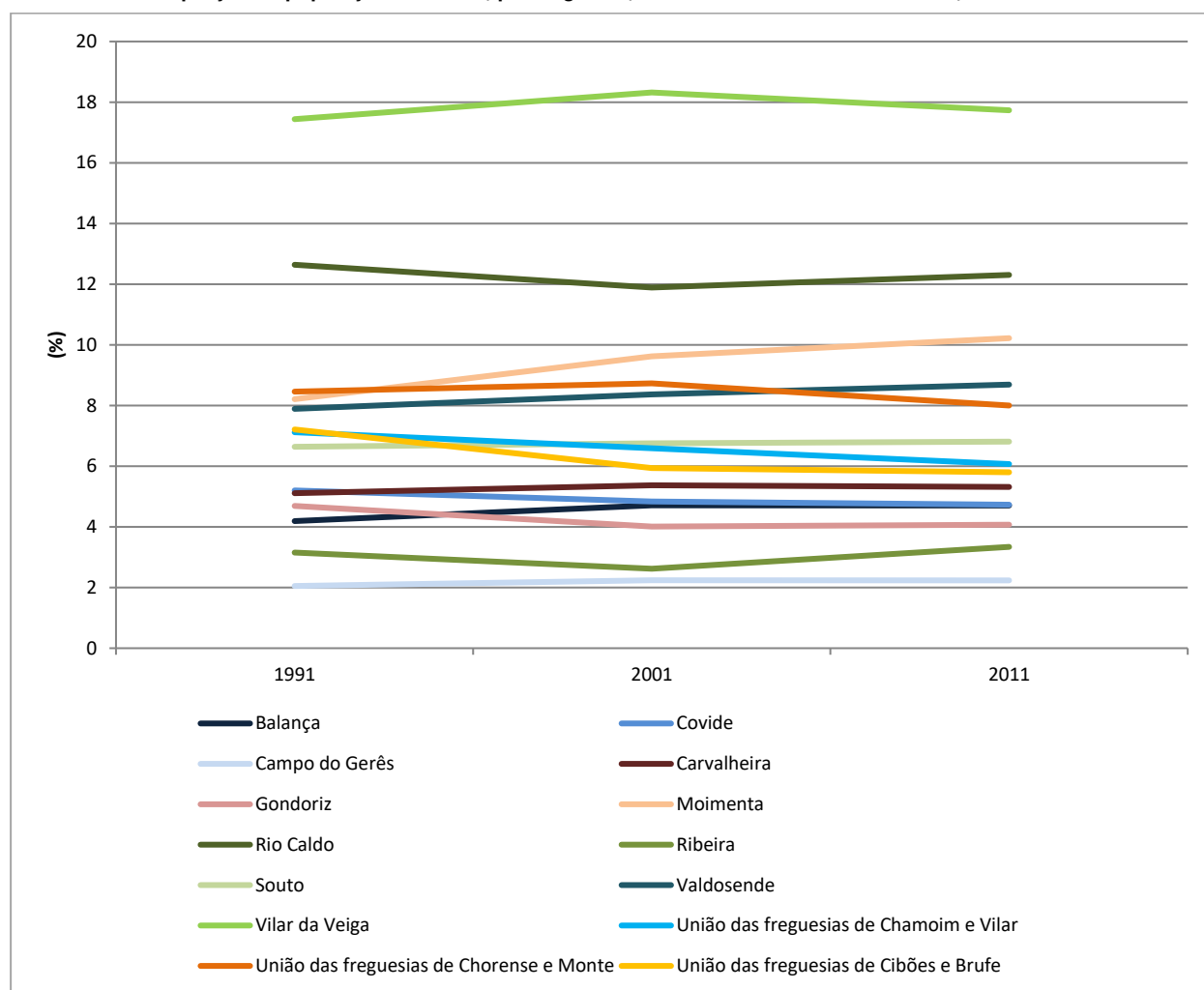
Gráfico 2. Evolução da população residente no município de Terras de Bouro, entre 1991 e 2011, e variação relativa entre 1960-2011



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No gráfico que se segue pode-se aferir que a freguesia de Vilar da Veiga corresponde à freguesia com maior representatividade de população residente no concelho de Terras de Bouro (em 2011 detinha 17,73% da população residente).

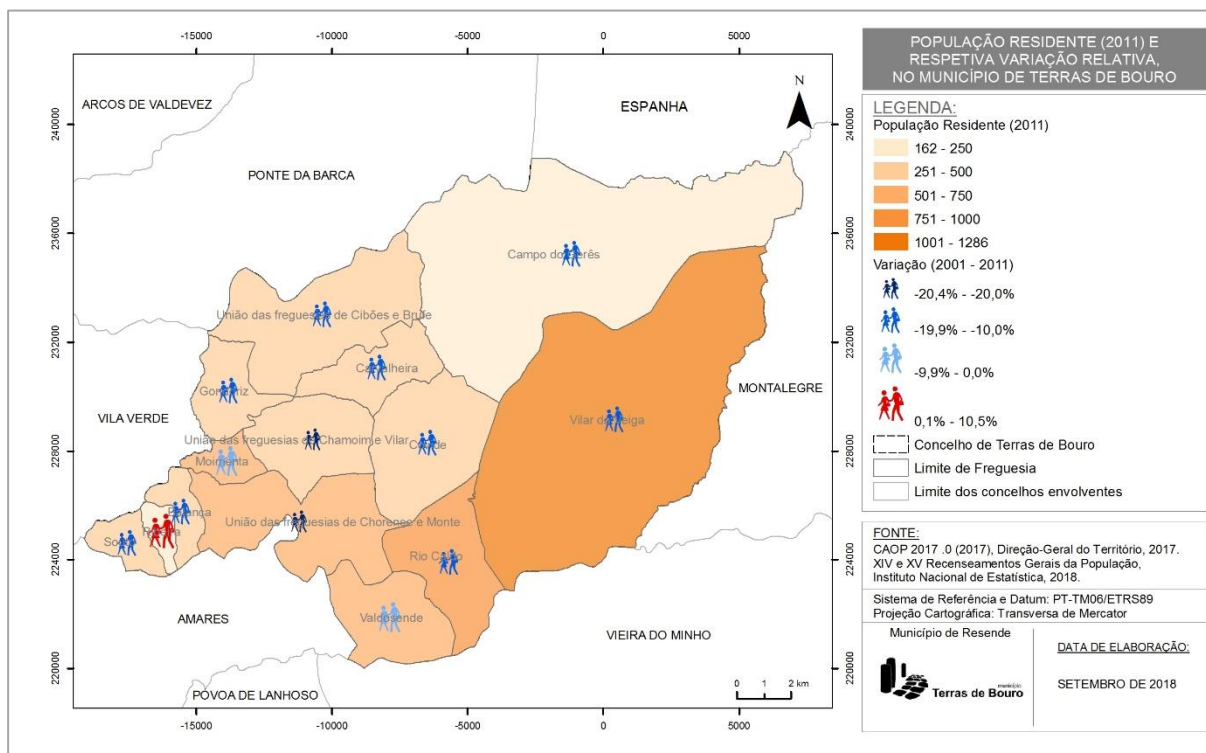
Gráfico 3. Proporção da população residente, por freguesia, no concelho de Terras de Bouro, entre 1991 e 2011



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 4 pode observar-se a população residente no ano 2011, por freguesia, verificando-se que é a freguesia de Vilar da Veiga que se salienta (1.286 indivíduos), seguindo-se a freguesia de Rio Caldo (892 indivíduos) e a freguesia de Moimenta (741 indivíduos).

Mapa 4. População residente (nº) em 2011 e respetiva variação relativa (2001-2011), no município de Terras de Bouro



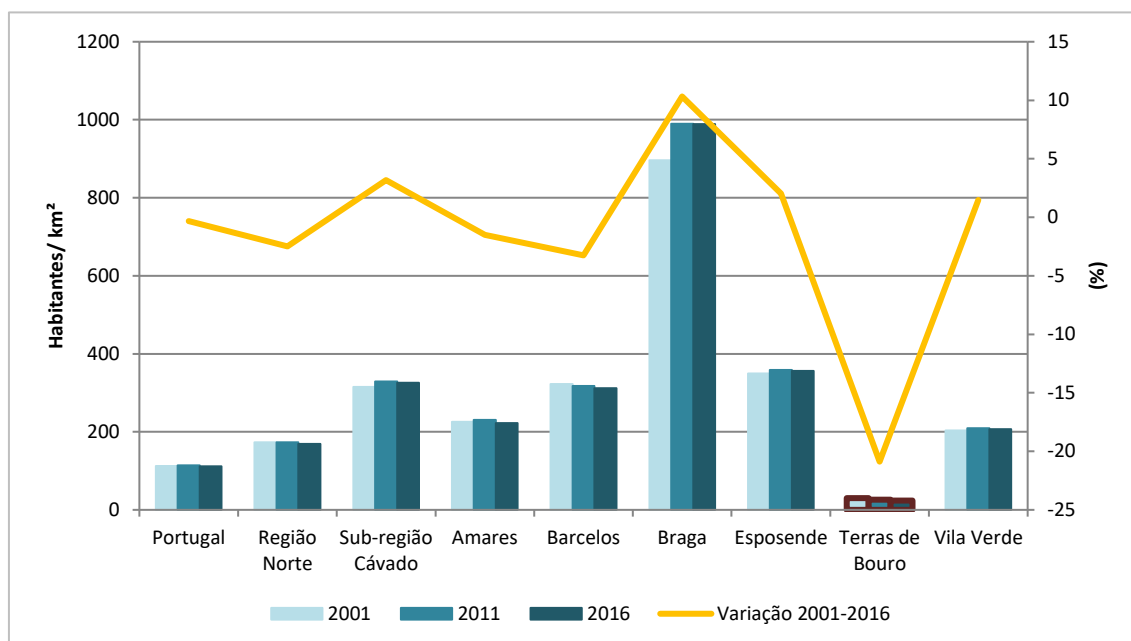
Elaborado pela Planum, 2018.

Entre 2001 e 2011 verifica-se que apenas a freguesia de Ribeira registou uma variação da população residente positiva de 10,5%. Por outro lado, a União das freguesias de Chorense e Monte constitui a freguesia cuja variação relativa foi mais significativa, -20,44%, seguindo-se a União das freguesias de Chamoim e Vilar, com um decréscimo de -20,00%.

2.1.2. Densidade Populacional

Entre 2001 e 2016 a densidade populacional do concelho de Terras de Bouro apresentou-se significativamente inferior à verificada em Portugal (112,4 habitantes/km² em 2001 e 112,0 habitantes/km² em 2016), na região Norte (173,2 habitantes/km² em 2001 e 168,9 habitantes/km² em 2016) e na sub-região Cávado (315,5 habitantes/km² em 2001 e 325,6 habitantes/km² em 2016) e respetivos concelhos (Gráfico 4), uma vez que no ano 2001 a densidade populacional do concelho de Terras de Bouro era de 30,1 habitantes/km² e em 2016 era apenas de 23,8 habitantes/km².

Gráfico 4. Densidade populacional em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos concelhos, entre 2001 e 2016, e respetiva variação relativa



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Ao longo das freguesias do concelho de Terras de Bouro, verifica-se que 50% destas apresenta, em 2011, uma densidade populacional inferior a 40,0 habitantes/km², salientando-se aqui as freguesias localizadas em áreas mais serranas. É a freguesia de Moimenta, sede de concelho, a que regista uma densidade populacional mais significativa em 2011 (221,2 habitantes/km²), seguindo-se a freguesia de Souto (122,6 habitantes/km²). Por sua vez, a freguesia de Campo de Gerês constitui a freguesia que apresenta menos habitantes por km², dado que em 2011 regista uma densidade de apenas 2,4 habitantes/km².

DENSIDADE POPULACIONAL (2011) E RESPECTIVA VARIACÃO RELATIVA, NO MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

LEGENDA:

- Densidade Populacional (2011)
 - 2,36 - 40,00
 - 40,01 - 80,00
 - 80,01 - 120,00
 - 120,01 - 160,00
 - 160,01 - 221,19
- Variacão (2001-2011)
 - 20,44% - -15,00%
 - 14,99% - -10,00%
 - 9,99% - -5,00%
 - 4,99% - 0,00%
 - 0,01% - 10,50%
- Concelho de Terras de Bouro
- Límite de Freguesia
- Límite dos concelhos envolventes

FONTE:
CAOP 2017_0 (2017), Direção-Geral do Território, 2017.
XIV e XV Recenseamentos Gerais da População,
Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Resende

DATA DE ELABORAÇÃO:
SETEMBRO DE 2018

O concelho de Terras de Bouro evidencia-se no contexto da CIM, como o único município onde não existe nenhuma freguesia com mais de 250 hab/km². Assim, por ser uma área de baixa densidade, Terras de Bouro apresenta “(...) maiores fenómenos de população a residir isolada ou em núcleos de dimensão muito pequena, fenómeno que merece uma atenção especial se tivermos em consideração que estas são as áreas onde a estrutura etária da população é mais envelhecida” (EIDT da CIM – Cávado, 2014-2020:35).

No concelho de Terras de Bouro, em 2017, tal como se pode observar no Quadro 2, o grupo etário dos 25 aos 64 anos é o que se destaca com 3.364 indivíduos, verificando-se que a população em idade ativa é a que se apresenta mais representativa constituindo mais de 50%, porém, o grupo etário que se segue em relevância é a população com 65 ou anos, uma vez que em 2017 se registavam 1.729 indivíduos (26% da população residente no concelho).

Desta forma, constata-se que a população residente no concelho de Terras de Bouro é predominantemente população adulta e idosa, enquanto a população jovem apresenta pouca representatividade no concelho. Esta tendência de envelhecimento populacional verifica-se também nas restantes unidades territoriais, onde a população jovem tem vindo a perder representatividade enquanto a população idosa tem vindo a aumentar.

Em comparação com os restantes concelhos da sub-região Cávado, o concelho de Terras de Bouro, para além de apresentar o menor quantitativo populacional, é também o concelho com maior proporção de população idosa (com 65 ou mais anos).

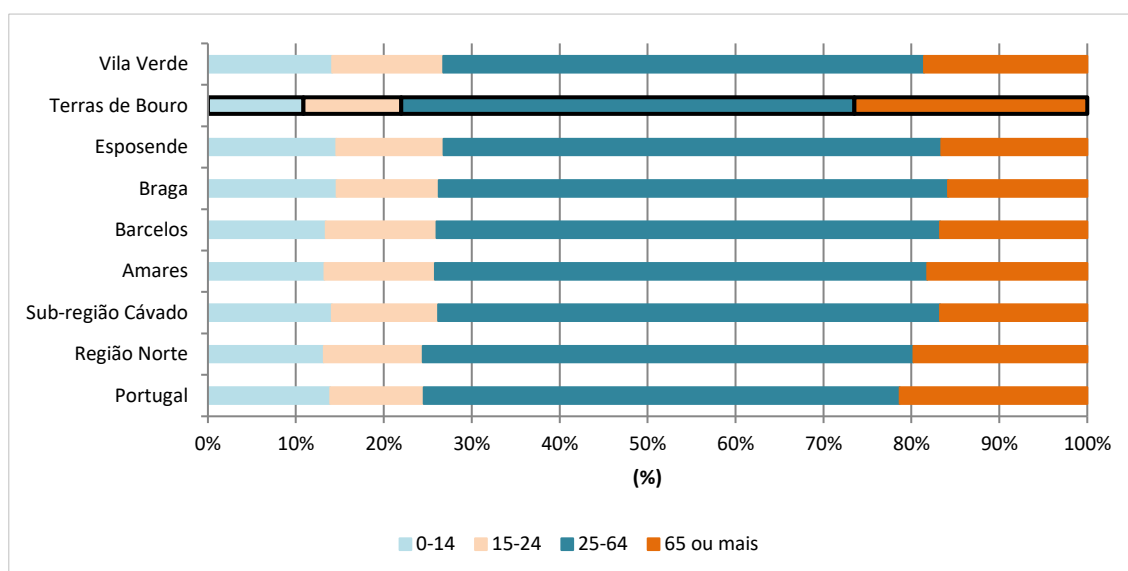
Quadro 2. População residente por grupo etário, em 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro

Unidades Territoriais	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 ou mais anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	1.433.156	13,91	1.094.961	10,63	5.577.228	54,15	2.194.959	21,31
Região Norte	472.415	13,19	401.926	11,23	1.998.271	55,81	707.782	19,77
Sub-região Cávado	56.980	14,09	48.906	12,1	230.700	57,06	67.726	16,75
Concelho de Terras de Bouro	709	10,86	726	11,12	3.364	51,53	1.729	26,49

Fonte: Estimativas da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Deste modo, e tal como se pode observar no Gráfico 5, verifica-se que a população residente do concelho de Terras de Bouro apresenta-se mais envelhecida do que o que se regista nos restantes concelhos que integram a mesma sub-região e do que a região Norte e Portugal, no ano 2017.

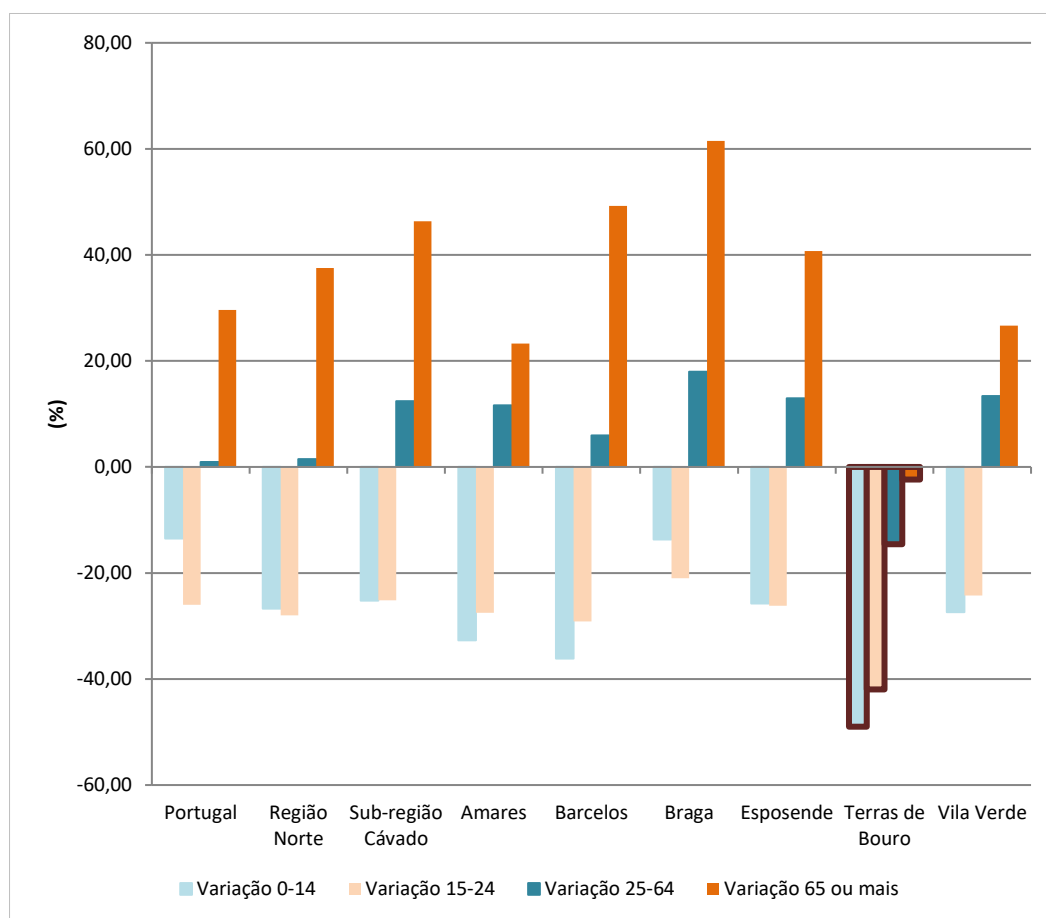
Gráfico 5. População residente (%) por grandes grupos etários, em 2017, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Entre 2001 e 2017 (Gráfico 6) verifica-se que os grupos etários mais jovens, nomeadamente dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, sofreram uma variação negativa em todo o território nacional. Por sua vez, durante o mesmo período, os grupos etários dos 25 aos 64 anos e dos 65 ou mais anos sofreram um aumento populacional, com exceção do concelho de Terras de Bouro, onde se verifica uma tendência inversa (-14,26% da população com 25 a 64 anos; e -2,4% da população com 65 ou mais anos de idade).

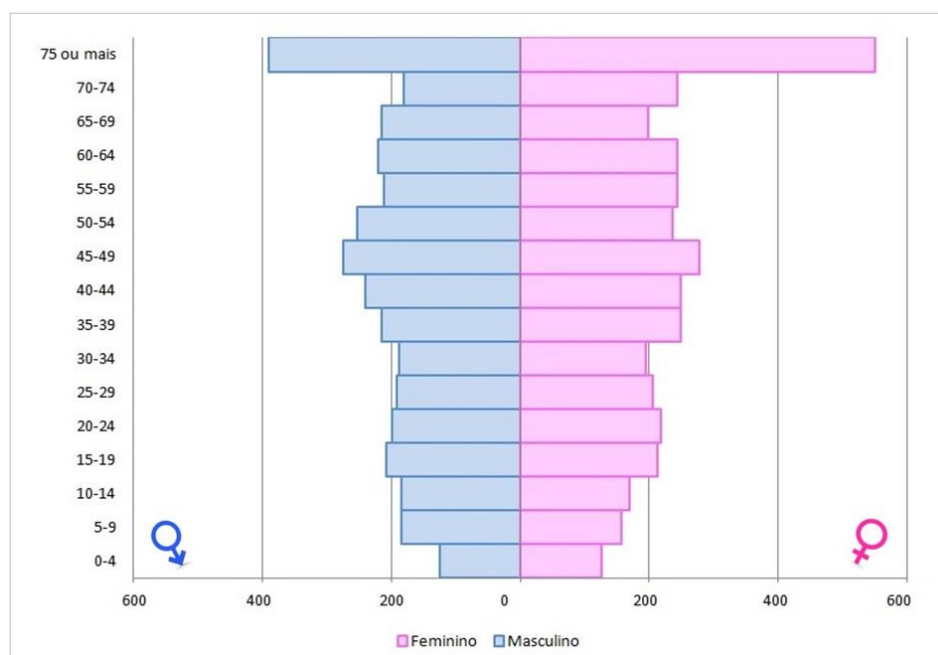
Gráfico 6. Variação relativa (%) da população residente por grandes grupos etários entre 2001 e 2017, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A população residente por grupos etários quinquenais, no ano 2011, no concelho de Terras de Bouro, encontra-se representada no Gráfico 7, onde se observa a elevada relevância que a população com 75 ou mais anos de idade assume no topo da pirâmide etária, constituindo mais do dobro da população com 0 a 4 anos.

Gráfico 7. População residente (nº) por grupos quinquenais, em 2011, no município de Terras de Bouro

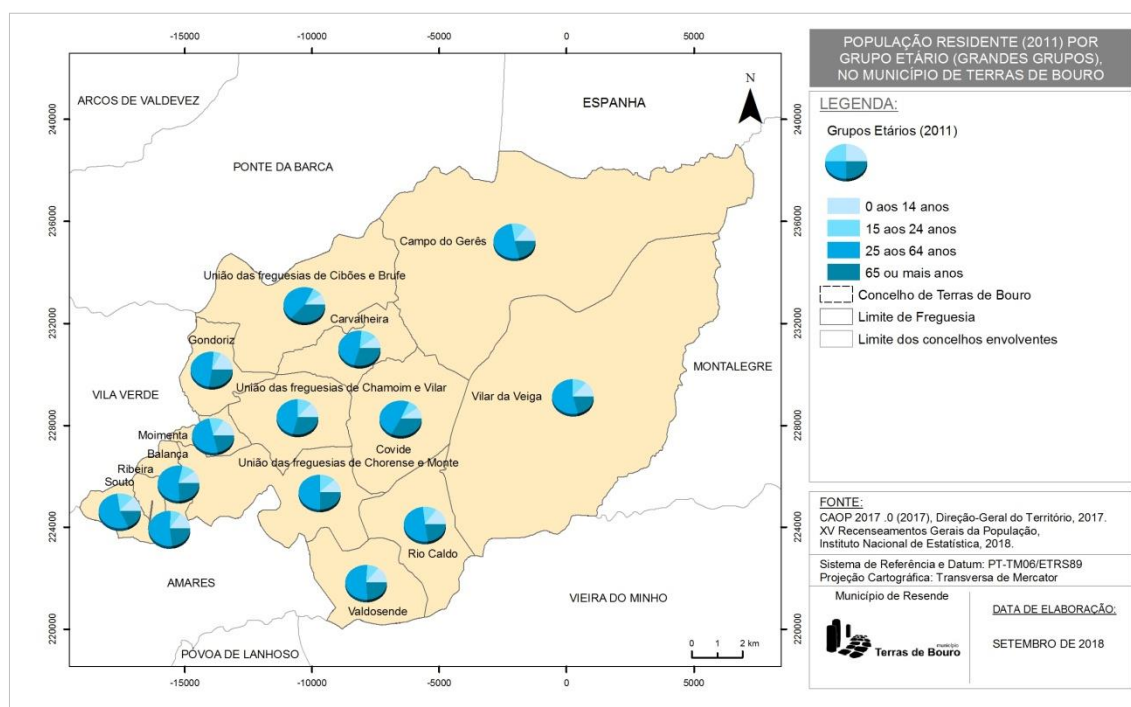


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, no Mapa 6, pode observar-se a população residente por grandes grupos etários nas freguesias que compõem o concelho de Terras de Bouro, no ano 2011, onde se constata que a forma de distribuição dos grupos etários é muito semelhante em todas as freguesias, sendo que em média o grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade corresponde a 50 % da população residente.

A população com 65 ou mais anos de idade é a que se segue em termos de representatividade, não fosse este um concelho onde o envelhecimento populacional é mais significativo, sendo que à exceção da freguesia de Souto (18,0%), as restantes freguesias apresentam uma representatividade deste escalão superior a 20% (salienta-se a União das freguesias de Cibões e Brufe com uma representatividade deste grupo de 37,5%). No concelho de Terras de Bouro, em média, 24,5% da população residente possui 65 ou mais anos.

Mapa 6. Proporção de população residente (%) por grandes grupos etários, em 2011, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Deste modo, entre 2001 e 2011, verifica-se que apenas a população com 65 ou mais anos de idade registou um crescimento, embora reduzido, enquanto os restantes grupos apresentaram um decréscimo populacional. Porém, entre 2001 e 2017 todos os grandes grupos etários apresentaram decréscimos populacionais.

Quadro 3. Variação da população residente por grandes grupos etários no concelho de Terras de Bouro, entre 2001 e 2011 e 2001 e 2017

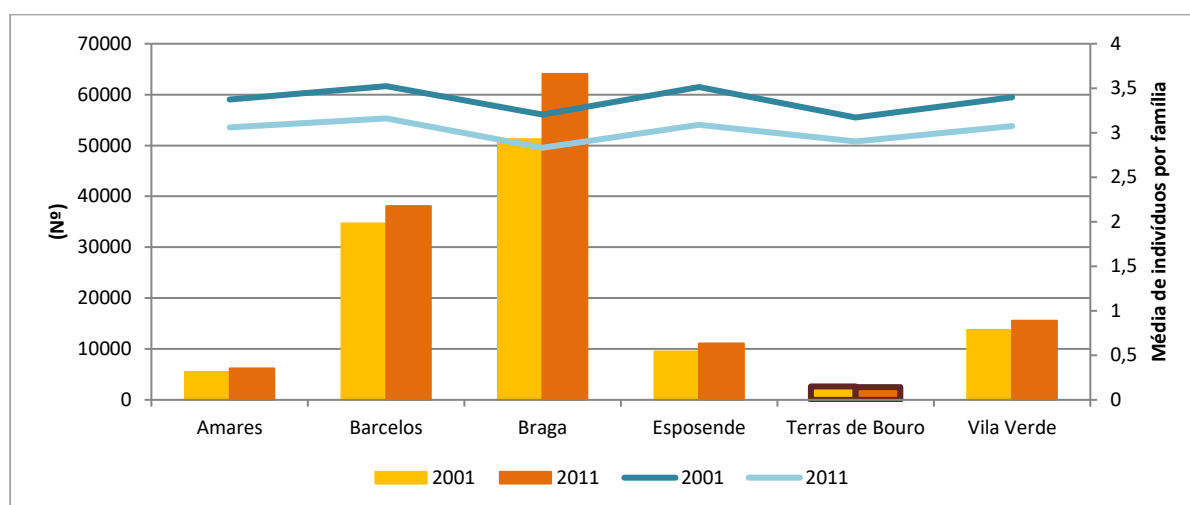
Variação	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos
2001 - 2011	-32,0	-33,1	-6,2	0,5
2001 - 2017	-48,9	-41,9	-14,6	-2,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.1.4. Famílias

Em 2001, a sub-região Cávado possuía 10,64% das famílias existentes na região Norte, verificando-se um aumento no ano 2011 para 11,36%. No Gráfico 8 pode verificar-se que na sub-região Cávado, o concelho de Terras de Bouro é o que apresenta um menor número de famílias, tanto no ano 2001 (2.633 famílias) como no ano 2011 (2.499 famílias), tendo registado uma variação no período em análise de -5,09%.

Gráfico 8. Evolução do número de famílias e dimensão média de indivíduos por família, em 2001 e 2011, nos concelhos da CIM Cávado



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Também no que concerne ao número médio de indivíduos por família, no ano 2001 o concelho de Terras de Bouro era o que apresentava um valor mais reduzido (3,17 indivíduos por família) na sub-região Cávado (3,35 indivíduos por família), porém, apresentava-se superior ao registado em Portugal (2,83 indivíduos por família) e na região Norte (3,04 indivíduos por família).

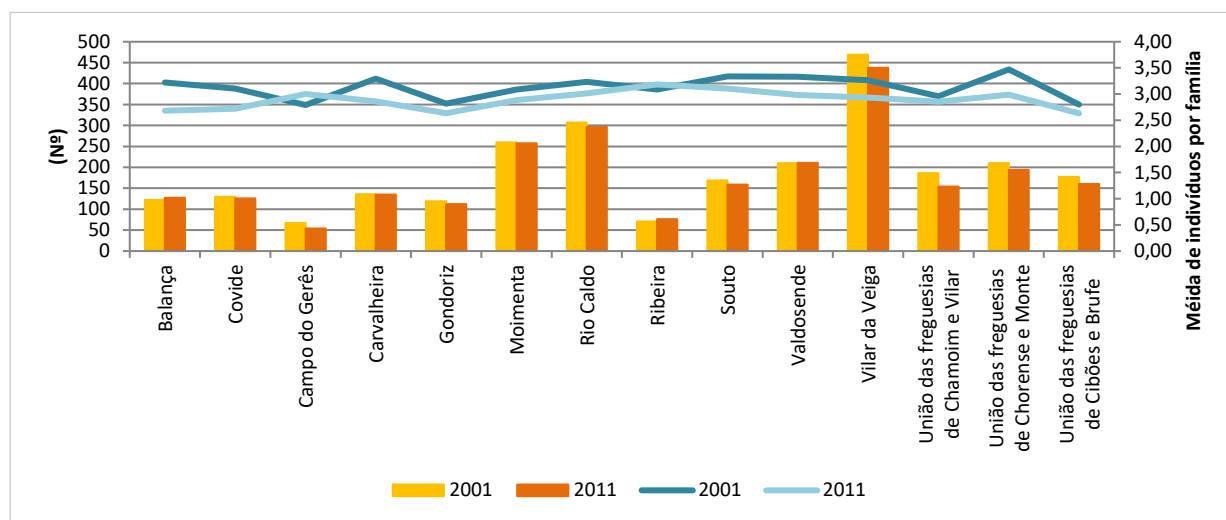
No ano 2011 verificou-se um decréscimo face a 2001, dado que o concelho de Terras de Bouro passou a registar um número médio de 2,90 indivíduos por família. Também em 2011, a região Norte (2,77) e Portugal (2,60) apresentaram um número médio de indivíduos por família inferior ao do concelho de Terras de Bouro.

Quadro 4. Quadro resumo da evolução das famílias no concelho de Terras de Bouro, em 2001 e 2011

Unidade Territorial	2001	2011
Número de famílias	2.633	2.499
População Residente	8.350	7.253
Média de Indivíduos por Família	3.17	2.90
Variação do Nº de Famílias (2001-2011)	-5,1	

Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

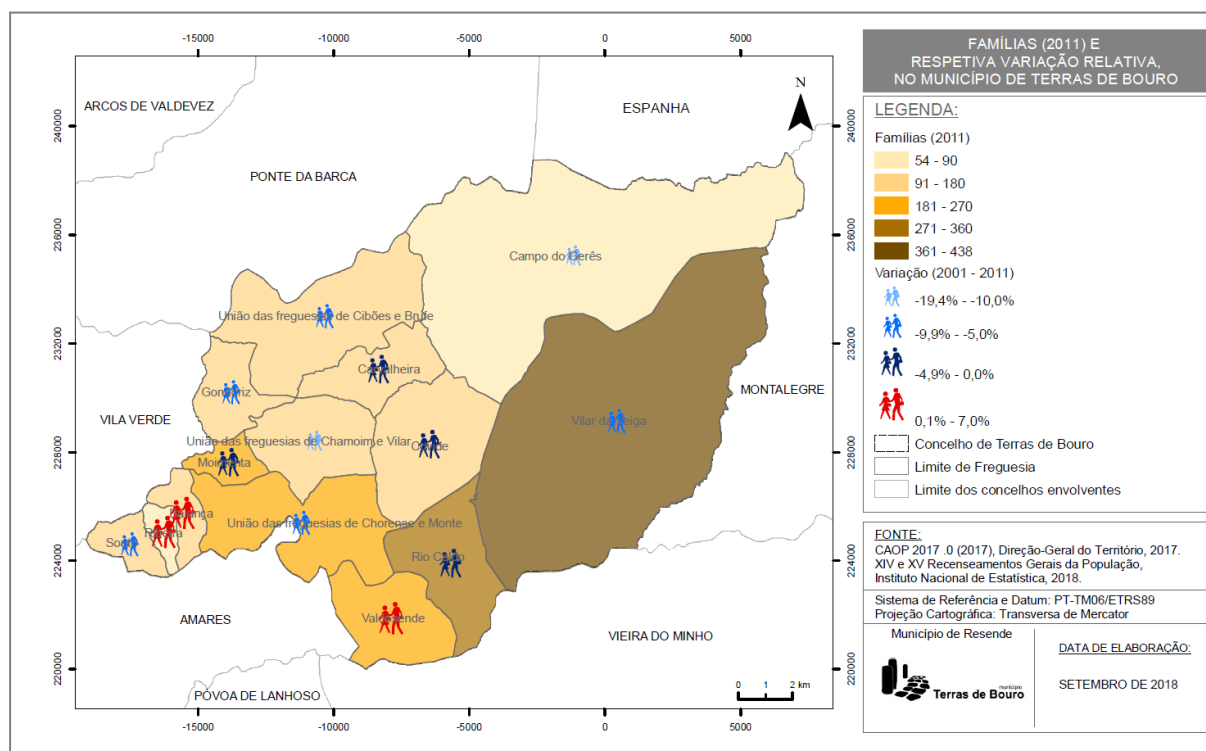
Gráfico 9. Evolução do número de famílias e dimensão média de indivíduos por família, em 2001 e 2011, nas freguesias do município de Terras de Bouro



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Focando a análise no concelho, e tal como se pode constatar no Mapa 7, no ano 2011 foi a freguesia de Vilar da Veiga a que apresentou um maior número de famílias (438 famílias), seguindo-se a freguesia de Rio Caldo (297 famílias), uma vez que constituem também as freguesias com maior número de população residente. Porém, estas freguesias sofreram uma variação negativa entre 2001 e 2011, constatando-se que as únicas freguesias que registaram um aumento do número de famílias foram as freguesias de Ribeira (7,04%), Balança (4,1%) e Valdosende (0,48%).

Mapa 7. Famílias (2011) e respetiva variação relativa (2001 - 2011), no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Relativamente à média de indivíduos por família, em 2011 apenas as freguesias de Campo do Gerês, Rio Caldo, Ribeira e Souto apresentaram dimensões médias de valor igual ou superior a 3 indivíduos por família, enquanto as restantes freguesias apresentaram valores inferiores.

Assim, de um modo geral, as freguesias mais serranas, por constituírem as freguesias com menor número de população residente, apresentam-se também como as freguesias com menor número de famílias, excetuando-se a freguesia de Vilar da Veiga que se destaca no concelho.

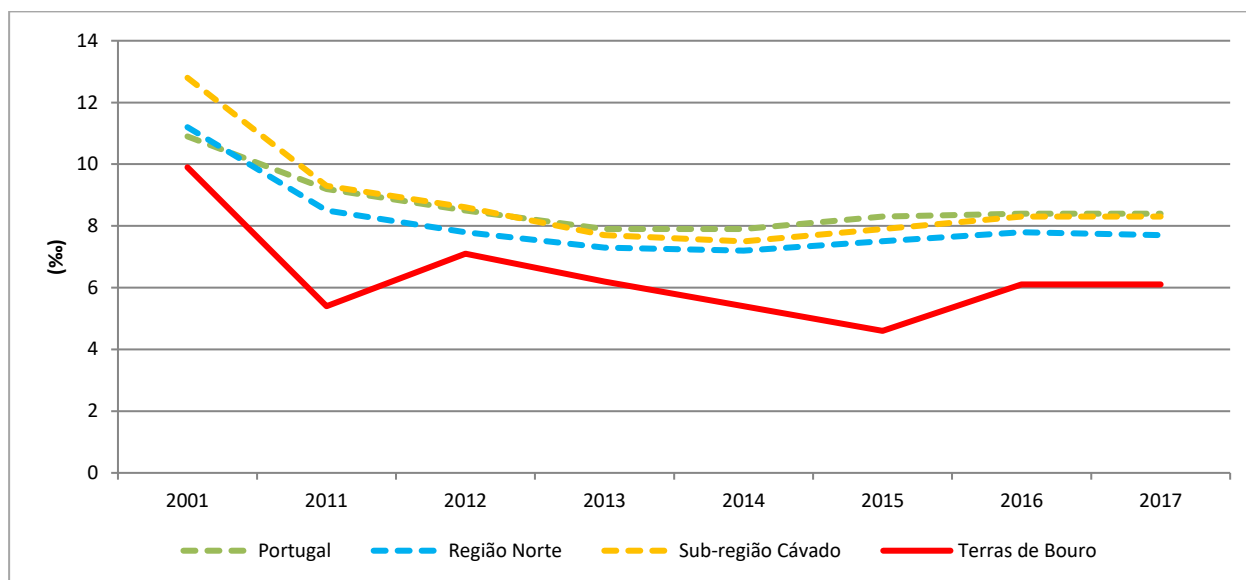
2.1.5. Taxa de Natalidade e Mortalidade

Taxa de Natalidade

Entre 2001 e 2017 registou-se na Sub-região do Cávado um decréscimo generalizado do número de nascimentos, a par da diminuição da população. Neste contexto, o concelho de Terras de Bouro registou apenas 40 nascimentos em 2017 (em 2001 registaram-se 82 nascimentos), seguindo a tendência de decréscimo da sub-região.

Face ao disposto, verifica-se que a taxa bruta de natalidade (Gráfico 10) decresceu em todos os concelhos que integram a sub-região Cávado, entre 2001 e 2017, seguindo a tendência da região Norte e de Portugal, sendo que o concelho de Terras de Bouro constitui o concelho que ao longo do período analisado apresentou a taxa bruta de natalidade mais reduzida, encontrando-se abaixo da média da sub-região.

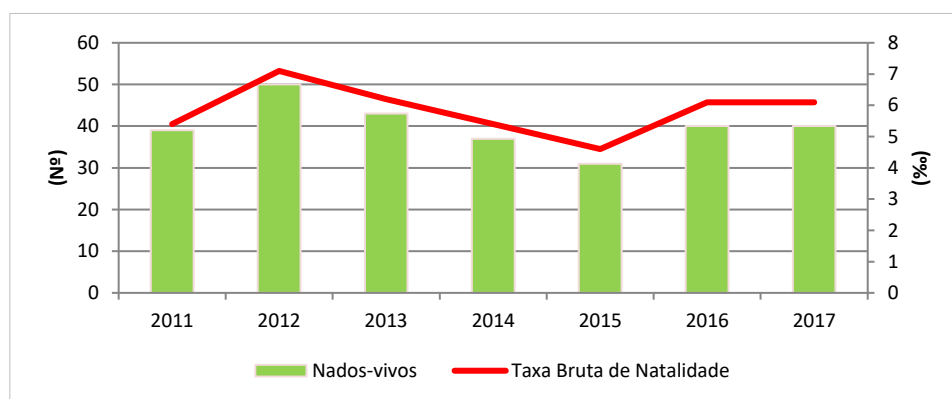
Gráfico 10. Taxa Bruta de Natalidade (‰) em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro entre 2001e 2017



Fonte: Estatísticas de Nados-Vivos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente aos nados-vivos no concelho de Terras de Bouro (Gráfico 11), entre 2011 e 2017, verifica-se que ocorreram oscilações, salientando-se o ano 2012 com o valor mais elevado (50 nados-vivos), enquanto em 2015 foi o ano em que se registaram menos nascimentos (31 nados-vivos). Face ao disposto, também a taxa bruta de natalidade oscilou neste período, acompanhando o número de nascimentos. Desta forma, a taxa bruta de natalidade registada em 2017 (6,1‰) é inferior à registada no mesmo ano em Portugal (8,4‰), na região Norte (7,7‰) e na sub-região Cávado (8,3‰).

Gráfico 11. Nados-vivos (Nº) e Taxa Bruta de Natalidade (‰), no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017



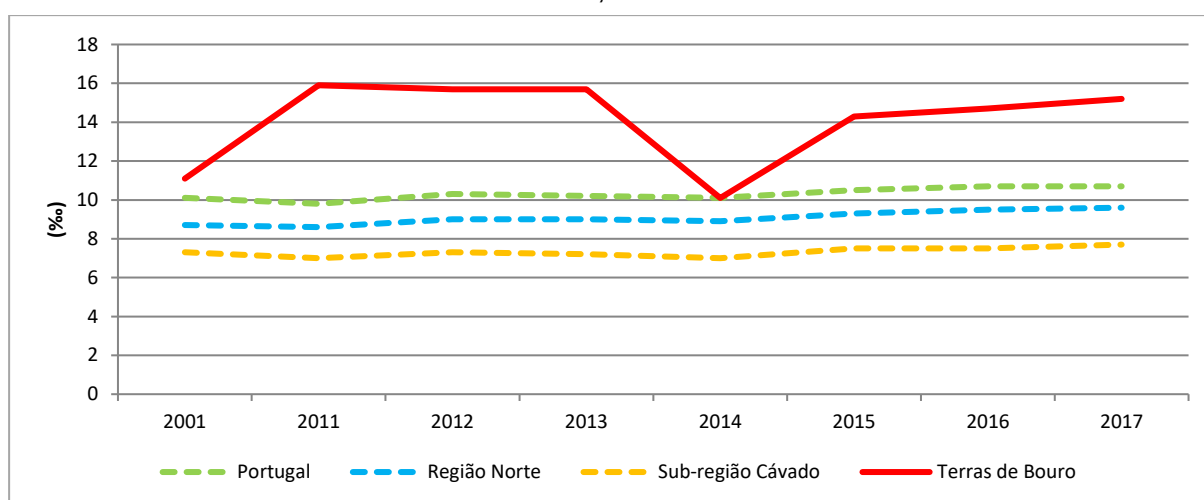
Fonte: Estatísticas de Nados-Vivos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Taxa de Mortalidade

Na sub-região Cávado, verifica-se que o número de óbitos apresentou um aumento significativo entre 2001 e 2017 (em 2001 registaram-se 2.858 óbitos na sub-região e em 2017 registaram-se 3.112 óbitos). O concelho de Terras de Bouro é o que apresenta, ao nível da sub-região, o menor número de óbitos: em 2017 registou 99 óbitos, mais sete óbitos do que os registados no ano 2001.

No que concerne à taxa bruta de mortalidade (Gráfico 12), verifica-se que tanto em Portugal, na região Norte, como na sub-região Cávado, registou-se um ligeiro aumento entre 2001 e 2017. Em 2017 é o concelho de Terras de Bouro que apresenta a taxa bruta de mortalidade mais significativa na sub-região Cávado (de 15,2‰).

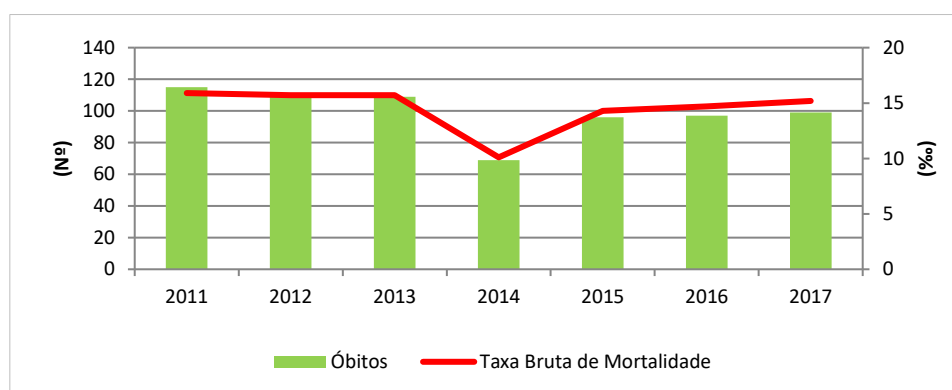
Gráfico 12. Taxa Bruta de Mortalidade (‰), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro, entre 2001 e 2017



Fonte: Estatísticas de Óbitos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No concelho de Terras de Bouro, verifica-se que em 2017 registaram-se 99 óbitos, porém foi no ano 2011 que registou o maior número de óbitos (115 óbitos) enquanto em 2014 correspondeu ao ano com o valor mais reduzido (69 óbitos).

Gráfico 13. Óbitos (nº) e Taxa Bruta de Mortalidade (‰), no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017



Fonte: Estatísticas de Óbitos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

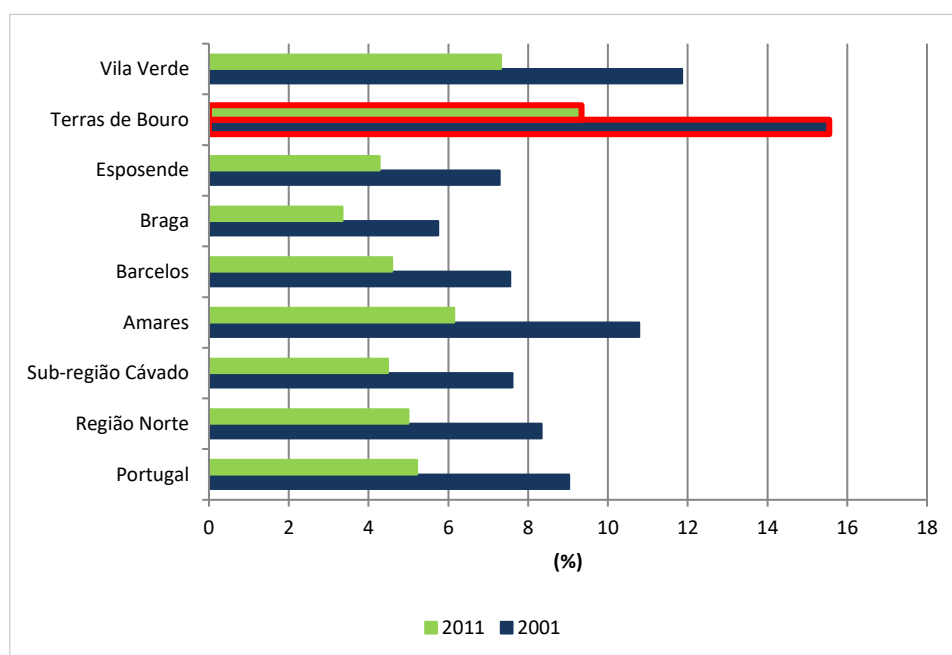
2.2. NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

O nível de instrução da população apresenta-se um indicador de elevada relevância, permitindo relacionar o mesmo com o desenvolvimento económico e social de um território. Assim, será analisada a taxa de analfabetismo e o grau de escolaridade da população residente no concelho de Terras de Bouro.

2.2.1. Taxa de Analfabetismo

No ano de 2011 a taxa de analfabetismo registada em Portugal era de 5,22%, o que representa um decréscimo de 42% face aos valores registados em 2001 (9,03%). Apesar deste percurso, o Gráfico 14 mostra que o concelho de Terras de Bouro regista uma taxa de analfabetismo superior à de Portugal, da região Norte e da sub-região Cávado, pese embora a percentagem de diminuição entre os dois momentos censitários seja semelhante.

Gráfico 14. Taxa de Analfabetismo (%), entre 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

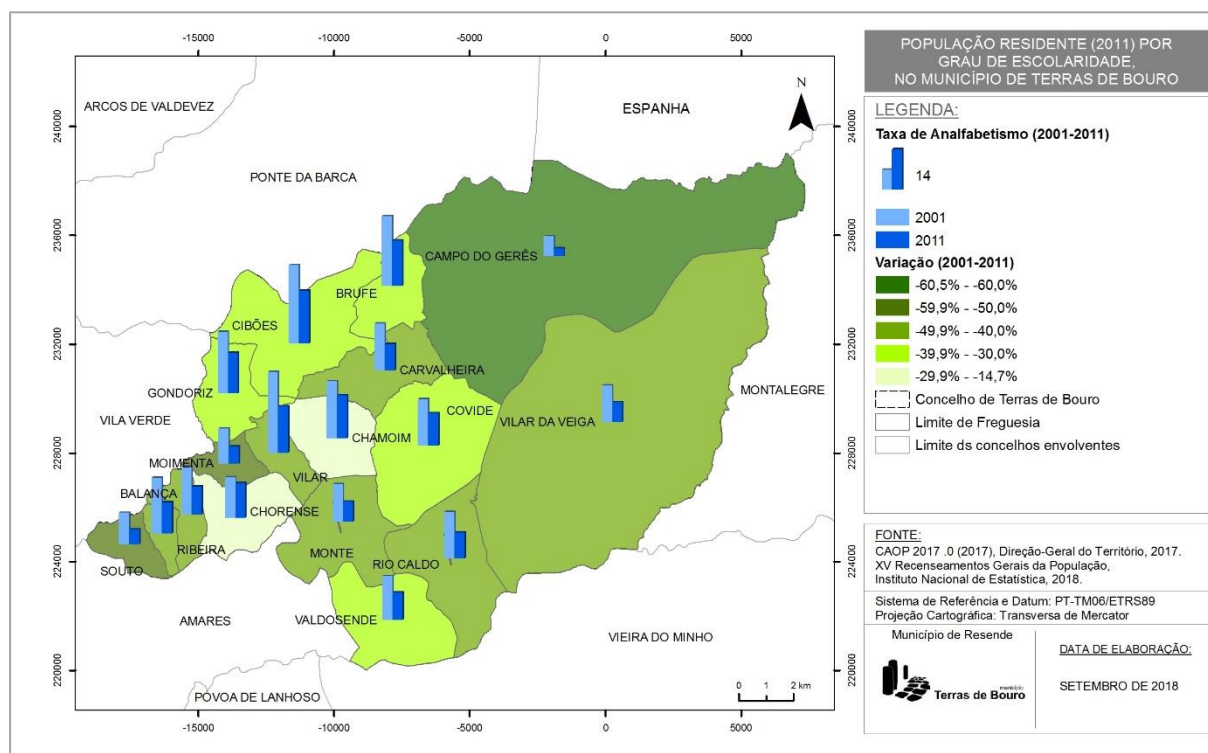
Analisando a taxa de analfabetismo por freguesia no concelho de Terras de Bouro¹ (Mapa 8), verifica-se que todas as freguesias que compõem o concelho registaram um decréscimo deste indicador.

¹ A taxa de analfabetismo é apresentada sem ter em conta a reorganização administrativa, uma vez que não se encontram disponíveis os dados que permitam proceder ao cálculo da mesma.

Em 2011, as freguesias de Brufe (taxa de analfabetismo de 15,56%), de Vilar (taxa de analfabetismo de 16,08%) e de Cibões (taxa de analfabetismo de 17,92%) apresentaram-se como as freguesias com maior taxa de analfabetismo, com uma variação relativa entre os -32% e os -42%, entre 2001 e 2011.

Por outro lado, a freguesia sede de concelho (Moimenta) apresenta uma taxa de analfabetismo, em 2011, de apenas 5,87%, tendo apresentado uma variação relativa de -51,21% entre 2001 e 2011.

Mapa 8. Taxa de analfabetismo, em 2001 e 2011 e respetiva variação (2001 – 2011), no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum (2018).

2.2.2. Grau de Escolaridade

Entre 2001 e 2011, verificou-se uma melhoria significativa dos níveis de escolaridade da população residente no concelho de Terras de Bouro (Quadro 5 e Gráfico 15), acompanhando a tendência que se verificou nas restantes unidades territoriais, nomeadamente em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado.

Em 2011, no concelho de Terras de Bouro, 1.649 indivíduos não possuíam ainda qualquer grau de escolaridade (22,7% da população residente), 2.366 indivíduos detinham apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (32,6% da população residente), 993 indivíduos detinham o 2º Ciclo do Ensino Básico (13,7% da população residente) e 2.245 indivíduos tinham o 3º Ciclo do Ensino Básico ou mais (31,0% da população), verificando-se que a população ainda detinha níveis de escolaridade reduzidos, embora no decorrer dos anos se registem melhorias.

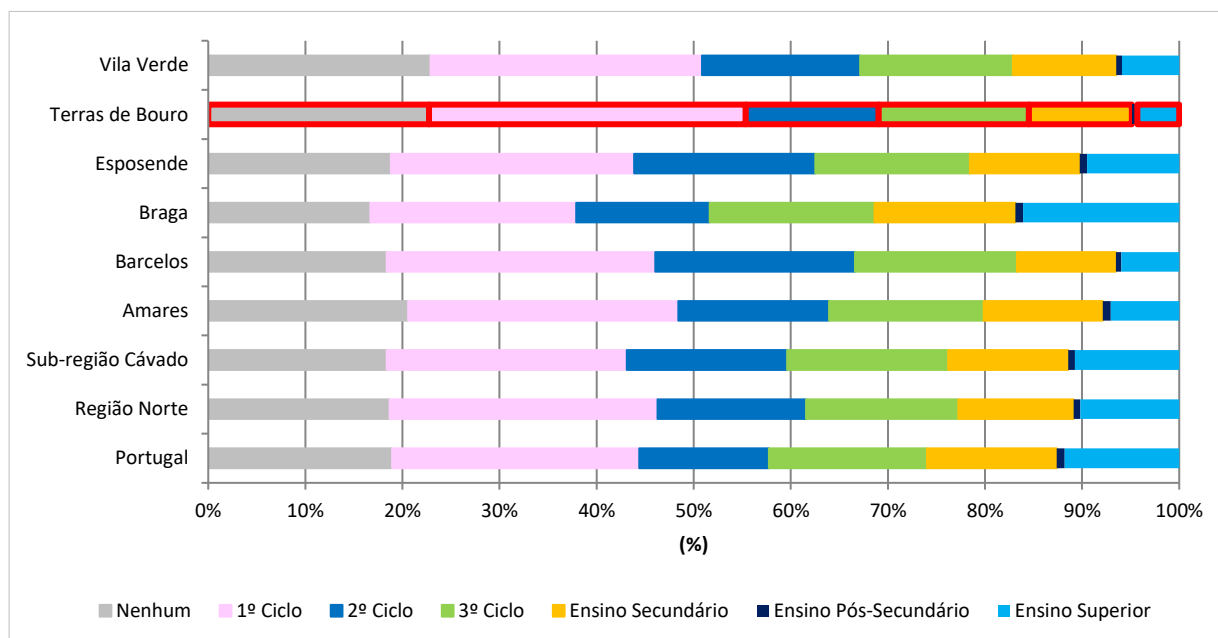
Desta forma, constata-se que a população com nenhum grau de escolaridade decresceu 41,6%, a população com o Ensino Básico – 1º Ciclo decresceu 14,0% e a população com o Ensino Básico – 2º Ciclo decresceu 32,7%, entre 2001 e 2011 (decrécimo superior ao registado nas restantes unidades territoriais). Por sua vez, os restantes níveis de escolaridade registaram crescimentos significativos, destacando-se o aumento que ocorreu na população com o Ensino Superior que foi de 123,6% (em 2001 apenas 140 indivíduos detinham este grau de escolaridade, enquanto em 2011 eram já 313 indivíduos).

Quadro 5. Proporção de população residente por grau de escolaridade, em 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro

Unidade Territorial	Nenhum		Ensino Básico 1º Ciclo		Ensino Básico 2º Ciclo		Ensino Básico 3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Pós-Secundário		Ensino Superior	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	26,4	18,9	27,8	25,5	13,8	13,4	13,8	16,3	11,0	13,4	0,6	0,8	6,5	11,8
Região Norte	26,8	18,7	29,9	27,6	16,2	15,3	12,2	15,7	9,2	11,9	0,5	0,7	5,2	10,2
Sub-região Cávado	26,3	18,4	27,9	24,7	18,6	16,5	12,4	16,6	9,1	12,3	0,5	0,7	5,2	10,8
Concelho de Terras de Bouro	33,8	22,7	32,9	32,6	17,7	13,7	9,2	15,5	4,5	10,6	0,2	0,6	1,7	4,3

Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Gráfico 15. Proporção de população residente por grau de escolaridade (%), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios, em 2011



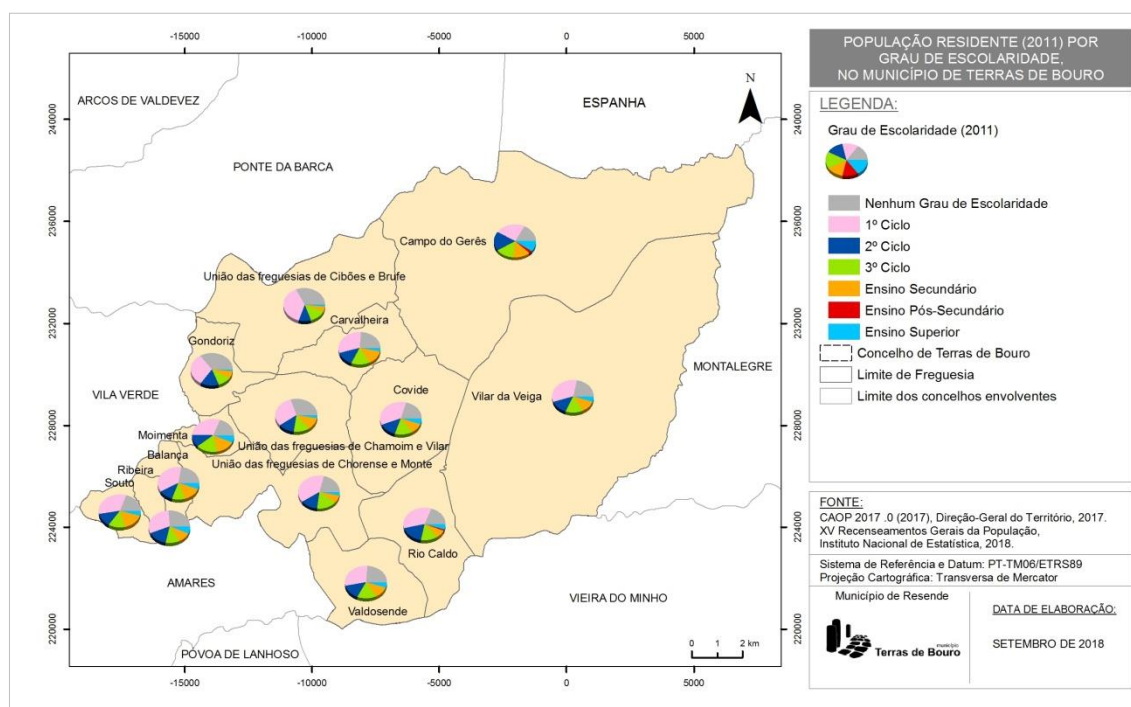
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 9 é possível observar-se a população residente por grau de escolaridade no concelho de Terras de Bouro, referente ao ano 2011, constatando-se a predominância dos graus de escolaridade mais reduzidos, nomeadamente de população com nenhum grau de escolaridade e do 1º Ciclo do Ensino Básico, representando mais de 50% em todas as freguesias, embora se tenha registado um decréscimo entre 2001 e 2011, de um modo geral.

Esta representatividade de graus de escolaridade inferiores justifica-se pelo facto de o concelho constituir um território envelhecido, com elevada população idosa que possui graus de escolaridade reduzidos e, por vezes, inexistente.

Por fim, importa salientar que entre 2001 e 2011 a população com o Ensino Superior registou um aumento significativo, passando de 140 indivíduos em 2001 para 313 indivíduos em 2011.

Mapa 9. População residente por grau de escolaridade, em 2011, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

2.3. TRABALHO E RENDIMENTOS

No presente capítulo serão analisados os indicadores relativos ao trabalho e aos rendimentos da população residente no concelho de Terras de Bouro, designadamente os rendimentos do trabalho, a taxa de desemprego, o número de desempregados, a população ativa e a população empregada por setor de atividade.

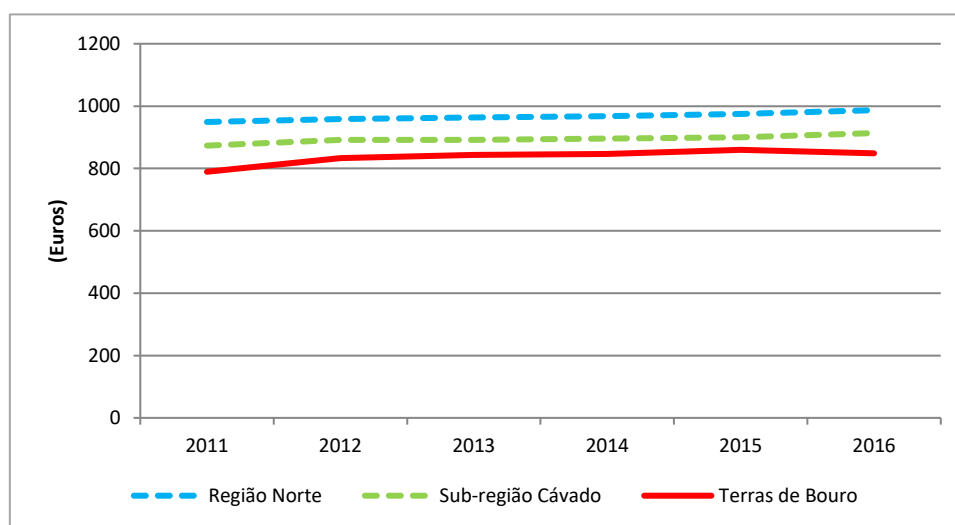
2.3.1. Rendimentos do Trabalho

Ganho Médio Mensal

Na região Norte o ganho médio mensal apresentou um aumento gradual entre 2011 e 2016, de 37,8€ no total (de 949,1€ em 2011 para 986,9€ em 2016). A mesma tendência verificou-se, de um modo geral, na sub-região Cávado e, embora os valores médios sejam menores (em 2011 era de 873,8€ e em 2016 era de 913,4€), houve um aumento de 40,1€ neste período.

Em igual período, embora o concelho de Terras de Bouro registe valores inferiores às médias das unidades territoriais em que se encontra integrado (em 2011 o ganho médio mensal era de 789,4€, enquanto em 2016 era de 848,2€), apresenta o maior aumento de rendimento, cerca de 58,8€ (Gráfico 16 e Gráfico 17).

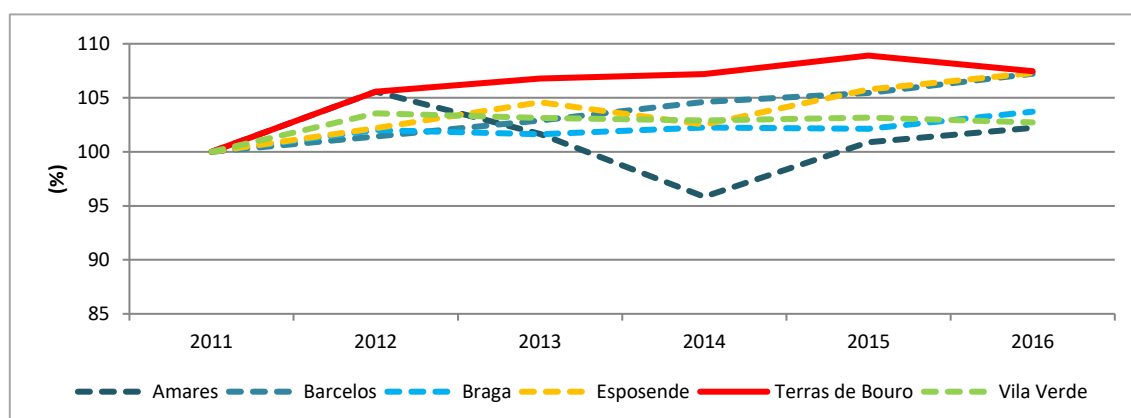
Gráfico 16. Ganho médio mensal, entre 2011 e 2015, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro



Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quando comparado com os restantes concelhos da CIM Cávado, constata-se que o comportamento do ganho médio mensal no concelho de Terras de Bouro ao longo do período em análise (2011 – 2016) revelou um crescimento relativamente estável, uma vez que não apresentou alterações significativas.

Gráfico 17. Evolução do ganho médio mensal nos concelhos da CIM Cávado, entre 2011 e 2015 (índice de base 100 em 2011)

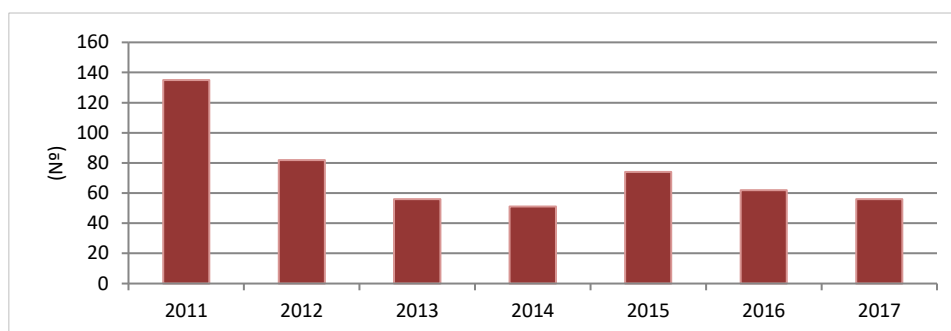


Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Relativamente à população beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Terras de Bouro (Gráfico 18), observa-se que entre 2011 e 2017 o número foi decrescendo, registando-se em 2017 a atribuição a 56 indivíduos. A tendência seguida pelo concelho de Terras de Bouro apresentou-se idêntica à que se observou em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado.

Gráfico 18. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, entre 2011 e 2017, no concelho de Terras de Bouro



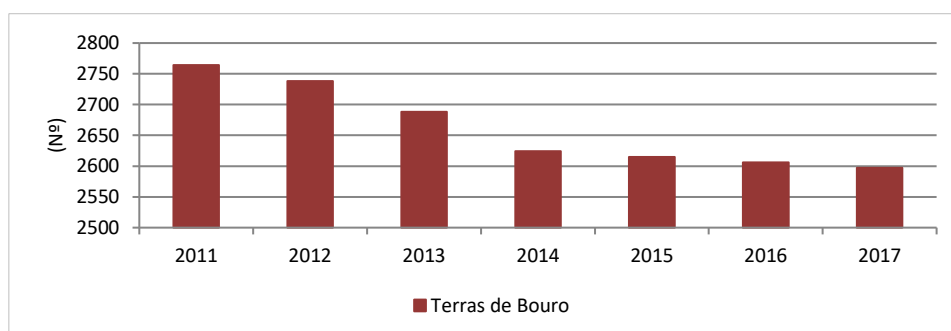
Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Pensionistas da Segurança Social

No que concerne ao número de população beneficiária de pensões da Segurança Social (Gráfico 19), verifica-se que no concelho de Terras de Bouro ocorreu um decréscimo ao longo dos anos analisados (2011 a 2017), uma vez que em 2011 registava 2.764 indivíduos e em 2017 registava apenas 2.597 indivíduos (variação relativa de - 6,04%).

O decréscimo verificado no concelho de Terras de Bouro não acompanhou a tendência verificada a outras escalas, dado que em Portugal verificaram-se oscilações ao longo dos anos (embora entre 2011 e 2017 a variação tenha sido de 1,56%) e na região Norte e sub-região Cávado registou-se um aumento ao longo dos anos (variação relativa de 4,04% e de 7,58%, respetivamente).

Gráfico 19. Pensionistas da Segurança Social, entre 2011 e 2017, no município de Terras de Bouro

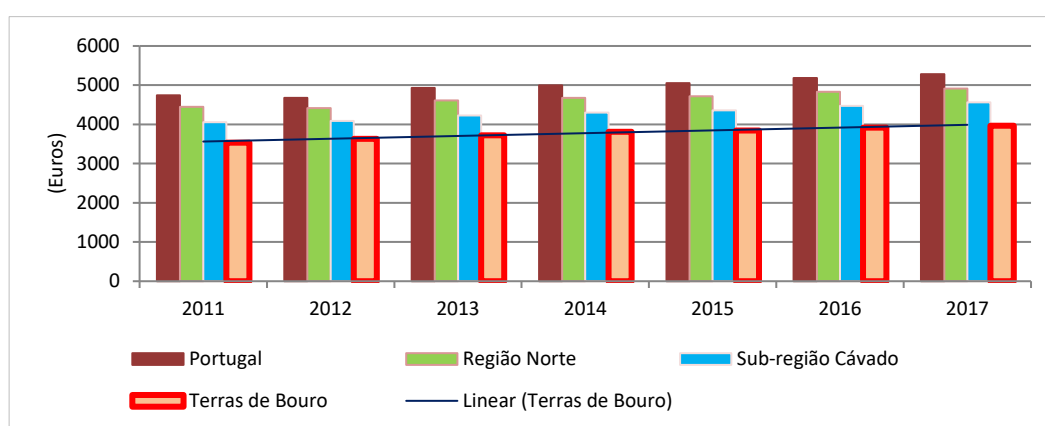


Fonte: PORDATA, 2018.

Valor Médio das Pensões

O valor médio anual das pensões no concelho de Terras de Bouro (Gráfico 20), apresentou um aumento progressivo (12,24%) ao longo dos anos, uma vez que em 2011 era de 3.537€ e em 2017 era já de 3.970€. Este aumento registou-se também em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado, porém o concelho de Terras de Bouro apresenta um valor médio das pensões inferior ao verificado nas diferentes unidades territoriais, e apresenta-se em 2017 como um dos concelhos da sub-região Cávado que regista um valor médio das pensões da segurança social mais reduzido.

Gráfico 20. Valor médio anual das pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro



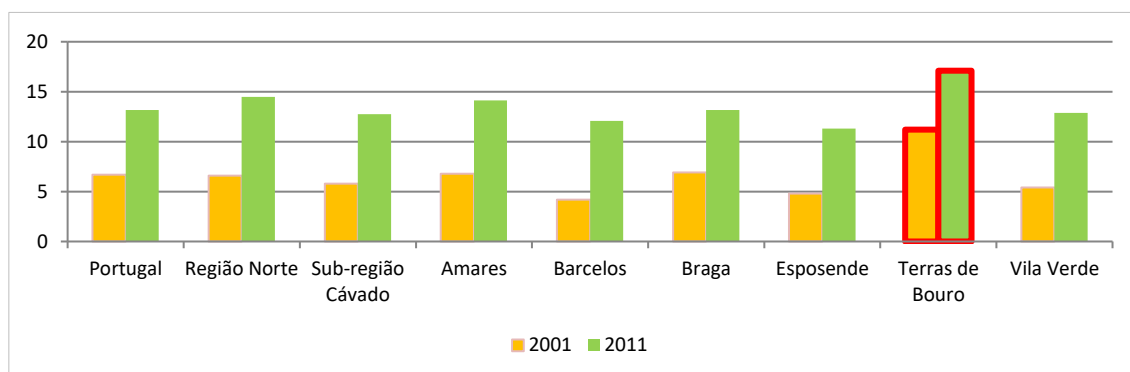
Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.3.2. Taxa de Desemprego

O concelho de Terras de Bouro registava, em 2011, uma taxa de desemprego de 17,1% (superior à que se registava no ano 2001, que era de 11,2%), mais 52,7% do que o valor registado no ano 2001. Esta tendência de aumento da taxa de desemprego observou-se também a outras escalas, nomeadamente em Portugal (em 2011 era de 13,2%, registando um aumento de 96,7% face a 2001), na região Norte (em 2011 era de 14,47%, registando um aumento de 119,2% face a 2001) e na sub-região Cávado (em 2011 era de 12,76%, registando um aumento de 120,0% face a 2001).

Tal como se pode constatar no Gráfico 21, o concelho de Terras de Bouro era, inclusive, o concelho da CIM Cávado que apresentava a taxa de desemprego mais elevada, tanto em 2001 como em 2011.

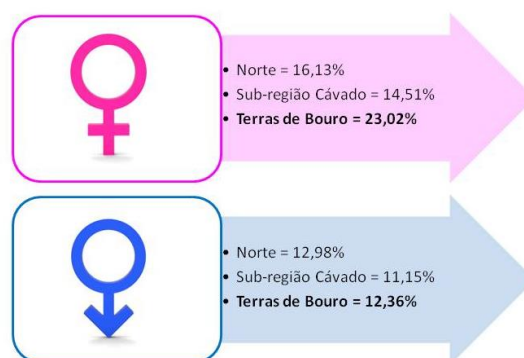
Gráfico 21. Taxa de desemprego, entre 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente ao ano 2011, o género feminino apresenta uma taxa de desemprego superior ao género masculino nas várias escalas, assim, no concelho de Terras de Bouro verifica-se que 23,02% do género feminino e 12,36% do género masculino encontra-se em situação de desemprego.

Figura 1. Taxa de Desemprego por género, em 2011, na região Norte, sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro

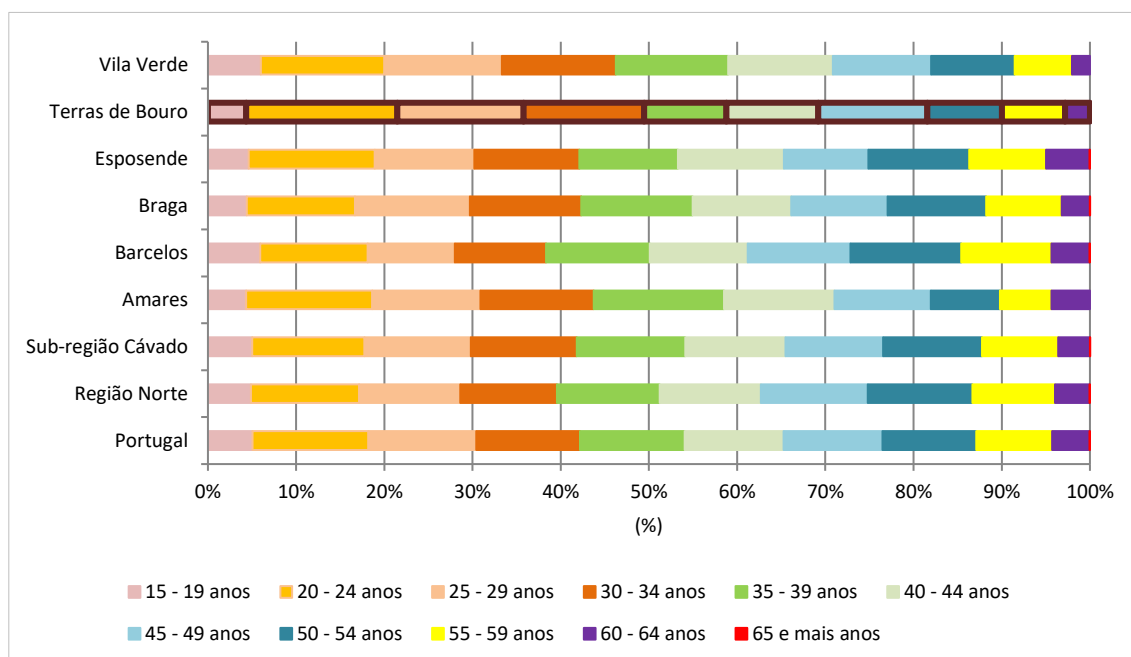


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente aos desempregados tendo em conta a classe etária, verifica-se que em 2011 (Gráfico 22), o concelho de Terras de Bouro possui a menor proporção de população desempregada nos grupos de 35 a 39 anos (9,3%) e dos 40 aos 44 anos (10,4%) em comparação com os restantes concelhos da sub-região Cávado e até da região Norte e de Portugal. Por outro lado, apresenta uma elevada proporção de população desempregada com 20 a 24 anos (17,1%), dos 25 aos 29 anos (14,3%), dos 30 aos 34 anos (13,7%) e dos 45 aos 49 anos (12,4%), apresentando valores superiores aos verificados nas restantes unidades territoriais.

Constata-se, assim, que no concelho de Terras de Bouro o desemprego afeta uma elevada proporção de população jovem (aproximadamente 50% da população desempregada possui idades entre os 15 anos e os 34 anos).

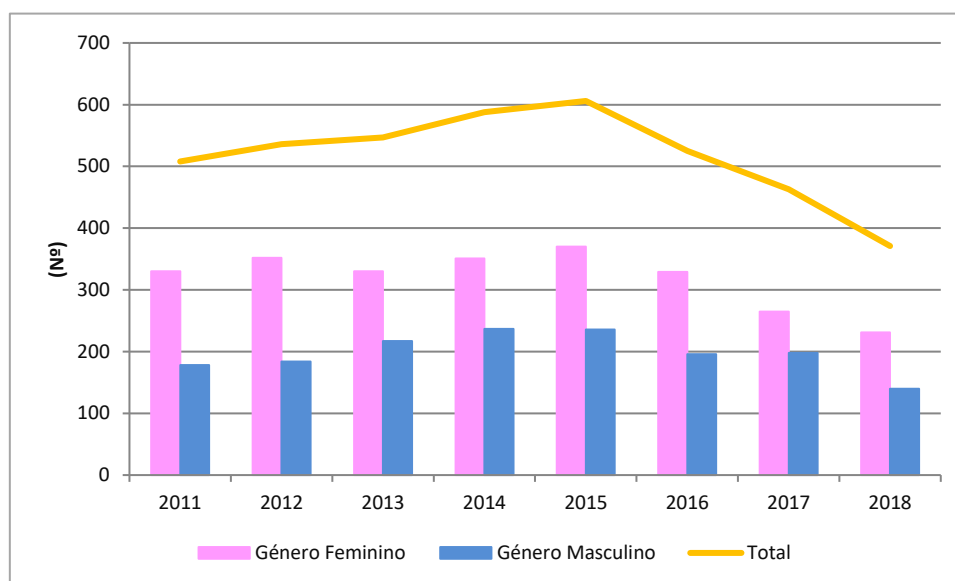
Gráfico 22. Desempregados (%) de acordo com o grupo etário, em 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Analisando o número de desempregados, de acordo com informação do IEFP (dados referentes ao mês de janeiro de cada ano) tal como se pode constatar no Gráfico 23, a população desempregada no concelho de Terras de Bouro apresentou um aumento até 2015, onde atingiu o seu número mais elevado com 606 indivíduos desempregados coincidindo com o fim da crise económica sentida em Portugal, tornando a decrescer até 2018 para 371 indivíduos.

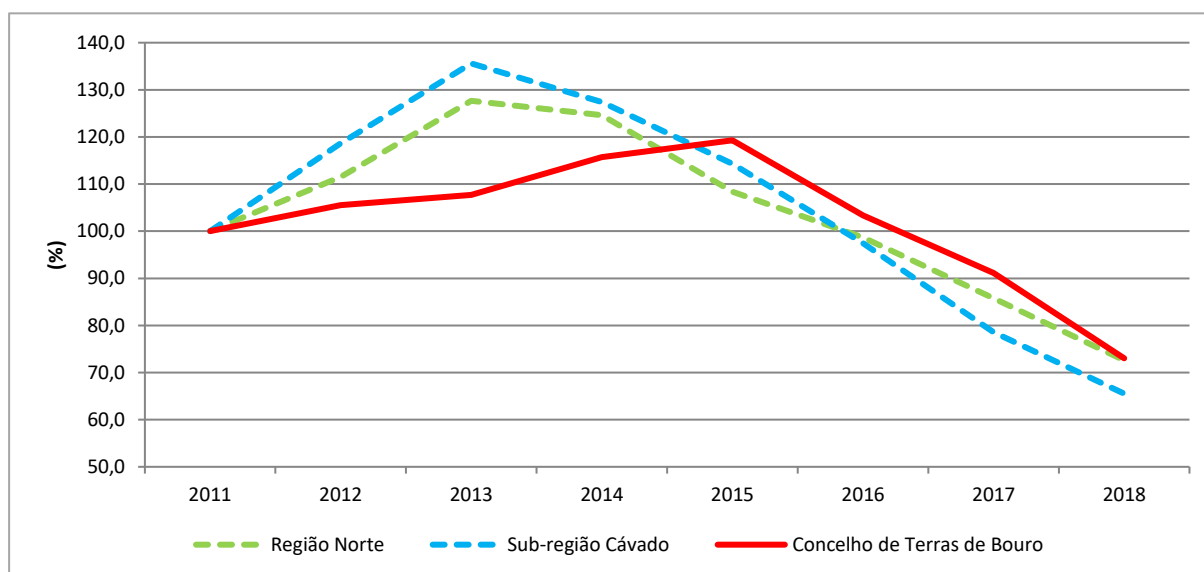
Gráfico 23. Número de Desempregados (mês de janeiro), entre 2011 e 2018, no município de Terras de Bouro



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

Comparando a evolução do número de desempregados no concelho de Terras de Bouro com a região Norte e com a sub-região Cávado (Gráfico 24), constata-se que desde 2015 o concelho de Terras de Bouro apresenta um comportamento idêntico ao verificado nas restantes unidades territoriais que integra.

Gráfico 24. Variação do número de desempregados, entre 2011 e 2018 (índice de base 100 em 2011)



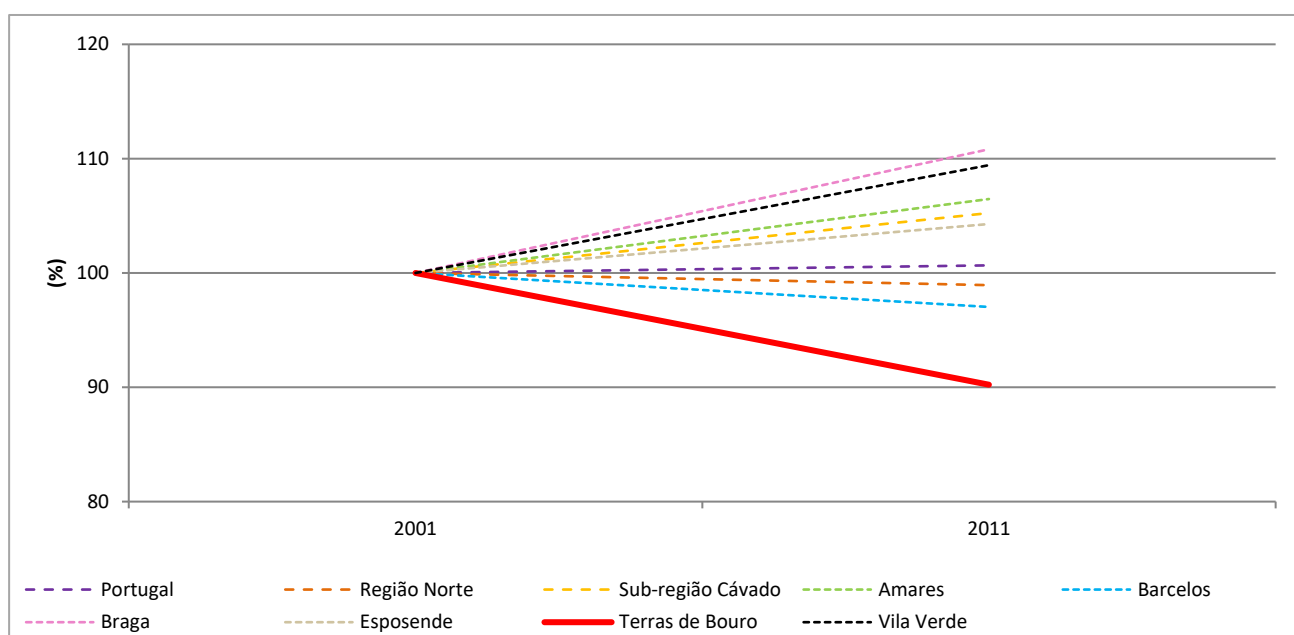
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

2.3.3. População Ativa e População Empregada por Setor de Atividade Económica

No ano 2011, o concelho de Terras de Bouro detinha uma população ativa de 2.696 indivíduos, menos 9,8% do que o registado no ano 2001 (2.988 indivíduos, verificando-se um decréscimo de 291 indivíduos). Porém, esta tendência de decréscimo não acompanhou a tendência que se verificou a outras escalas (Gráfico 25), uma vez que em Portugal e na sub-região Cávado se registou um crescimento.

Assim, constata-se que o concelho de Terras de Bouro constitui o concelho integrante da sub-região Cávado que apresenta o maior decréscimo da população ativa entre 2001 e 2011.

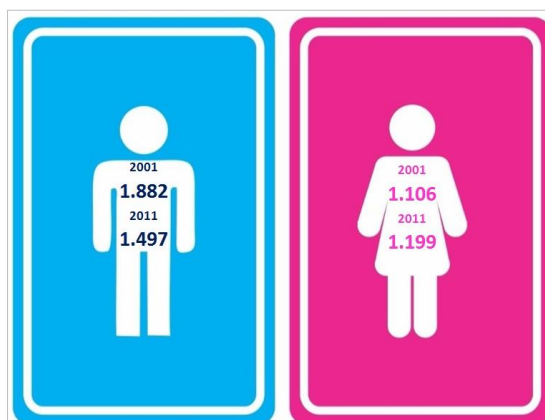
Gráfico 25. Variação da população ativa, entre 2001 e 2011 (índice de base 100 em 2001)



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Analisando a evolução da população ativa por género (Figura 2), constata-se que o género masculino possui maior representatividade, porém entre 2001 e 2011 ambos os géneros sofreram decréscimos.

Figura 2. População Ativa, por género, entre 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro

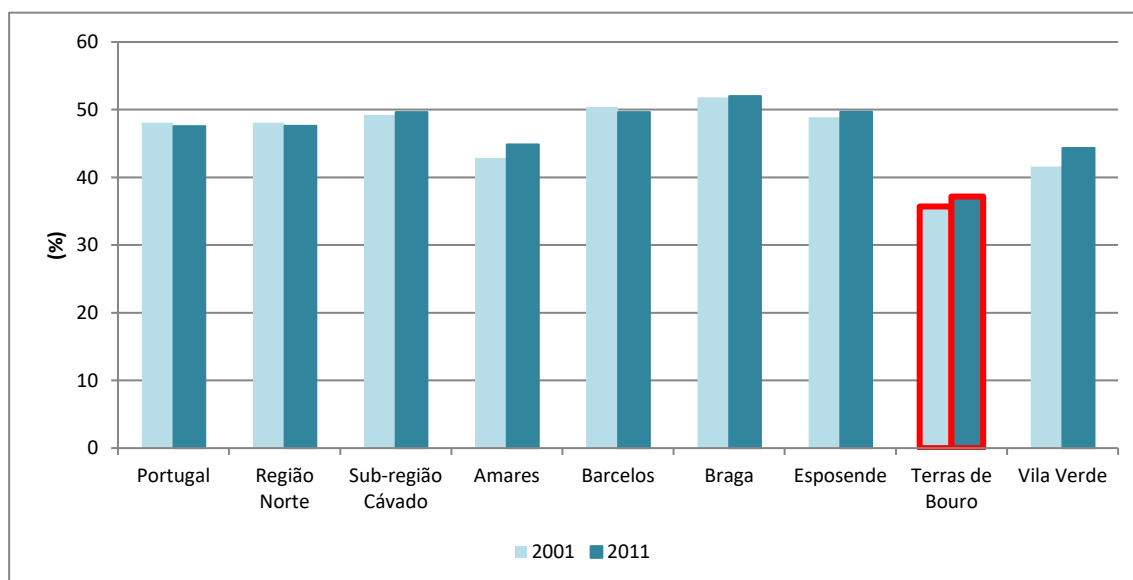


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Ao longo das freguesias do concelho de Terras de Bouro, destacam-se Vilar da Veiga (462 indivíduos), Rio Caldo (316 indivíduos) e Valdosoende (247 indivíduos), como as que possuem em 2011 um maior número de população ativa. Por sua vez, a freguesia de Campo do Gerês registava apenas 58 indivíduos ativos.

Relativamente à taxa de atividade, acompanhando o reduzido número de população ativa, o concelho de Terras de Bouro apresenta a taxa de atividade mais reduzida na sub-região Cávado, uma vez que em 2011 é de 37,2%, enquanto os restantes concelhos e unidades territoriais analisadas apresentam valores superiores a 40%.

Gráfico 26. Evolução da taxa de atividade, entre 2001 e 2011



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à população empregada, o concelho de Terras de Bouro registava, em 2011, um quantitativo de 2.235 indivíduos, menos 416 indivíduos do que em 2001. A tendência de decréscimo verificou-se também a outras escalas, nomeadamente em Portugal (-6,2%), na região Norte (-9,3%) e na sub-região Cávado (-2,5%),

porém o concelho de Terras de Bouro apresentou o decréscimo mais significativo, sendo, inclusive, o maior decréscimo da sub-região Cávado.

Quadro 6. População Empregada e respetiva variação relativa, em 2001 e 2011, no concelho de Terras de Bouro

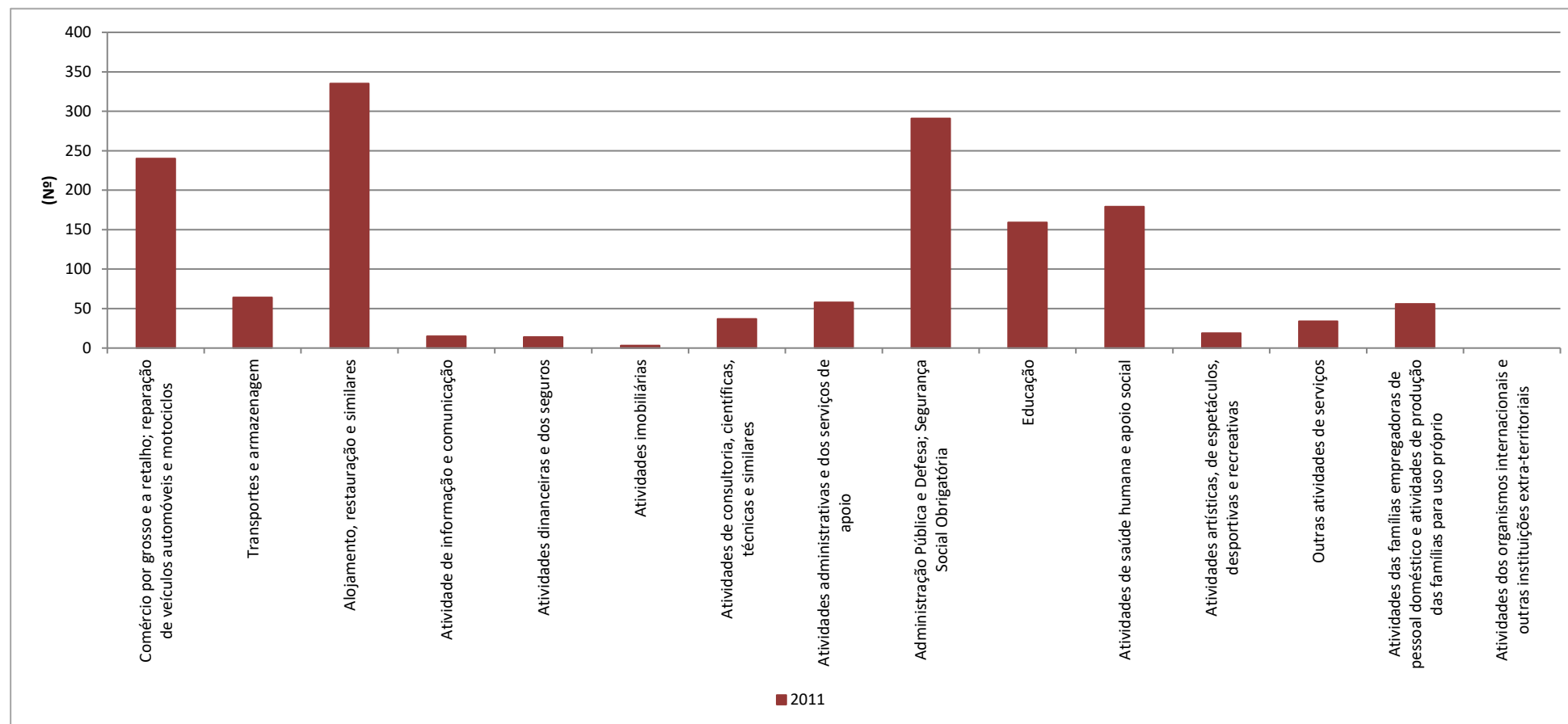
População Empregada	2001	2011
População Empregada	2.651	2.235
Variação da População Empregada (2001-2011)	-15,7%	

Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne à distribuição da população empregada por setores de atividade (Gráfico 27), constata-se que é o **setor terciário** que se destaca, uma vez que emprega 67,3% da população empregada em 2011 (1.504 indivíduos). Nas restantes unidades territoriais é igualmente o setor terciário que se destaca, salientando-se o setor terciário económico.

Na análise da distribuição da população empregada por atividades económicas do setor terciário, em 2011, destaca-se a atividade "alojamento, restauração e similares" com 335 indivíduos empregados, a atividade de "administração pública e defesa; segurança social obrigatória" com 291 pessoas empregadas e a atividade de "comércio" com 240 indivíduos (Gráfico 27).

Gráfico 27. População empregada no setor terciário, em 2011, no município de Terras de Bouro

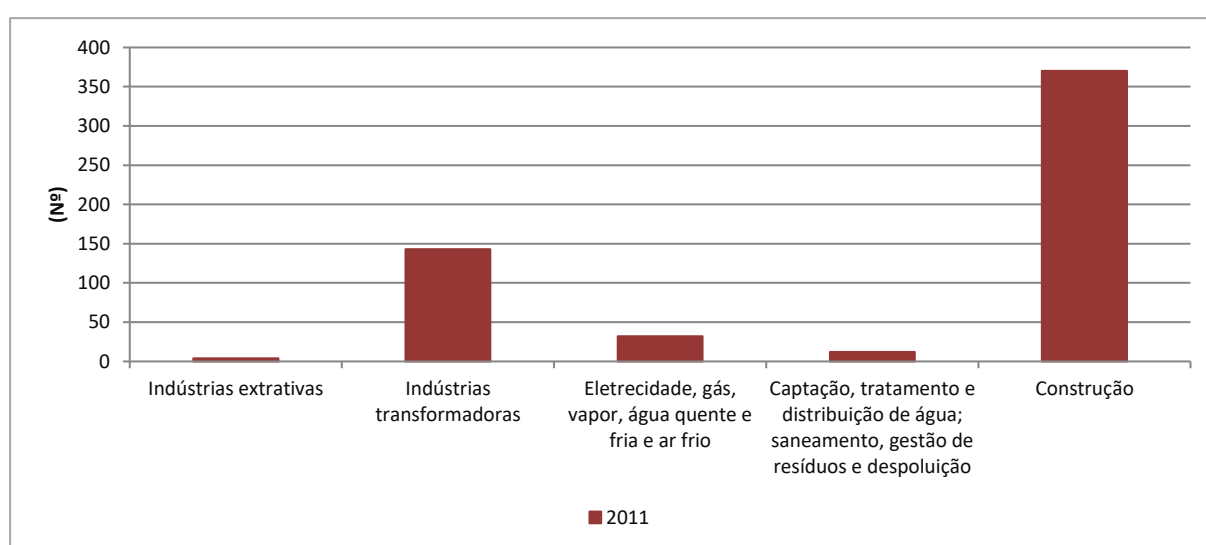


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Segue-se a relevância do **setor secundário**, uma vez que em 2011 empregava 561 indivíduos (25,1%), porém tem vindo a perder relevância para o setor terciário. Constata-se, ainda, que este setor apresenta uma tímida relevância no concelho de Terras de Bouro, em comparação com as restantes unidades territoriais (é o concelho da CIM Cávado com o setor secundário menos relevante).

Em 2011, era a atividade "construção" que se salientava, uma vez que empregava, 370 indivíduos, ou seja, 16,55% da população empregada no concelho. Porém, na região Norte e na sub-região Cávado era a atividade "indústrias transformadoras" que se salientava, enquanto no concelho de Terras de Bouro empregava apenas 143 indivíduos, ou seja, 6,40% da população empregada no concelho.

Gráfico 28. População empregada por atividade económica, no setor secundário, em 2011, no município de Terras de Bouro



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, no que se refere ao **setor primário**, empregava, em 2011, apenas 170 indivíduos, constituindo o setor que menor relevância apresenta em todas as unidades territoriais analisadas. Porém, importa salientar que o concelho de Terras de Bouro constitui o concelho da CIM Cávado onde o presente setor se apresenta mais relevante em termos proporcionais.

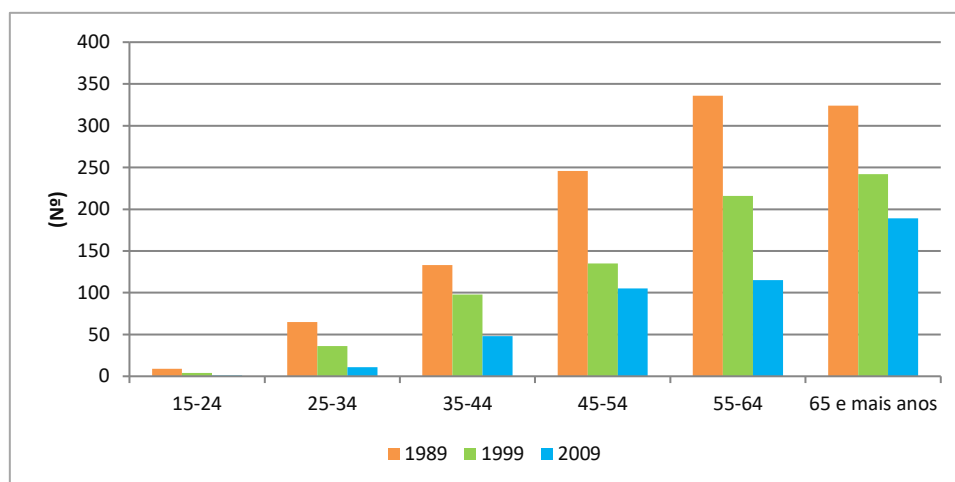
De acordo com os Recenseamentos Agrícolas, em 2009, 57,4% dos produtores agrícolas singulares dedicavam-se às suas explorações a tempo completo (269 produtores), sendo que em média, em Portugal apenas 21,2% dos produtores se dedicavam a tempo completo). Entre 1989 e 2009 registou-se um crescimento desta situação no concelho de Terras de Bouro (em 1989 correspondia a 46,2%).

Relativamente aos grupos etários dos produtores agrícolas singulares (Gráfico 29), observa-se que em 2009, no concelho de Terras de Bouro, apenas um produtor tinha idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (0,21%) e 11 produtores tinham idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos (2,35%), demonstrando que a população mais jovem não apresenta relevância na produção agrícola.

Por sua vez, o grupo etário com 65 ou mais anos de idade, em 2009, registava 189 produtores singulares (40,30%), seguindo-se o grupo etário dos 55 aos 64 anos com 115 produtores (24,52%). A tendência de

envelhecimento dos produtores agrícolas que se observa no concelho de Terras de Bouro apresenta-se semelhante à verificada em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado.

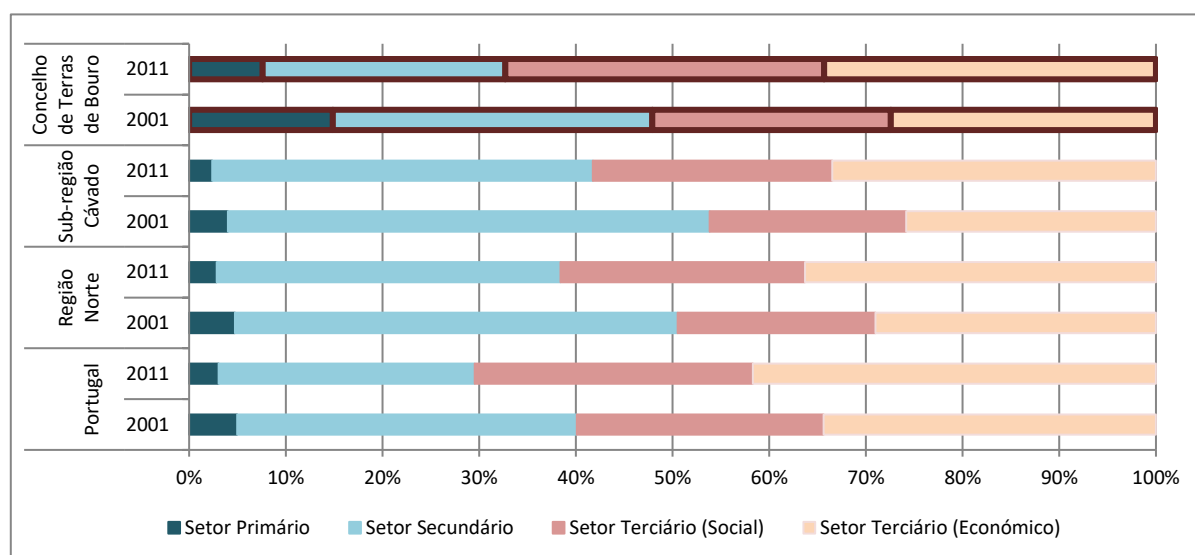
Gráfico 29. Produtores agrícolas singulares, tendo em conta a classe etária, em 2009, no município de Terras de Bouro



Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989, 1999 e 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Desta forma, face ao disposto, destaca-se que o setor terciário é o que emprega um maior quantitativo populacional no concelho de Terras de Bouro.

Gráfico 30. População empregada por setor de atividade (%), em 2011, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no concelho de Terras de Bouro

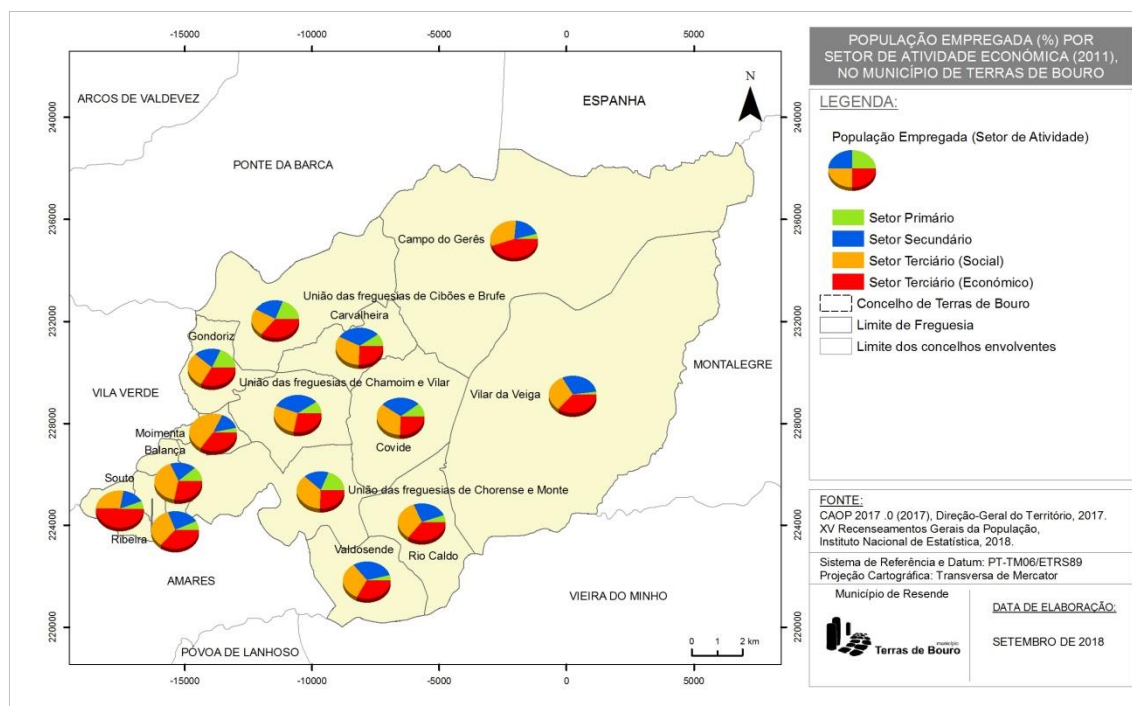


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 10 pode observar-se a distribuição da população empregada por setor de atividade económica ao longo das freguesias do concelho de Terras de Bouro, constatando-se a relevância que o setor terciário

apresenta em todas as freguesias do concelho, uma vez que representa mais de 50% da população empregada em todas as freguesias.

Mapa 10. População Empregada (%) por setor de atividade económica, em 2011, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

De um modo geral, no que se refere às atividades económicas, em 2011 era a atividade **"construção"** que mais população empregava no concelho de Terras de Bouro (370 indivíduos, correspondendo a 16,55% da população empregada), seguindo-se o **"alojamento, restauração e similares"** (335 indivíduos, correspondendo a 14,99% da população empregada), a **"administração pública e defesa e a segurança social obrigatória"** (291 indivíduos, correspondendo a 13,02% da população empregada) e o **"comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos"** (240 indivíduos, correspondendo a 10,74% da população empregada).

O facto de grande parte da população encontrar-se empregada nas atividades de alojamento, restauração e comércio, justifica-se por Terras de Bouro assumir, hoje em dia, uma posição de destaque no que se refere ao turismo de natureza e termal.

2.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

No que concerne às atividades económicas, importa analisar a constituição do tecido empresarial, designadamente o número e dimensão das empresas, o volume de negócios e as características das explorações agrícolas, que se apresentam relevantes no concelho de Terras de Bouro.

2.4.1. Número de Empresas

Tal como se pode constatar no quadro abaixo apresentado, em 2016 o concelho de Terras de Bouro registava a existência de 816 empresas no seu território, mais 11,9% do que o registado no ano 2011 (em 2011 eram apenas 574 empresas).

Embora constitua a unidade territorial que apresenta o maior crescimento no período analisado do número de empresas, verifica-se que é o concelho da sub-região Cávado com o menor número de empresas, apresentando um tecido empresarial reduzido.

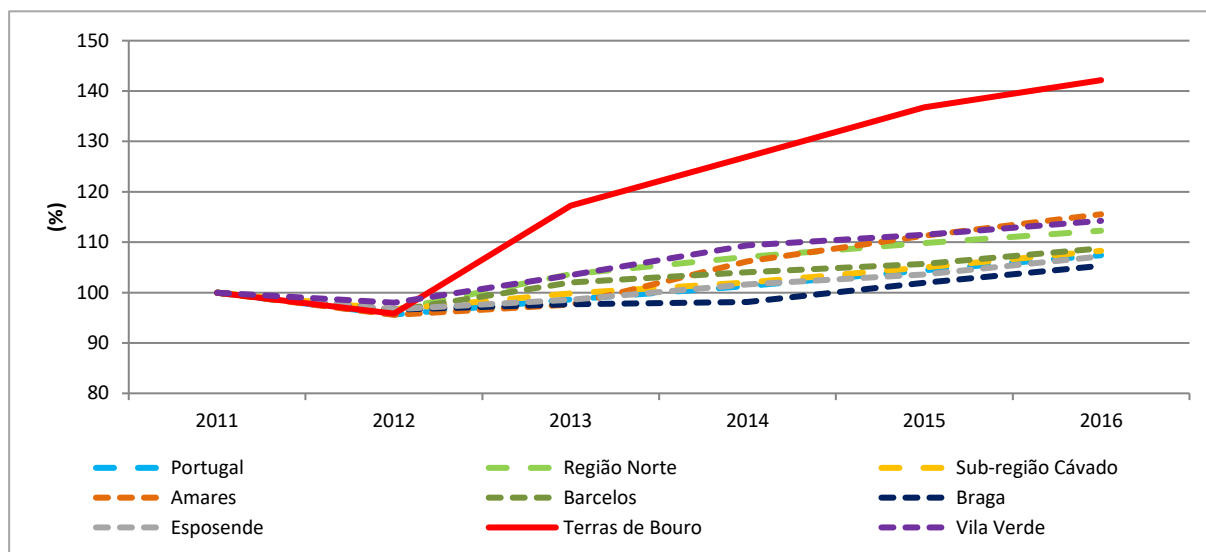
Quadro 7. Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2016

Número de Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição (2011- 2016)
Portugal	1.113.559	1.065.173	1.098.409	1.128.258	1.163.082	1.196.102	7,4%
Região Norte	361.159	348.819	374.475	386.677	396.653	405.518	12,3%
Sub-região Cávado	41.078	39.702	41.023	41.906	43.125	44.484	8,3%
Amares	1.602	1.531	1.564	1.701	1.783	1.851	15,5%
Barcelos	11.827	11.404	12.064	12.304	12.502	12.866	8,8%
Braga	19.060	18.414	18.621	18.710	19.428	20.072	5,3%
Esposende	3.929	3.799	3.872	3.992	4.071	4.211	7,2%
Terras de Bouro	574	550	673	729	785	816	42,2%
Vila Verde	4.086	4.004	4.229	4.470	4.556	4.668	14,2%

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Gráfico 31 pode aferir-se a significativa evolução do número de empresas que ocorreu no concelho de Terras de Bouro entre 2001 e 2016, registando-se um crescimento significativo desde o ano 2012.

Gráfico 31. Variação do número de empresas, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011)



Fonte: *Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.*

No Quadro 8 pode analisar-se a evolução do número de empresas por atividade económica, entre 2011 e 2016, onde se constata que a atividade económica que se destaca é a **"agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca"** com 231 empresas, correspondendo a 28% do total de empresas existentes no concelho de Terras de Bouro. Seguem-se as empresas de **"alojamento, restauração e similares"**, uma vez que em 2016 registava 155 empresas que correspondiam a 19% do total das empresas existentes nesse ano, e as empresas de **"comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos"** com 114 empresas em 2016 (14% do total das empresas existentes esse ano).

Quadro 8. Empresas (Nº e %) por Atividade Económica (CAE Rev. 3), entre 2015 e 2016, no município de Terras de Bouro

Atividade Económica (CAE Rev.3)	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Variação (%)
	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	29	5%	33	6%	144	21%	218	30%	232	30%	231	28%	697%
B - Indústrias extrativas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
C - Indústrias transformadoras	21	4%	21	4%	20	3%	20	3%	15	2%	16	2%	-24%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0%	1	0%	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	-100%
F - Construção	66	11%	66	12%	66	10%	66	9%	66	8%	66	8%	0%
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	125	22%	126	23%	123	18%	112	15%	113	14%	114	14%	-9%
H - Transportes e armazenagem	16	3%	15	3%	15	2%	15	2%	15	2%	14	2%	-13%
I - Alojamento, restauração e similares	149	26%	136	25%	143	21%	133	18%	146	19%	155	19%	4%

Atividade Económica (CAE Rev.3)	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Variação (%)
	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	
J - Atividades de informação e de comunicação	8	1%	7	1%	5	1%	4	1%	3	0%	4	0%	-50%
L - Atividades imobiliárias	3	1%	2	0%	3	0%	4	1%	3	0%	2	0%	-33%
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	17	3%	15	3%	16	2%	16	2%	19	2%	20	2%	18%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	21	4%	24	4%	37	5%	38	5%	72	9%	91	11%	333%
O - Educação	26	5%	19	3%	16	2%	17	2%	21	3%	23	3%	-12%
P - Atividades de saúde humana e apoio social	29	5%	27	5%	29	4%	23	3%	26	3%	27	3%	-7%
Q - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	9	2%	9	2%	12	2%	11	2%	12	2%	13	2%	44%
R - Outras atividades de serviços	54	9%	47	9%	43	6%	51	7%	45	6%	42	5%	-22%
Total	574	100%	550	100%	673	100%	729	100%	785	100%	816	100%	42%

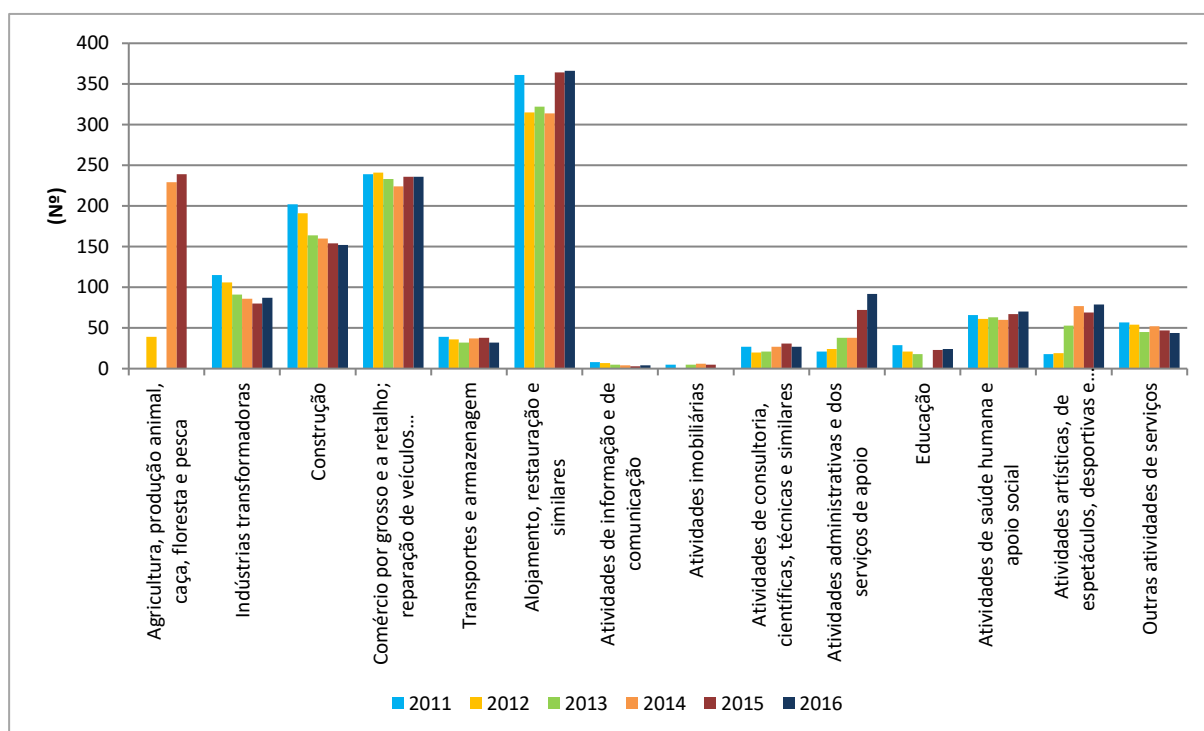
Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.4.2. Dimensão das Empresas

No concelho de Terras de Bouro verifica-se que, entre 2011 e 2016, ocorreu um aumento de 25,2% do pessoal ao serviço nas empresas, de um modo geral, sendo que em 2011 se registavam 1.206 indivíduos e em 2016 eram já 1.510 indivíduos.

As atividades que, em 2016, se apresentavam mais expressivas eram o “**alojamento, restauração e similares**” com 366 indivíduos, o “**comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos**” com 236 indivíduos e “**construção**” com 152 indivíduos. Salienta-se que estas três atividades económicas em conjunto correspondiam a 50% das pessoas ao serviço no ano 2016 (754 indivíduos).

Gráfico 32. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos por atividade económica no município de Terras de Bouro, entre 2011 e 2016²



Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Entre 2011 e 2016 registou-se uma variação positiva do pessoal ao serviço nas empresas do concelho de Terras de Bouro de 25,2%, crescimento superior ao registado nas restantes unidades territoriais que integra.

Destaca-se ainda que, no contexto intermunicipal da CIM Cávado, o concelho de Terras de Bouro constitui o concelho com o menor número de pessoal ao serviço nas suas empresas em 2016.

² Destaca-se que a informação proveniente do Instituto Nacional de Estatística não se apresenta completa, sendo que alguns anos não apresentam o número de pessoal ao serviço em algumas das atividades económicas.

Quadro 9. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos, entre 2011 e 2016

Pessoal ao serviço das empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (2011-2016)
Portugal	3.631.747	3.405.269	3.377.598	3.449.428	3.578.913	3.704.740	2,0%
Região Norte	1.233.550	1.166.635	1.174.453	1.213.857	1.256.184	1.309.039	6,1%
Sub-região Cávado	143.349	135.525	134.455	141.524	148.169	156.294	9,0%
Concelho de Terras de Bouro	1.206	1.178	1.276	1.378	1.472	1.510	25,2%

Fonte: *Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.*

Por fim, no que se refere ao número de empresas por escalão de pessoal ao serviço (Quadro 10), constata-se que são as empresas com menos de 10 funcionários que se destacam, uma vez que em 2016 correspondia a 98% das empresas (800 empresas), seguindo-se as empresas com 10 a 49 funcionários que correspondia a 1,6% (13 empresas). Por sua vez, registou-se em 2016 apenas 3 empresas com 50 ou mais funcionários (0,4%).

Em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado verifica-se uma tendência similar, uma vez que as empresas que se destacam empregam menos de 10 funcionários enquanto as empresas com mais de 50 funcionários são pouco significativas.

Entre 2011 e 2016 verifica-se que no concelho de Terras de Bouro as empresas com menos de 10 funcionários apresentaram um crescimento de 43% (aumentou 242 empresas), assim como as empresas com 50 ou mais funcionários cresceu 200% (aumentou 2 empresas), enquanto, por outro lado, as empresas com 10 a 49 funcionários apresentaram um decréscimo de 13% (decreceu 2 empresas).

Quadro 10. Escalão de empresas por pessoal ao serviço, entre 2011 e 2016

Escalão de pessoal ao serviço das empresas	2011			2012			2013			2014			2015			2016			Variação (2011-2016)		
	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais	Menos de 10 pessoas	10 a 49 pessoas	50 ou mais
Portugal	1.067.581	39.494	6.484	1.023.229	35.933	6.011	1.058.281	34.220	5.908	1.087.668	34.599	5.991	1.120.652	36.210	6.220	1.152.044	37.534	6.524	7,9%	-5,0%	0,6%
Região Norte	343.476	15.294	2.389	332.370	14.218	2.231	358.568	13.690	2.217	370.602	13.811	2.264	379.757	14.552	2.344	387.987	15.068	2.463	13,0%	-1,5%	3,1%
Sub-região Cávado	38.822	1.967	289	37.620	1.814	268	38.969	1.788	266	39.814	1.810	282	40.943	1.896	286	42.179	1.997	308	8,6%	1,5%	6,6%
Concelho de Terras de Bouro	558	15	1	537	12	1	659	13	1	715	12	2	770	14	1	800	13	3	43,4%	-13,3%	200,0%

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.4.3. Volume de Negócios

No que concerne ao volume de negócios no concelho de Terras de Bouro, observa-se que entre 2011 e 2016 ocorreu um crescimento de 21,56% (em 2011 era de 43.660.136€ e em 2016 era de 52.236.659€). Este crescimento que se observou no concelho de Terras de Bouro apresentou-se bastante positivo, uma vez que as restantes unidades territoriais em que este se encontra integrado registaram crescimentos mais tímidos e até decréscimos (Portugal registou um decréscimo de 0,28%, a região Norte um crescimento de 5,52% e a sub-região Cávado um crescimento de 2,16%).

Embora o crescimento do volume de negócios, em termos proporcionais tenha sido superior ao da sub-região Cávado, deve destacar-se que o concelho de Terras de Bouro constitui o concelho que apresenta o volume de negócios mais reduzido na sub-região.

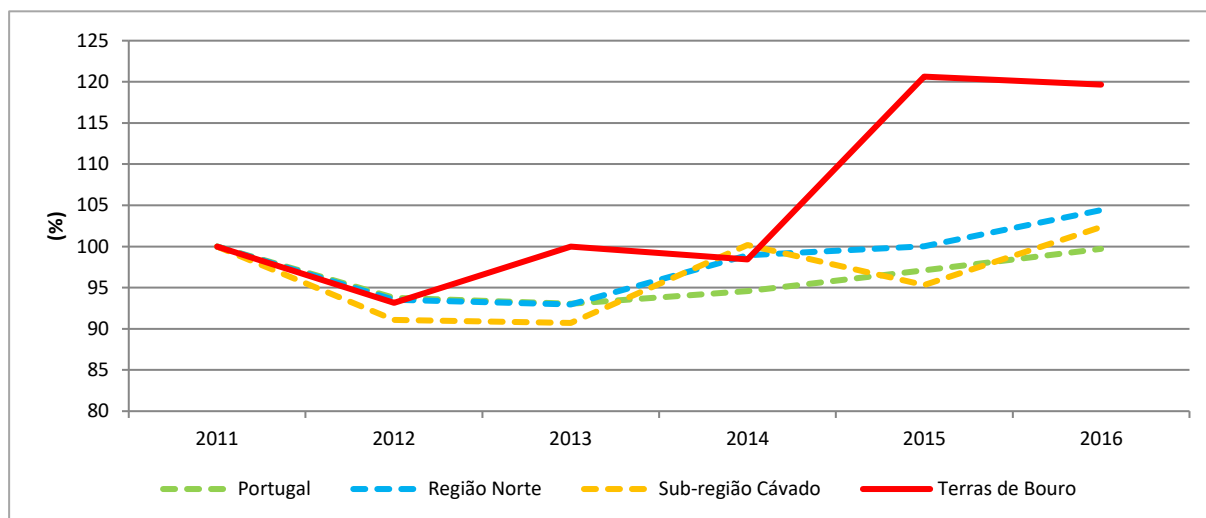
Quadro 11. Evolução do volume de negócios (Euros), entre 2011 e 2016

	Portugal	Região Norte	Sub-região Cávado	Concelho de Terras de Bouro
2011	341.442.775.962	93.845.340.174	10.141.224.094	43.660.136
2012	320.136.230.028	87.778.850.782	9.237.002.915	40.672.003
2013	317.715.144.719	87.241.336.955	9.199.918.346	43.657.021
2014	323.008.553.915	92.861.690.340	1.016.160.1651	42.972.887
2015	331.601.856.055	93.871.590.206	9.665.616.223	52.668.346
2016	340.479.969.424	97.992.279.593	1.038.070.7124	52.236.659
Variação	-0,28%	5,52%	2,16%	21,56%

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Comparativamente com o desempenho que se observou nas restantes unidades territoriais (Portugal, região Norte e sub-região Cávado), o concelho de Terras de Bouro apresentou uma evolução favorável da proporção do volume de negócios desde 2014, assumindo como referência o ano 2011.

Gráfico 33. Variação da proporção do volume de negócios, entre 2011 e 2016 (índice de base 100 em 2011)

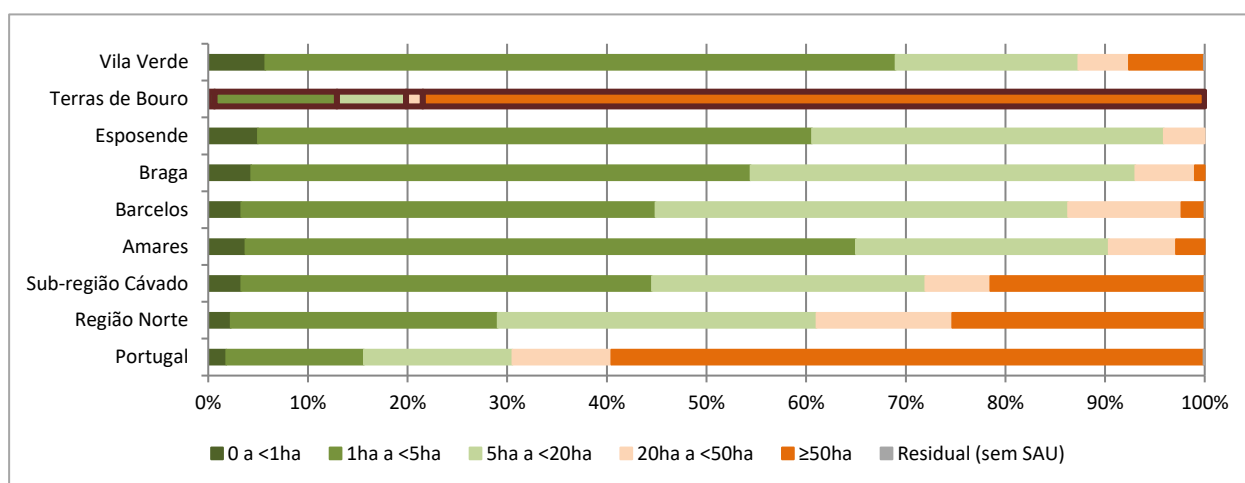


Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.4.4. Dimensão das Explorações Agrícolas

No que concerne à dimensão das explorações agrícolas, observa-se que no concelho de Terras de Bouro elas são maioritariamente de grandes dimensões, destacando-se em comparação com a média de Portugal, da região Norte e da sub-região Cávado (Gráfico 34), dado que no concelho de Terras de Bouro as explorações com uma dimensão ≥ 50 ha correspondem a 78% do total das explorações existentes no concelho (em Portugal esta classe corresponde a 59%, na região Norte a 25% e na sub-região Cávado a 21%).

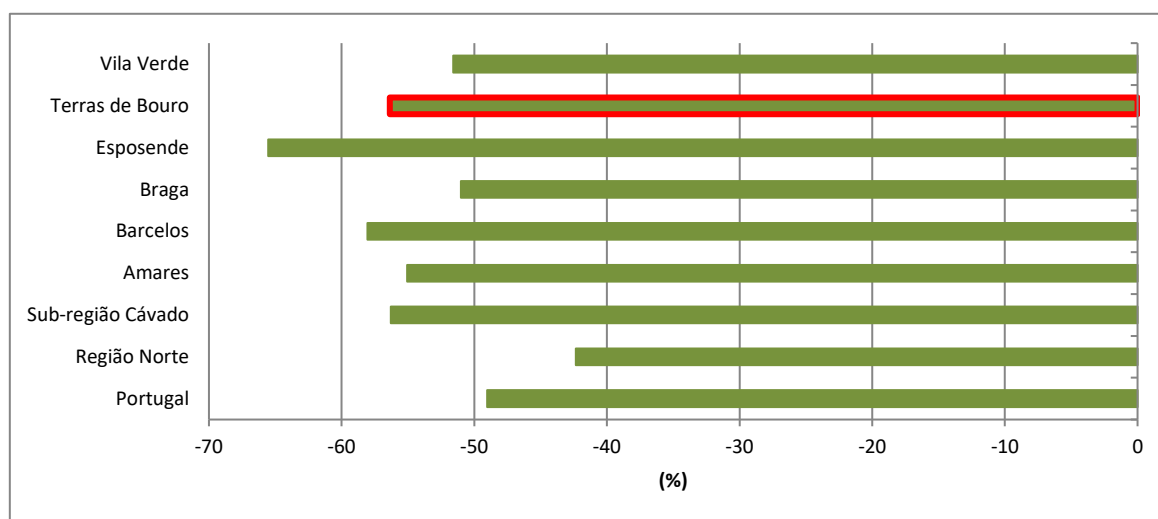
Gráfico 34. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente ao número das explorações (Gráfico 35) verifica-se que, de um modo geral, ocorreu, entre 1989 e 2009, um decréscimo no concelho de Terras de Bouro (-56,37%), uma vez que em 1989 registavam-se 1.123 explorações agrícolas e em 2009 eram apenas 490 explorações agrícolas. Esta tendência de decréscimo foi também verificada em Portugal (-49,02%), na região Norte (-42,33%) e na sub-região Cávado (-56,28%).

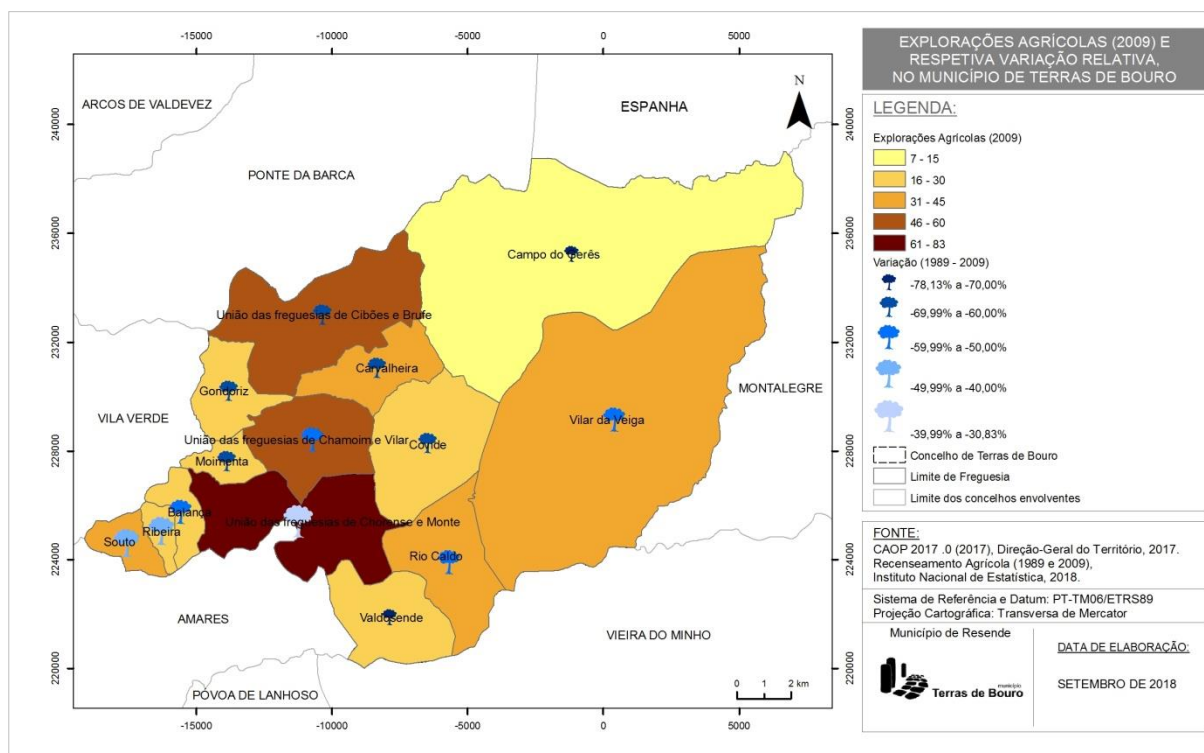
Gráfico 35. Variação relativa das explorações agrícolas (%) entre 1989 e 2009, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989 e de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 11 é possível observar-se a distribuição do número das explorações agrícolas nas freguesias que compõem o concelho de Terras de Bouro em 2009 e a respetiva variação relativa (entre 1989 e 2009), verificando-se que é a União das freguesias de Chorense e Monte que apresenta um maior número de explorações (83), seguindo-se a União das freguesias de Chamoim e Vilar (54 explorações) e a União das freguesias de Cibões e Brufe (48 explorações). Por sua vez, a freguesia de Campo do Gerês possui apenas 7 explorações em 2009.

Mapa 11. Explorações Agrícolas (Nº) em 2009 e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

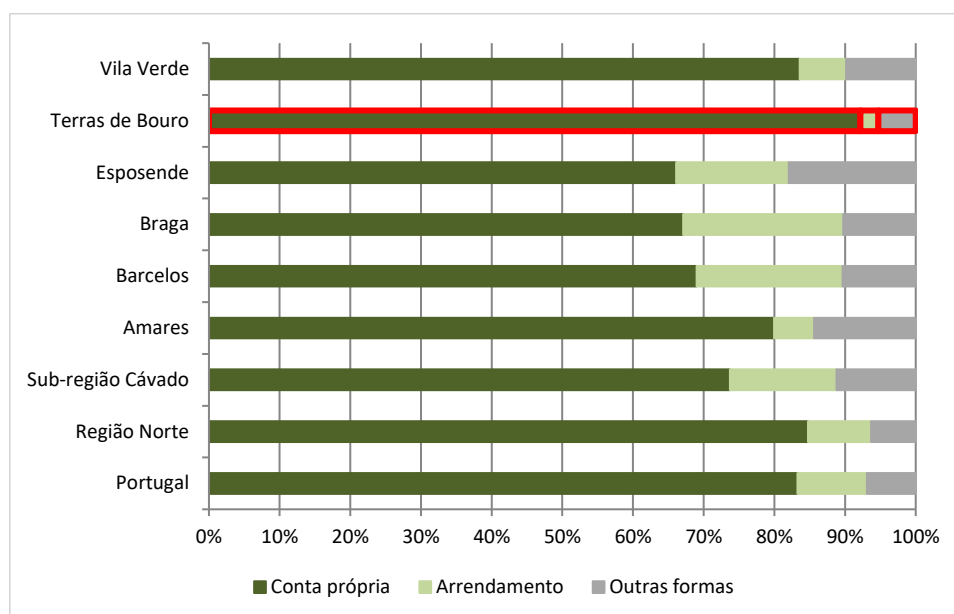
Entre 1989 e 2009 verifica-se que todas as freguesias apresentaram um decréscimo das suas explorações, destacando-se a freguesia de Campo do Gerês com um decréscimo de 78,13% e a freguesia de Valdossende com um decréscimo de 73,49%. A União das freguesias de Chorense e Monte apresentou um decréscimo de apenas 30,83%, porém as restantes freguesias apresentaram uma variação negativa superior a 40%.

2.4.5. Formas de Exploração da Superfície Agrícola

Relativamente às formas de exploração da superfície agrícola no concelho de Terras de Bouro, verifica-se que as explorações por conta própria (471 explorações) destacam-se por representar 92,2% das explorações existentes no concelho. Por sua vez, as explorações em forma de arrendamento são menos representativas uma vez que correspondem a 2,5% das explorações existentes no concelho (13 explorações).

Desta forma, tal como se pode constatar no Gráfico 36, o concelho de Terras do Bouro segue a mesma tendência que se observa em Portugal (83,2% das explorações são por conta própria), na região Norte (84,8% das explorações são por conta própria) e na sub-região Cávado (73,7% das explorações são por conta própria) porém nestas três unidades territoriais são as outras formas de exploração que se apresentam menos representativas, uma vez que o arrendamento ganha uma maior representatividade.

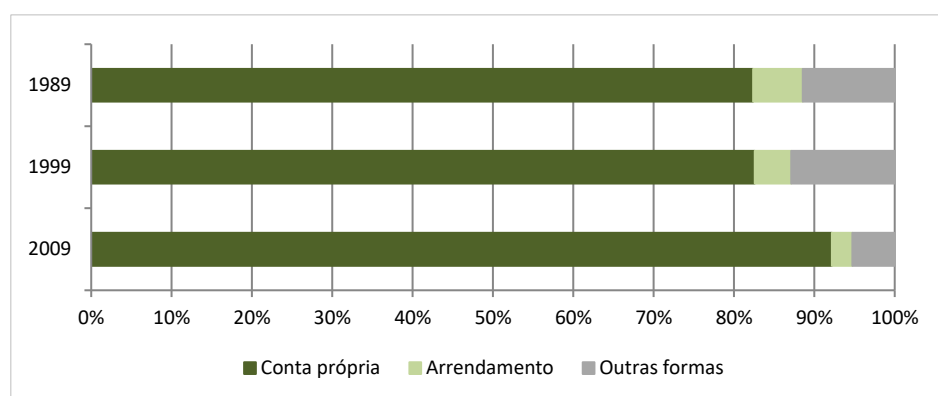
Gráfico 36. Formas de Exploração Agrícola (%), em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios em 2009



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A evolução das formas de exploração agrícola, entre 1989 e 2009, no concelho de Terras de Bouro pode observar-se no Gráfico 37, onde se constata que as explorações por conta própria foram ganhando relevância (11,9%) no decorrer dos anos (em 1989 correspondia a 82,4% das explorações e em 2009 correspondia a 92,2%), por sua vez, o arrendamento e as outras formas de exploração perderam relevância ao longo dos anos (o arrendamento decresceu 58,9% e as outras formas de exploração decresceram 53,8%).

Gráfico 37. Forma de Exploração Agrícola (%), entre 1989 e 2009, no município de Terras de Bouro



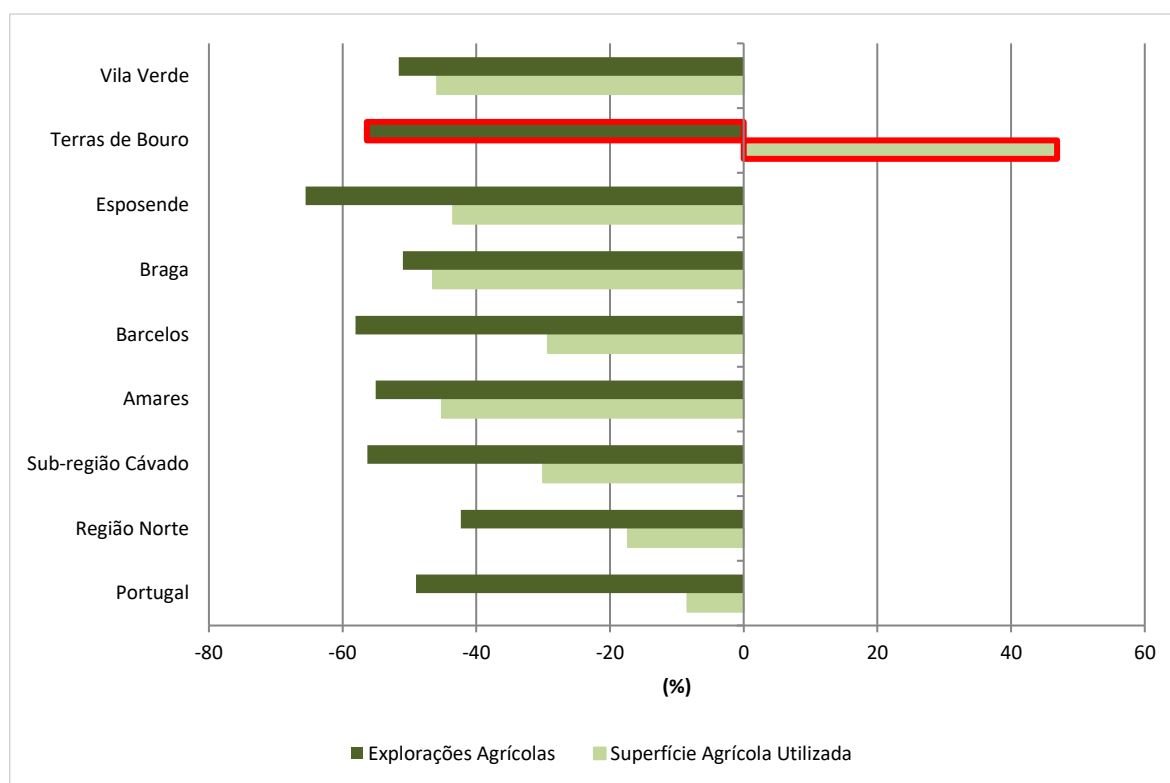
Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989, 1999 e 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

2.4.6. Superfície Agrícola Utilizada

Relativamente à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), verifica-se que o concelho de Terras de Bouro assistiu a um crescimento de 46,9% (Gráfico 38), contrariando a tendência observada em Portugal (-8,4%), na região Norte (-17,3%) e na sub-região Cávado (-30,0%), uma vez que a SAU do concelho de Terras de Bouro em 1989 era de 4.620 ha e em 2009 era já de 6.786 ha. Por sua vez o número de explorações agrícolas apresentou um decréscimo no concelho de -56,37%, acompanhando a tendência das restantes unidades territoriais.

Face ao disposto compreende-se que embora o número de explorações agrícolas tenha decrescido, a verdade é que as suas áreas e a sua SAU sofreram aumentos significativos, permitindo assim que as explorações com dimensões ≥ 50 ha sejam significativas.

Gráfico 38. Variação relativa entre 1989 e 2009 da superfície agrícola utilizada e das explorações agrícolas, em Portugal, na região Norte e na Sub-região Cávado e respetivos municípios

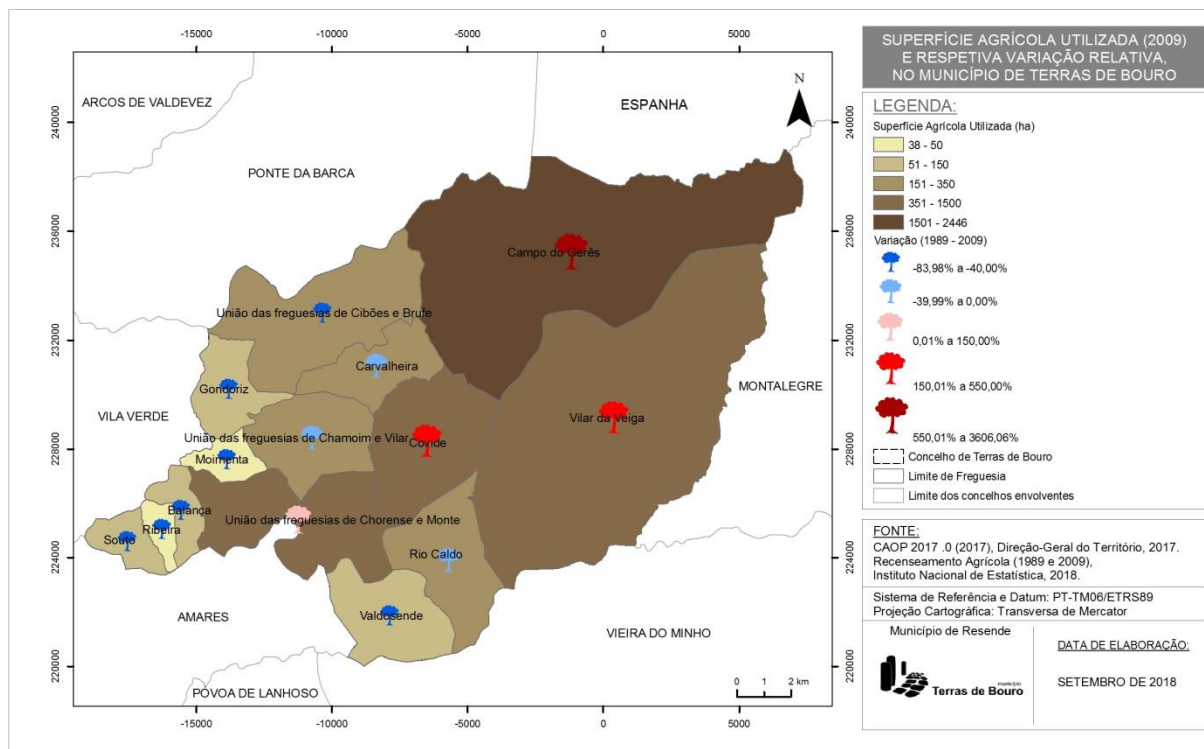


Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989 e 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 12 pode observar-se a distribuição da SAU por freguesia, em hectares, no concelho de Terras de Bouro, onde se destaca a freguesia de Campo do Gerês (em 2009 apresentava uma extensão de 2.446 ha), seguindo-se a freguesia de Vilar da Veiga (apresentava uma extensão de 1.321 ha), correspondendo também às duas freguesias onde a variação entre 1989 e 2009 foi mais significativa (3.606,1% e 506,0%, respetivamente), por sua vez a freguesia de Moimenta constitui a freguesia com uma extensão de SAU mais reduzida (38 ha em 2009), seguindo-se a freguesia de Ribeira (45 ha em 2009). Salienta-se que a freguesia de Campo do Gerês

apresenta-se, em 2009, como a freguesia com um menor número de explorações, porém a sua extensão de SAU apresenta-se muito significativa no concelho.

Mapa 12. Superfície Agrícola Utilizada (ha) em 2009 e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro

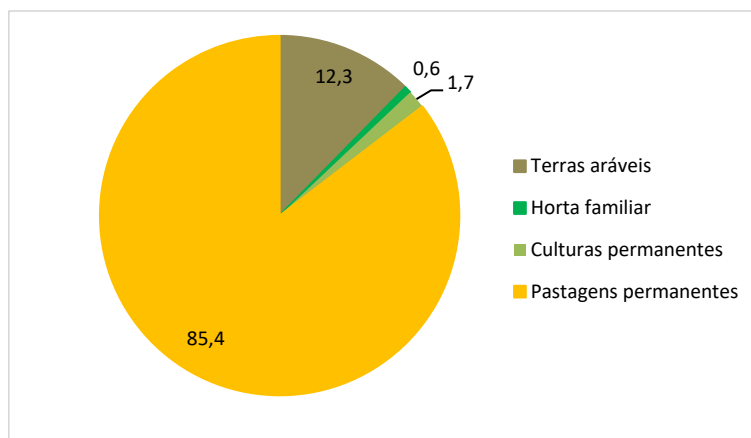


Elaborado pela Planum, 2018.

Composição da SAU

No que concerne à composição da SAU em 2009, no concelho de Terras de Bouro (Gráfico 39), observa-se que eram as pastagens permanentes que se salientavam (85,4%) com uma área de 5.795 ha.

Gráfico 39. Composição da superfície agrícola utilizada, em 2009, no município de Terras de Bouro



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Quadro 12 verifica-se que em Portugal e na região Norte são também as pastagens permanentes que se destacam, porém apresentam proporções menos significativas, enquanto na sub-região Cávado são as terras aráveis que se destacam. Destaca-se, inclusive, que o concelho de Terras de Bouro detém 81,6% das áreas de pastagens permanentes existentes na sub-região Cávado, uma vez que em 2009, a sub-região Cávado registava 7.096 ha de pastagens permanentes e o concelho de Terras de Bouro registava 5.795 ha.

Quadro 12. Composição da Superfície Agrícola Utilizada (%), entre 1989, 1999 e 2009

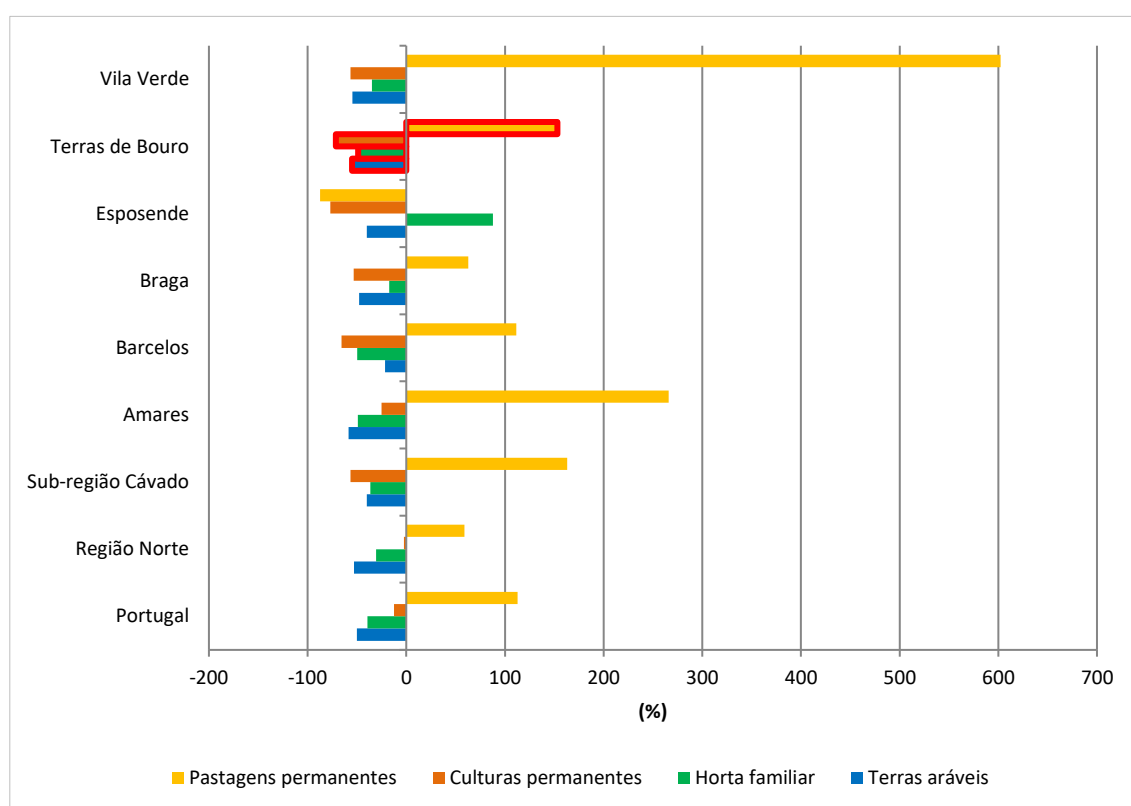
Composição da SAU (%)	1989				1999				2009			
	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Portugal	58,6	0,8	19,7	20,9	45,0	0,6	18,4	36,0	32,0	0,5	18,8	48,7
Região Norte	51,2	1,5	28,7	18,6	38,5	1,2	33,9	26,4	29,1	1,3	33,9	35,7
Sub-região Cávado	75,7	1,8	16,3	6,2	61,1	1,4	14,7	22,7	65,1	1,7	10,1	23,2
Concelho de Terras de Bouro	40,2	1,8	8,5	49,5	11,9	0,4	2,5	85,1	12,3	0,6	1,7	85,4

Fonte: Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à variação relativa da composição da SAU, entre 1989 e 2009 (Gráfico 40), constata-se que no concelho de Terras de Bouro as pastagens permanentes apresentaram uma variação positiva de 153% (em 1989 era de 2.289 ha e em 2009 era já de 5.795 ha), sendo que as hortas familiares (-49), as terras aráveis (-55%) e as culturas permanentes (-71%) registaram um decréscimo no período analisado.

Esta tendência foi também seguida em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado, onde as pastagens permanentes constituíram a única composição com uma variação positiva entre 1989 e 2009 de 113%, 59% e 163%, respetivamente.

Gráfico 40. Variação relativa da Superfície Agrícola Utilizada em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios, entre 1989 e 2009



Fonte: Recenseamento Agrícola de 1989 e 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quanto às pastagens permanentes deve destacar-se o cabrito biológico, uma vez que constitui o motivo para o aumento destas no concelho, constituindo uma produção que prima pela qualidade e por uma produção natural, constituindo um dos produtos de excelência do concelho de Terras de Bouro.

2.4.7. Turismo

Tal como se viu anteriormente, o setor do turismo apresenta elevada relevância no concelho de Terras de Bouro, encontrando-se relacionado com o turismo de natureza e termal.

De acordo com o INE (2018), no ano 2017 registava-se um total de 47 empreendimentos turísticos no concelho de Terras de Bouro (11 hotéis, 32 pensões, 1 hotel-apartamento e 3 apartamentos turísticos), mais 29 do que os registados em 2011 (em 2011 contabilizavam-se 18 empreendimentos turísticos no concelho). Este crescimento que se verificou no concelho de Terras de Bouro apresentou-se idêntico ao registado nas restantes unidades territoriais que este integra.

Quadro 13. Evolução dos empreendimentos turísticos, entre 2011 e 2017

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2011-2017)
Portugal	2.019	2.028	3.345	3.578	4.339	4.805	5.840	189,3%
Região Norte	453	463	860	922	1.098	1.141	1.313	189,8%
Sub-região Cávado	65	65	102	113	127	132	155	138,5%
Concelho de Terras de Bouro	18	19	29	31	37	38	47	161,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A estada média no ano 2017, no concelho de Terras de Bouro, era de 2 noites, apresentando um valor superior ao registado na região Norte (1,8 noites) e na sub-região Cávado (1,9 noites), porém inferior ao valor registado em Portugal (2,7 noites). Entre 2011 e 2017 registou-se uma estabilidade do valor da estada média no concelho oscilando entre 2 noites e 2,1 noites.

Relativamente ao número de dormidas, constata-se que em 2017 registaram-se 143.583 dormidas no concelho de Terras de Bouro (77.309 em hotéis e 47.922 em pensões), mais 84.438 do que as registadas no ano 2011 (em 2011 registaram-se 59.145 dormidas), verificando-se um aumento de 142,7%. Este crescimento apresenta-se superior no concelho de Terras de Bouro em comparação com as restantes unidades territoriais que integra, nomeadamente Portugal (65,8%), a região Norte (98,1%) e a sub-região Cávado (85,3%).

No que concerne ao número de quartos, registou-se igualmente um crescimento entre 2011 e 2017 de 279 quartos (em 2011 registaram-se 477 quartos e em 2017 registaram-se 756 quartos). O concelho de Terras de Bouro registou uma variação de 58,5% entre o período analisado, registando um crescimento superior ao registado nas restantes escalas.

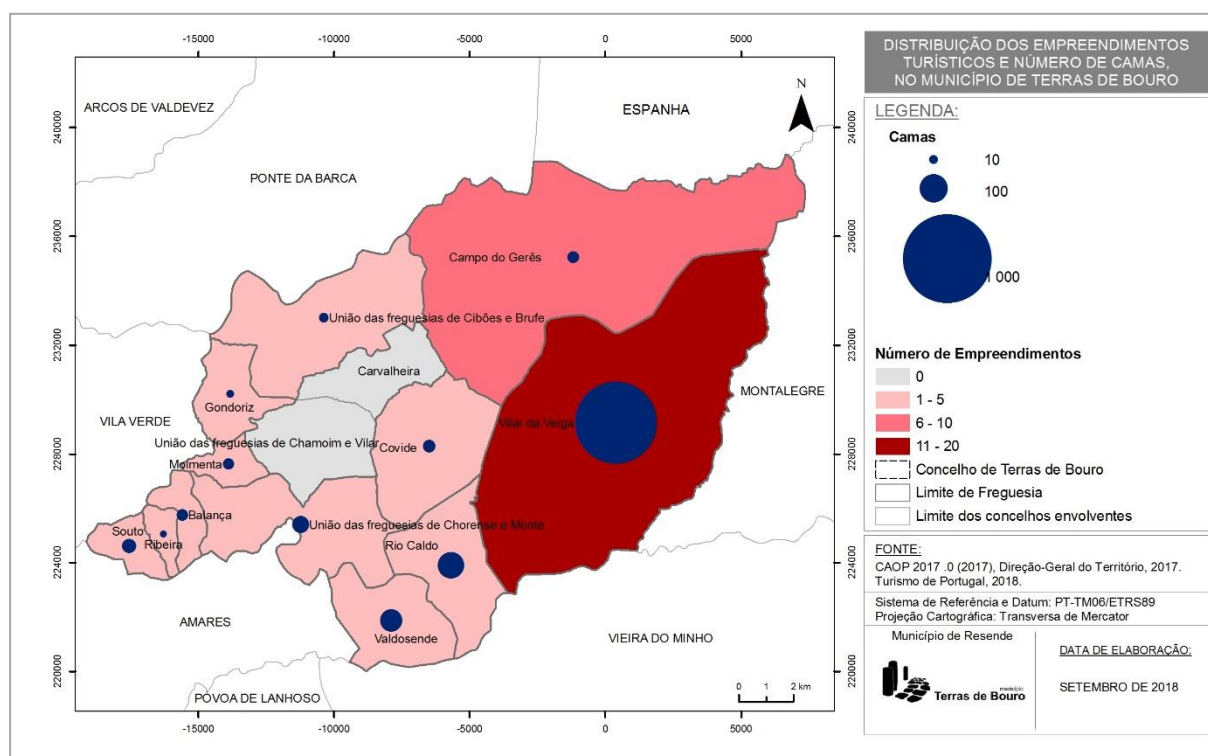
Os proveitos dos aposentos também cresceram entre 2011 e 2017, sendo que em 2017 eram de 3.954€ (em 2011 eram apenas 1.728€).

A taxa líquida de ocupação do concelho de Terras de Bouro, em 2017, apresenta-se inferior à registada nas restantes unidades territoriais, dado que era de 30,5, enquanto em Portugal era de 48,9, na região Norte de 42,0 e na sub-região Cávado de 37,7.

Face ao disposto, apresenta-se fulcral salientar a relevância que o turismo apresenta para o concelho de Terras de Bouro, graças ao seu património natural e demais características únicas que o concelho oferece, onde se deve destacar o potencial que o Parque Nacional da Peneda Gerês apresenta para o concelho. Verifica-se que a atividade turística constitui um exemplo de dinamismo do concelho de Terras de Bouro, dada a evolução positiva que tem vindo a registar no decorrer dos anos, tal como se pode constatar com a análise dos diversos indicadores.

De acordo com o Turismo de Portugal, à data, registavam-se 47 empreendimentos turísticos³ existentes no concelho de Terras de Bouro, distribuídos ao longo das diversas freguesias do concelho (excetuando-se as freguesias de Carvalheira e a União das freguesias de Chamoim e Vilar) e destacando-se a freguesia de Vila da Veiga.

Mapa 13. Distribuição dos empreendimentos turísticos e do número de camas, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Encontra-se também quatro projetos de empreendimentos turísticos aprovados com parecer favorável do Turismo de Portugal localizados na freguesia de Vila da Veiga, Rio Caldo e Covide (Quadro 14), cuja concretização irá apresentar-se uma mais-valia para o concelho, uma vez que irá permitir uma maior diversidade de possibilidade de alojamento e oferecer um maior número de camas, que associada à deslumbrante paisagem do Gerês, com uma tranquilidade natural e com a preservação do ambiente rural e do património distribuído ao longo do concelho, criará a oportunidade de atração de um número mais significativo de turistas e consequentemente de potenciar a economia local.

³ Ver Anexo 1, onde se encontram descritos os empreendimentos turísticos existentes no concelho de Terras de Bouro.

Quadro 14. Projetos de empreendimentos turísticos, de acordo com a tipologia, categoria e localização (2018), no município de Terras de Bouro

Freguesia	Denominação	Tipologia de empreendimento turístico	Categoria	Nº de camas fixas/utentes	Nº de quartos
Vilar da Veiga	Lagoa Azul do Gerês	Hotel	2*	36	14
	Green Gerês Design Hotel	Hotel	4*	56	20
Rio Caldo	Hotel Rural	Hotel Rural	3*	27	15
Covide	Hotel Rural da Geira	Hotel Rural	4*	60	30

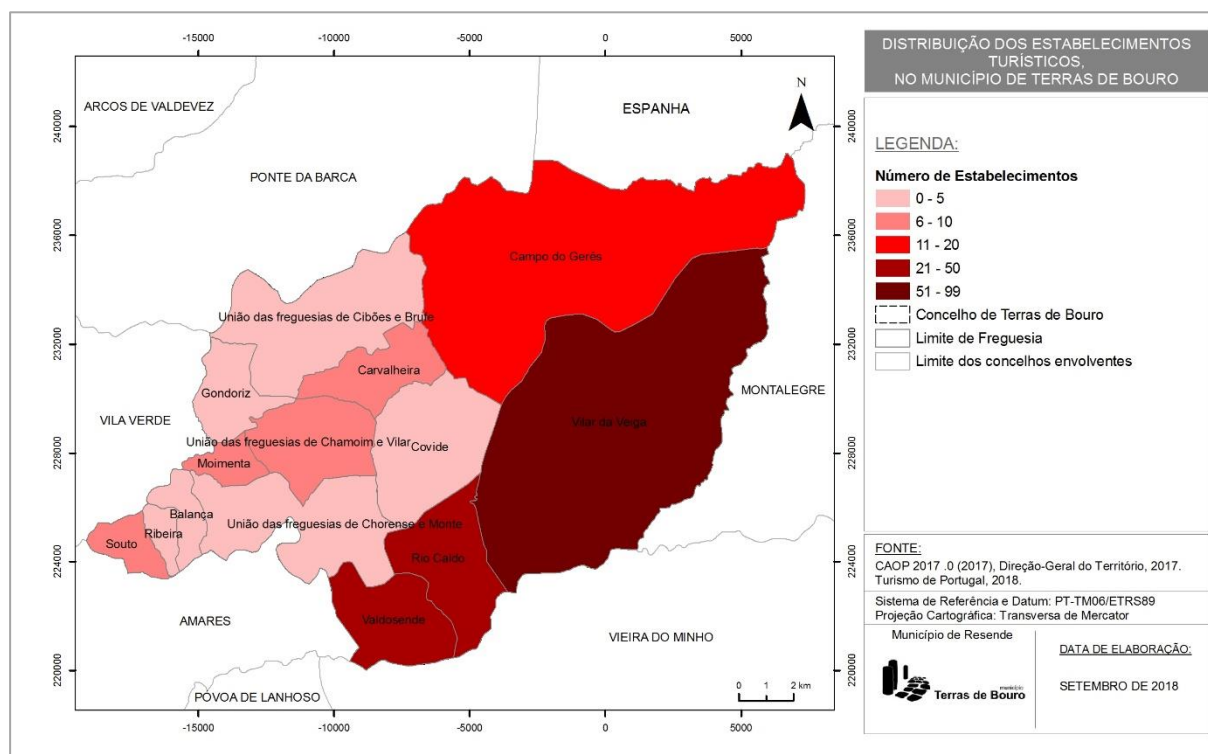
Fonte: Sistemas de Informação Geográfica do Turismo, 2018⁴.

Para além do disposto, o Turismo de Portugal indica a existência de 238 estabelecimentos de alojamento local, distribuídos ao longo de todo o concelho, oferecendo assim um maior leque de oferta para os turistas que visitam o concelho.

Assim, entre 2015 (ano em que o PDM de Terras de Bouro entrou em vigor) e 2018, verificou-se que os empreendimentos turísticos e a oferta de alojamento turístico registaram um crescimento no concelho, a par com o aumento significativo de alojamento local que se registou no concelho (desde 2015 até 2018, inclusive, registou-se a abertura ao público de 215 alojamentos locais no concelho), permitindo assim que se unam esforços na concretização de alguns dos eixos estratégicos definidos pelo PDM de Terras de Bouro, levando a que o concelho se torne mais atrativo, desenvolvendo o tecido económico concelhio e permitindo que o território diversifique os seus polos turísticos.

⁴ Retirado em: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (acedido a 20 de dezembro de 2018)

Mapa 14. Distribuição dos estabelecimentos turísticos, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Por fim, no que concerne aos agentes de animação, constata-se que existem 26 no concelho de Terras de Bouro, sendo que destes, 24 abriram ao público desde 2015, localizadas nas freguesias de Vilar da Veiga (11 agentes), de Rio Caldo (9 agentes), de Valdosoende (3 agentes), de Campo de Gerês (2 agentes) e de Moimenta (1 agente), oferecendo um leque diversificado de atividades ligadas à natureza fundamentalmente.

Desta forma, o concelho de Terras de Bouro, por se localizar em pleno Parque Nacional da Peneda Gerês beneficia de uma paisagem e natureza únicas e deslumbrantes. Assim, dispõem de empresas turísticas ligadas à natureza, nomeadamente à água e à montanha, com atividades desde gaivotas, canoas, passeios pedestres, entre outros, para além da vasta rede de trilhos pedestres com diversas extensões e graus de dificuldade.

O património natural constitui então uma mais-valia para o concelho e para o impulsionamento do turismo, graças à beleza excecional do Parque Nacional da Peneda Gerês onde se destaca a Serra Amarela, a Mata da Albergaria entre outros, a par com o património arquitetónico, arqueológico, etnográfico, religioso, com a gastronomia local e com as termas (do Gerês e de Moimenta) e a marina do Rio Caldo.

3. DINÂMICAS TERRITORIAIS

Através das dinâmicas territoriais pretende-se analisar a evolução do uso e ocupação do solo, dos valores territoriais, das infraestruturas e equipamentos, entre outros, no concelho de Terras de Bouro, comparando sempre que possível com outras unidades territoriais com o intuito de compreender se as dinâmicas concelhias seguem a tendência da sub-região Cávado e da região Norte.

3.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

Por constituir a base da organização dos diversos territórios, a ocupação do solo apresenta-se como um indicador indispensável na presente análise, pois apresenta-se como um elemento fulcral para a avaliação do ordenamento do território. Para tal, foi tida em consideração a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015 (COS 2015), sendo esta a base utilizada para a ponderação do uso e ocupação do solo do concelho de Terras de Bouro e usada para cartografar a mesma.

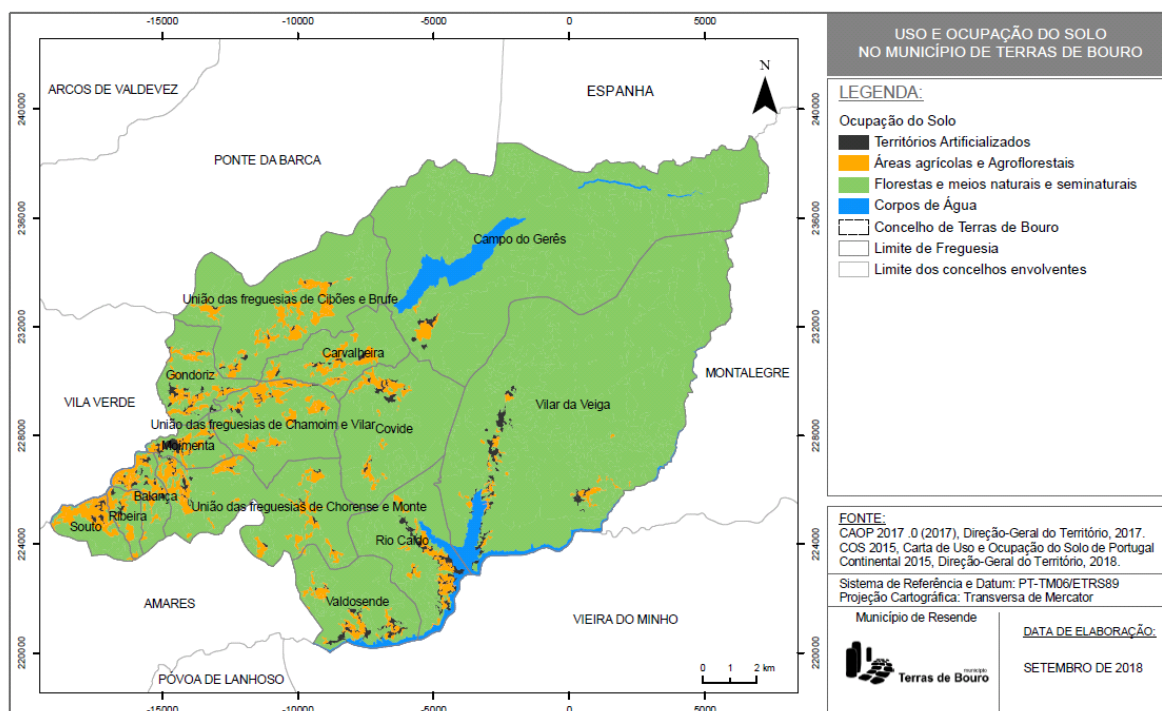
Com o intuito de compreender a evolução do uso do solo no concelho de Terras de Bouro, foram tidos em conta os dados referentes à COS 1995 (Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 1995), permitindo que ao longo da presente análise seja efetuada uma comparação entre 1995 e 2015, uma vez que a análise da evolução do solo e da ocupação agrícola e florestal apresentam-se de elevada relevância para o concelho.

3.1.1. Ocupação do Solo

No concelho de Terras de Bouro, tal como se pode constatar no Mapa 15 e no Gráfico 41, é a ocupação de florestas e meios naturais e seminaturais que se salienta, com uma área de 24.518,55 ha que corresponde a 88,4% da área concelhia. Seguem-se as áreas agrícolas e agroflorestais com uma área de 1.973,10 ha que corresponde a 7,1% da área concelhia.

Por outro lado, os corpos de água e os territórios artificializados constituem as ocupações de solo menos relevantes no concelho, correspondendo a 693,79 ha (2,5% da área concelhia) e 560,62 ha (2,0% da área do concelho) respetivamente.

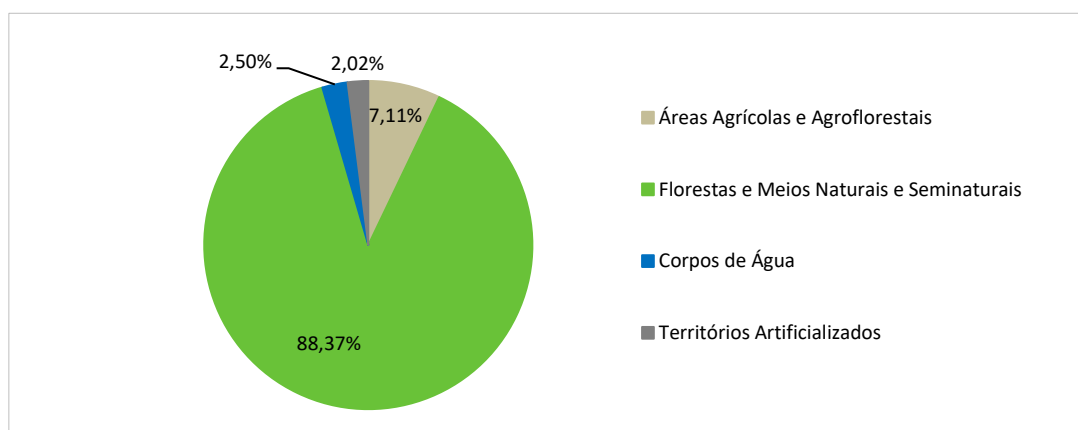
Mapa 15. Uso e ocupação do solo (cos2015), no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

No Gráfico 41 pode observar-se a representatividade na área do concelho de cada ocupação do solo, onde se constata a relevância das Florestas e Meios Naturais e Seminaturais para o concelho de Terras de Bouro (88,4% da área concelhia).

Gráfico 41. Usos de solo (%) no município de Terras de Bouro



Fonte: COS 2015, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2015, Direção-Geral do Território, 2018.

Comparando estes valores com os observados na COS de 1995, constata-se que as áreas de florestas e meio naturais e seminaturais e os territórios artificializados sofreram um aumento, resultado do progressivo abandono da agricultura em prol do aumento das áreas de pastagem que geram aumento das áreas florestais.

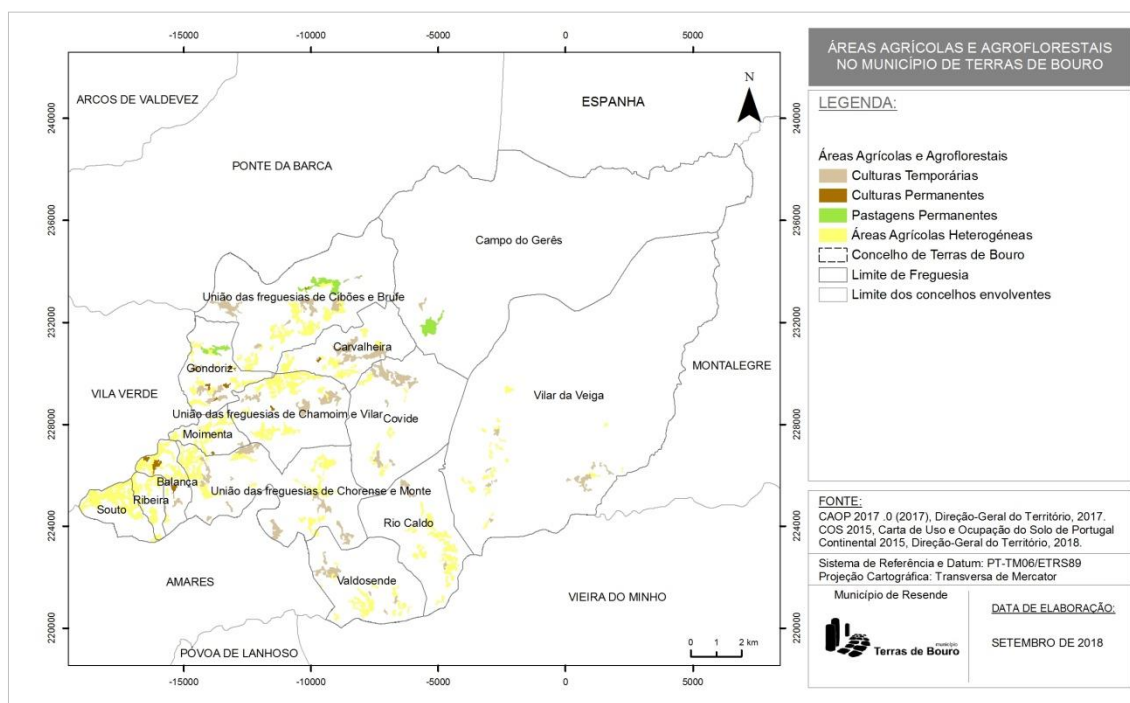
Deste modo, justifica-se analisar a ocupação do solo de forma mais pormenorizada, entrando no detalhe dos níveis dois e três da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015 (COS 2015) e para 1995 (COS 1995).

3.1.2. Características da Ocupação Agrícola

No que concerne às áreas agrícolas e agroflorestais do concelho de Terras de Bouro, tal como se pode observar no Mapa 16 e no Gráfico 42, são as áreas agrícolas heterogêneas que se salientam, uma vez que apresentam uma área de 1.304,08 ha, ou seja, 66,09% das áreas agrícolas, verificando-se que ocorreu um decréscimo face à COS 1995 de 2,73%. Seguem-se as culturas temporárias com uma área de 540,72 ha, ou seja, 27,40% das áreas agrícolas (corresponde a 1,95% da área concelhia), verificando-se que ocorreu um decréscimo face à COS 1995 de 14,43%.

Apenas as culturas permanentes registaram um aumento entre 1995 e 2015 (248,41% de crescimento), porém na COS 2015 constitui a ocupação menos relevante (na COS 1995 apresentava uma área de 0,49ha e aumentou para 36,30ha na COS 2015).

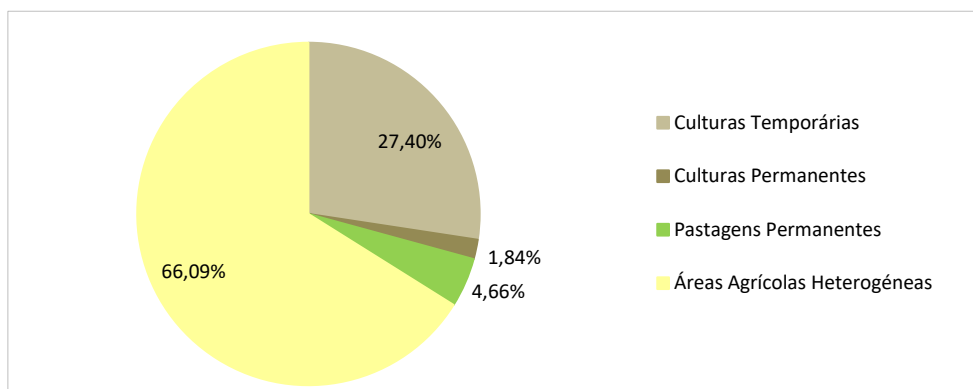
Mapa 16. Áreas agrícolas e agroflorestais (cos2015), no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

No Gráfico 42 pode observar-se a representatividade nas áreas agrícolas e agroflorestais de cada uma das ocupações, podendo constatar-se que as áreas agrícolas heterogêneas constituem as áreas com maior relevância no concelho de Terras de Bouro (66,09%).

Gráfico 42. Áreas Agrícolas e Agroflorestais, tendo em conta o nível 2 da cos2015, no município de Terras de Bouro

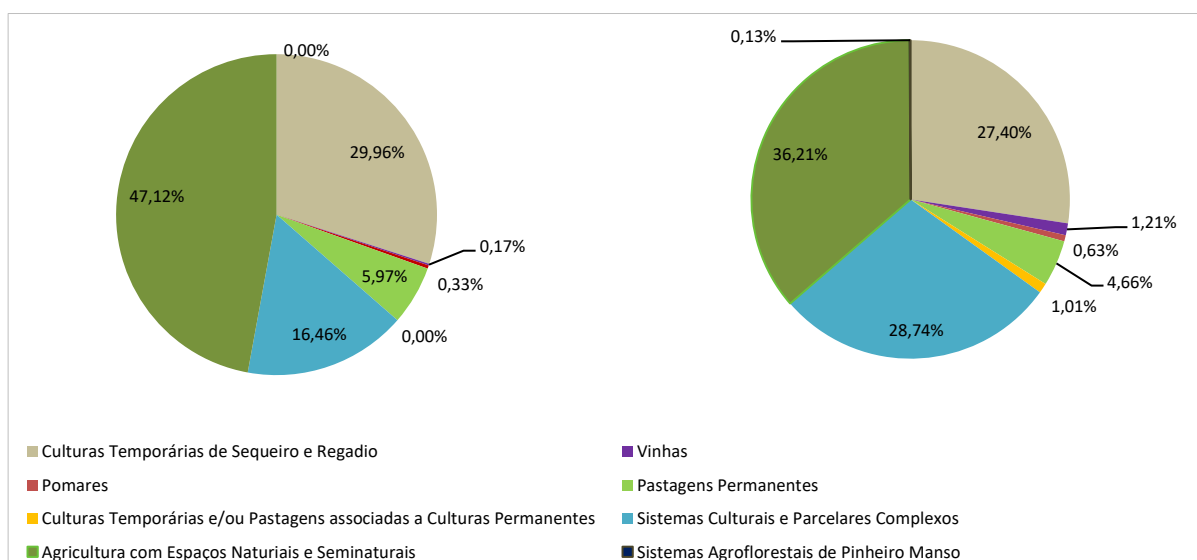


Fonte: COS 2015, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2015, Direção-Geral do Território, 2018.

Tendo em conta o desdobramento da ocupação do solo no nível 3, tal como se pode observar no Gráfico 43, são os espaços “agricultura com espaços naturais e seminaturais” que apresentam uma maior relevância tanto no ano de 1995 como no de 2015, contudo destaca-se a decréscimo de 28,1%. Igualmente as “culturas temporárias de sequeiro e regadio” apresentaram um decréscimo de 15% entre 1995 e 2015.

Pelo contrário deve destacar-se o facto dos “sistemas culturais e parcelares complexos” terem apresentado um aumento entre os dois períodos em análise, passando de 347 ha para 567 ha (aumento de 63%).

Gráfico 43. Áreas agrícolas e agroflorestais, tendo em conta o nível 3 da COS 1995 (esquerda) e 2015 (direita), no município de Terras de Bouro



Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 1995 e 2015, Direção-Geral do Território, 2018.

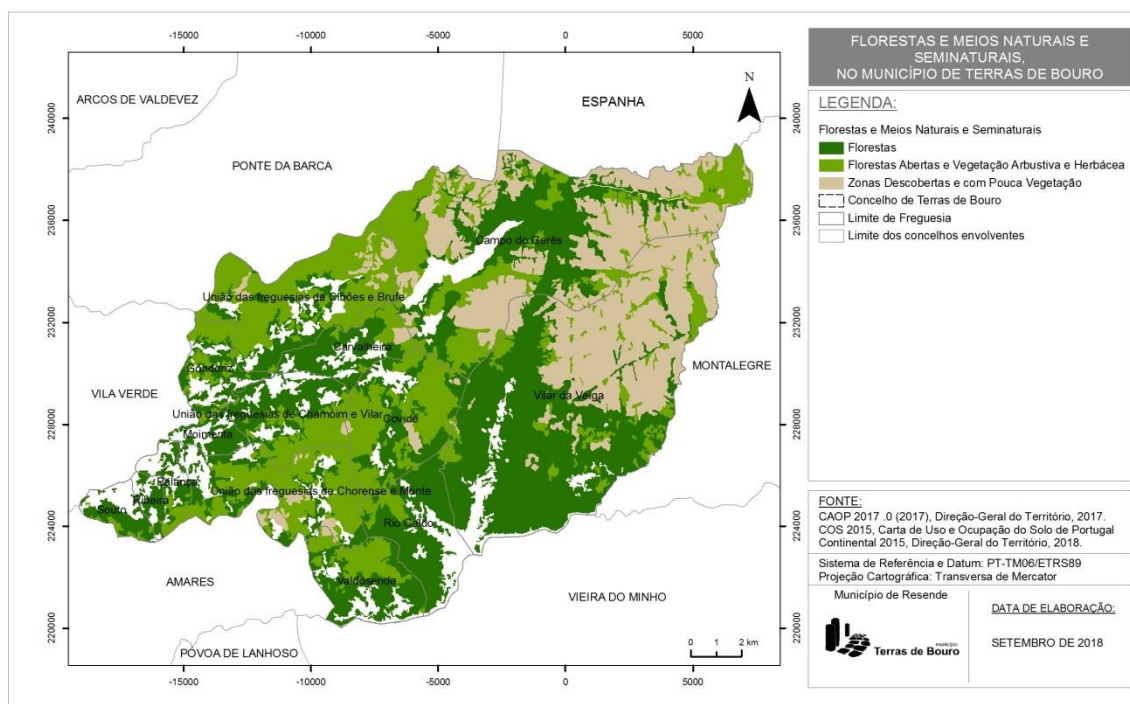
Face ao disposto, deve destacar-se o crescimento das culturas permanentes no concelho, assim como a relevância que as áreas agrícolas heterogéneas apresentam.

3.1.3. Características da Ocupação Florestal

Relativamente às áreas florestais e meios naturais e seminaturais, tal como se pode observar no Mapa 17 e no Gráfico 44, são as áreas de florestas que se salientam, uma vez que apresentam uma área de 10.703,16 ha, ou seja, 43,65% das áreas florestais (corresponde a 38,58% da área concelhia), verificando-se que ocorreu um aumento face à COS 1995 de 4,94%. Seguem-se as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea com uma área de 7.824,63 ha, ou seja, 31,91% das áreas florestais (corresponde a 28,20% da área concelhia), verificando-se que ocorreu um decréscimo de 4,54% face à COS 1995.

Assim, apenas as florestas apresentaram um crescimento entre a COS 1995 e a COS 2015 (4,94%), enquanto na COS 2015 as zonas descobertas e com pouca vegetação constituíram a ocupação menos significativa (registando um decréscimo de 1,30% entre a COS 1995 e a COS 2015).

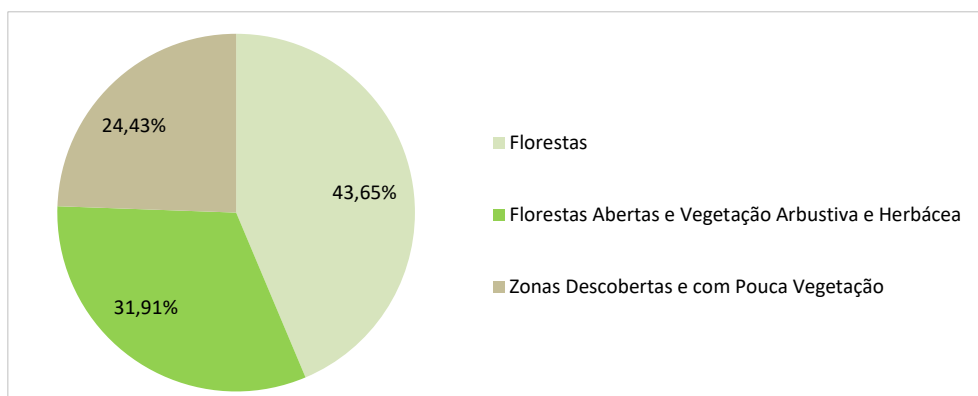
Mapa 17. Florestas e meios naturais e seminaturais (cos2015), no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

No Gráfico 44 pode observar-se a representatividade nas áreas de florestas e meios naturais e seminaturais de cada uma das ocupações, podendo constatar-se que as florestas constituem as áreas com maior representatividade no concelho de Terras de Bouro (43,65%).

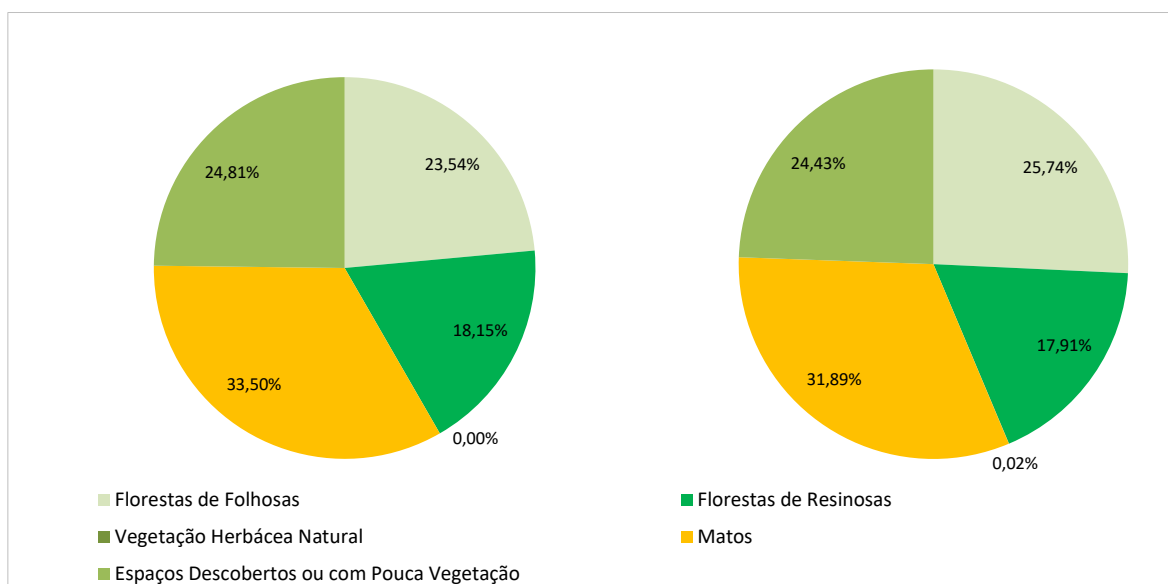
Gráfico 44. Áreas de Florestas e Meios Naturais e Seminaturais tendo em conta o nível 2 da cos2015, no município de Terras de Bouro



Fonte: COS 2015, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2015, Direção-Geral do Território, 2018.

Tendo em consideração o desdobramento da ocupação do solo no nível 3, constata-se no Gráfico 45 que entre 1995 e 2015 não se observou grandes discrepâncias na proporção que os diferentes espaços ocupam no território, destacam-se apenas dois casos, o aumento de 10% das florestas de folhosas e o decréscimo de 4,59% entre o período em análise.

Gráfico 45. Áreas de florestas e meios naturais e seminaturais tendo em conta o nível 3 da COS 1995 e 2015, no município de Terras de Bouro



Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 1995 e 2015, Direção-Geral do Território, 2018.

Destes valores é de destacar que os matos e espaços descobertos ou com pouca vegetação ocupam a maior área dos espaços florestais em Terras de Bouro. E ainda que mesmo que a tendência seja o aumento de floresta de produção à base de espécies de crescimento rápido, em Terras de Bouro as florestas de folhosas ainda mantem uma relevância superior.

3.2. VALORES TERRITORIAIS

Como recursos territoriais consideram-se os recursos naturais, patrimoniais e outros, que definem um território e que incidem sobre o mesmo. Deste modo, serão analisados elementos como o sistema hídrico, a REN, a Rede Natura 2000, as áreas protegidas, o património edificado e arqueológico e as Zonas de Interesse Paisagístico.

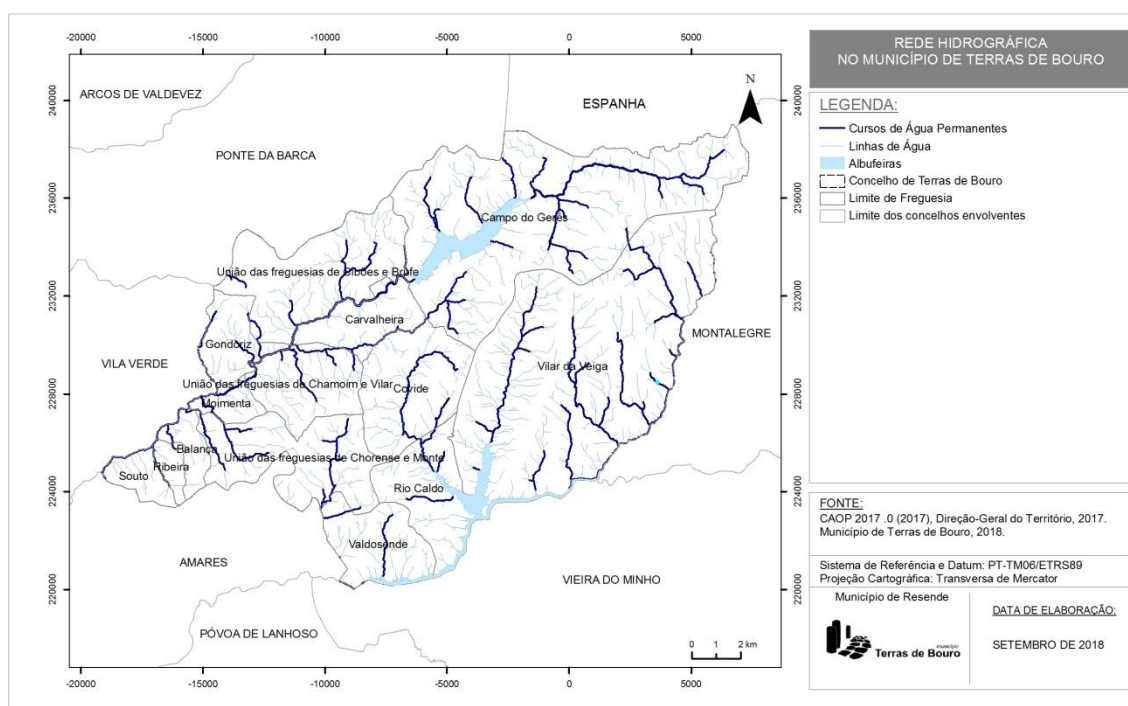
3.2.1. Sistema Hídrico

A rede hidrográfica do concelho de Terras de Bouro (Mapa 18) apresenta-se densa, destacando-se os rios Cávado e Homem.

O concelho de Terras de Bouro encontra-se integrado na Região Hidrográfica do rio Cávado (RH2), que abrange 97,8% do concelho, abrangendo ainda uma pequena parte da Região Hidrográfica do rio Lima (RH1), que abrange apenas 2,2% do território concelhio.

Para além do disposto, tal como se pode observar no Mapa 18, existem ainda duas massas de água de aproveitamento hidroelétrico no concelho de Terras de Bouro, designadamente a albufeira de Vilarinho das Furnas (localizada na freguesia de Campo do Gerês, na bacia do rio Homem) e a albufeira da Caniçada (cobre parte da área das freguesias de Vilar da Veiga, Valdosende e Rio Caldo, na bacia do rio Cávado).

Mapa 18. Rede Hidrográfica do município de Terras de Bouro

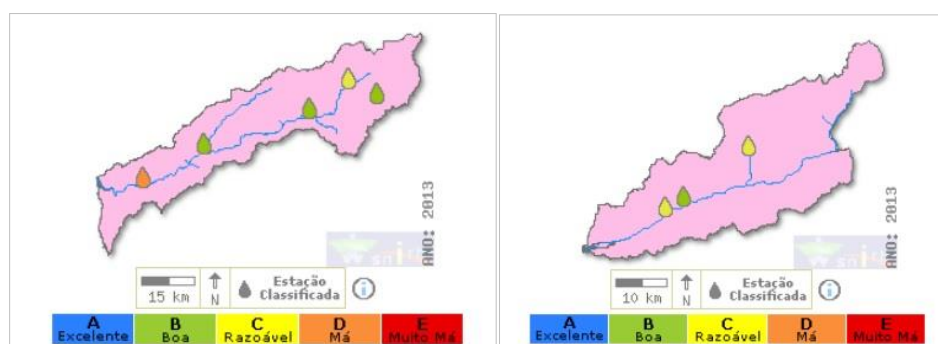


Elaborado pela Planum, 2018.

No que concerne à monitorização da qualidade das águas superficiais, recorreu-se aos dados do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIHR) de modo a analisar a mesma⁵. Uma vez que o concelho de Terras de Bouro se encontra integrado na bacia hidrográfica do rio Cávado e na bacia hidrográfica do rio Lima, serão ambas analisadas (Figura 3).

A bacia hidrográfica do rio Cávado, em 2013 (SNIHR) disponibiliza informação para cinco estações de monitorização, sendo que 60% encontrava-se classificada como Classe B (3 estações), 20% como Classe C (1 estação) e 20% como Classe D (1 estação). Por sua vez, a bacia hidrográfica do rio Lima disponibiliza informação apenas para três estações de monitorização, sendo que 33,3% encontrava-se classificada como Classe B (1 estação) e 66,7% encontrava-se classificada como Classe C (2 estações).

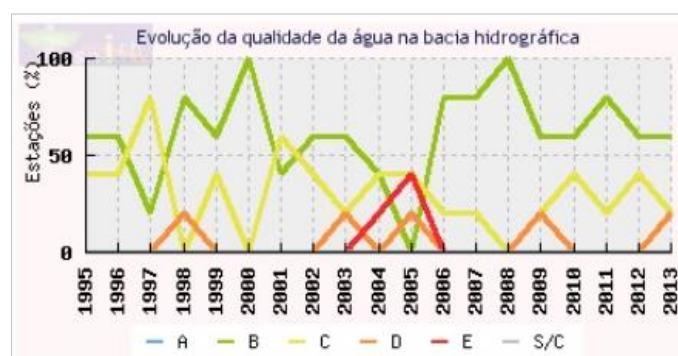
Figura 3. Estações de monitorização da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Cávado (esquerda) e do rio Lima (direita)



Fonte: SNIHR, 2018.

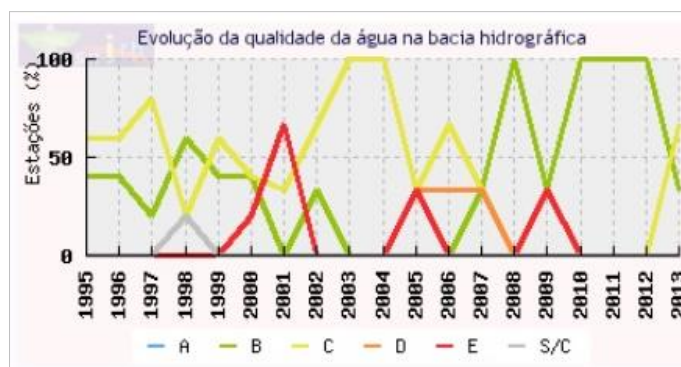
Na Figura 4 e Figura 5 pode observar-se a evolução da qualidade da água superficial ao longo das duas bacias hidrográficas supracitadas entre 1995 e 2013, constatando-se que as águas de menor qualidade têm perdido relevância em prol das águas de Classe B e Classe C (no caso da bacia do rio Lima), de um modo geral.

Figura 4. Evolução da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Cávado entre 1995 e 2013



⁵ Tendo em consideração cinco níveis distintos: a Classe A corresponde a uma qualidade excelente; a Classe B corresponde a uma qualidade Boa; a Classe C corresponde a uma qualidade razoável; a Classe D corresponde a uma má qualidade; e a Classe E corresponde a uma qualidade muito má.

Figura 5. Evolução da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Lima, entre 1995 e 2013

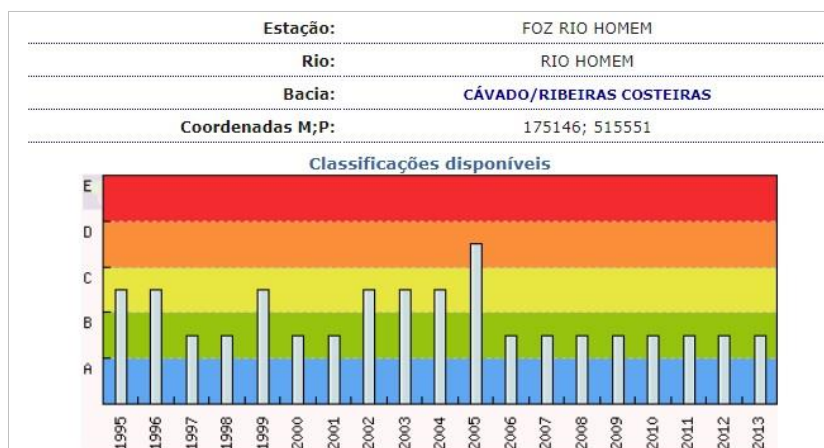


Fonte: SNIHR, 2018.

Para além da qualidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, procurou-se analisar de forma mais pormenorizada a qualidade da água do município de Terras de Bouro. Assim, foram analisados os dados da estação de Foz do Rio Homem, da estação da albufeira de Vilarinho das Furnas e da estação da albufeira da Caniçada.

Relativamente à estação da Foz do Rio Homem (Figura 6), esta dispõe de dados para o período compreendido entre 1995 e 2013, onde se constata que desde 2006 a qualidade manteve-se na Classe B - Boa, porém em 2005 foi o ano em que a qualidade foi menos positiva tendo sido de Classe D - Má, nos anos antecedentes a 2005 a qualidade variou entre a Classe B - Boa e a Classe C - Razoável.

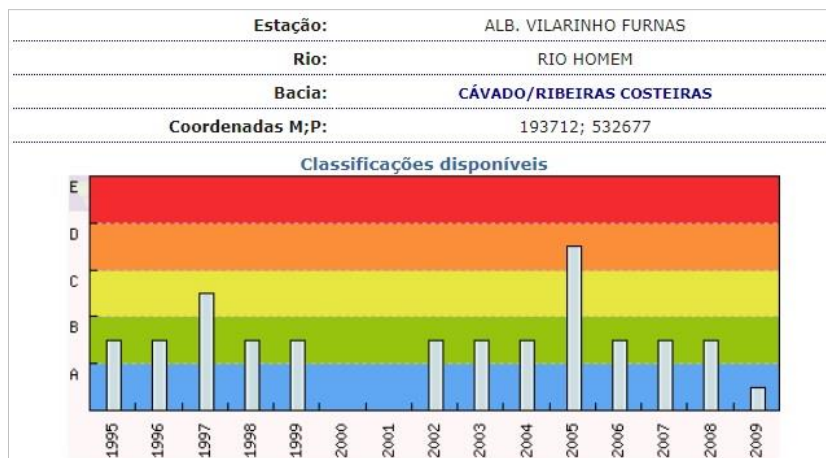
Figura 6. Qualidade da água superficial na Estação de Foz do Rio Homem



Fonte: SNIHR, 2018.

A estação da albufeira de Vilarinho das Furnas (Figura 7) dispõe de dados para o período compreendido entre 1995 e 2009, sendo que em 2000 e 2001 não apresenta qualquer informação. Entre 1995 e 2008 a qualidade foi sempre de Classe B - Boa, à exceção do ano 1997 (Classe C - Razoável) e do ano 2005 (Classe D - Má). Por sua vez, no ano 2009 a classificação é de Classe A - Excelente.

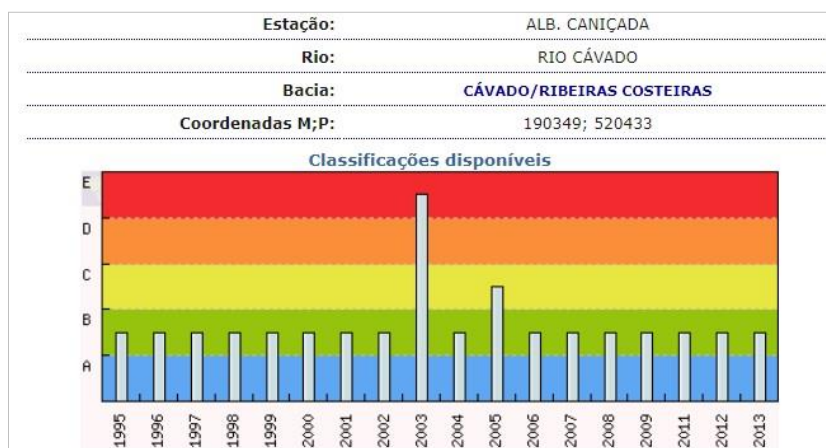
Figura 7. Qualidade da água superficial na Estação da Albufeira de Vilarinho das Furnas



Fonte: SNIHR, 2018.

Por último, na estação da albufeira da Caniçada (Figura 8) os dados são referentes ao período que compreende os anos 1995 e 2013, onde se constata que à exceção do ano 2003, em que a qualidade da água foi classificada por Classe E - Muito Má, e do ano 2005 que foi classificada como Classe C - Razoável, nos restantes anos a qualidade foi sempre classificada como Classe B - Boa.

Figura 8. Qualidade da água superficial na Estação da Albufeira da Caniçada



Fonte: SNIHR, 2018.

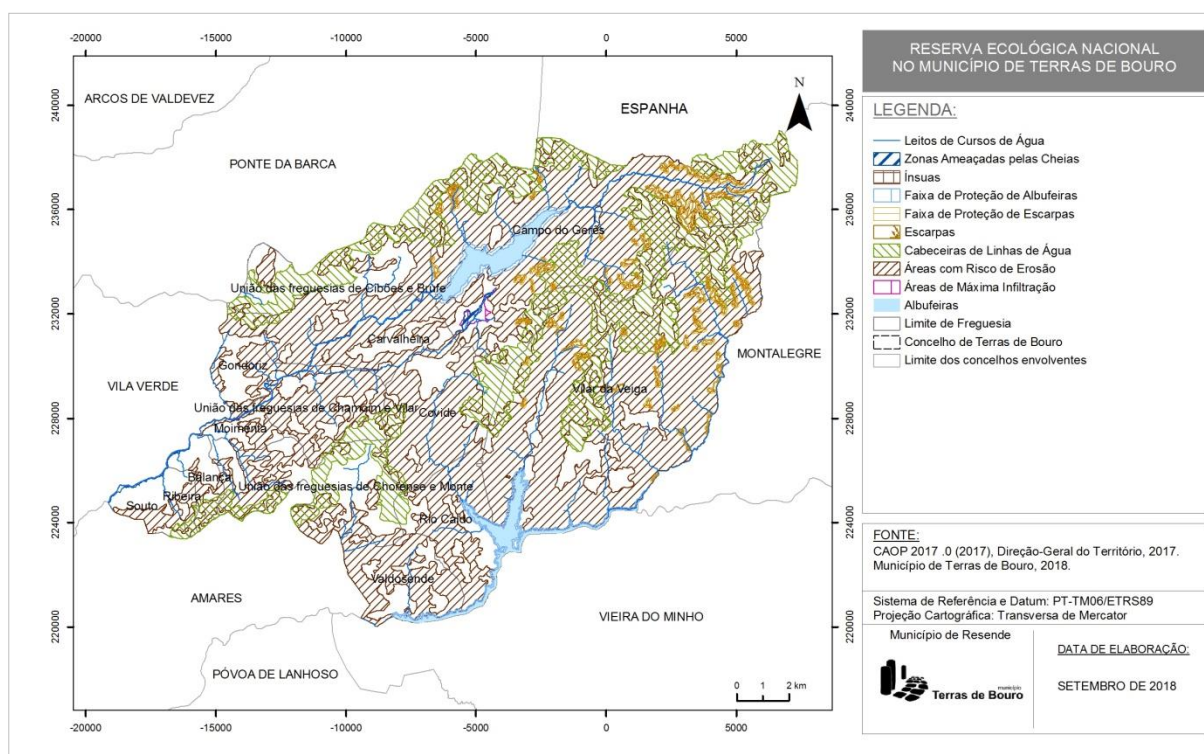
Uma vez que o PDM de Terras de Bouro entrou em vigor em 2015, e que os dados disponíveis correspondem apenas até 2013, não é possível compreender se a qualidade da água sofreu melhorias nos últimos anos.

3.2.2. REN

No que concerne à sua área, a REN delimitada para o concelho de Terras de Bouro (Mapa 19) apresenta uma área de 22.476,11 ha, ou seja, 64,12% da área concelhia. Desta, deve destacar-se o sistema das áreas com risco de erosão (18.333 ha que corresponde a 66% da área concelhia), dado que o concelho apresenta declives acentuados que o deixa sujeito a perdas de solo devido a escoamentos superficiais, e o sistema das cabeceiras de linhas de água (6.196 ha que corresponde a 22% da área do concelho).

No que concerne às escarpas e às suas faixas de proteção, verifica-se que estas se localizam no setor este do concelho, designadamente na área referente ao Parque Nacional da Peneda Gerês. Salienta-se que na última alteração efetuada à REN a sua área apresentou uma variação positiva de 26,32% (de 17.792,90 ha para 22.476,11 ha).

Mapa 19. Reserva Ecológica Nacional



Elaborado pela Planum, 2018.

3.2.3. Rede Natura 2000

No Mapa 20 é possível observar-se o Sítio de Interesse Comunitário da Peneda-Gerês e a Zona de Proteção Especial da Serra do Gerês, da Rede Natura 2000, que abrangem o concelho de Terras de Bouro.

No que concerne ao sítio da Peneda-Gerês situa-se em altitudes geralmente acima dos 700m, em região montanhosa acidentada, caracterizado por uma paisagem desnudada, uma vez que as rochas graníticas predominam no relevo acidentado. Para além disso, é caracterizado por uma densa rede hidrográfica.

Como atividade predominante destaca-se a agropecuária e o minifúndio na agricultura ao longo das pequenas áreas planas. Rico em fauna e flora, são diversas as espécies que se apresentam prioritárias em matéria de preservação/ proteção.

Constata-se que possui uma área de 88.845 ha, sendo que 26.310 encontram-se inseridos no concelho de Terras de Bouro, abrangendo 94,8% do território concelhio (29,6% do sítio encontra-se inserido no concelho de Terras de Bouro). Abrange todas as freguesias do concelho de Terras de Bouro, excetuando-se as freguesias de Balança, Ribeira e Souto.

Relativamente à zona de proteção especial da Serra do Gerês, localizada numa região onde o relevo se apresenta rígido, destacam-se na paisagem as escarpas, as cristas aguçadas e ainda os profundos desfiladeiros, predominando o maciço granítico. Predominam os bosques caducifólios, os matos e os arbustos.

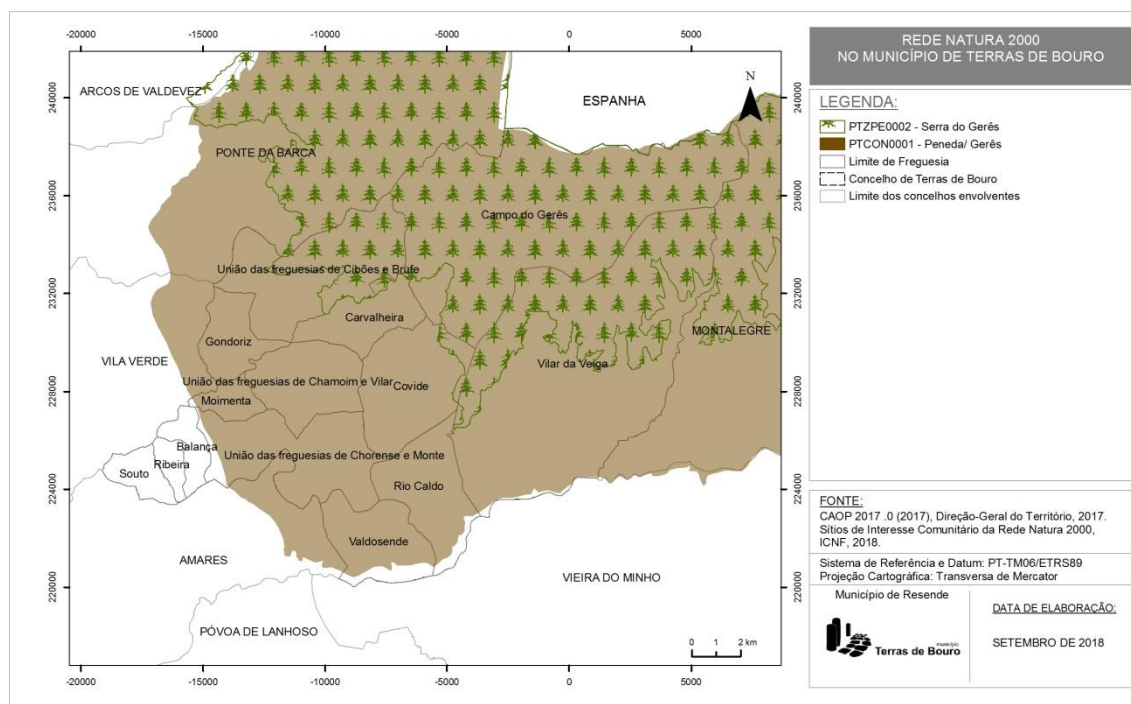
Constata-se que possui uma área de 63.438 ha, sendo que 11.294,67 ha encontram-se inseridos no concelho de Terras de Bouro, abrangendo uma área de 41% do concelho e constituindo 18% da área total da zona de proteção especial. Abrange as freguesias de Campo do Gerês, Carvalheira, Covide, Rio Caldo, União das freguesias de Cibões e Brufe e, ainda, a freguesia de Vilar da Veiga.

Ambas as delimitações se relacionam, e relacionam-se ainda com o Parque Nacional da Peneda Gerês e com a reserva biogenética de Matas de Palheiros-Albergaria.

Tanto o sítio como a zona de proteção especial possuem uma importância ecológica e paisagística que se apresenta fulcral proteger e preservar, uma vez que constituem áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, sendo que é fundamental que as atividades humanas sejam compatíveis com a preservação destes valores.

As referidas áreas relacionam-se com objetivos dos eixos do PDM de Terras de Bouro, nomeadamente o eixo referente a "território, destinos e produtos" e o eixo relativo a "melhoria de outras infraestruturas e projetos".

Mapa 20. Rede Natura 2000, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.2.4. Áreas Protegidas

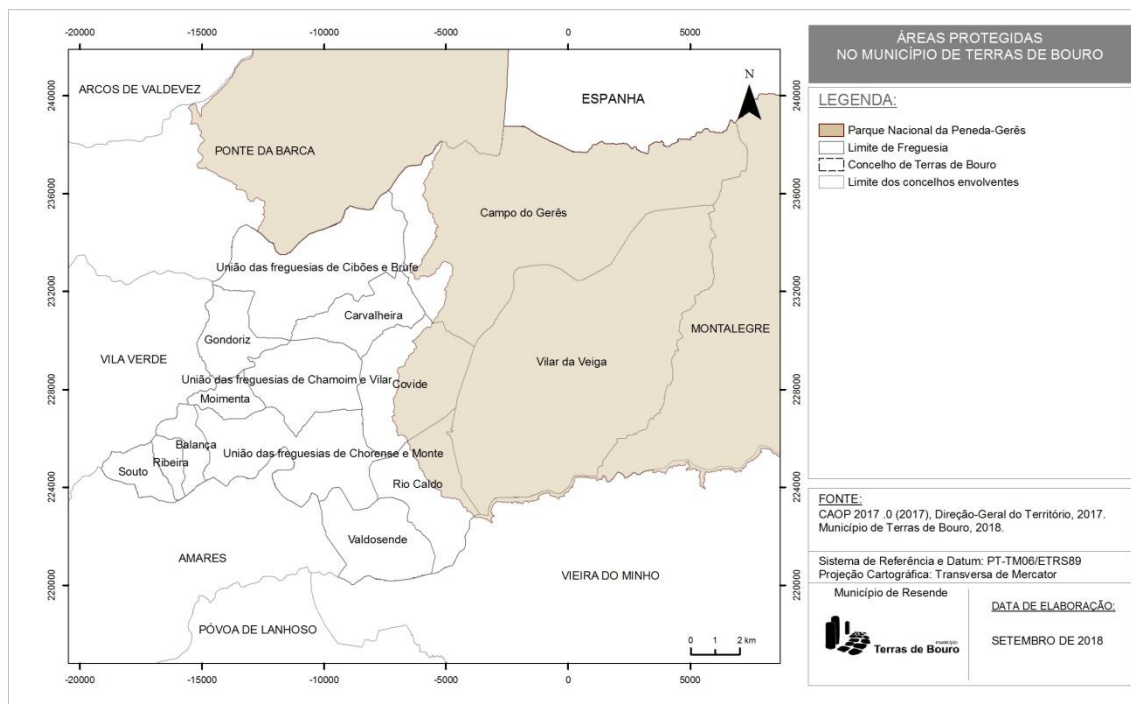
Atualmente a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída por 30 áreas, da qual faz parte integrante o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG).

O PNPG foi criado pelo Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de maio, e pretende valorizar as atividades humanas e os recursos naturais da área delimitada, tendo objetivos intimamente relacionados com a educação, a ciência e o turismo, constituindo assim a primeira área protegida criada em Portugal. Desta forma, pretende preservar a paisagem, protegendo os solos, a água, a fauna e a flora desta região. Graças às suas qualidades, nomeadamente ao seu património natural e cultural, onde a influência humana é por vezes nula ou reduzida, esta área é reconhecida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Desta forma, destaca-se o Programa "Reserva da Biosfera" que engloba o PNPG, o Parque Natural da Baixa Limia-Xurê e os municípios que ambos os parques abrangem, criando-se assim um programa transfronteiriço com o intuito de preservar a natureza e a biodiversidade através de um desenvolvimento sustentável.

No Mapa 21 observa-se o limite do Parque Nacional da Peneda-Gerês no concelho de Terras de Bouro, constatando-se que abrange uma área de 15.362,4 ha no concelho de Terras de Bouro, abrangendo uma área superior a 55% da área concelhia, ao longo das freguesias de Campo do Gerês, Covide, Rio Caldo, União das freguesias de Cibões e Brufe e de Vilar da Veiga.

Mapa 21. Áreas protegidas, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.2.5. Património Edificado e Arqueológico

O município de Terras de Bouro apresenta-se como um território rico em património cultural, primando assim pela história do território, pela cultura e oferecendo rotas e atividades de grande interesse ao longo do seu território (

Mapa 22). Deste modo, de acordo com a Direção-Geral do Património Cultural, existem sete imóveis classificados no concelho de Terras de Bouro e um imóvel em vias de classificação.

Quadro 15. Património classificado e em vias de classificação do concelho de Terras de Bouro

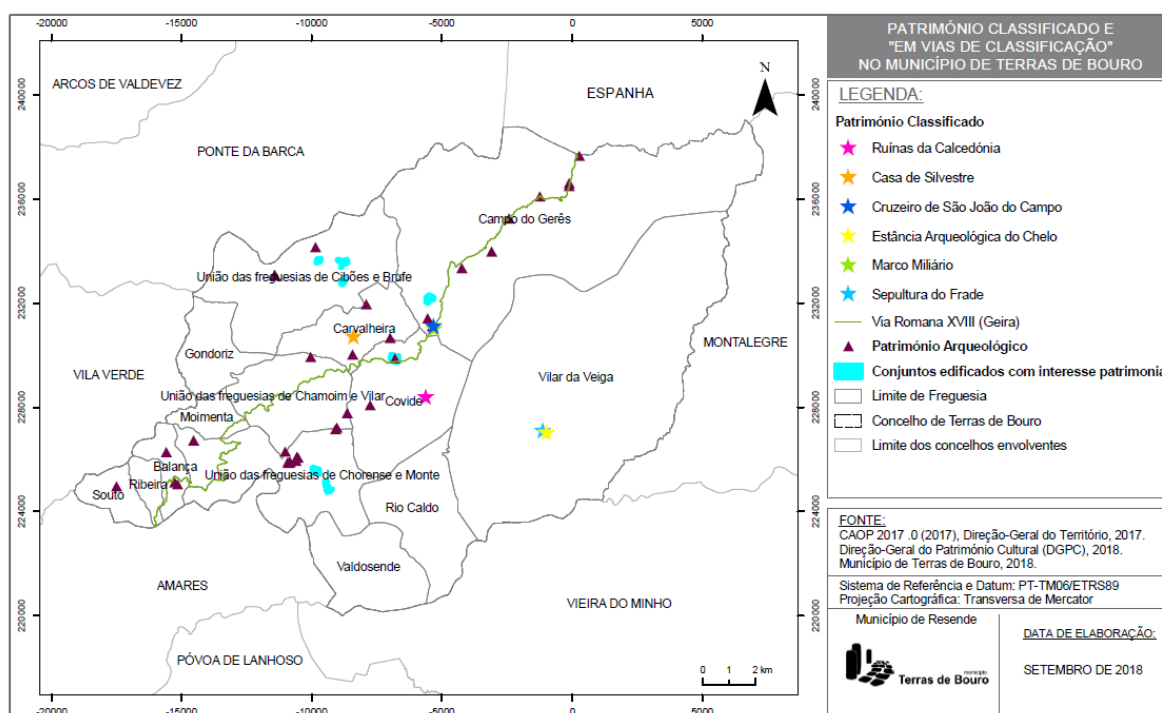
DESIGNAÇÃO	CATEGORIA DE PROTEÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Santuário de Nossa Senhora da Abadia, incluindo o património integrado	CIP - Conjunto de Interesse Público	Valdosende, Chorense e Monte
Via Romana XVIII (Geira), no seu traçado por Terras de Bouro, da milha XIV (Santa Cruz) à milha XXXIV (Albergaria), incluindo todas as estruturas arqueológicas associadas	MN - Monumento Nacional	Várias freguesias
Cruzeiro de São João do Campo	MN - Monumento Nacional	Campo do Gerês
Marco miliário de Covide e Campo	IIP - Imóvel de Interesse Público	Campo do Gerês
Ruínas da Calcedónia	IIP - Imóvel de Interesse Público	Covide
Sepultura do Frade ou Campa do Frade	IIP - Imóvel de Interesse Público	Vilar da Veiga
Casa de Silvestre	IM - Interesse Municipal	Carvalheira
Estância Arqueológica do Chelo	Vias de Classificação	Vilar da Veiga

Fonte: Direção Geral do Património Cultural, 2018.

Desde a publicação do PDM de Terras de Bouro ocorreu uma alteração no património classificado, com a classificação do Santuário de Nossa Senhora da Abadia em agosto de 2016.

No PDM são ainda identificados mais 36 elementos de património arqueológico no concelho que tanta relevância apresenta na riqueza do território concelhio, assim como identificou ainda sete conjuntos edificados com interesse patrimonial. Estes conjuntos correspondem a aldeias que outrora foram locais com grande valor social, económico, antropológico e cultural, mas que atualmente constituem espaços com necessidades prementes de reinvenção. As aldeias identificadas para o concelho de Terras de Bouro como conjuntos edificados de interesse patrimonial relevante são as seguintes: Aldeia de Brufe; Aldeia do Cutelo; Aldeia de Campo do Gerês (núcleo histórico); Aldeia de Covide (núcleo histórico); Aldeia de Santa Isabel do Monte; Aldeia de Cortinhas; Aldeia de Rebordochão.

Mapa 22. Património Classificado e "em vias de Classificação", no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.2.6. Zonas de Interesse Paisagístico

O concelho de Terras de Bouro constitui um concelho que prima pela riqueza, diversidade e qualidade em matéria de património paisagístico e zonas de interesse paisagístico. Assim, destaca-se o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o rio Homem e o rio Cávado.

Caracterizado por relevos acidentados, com declives fortes e vales encaixados na densa rede hidrográfica que possui, oferece uma paisagem deslumbrante que é enriquecida com os habitats diversos que integra, resultado da relação entre a ação do Homem e a natureza. Salienta-se a paisagem silvo-pastoril no PNPG, ao longo das áreas onde o relevo assim o permite, uma vez que a abundância de água e as suas características tornam o solo fértil à prática agrícola, permitindo assim a criação de uma paisagem dicotómica: as zonas de vale e de baixa encosta caracterizam-se pela prática agrícola, enquanto os terrenos mais declivosos se caracterizam pela ocupação florestal e de matos.

Salientam-se assim as cinco unidades de paisagem existentes ao longo do concelho de Terras de Bouro, nomeadamente a Serra do Gerês, a Serra Amarela - Vilarinho das Furnas, o Vale do Cávado - Albufeira da Caniçada, o Vale do Homem e o Monte de Santa Isabel.

3.3. RECURSOS GEOLÓGICOS E ENERGÉTICOS

O uso e exploração dos recursos naturais de forma sustentável, apresenta-se indispensável para a vida humana, deste modo, irão analisar-se as áreas de concessões de águas minerais, as áreas de concessões de exploração de minerais licenciadas e em recuperação ambiental existentes no concelho de Terras de Bouro.

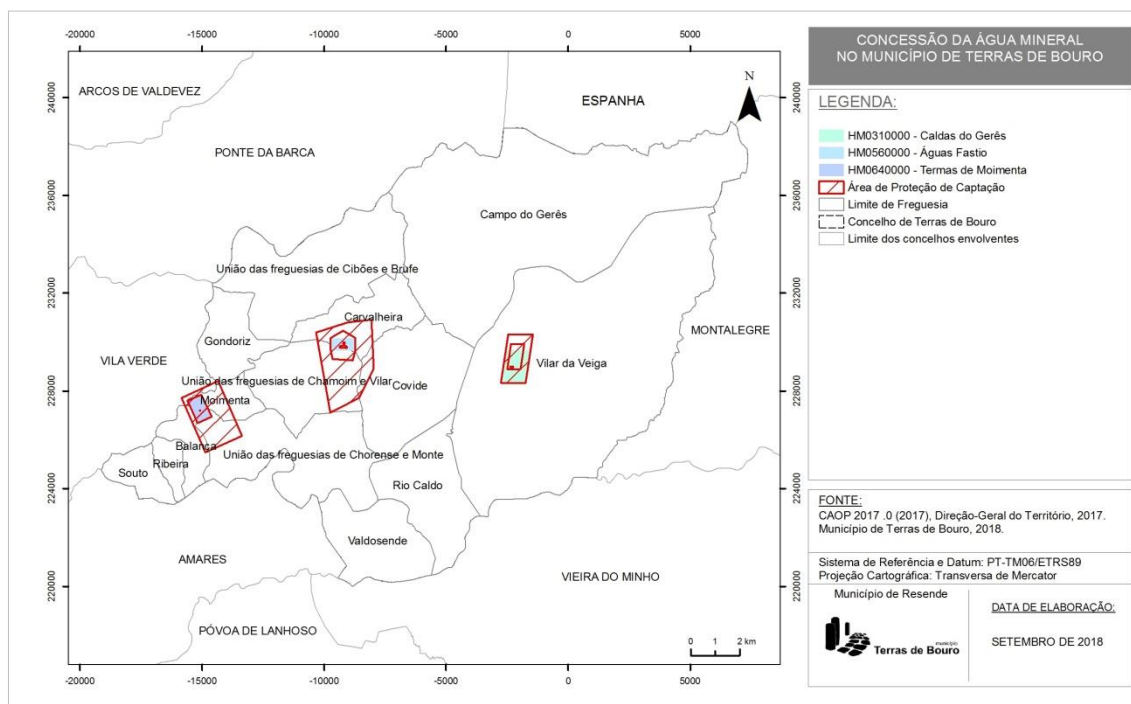
3.3.1. Áreas de Concessões de Águas Minerais

A água constitui um bem essencial para a vida e a sua qualidade apresenta-se fundamental. Desta forma, nas áreas de captações de águas apresenta-se fulcral, sempre que se apresente necessário, delimitarem-se áreas de proteção.

No Mapa 23 pode verificar-se a existência de três pontos de captações de águas minerais no município de Terras de Bouro, designadamente:

- As Caldas do Gerês (HM0310000) – apresenta uma área de concessão de 135 ha;
- As Termas de Moimenta (HM0640000) – apresenta uma área de concessão de 62 ha;
- As Águas do Fastio (HM0560000) – apresenta uma área de concessão de 50 ha.

Mapa 23. Captação de Águas Minerais e Áreas de Proteção, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

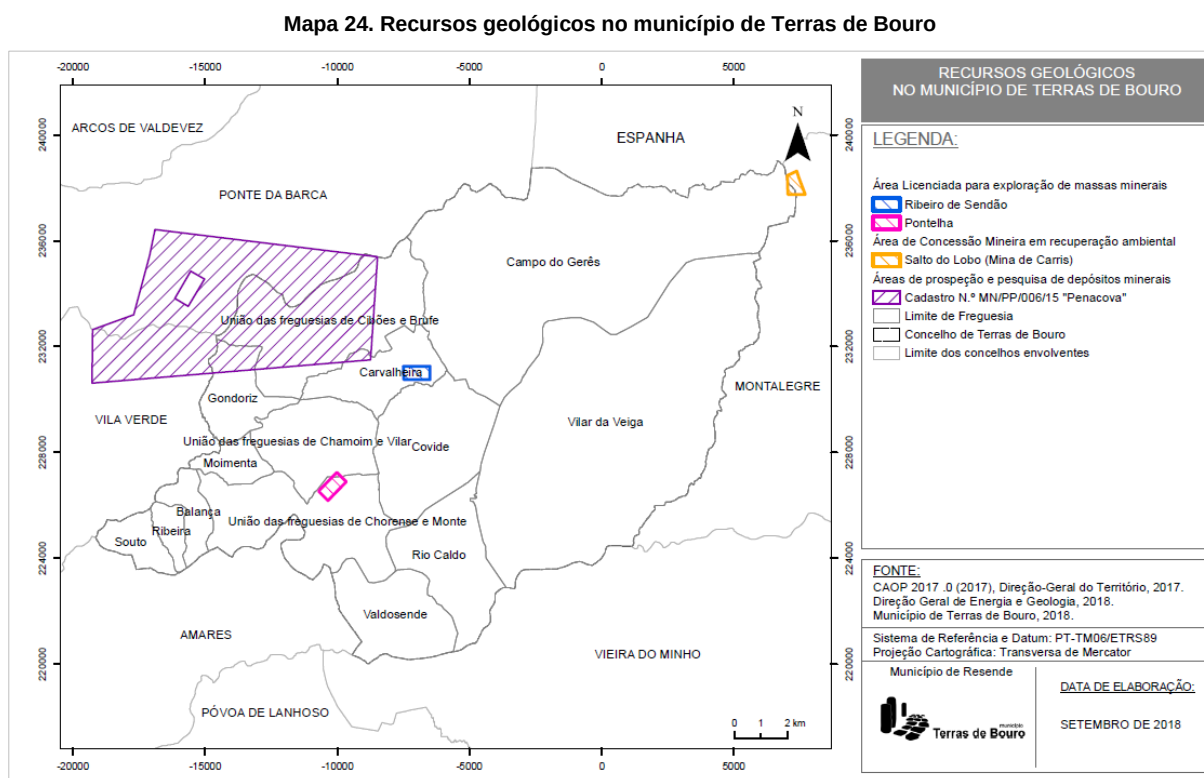
3.3.2. Áreas de Concessões Mineiras

A par com as áreas de concessão de águas minerais abordadas anteriormente, as áreas de concessão mineira constituem também uma servidão e restrição de utilidade pública.

Desta forma, no Mapa 24 pode verificar-se a existência de duas áreas licenciadas para exploração de massas minerais e uma terceira área que corresponde a concessão mineira em recuperação ambiental:

- Ribeiro de Sendão (cadastro nº 3546), localizada na freguesia da Carvalheira, explora Quartzos, Feldspatos e Micas;
- Pontelha (cadastro nº 3600), localizada na União das freguesias de Chorense e Monte, explora Granitos Industriais;
- Salto do Lobo (Mina de Carris) (nº 2234), localizada na freguesia de Cabril (Montalegre) e na freguesia de Campo do Gerês (Terras de Bouro), explorava Granitos.

Ainda no Mapa 24, pode observar que o concelho de Terras de Bouro é abrangido pela área destinada ao contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de quartzo, com o n.º de cadastro MN/PP/006/15, denominada de Penacova.



Elaborado pela Planum, 2018.

No que concerne às áreas licenciadas para exploração de massas minerais, a Concessão de Ribeiro de Sendão apresenta uma área de 49,50 ha enquanto a Concessão da Pontelha apresenta uma área ligeiramente superior de 49,98 ha. Relativamente à área de concessão mineira em recuperação ambiental, designadamente o Salto do

Lobo (Mina de Carris), verifica-se que a sua área é de 41,34 ha, porém apenas 21,14% se situa no concelho de Terras de Bouro (8,74 ha).

Para além do apontado, a Direção Geral de Energia e Geologia aponta a existência da pedreira de Geranio (Vilar da Veiga), Rosa Minho nº 1 (Covide) e Rosa Minho nº 2 (Covide).

Destaca-se que atualmente, de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia, nenhuma exploração existente no concelho se encontra ativa de momento.

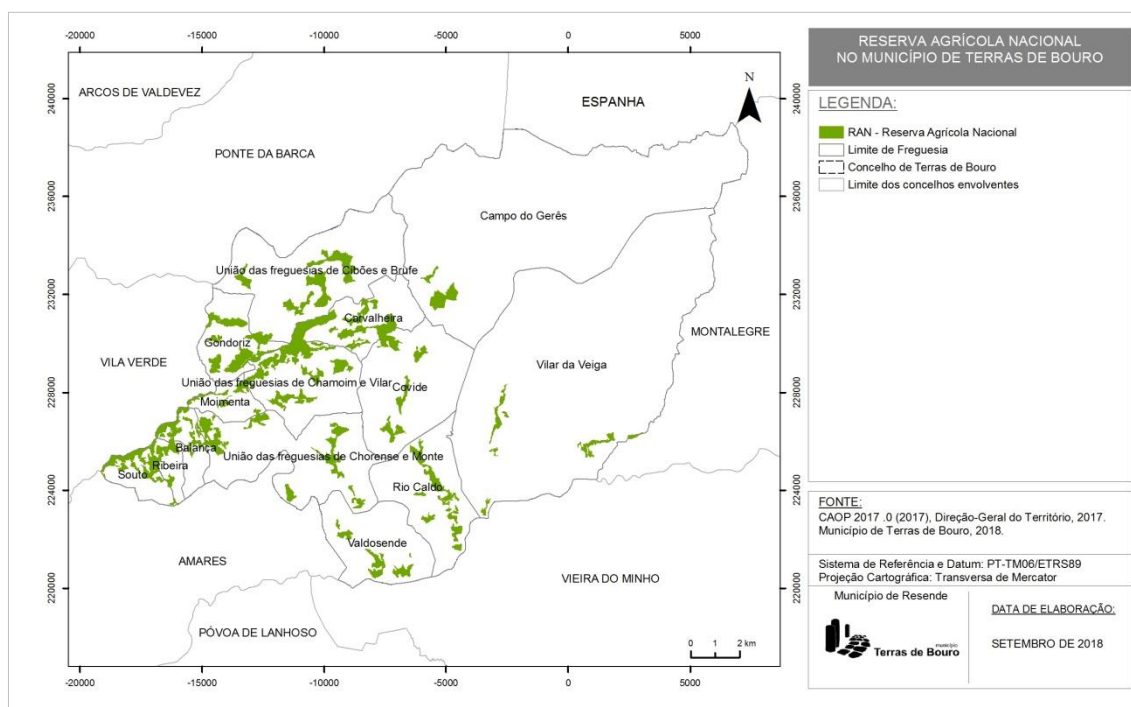
3.4. AGRICULTURAS, PECUÁRIA E SILVICULTURA

A agricultura e a floresta constituem duas ocupações do solo que predominam no concelho de Terras de Bouro, apresentando-se assim relevante preservar. Deste modo, no presente REOT, irá analisar-se a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Regime Florestal.

3.4.1. Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) do concelho de Terras de Bouro encontra-se representada no Mapa 25, constatando-se que a mesma apresenta uma área de 1.964,60 ha (7% da área total do concelho) distribuída por todas as freguesias do concelho, porém é a noroeste que se destaca.

Mapa 25. Reserva Agrícola Nacional do município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

As propostas de exclusão da RAN do concelho de Terras de Bouro por reclassificação como solo urbano ocorreram praticamente em exclusivo, do estudo dos ajustamentos a introduzir nos limites dos perímetros urbanos. O total das áreas propostas para excluir como solo urbano foram 292 áreas que perfizeram um total de 73,9 hectares (3,63% da área de RAN Bruta).

QUADRO SÍNTESE:		
	ha	%
RAN Bruta Final (após validação da DRAP-N)	2038,5	100%
EXCLUSÕES		
1. Para inclusão em solo urbano		
Espaços edificáveis	48,2	2,37
Espaços de uso especial	14,1	0,69
Espaços industriais	2,5	0,12
Áreas a excluir de dimensão reduzida (não cartografáveis)	0,8	0,04
2. Por incompatibilidade com a rede viária		
	8,3	0,41
Total (-)	73,9	3,63
RAN final	1964,60	96,37

Fonte: Processo RAN - Revisão do PDM de Terras de Bouro, GeoAtributo e Município de Terras de Bouro (maio de 2014).

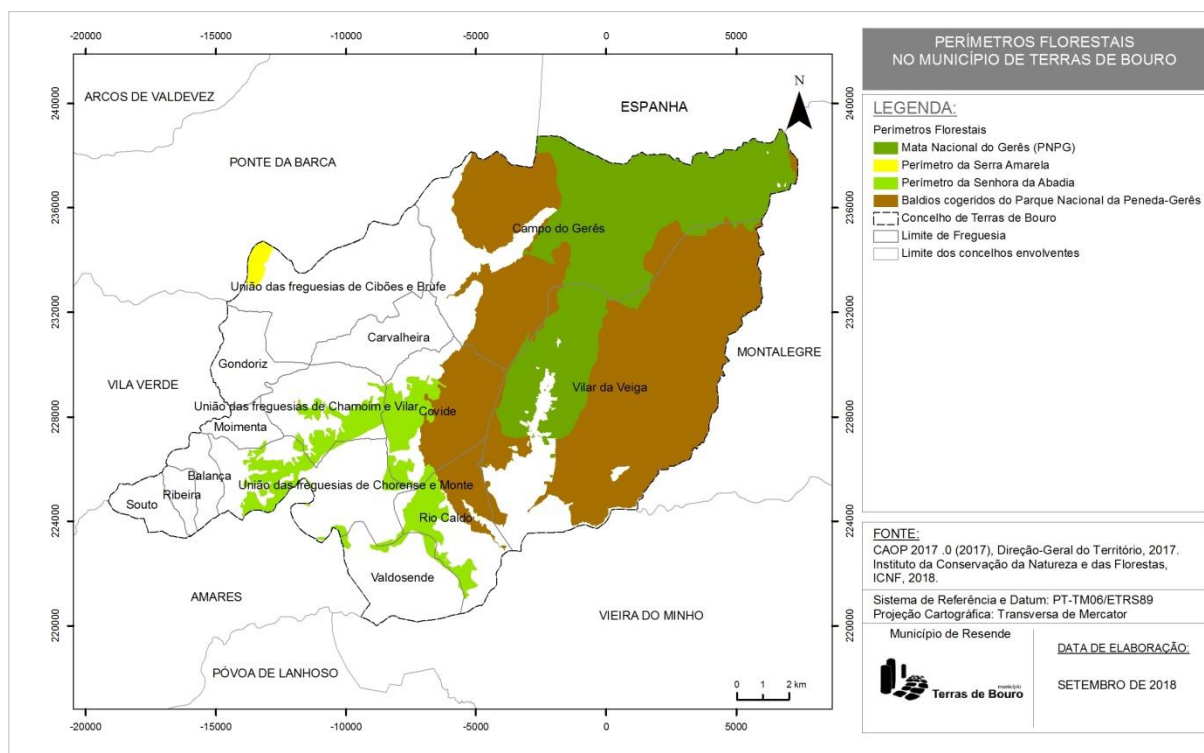
Daqui importa ainda destacar que apesar de se ter realizado as exclusões por razões de ordenamento, caso não seja concretizadas podem voltar a integrar a RAN na próxima revisão do PDM.

3.4.2. Regime Florestal

De acordo com o Mapa 26, identificam-se quatro perímetros florestais no concelho de Terras de Bouro, designadamente:

- Perímetro Florestal da Mata Nacional do Gerês (PNPG), que apresenta uma área de 4.952,99 ha no concelho de Terras de Bouro (17,85% da área concelhia);
- Perímetro Florestal da Serra Amarela, que apresenta uma área de 111,08 ha no concelho de Terras de Bouro (0,40% da área do concelho);
- Perímetro Florestal da Senhora da Abadia, que apresenta uma área de 1.729,59 ha no concelho de Terras de Bouro (6,23% da área concelhia);
- Perímetro Florestal dos Baldios Cogeridos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que apresenta uma área de 9.016,54 ha no concelho de Terras de Bouro (32,49% da área do concelho).

Mapa 26. Regime Florestal, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.5. EDIFICADO

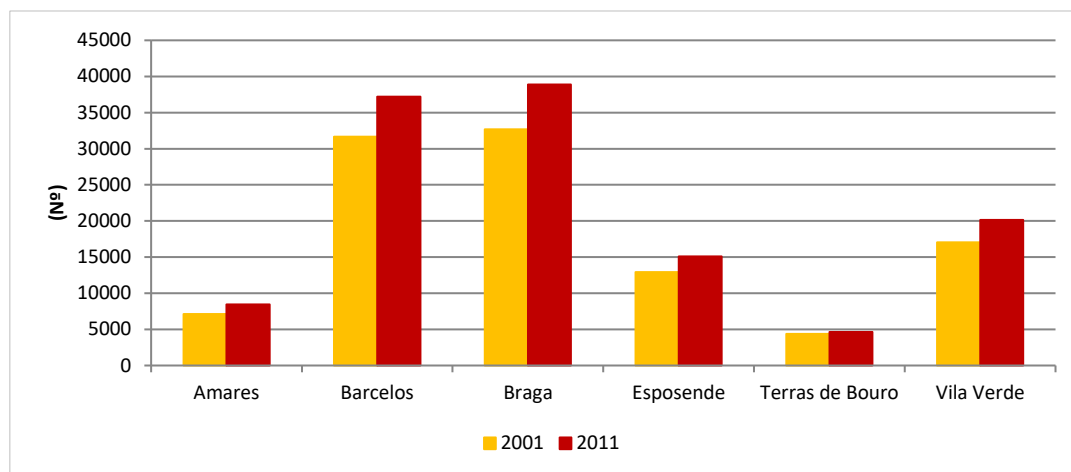
A evolução do edificado e dos licenciamentos caracterizam a dinâmica dos territórios, desta forma apresenta-se relevante analisar a evolução deste elemento no concelho de Terras de Bouro, comparando com outras escalas.

3.5.1. Edificação

No concelho de Terras de Bouro verifica-se que entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento de 6,28% do número de edifícios, dado que em 2001 registavam-se 4.379 edifícios no concelho e em 2011 registavam-se mais 275 edifícios (4.654 edifícios no concelho).

No Gráfico 46 pode observar-se a evolução do número de edifícios nos concelhos que integram a sub-região Cávado, onde se destaca o concelho de Terras de Bouro por apresentar o valor mais reduzido na sub-região.

Gráfico 46. Evolução do edificado entre 2001 e 2011, nos municípios da sub-região Cávado



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

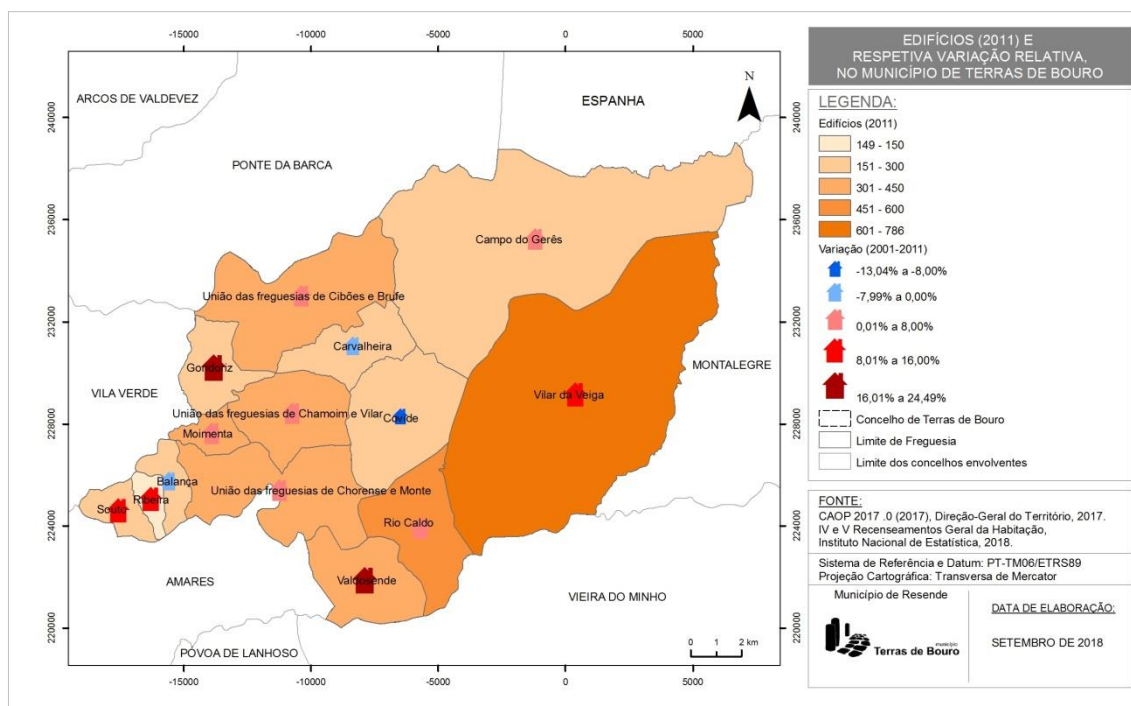
No Mapa 27 pode observar-se o número de edifícios no ano 2011 (dados mais recentes disponíveis) ao longo das freguesias do concelho de Terras de Bouro e a respetiva variação relativa (entre 2001 e 2011). Constatase que em 2011, a freguesia que se salientava com um maior número de edifícios era a freguesia de Vilar da Veiga (786 edifícios), seguindo-se a freguesia de Rio Caldo (580 edifícios). Por sua vez, a freguesia de Ribeira constitui a freguesia com um menor número de edifícios (149 edifícios), talvez por constituir a freguesia com o menor extensão do território concelhio (2 km²). Contudo importa ressaltar que a freguesia de Ribeira foi a única freguesia onde a população residente aumento na década em análise.

Entre 2001 e 2011, a freguesia de Covide foi a que registou um decréscimo do número de edifícios mais acentuado (-13,04%), enquanto se destaca o aumento que ocorreu na freguesia de Valdosende (24,49%) e na freguesia de Gondoriz (17,28%).

Salienta-se a relevância da freguesia de Vilar da Veiga, uma vez que para além de apresentar um elevado número de edifícios, constitui também a freguesia onde a população é mais significativa no concelho, enquanto a freguesia de Campo do Gerês se apresenta na situação inversa.

Verificou-se ainda que a freguesia de Vilar da Veiga o número de edifícios aumentou, mas como se pode ter apurado anteriormente, a população residente diminuiu. Estes valores vêm demonstrar o facto de esta freguesia constituir um importante destino turístico (Vila do Gerês e margens da albufeira da Caniçada), e talvez o aumento esteja relacionado com o acréscimo de edifícios para segunda habitação (casa de férias).

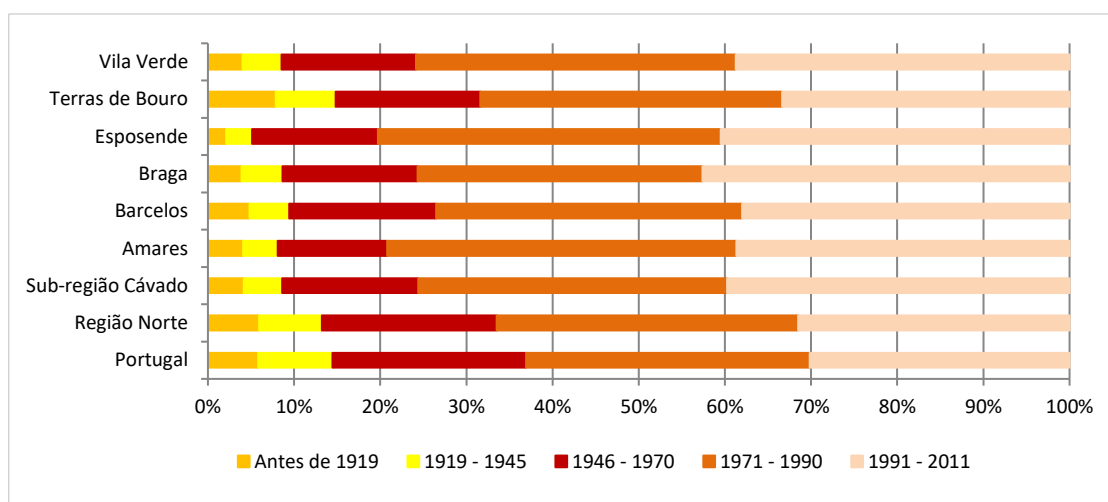
Mapa 27. Edifícios (2011) e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

No que concerne à época de construção dos edifícios existentes em 2011, verifica-se que se salientam os edifícios construídos após 1971 em todos os concelhos da sub-região Cávado, em Portugal e na região Norte (Gráfico 47), verificando-se que a grande percentagem da construção é recente.

Gráfico 47. Proporção dos edifícios por época de construção, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios



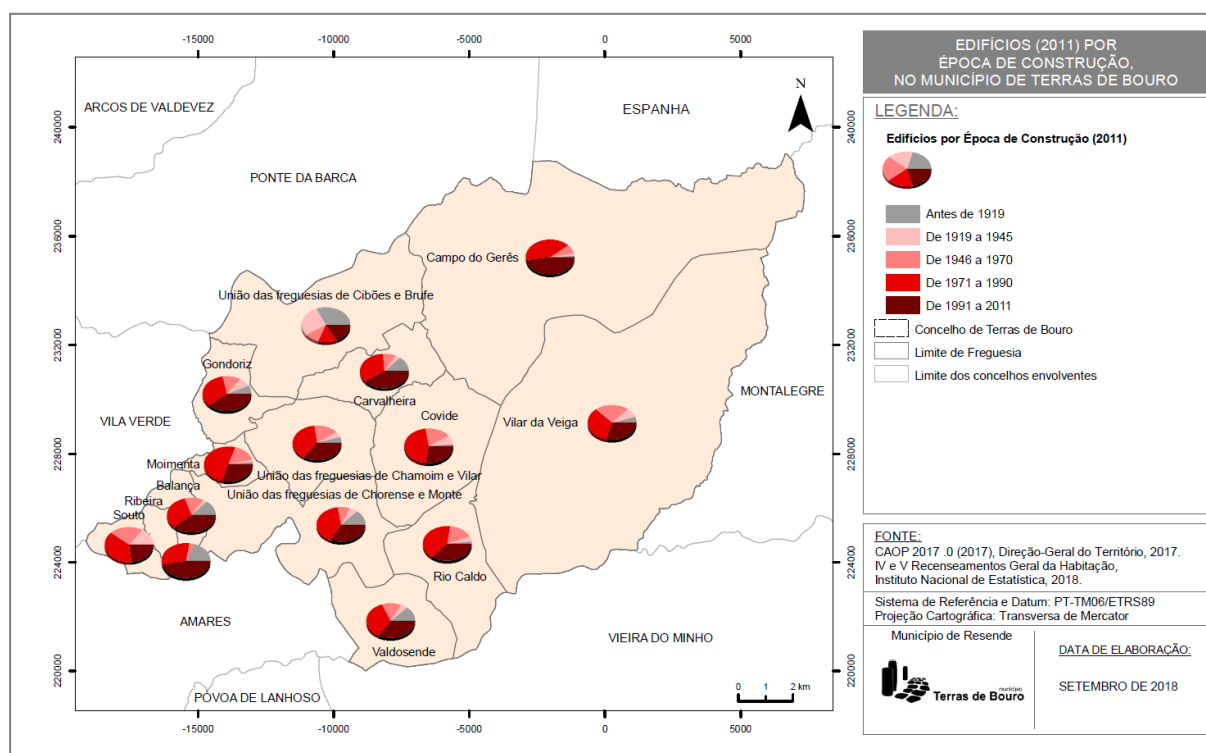
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à época de construção dos edifícios no concelho de Terras de Bouro (Mapa 28. Proporção dos edifícios por época de construção, por freguesia, no município de Terras de Bouro), constata-se que 35% (1.630 edifícios) foram construídos entre 1971 e 1991 e 33,3% (1.552 edifícios) foram construídos entre 2000 e 2011, demonstrando que grande percentagem dos edifícios do concelho são de épocas recentes, relacionado com a importância que o turismo tem vindo a ter ao longo dos últimos anos no concelho.

À escala das freguesias, deve destacar-se a União das freguesias de Cibões e Brufe, uma vez que se apresenta como a freguesia onde o parque edificado construído antes de 1919 apresenta mais relevância (32,7% do seu parque edificado, ou seja, 107 edifícios).

São as freguesias de Campo do Gerês e de Moimenta as que apresenta um parque edificado construído após 1971 mais significativo, sendo de 90,2% (147 edifícios) e 80,7% (268 edifícios), respetivamente.

Mapa 28. Proporção dos edifícios por época de construção, por freguesia, no município de Terras de Bouro

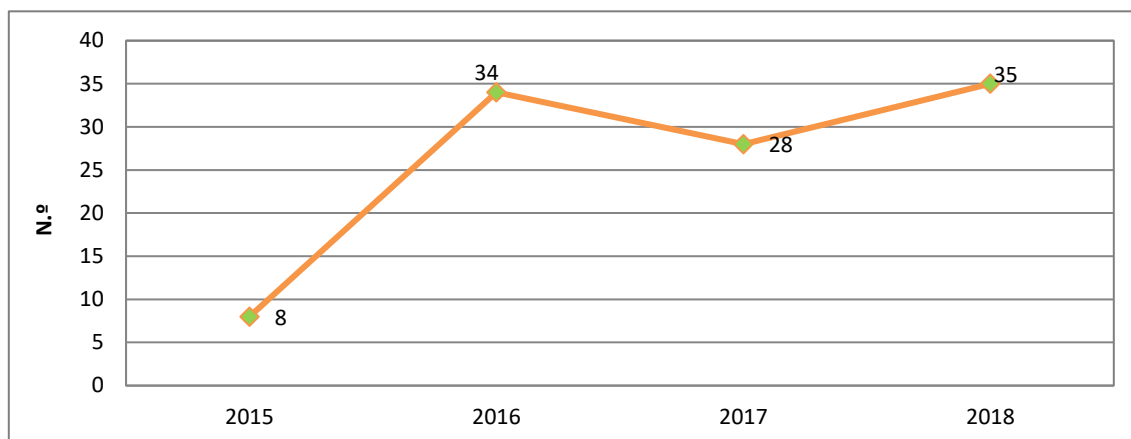


Elaborado por Planum, 2018.

3.5.2. Licenciamentos e Obras de Reabilitação

No que se refere aos licenciamentos de construção emitidos no concelho de Terras de Bouro, verifica-se que entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018 foram licenciadas 105 obras de edificação, não tendo existindo grandes oscilações ao longo dos anos, apenas denota-se um ligeiro decréscimo no ano de 2017 (Gráfico 61).

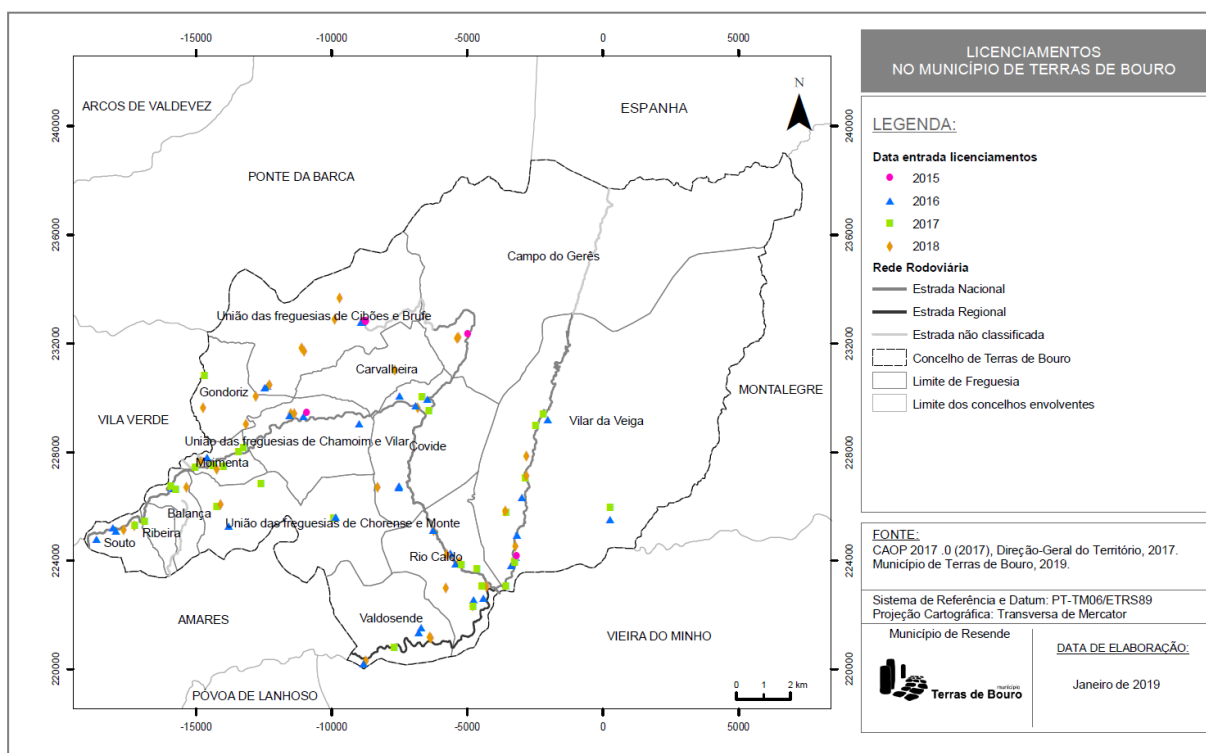
Gráfico 48. Licenças de construção emitidas entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018



Fonte: Município de Terras de Bouro, 2019.

Em termos da sua distribuição espacial, denota-se uma clara preferência de aposta no setor imobiliário nas freguesias próximas da Albufeira da Caniçada e Vila do Gerês, nomeadamente a Vilar da Veiga e Rio Caldo, que se justifica pela procura crescente destas áreas para segunda habitação.

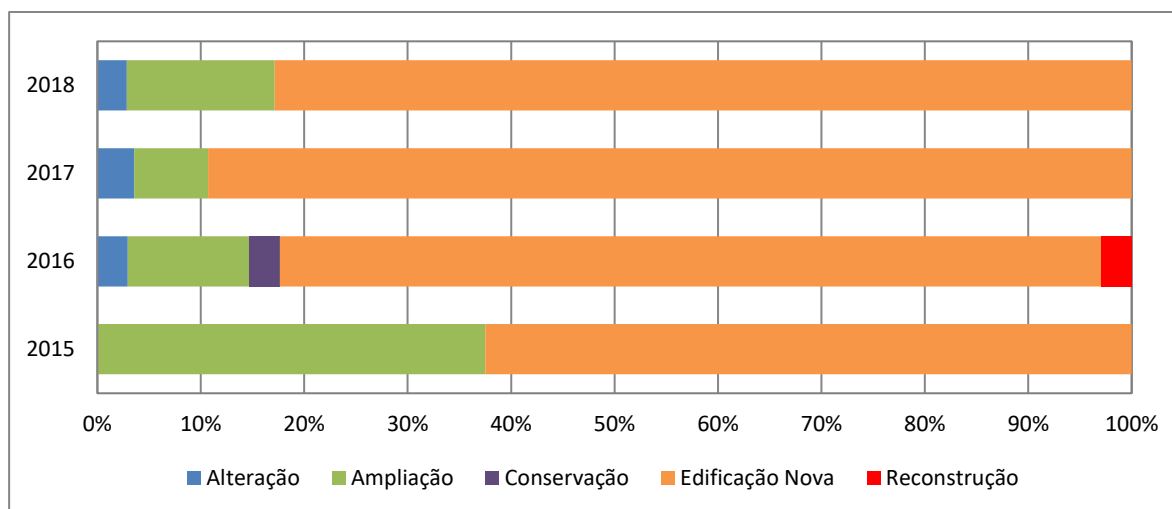
Mapa 29: Localização espacial dos licenciamentos por ano de entrada



Elaborado pela Planum, 2019.

No que concerne ao tipo de obra dos licenciamentos, verifica-se que grosso modo, nos últimos anos procedeu-se à construção de novas edificações (82%), em detrimento das demais tipologias. Destaca-se ainda que as duas únicas licenças para obras de conservação e reconstrução registaram-se no ano de 2016.

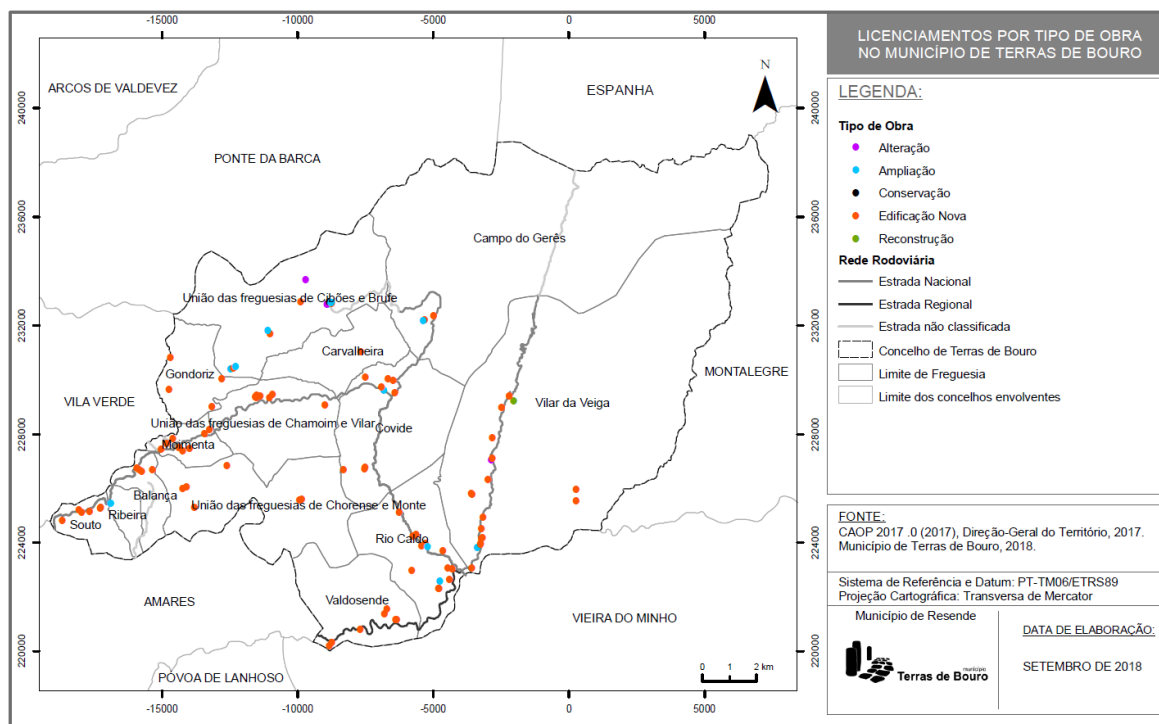
Gráfico 49. Tipo da obra dos licenciamentos entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018



Fonte: Município de Terras de Bouro, 2019.

Quanto à distribuição espacial dos licenciamentos por tipo de obra, observa-se no Mapa 30 que o único licenciamento para reconstrução ocorreu em Vilar de Veiga, já o licenciamento para conservação do edificado ocorreu na União das freguesias de Cibões e Brufe. Nas restantes freguesias ocorreu, grosso modo, licenciamentos para novas edificações.

Mapa 30: Licenciamentos por tipo de obra entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018

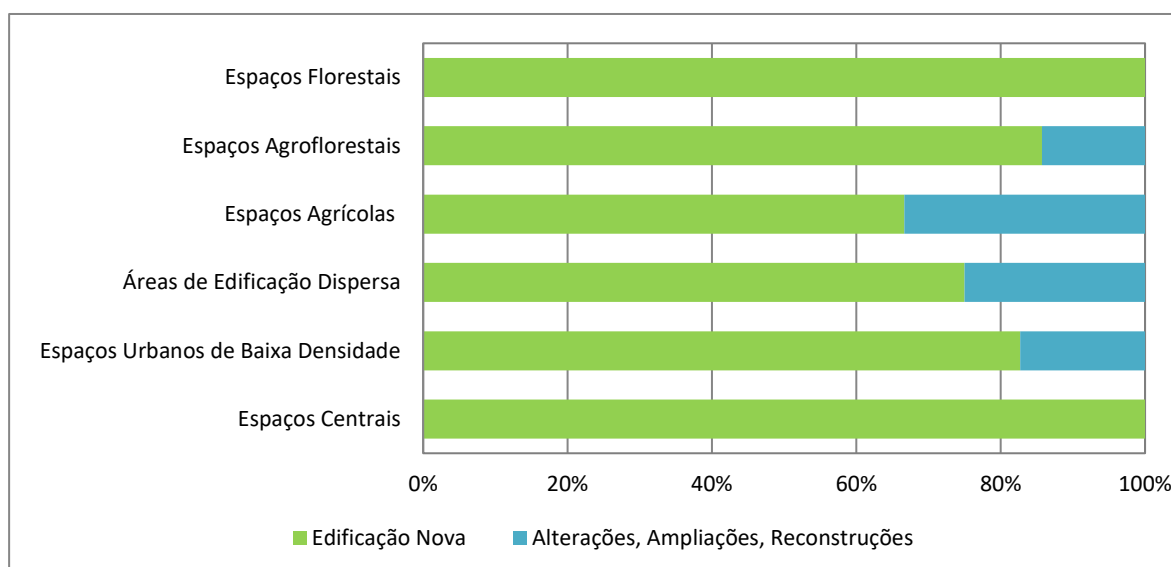


Elaborado pela Planum, 2019.

De forma a perceber a dinâmica da ocupação no concelho, e de forma indireta a execução do solo urbano, importa realizar uma análise comparativa dos licenciamentos e a qualificação do solo. Assim foram licenciadas 84 obras em solo urbano, especialmente na categoria de espaços urbanos de baixa densidade (77% do total). Já em solo rural foram licenciadas quatro obras em áreas de edificação dispersa, nove obras em espaços agrícolas, sete em espaços agroflorestais e uma obra em espaços florestais.

Comparando o tipo de obra com a qualificação do solo, é possível visualizar no Gráfico 50, que em solo urbano licenciou-se na sua maioria novas construções, por sua vez, é em solo rural que os licenciamentos para alterações, ampliações e reconstruções são mais expressivos.

Gráfico 50: Licenciamentos por qualificação do solo entre 2015 (meses de novembro e dezembro) e 2018



Fonte: Município de Terras de Bouro, 2019.

3.6. ALOJAMENTOS

A evolução dos alojamentos constitui um dos elementos que caracterizam a dinâmica dos territórios, deste modo apresenta-se importante analisar a evolução deste elemento ao longo do concelho de Terras de Bouro.

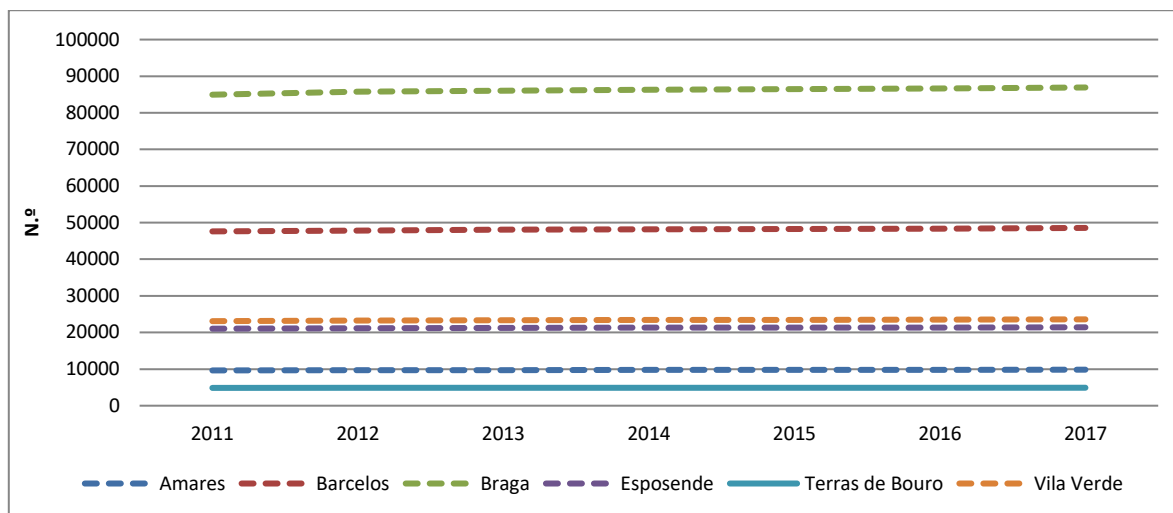
3.6.1. Alojamentos

De forma a analisar as condições de habitabilidade da população do concelho de Terras de Bouro e a disponibilidade de alojamentos face às necessidades das tipologias familiares, será apresentada uma análise aos alojamentos.

O concelho de Terras de Bouro, entre 2001 e 2017 (Gráfico 49) constitui o concelho da sub-região Cávado com o número de alojamentos familiares clássicos mais reduzido, constituindo apenas 2,51% dos alojamentos existentes em 2017 na sub-região Cávado. Existiam desta forma, em 2017, 4.904 alojamentos no concelho de

Terras de Bouro, mais 46 alojamentos do que os registados no ano 2011 (4.858 alojamentos). Esta tendência de crescimento foi registada em todos os concelhos da sub-região Cávado.

Gráfico 51. Evolução dos alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2017, nos municípios da sub-região Cávado



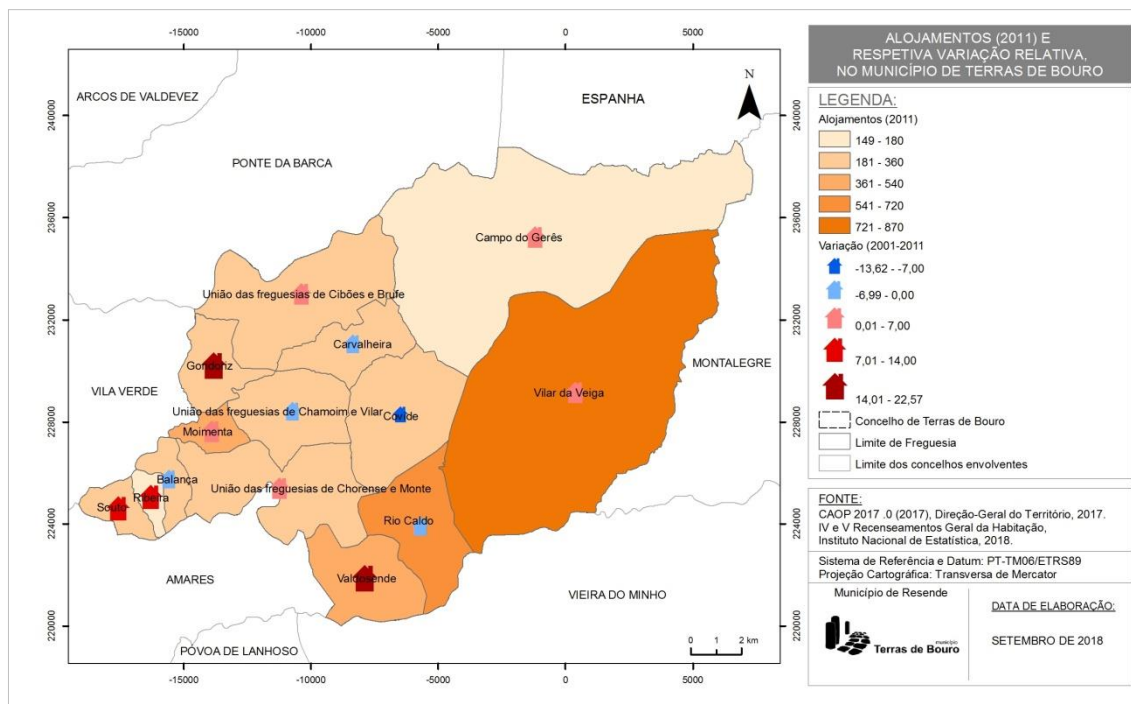
Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas (2018).

Ao nível da freguesia os dados mais recentes correspondem a 2011. Tal como se pode observar no Mapa 31, em 2011 é a freguesia de Vilar da Veiga que se destaca com o maior número de alojamentos (870 alojamentos), seguindo-se a freguesia de Rio Caldo (583 alojamentos), constituindo também as freguesias que apresentavam um maior número de edifícios no mesmo ano. Por sua vez, a freguesia de Ribeira, para além de se apresentar como a freguesia com menor número de edifícios, apresentou-se também como a freguesia com menor número de alojamentos em 2011 (149 alojamentos).

Entre 2001 e 2011, foi a freguesia de Valdosende que registou um maior crescimento do número de alojamentos (a par com o aumento do número de edifícios), registando uma variação de 22,57% entre 2001 e 2011, seguindo-se a freguesia de Gondoriz (17,14%), enquanto a freguesia de Covide registou o maior decréscimo do número de alojamentos (-13,62%).

Estes valores vêm demonstrar a crescer procura da área envolvente da albufeira da Caniçada para a construção de habitações de segunda habitação, e com isso o aumento da pressão urbanística.

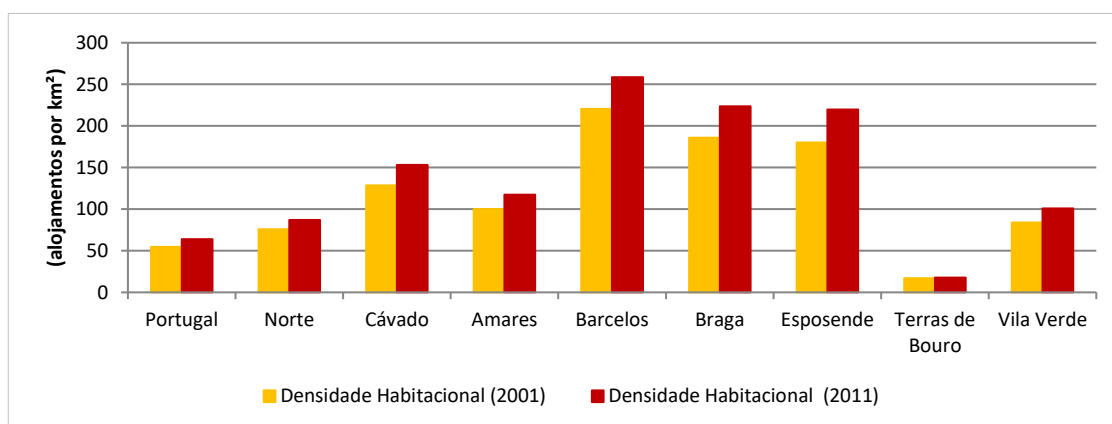
Mapa 31. Alojamentos (2011) e respetiva variação relativa, no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

No que concerne à densidade habitacional (Gráfico 52), verifica-se que no concelho de Terras de Bouro é de 17,58 alojamentos por km² em 2011, apresentando um valor muito inferior ao registado na região Norte (86,95 alojamentos por km²) e ao da sub-região Cávado (153,01 alojamentos por km²). Dentro da sub-região Cávado, o concelho de Terras de Bouro apresenta-se como o concelho com a menor densidade de alojamentos.

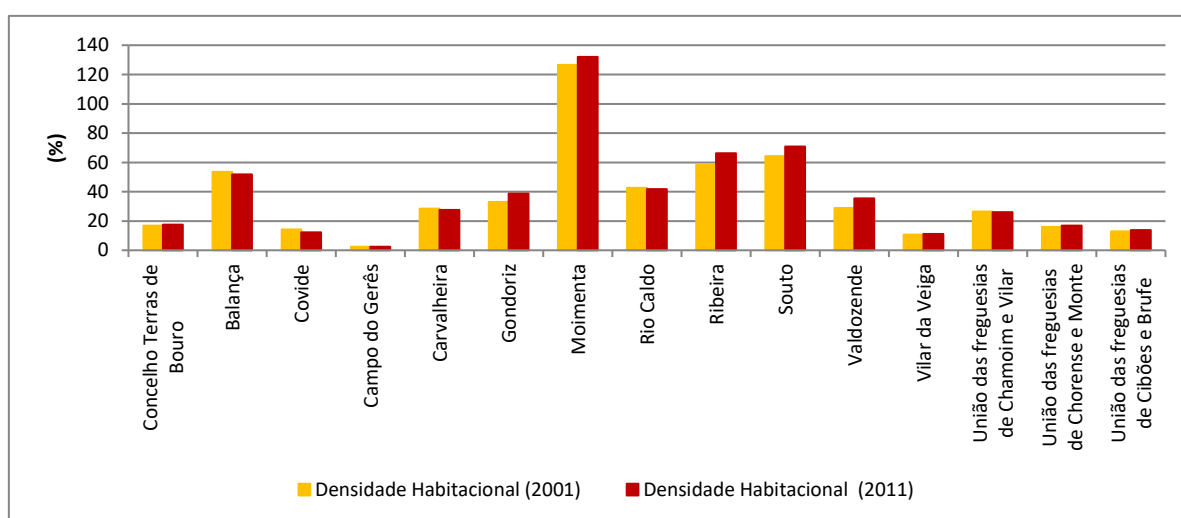
Gráfico 52. Densidade habitacional, em 2001 e 2011, em Portugal, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A densidade habitacional no concelho de Terras de Bouro (Gráfico 53) é, então, reduzida, porém algumas freguesias salientam-se com valores significativos, onde se destaca a freguesia de Moimenta, sede de concelho, onde a densidade habitacional em 2011 era de 131 alojamentos por km², enquanto a freguesia de Campo do Gerês apresentava em 2011 uma densidade habitacional de apenas 2,43 alojamentos por km² (em 2001 era de 2,41 alojamentos por km²). Destes valores retiramos ainda o facto de ser Vila de Veiga a freguesia habitacional com maior número de alojamentos, contudo corresponde a umas das freguesias que apresentam a densidade menor.

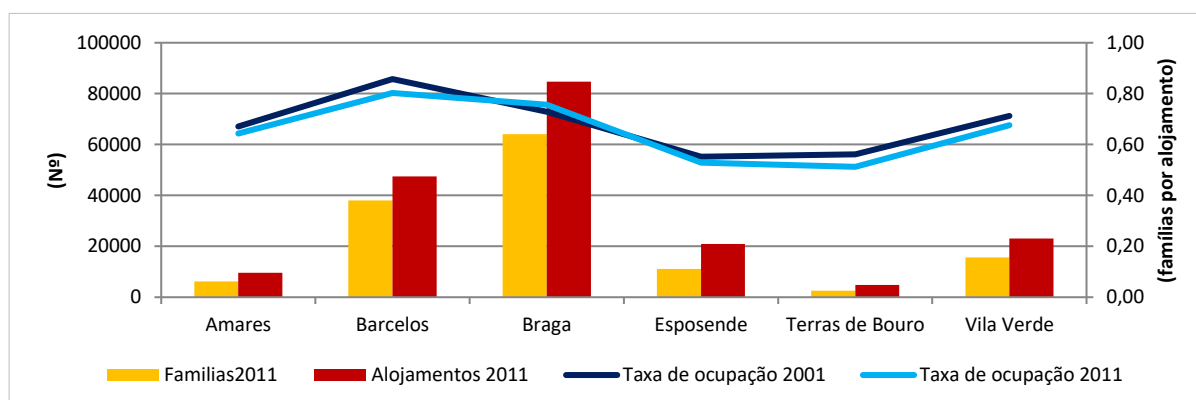
Gráfico 53. Densidade habitacional, em 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, relativamente à taxa de ocupação dos alojamentos (Gráfico 54), verifica-se que em 2011 no concelho de Terras de Bouro era de 0,51 famílias por alojamento, valor abaixo da média da sub-região Cávado (0,72 famílias por alojamento), uma vez que constituía também o concelho com menor número de famílias e de alojamentos na sub-região Cávado.

Gráfico 54. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011, nos municípios da sub-região Cávado



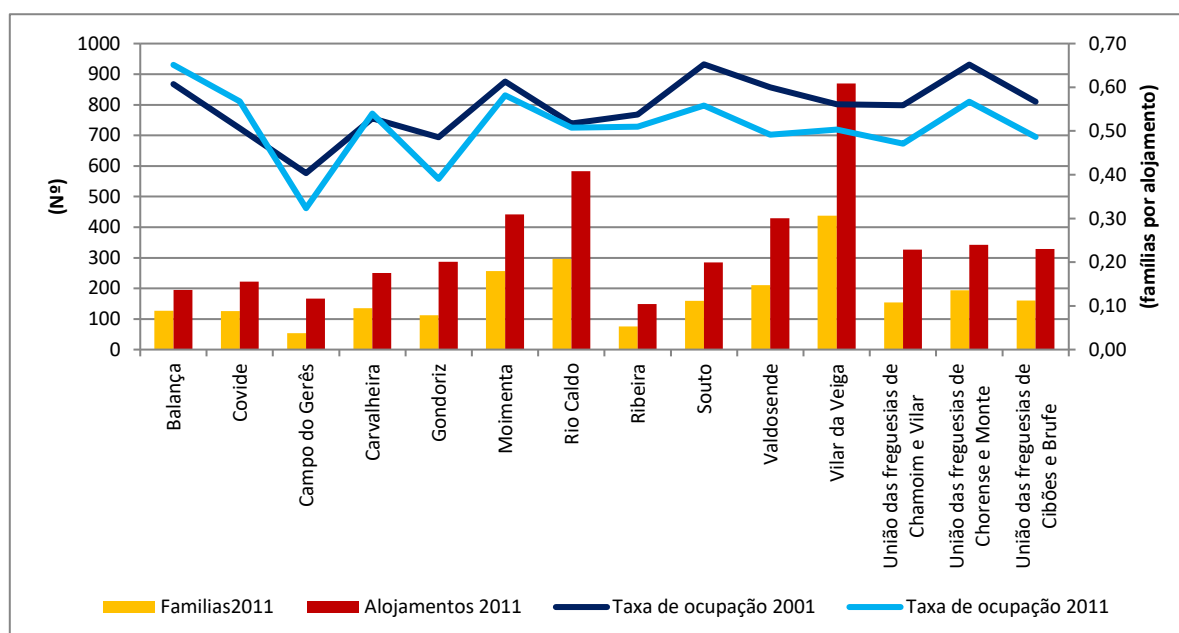
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Entre 2001 e 2011, a taxa de ocupação dos alojamentos do concelho de Terras de Bouro registou um decréscimo (de 0,56 famílias por alojamento em 2001 para 0,51 famílias por alojamento em 2011), associado à redução do número de famílias e do número de alojamentos no período analisado.

Deste modo, tal como se pode constatar no Gráfico 55, a freguesia de Balança apresentou a taxa de ocupação mais significativa em 2011, sendo de 0,65 famílias por alojamento, seguindo-se a freguesia de Moimenta (0,58 famílias por alojamento), enquanto, por outro lado, a freguesia de Campo do Gerês apresentou uma taxa de ocupação de 0,32 famílias por alojamento, seguindo-se a freguesia de Gondoriz com uma taxa de 0,39 famílias por alojamento.

À exceção das freguesias de Covide (12,2%), de Balança (7,3%) e da Carvalheira (2,0%), as restantes freguesias apresentaram uma variação negativa da sua taxa de ocupação dos alojamentos, ou seja, registaram um decréscimo desta.

Gráfico 55. Taxa de ocupação dos alojamentos, em 2001 e 2011, no município de Terras de Bouro

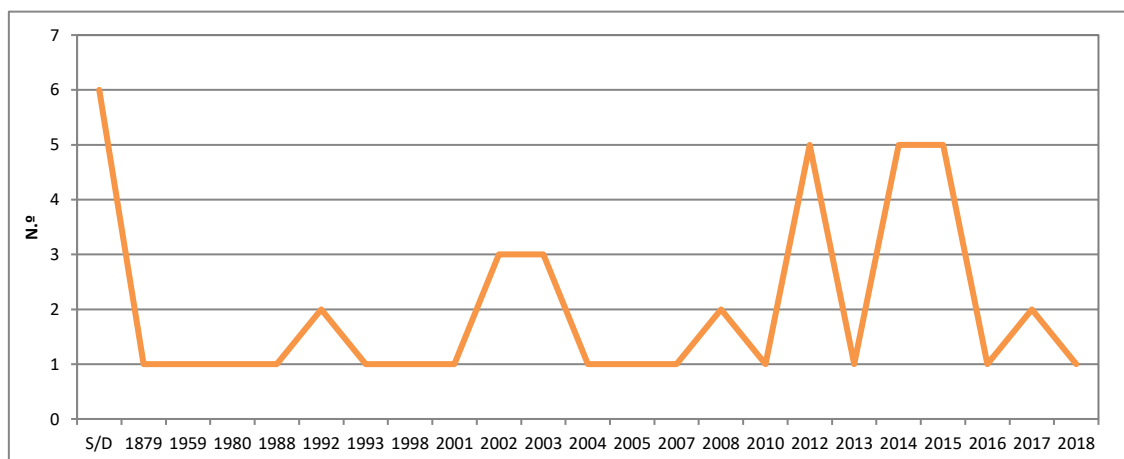


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

3.7. LICENCIAMENTOS TURÍSTICOS

De acordo com a informação do Turismo de Portugal, e analisando os empreendimentos turísticos presentes no concelho, observa-se que se encontram registados 47 empreendimentos turísticos, que grosso modo correspondem a casa de campo e a hotéis, 50% e 30%, respetivamente.

Gráfico 56: Evolução dos registos de empreendimentos turísticos no concelho de Terras de Bouro

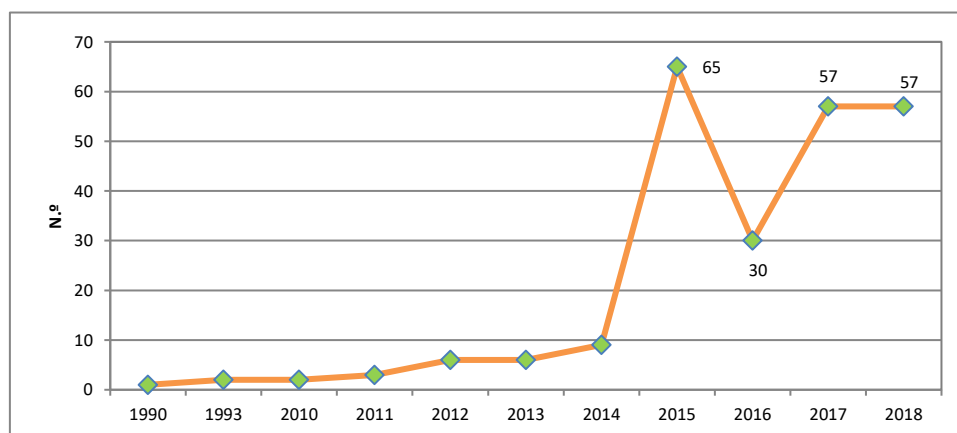


Fonte: Turismo de Portugal, SIGTUR (2018).

Desde o ano de publicação da revisão do PDM de Terras de Bouro, foram abertos nove novos empreendimentos turísticos (oito casas de campo e um apartamentos turísticos), localizados cinco em Campo do Gerês, dois em Souto, um em Valdosende e outro em Vilar da Veiga.

Em termos de alojamento local, os dados da tutela permitem analisar a evolução do registo de alojamentos locais ao longo dos anos no concelho de Terras de Bouro, onde observa-se que grosso modo, foi a partir do ano de 2015 que o número cresceu exponencialmente.

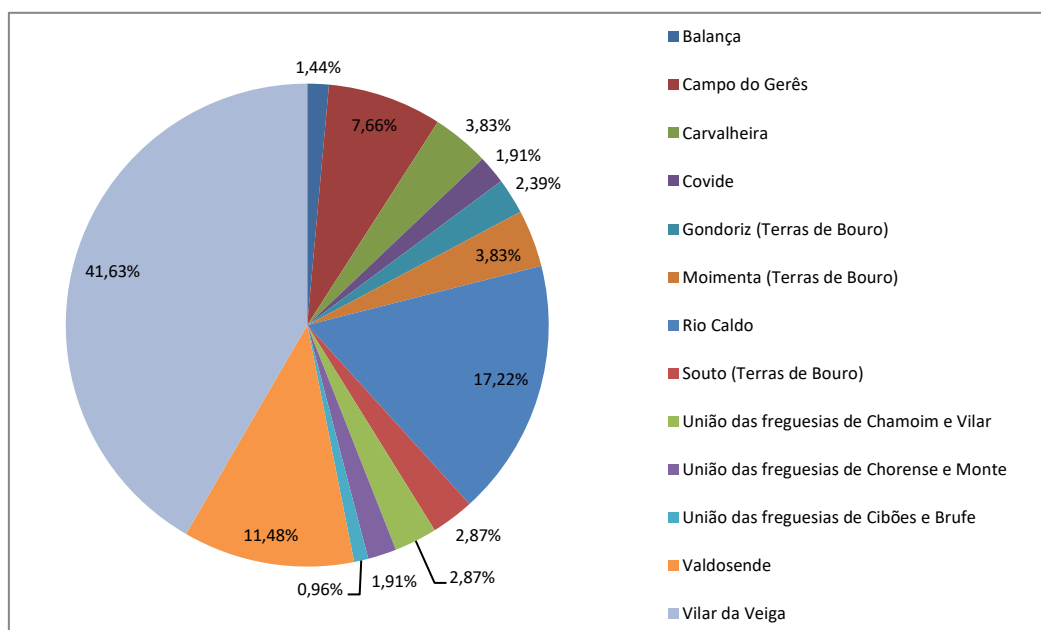
Gráfico 57: Evolução dos registos de alojamentos locais no concelho de Terras de Bouro



Fonte: Turismo de Portugal, SIGTUR (2018).

Observa-se que foram registados 209 alojamentos locais após o ano de publicação revisão do PDM de Terras de Bouro, que corresponde a 88% do total de alojamentos locais existente no concelho. Relativamente à modalidade do alojamento, 76% do total correspondem a moradias, 13% a apartamentos e 10% a estabelecimento de hospedagem. Quando à localização destes alojamentos locais, grosso modo, localizam-se próximo do Gerês e da albufeira da Caniçada: 42% em Vilar da Veiga; 17% em Rio Caldo e 12% em Valdosende.

Gráfico 58: Localização dos alojamentos turísticos registados entre 2015 e 2018



Fonte: Turismo de Portugal, SIGTUR (2018).

Por fim, importa referir que a informação da tutela do turismo, refere que se encontram ainda previsto o licenciamento de quatro novos empreendimentos turísticos.

3.8. INFRAESTRUTURAS

Com o intuito de compreender se as infraestruturas que servem o concelho de Terras de Bouro e a sua população têm apresentado uma evolução positiva, serão analisadas as infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos.

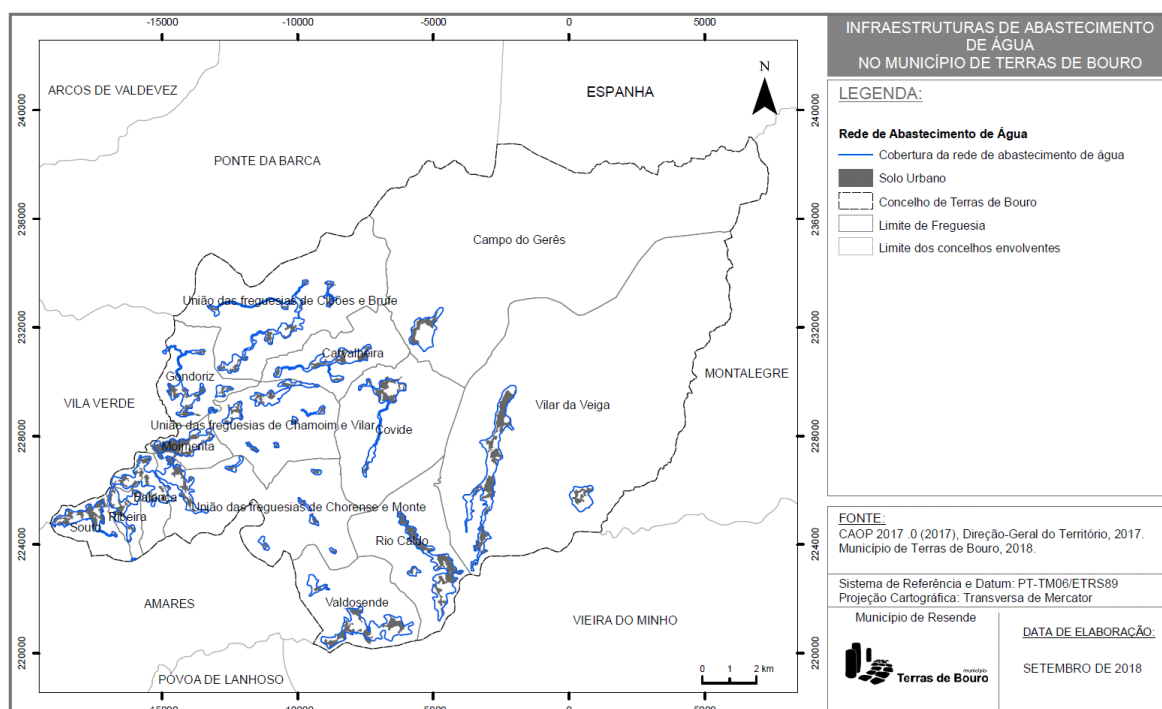
3.8.1. Abastecimento de Água

A entidade responsável pelo abastecimento público de água no concelho de Terras de Bouro são os serviços municipais.

De acordo com a informação disponível pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), as 42 zonas de abastecimento de água disponíveis no concelho de Terras de Bouro servem praticamente toda a população do concelho.

Atualmente existe 133 captações de água, assim como 85 reservatórios, distribuídos de forma uniforme pelo território, por fim o comprimento total de condutas era 162,87 km. De uma forma geral a cobertura rede de abastecimento de água existente apresenta-se extensa e suficiente, pois abrange todas as áreas de urbanas definidas no PDM de Terras de Bouro vigente, tal como se pode observar no Mapa 32.

Mapa 32. Infraestruturas de abastecimento de água no município de Terras de Bouro, em 2018



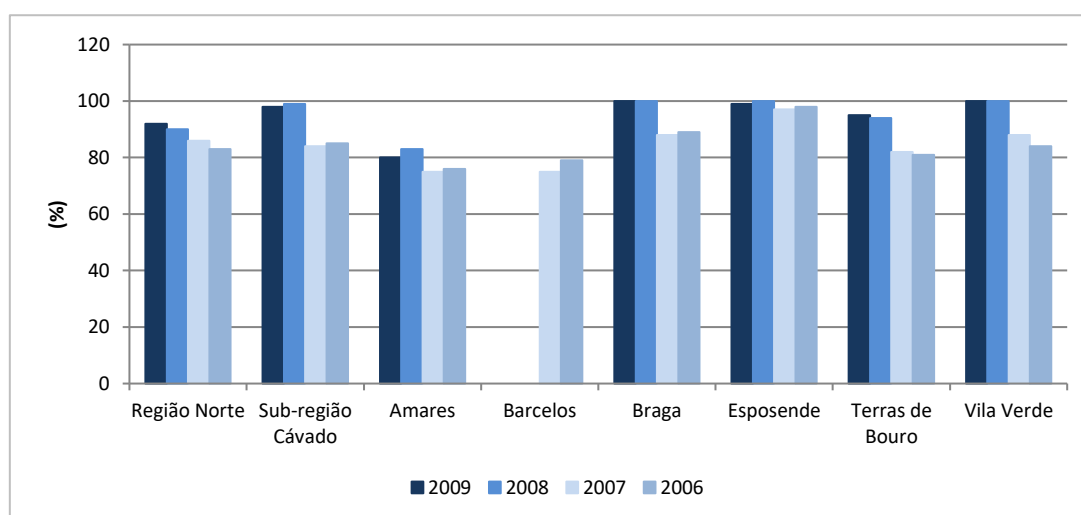
Elaborado pela Planum, 2018.

De acordo com o Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), do INE, em 2009 95% da população residente no concelho de

Terras de Bouro apresentava-se servida por sistema de abastecimento de água, variação positiva de 17,28% face ao registado no ano 2006 (em 2006 era apenas 81% da população).

Deste modo, entre 2006 e 2009 registou-se um aumento da proporção de população servida. O concelho de Terras de Bouro apresenta uma percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água superior à região Norte (92%) em 2009, porém, na sub-região Cávado a média era superior (98%).

Gráfico 59. Proporção de população servida por abastecimento de água, entre 2006 e 2009, na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios



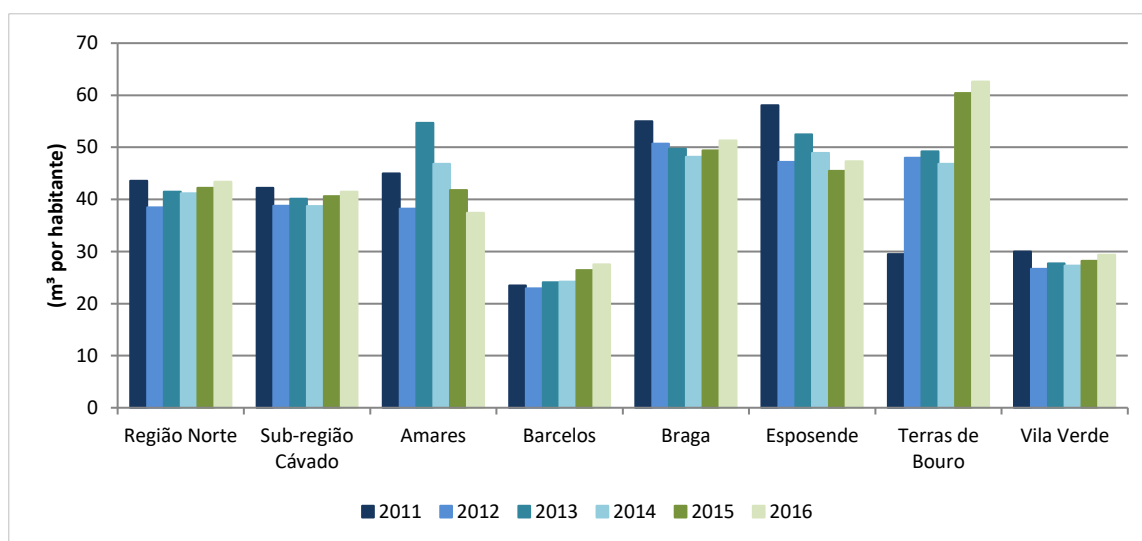
Fonte: Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Aguas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), Instituto Nacional de Estatística, 2018.

De acordo com os dados dos Censos de 2011, a população residente em alojamentos familiares com água canalizada correspondia 96% do total concelhio, sendo deste total 71% estava ligado à rede pública e 25% à rede privada (furos/poços privados).

Em 2016, 93% dos alojamentos do concelho de Terras de Bouro eram servidos por abastecimento de água seguindo uma média idêntica à registada na sub-região Cávado. Importa destacar que entre o ano de 2011 e 2015, a percentagem foi idêntica, mantendo-se nos 92%.

No que concerne ao consumo de água por habitante (Gráfico 60), verifica-se que no ano 2016 o concelho de Terras de Bouro apresenta-se como o concelho da sub-região Cávado com o consumo mais elevado (62,6 m³ por habitante). Não se pode deixar de referir o aumento exponencial do consumo de água entre 2011 e 2016, duplicando os valores entre este âmbito temporal.

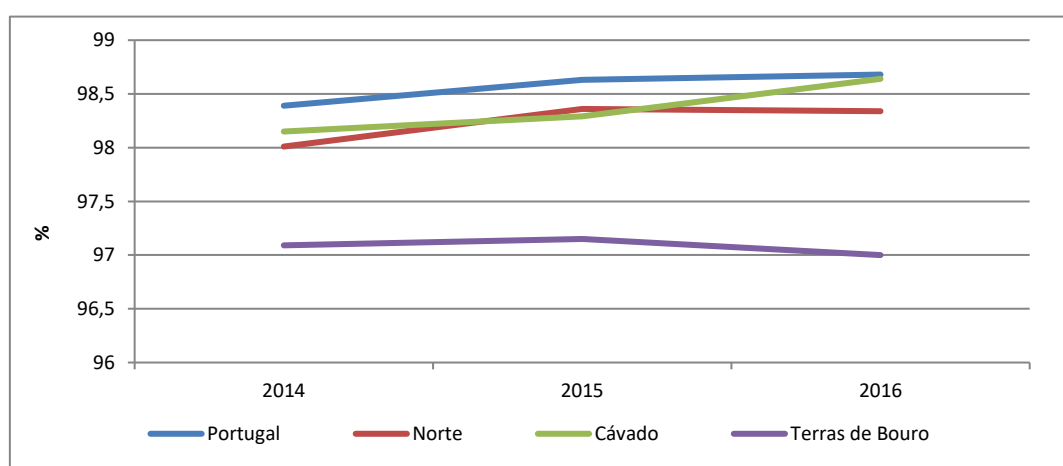
Gráfico 60. Consumo de água por habitante (m³ por habitante), na região Norte e na sub-região Cávado e respetivos municípios



Fonte: Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Aguas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, no que se refere à água segura (Gráfico 61), constata-se que o concelho de Terras de Bouro, em 2016, apresentava uma proporção de água segura de 97%, valor inferior ao registado em Portugal (98,68%), na região Norte (98,34%) e na sub-região Cávado (98,64%), constituindo inclusive o concelho integrante da sub-região Cávado com o valor de água segura mais reduzido nesse ano. Este valor encontra-se abaixo dos valores de referência – 98,5% a 100%.

Gráfico 61. Proporção de água segura, entre 2014 e 2016, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro



Fonte: Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Aguas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), Instituto Nacional de Estatística, 2018.

3.8.2. Drenagem de Águas Residuais

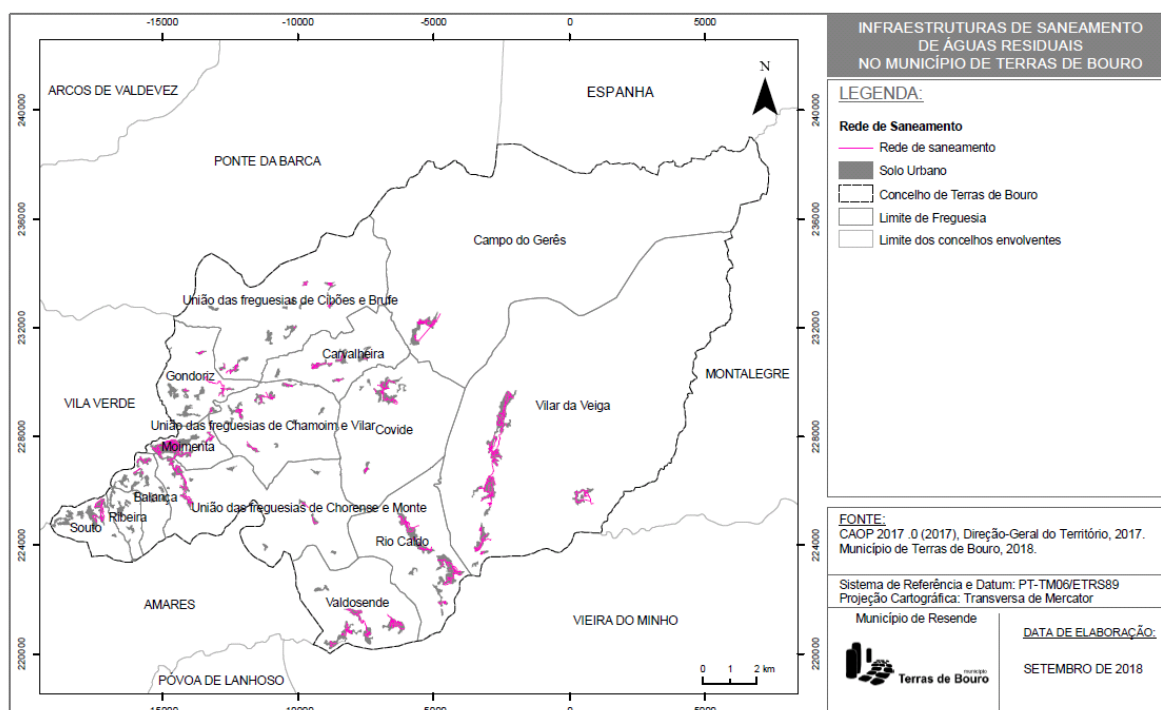
O concelho de Terras de Bouro encontra-se integrado no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Norte de Portugal da qual a empresa Águas do Norte assumiu a responsabilidade (Águas do Norte, 2018⁶). Deste modo, a rede de saneamento do concelho de Terras de Bouro encontra-se constituída por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais de forma a garantirem a coleta, a condução e o tratamento das águas.

Atualmente encontramos no concelho seis estações elevatórias, 21 fossas sépticas, 13 estações de tratamento de águas residuais, oito delas já construídas ou a construir, cuja gestão direta está a cargo das Águas do Norte.

Se no ano de 2011 a rede de saneamento possuía uma extensão de 75km, atualmente, mesmo passados sete anos, continua a apresentar a mesma extensão. Denota-se aqui que ainda não se realizaram esforços suficientes para melhorar a acessibilidade física a esta rede.

De facto a rede de drenagem e de tratamento de águas residuais no concelho de Terras de Bouro, grosso modo serve os aglomerados populacionais principais das freguesias, contudo as restantes áreas urbanas ou de edificação dispensa não se encontram servida por esta rede.

Mapa 33. Infraestruturas de saneamento de águas residuais, no município de Terras de Bouro, em 2018



Elaborado pela Planum, 2018.

⁶ Retirado de: <http://www.adnorte.pt/pt/atividade/sistema-de-aguas-da-regiao-do-noroeste/?id=57> (acedido a 14 de setembro de 2018).

Analisando os dados do INE, apenas possuímos dados da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, para os anos de 2011 e 2016, que demonstram que não existiu evolução, pois em 2011 a proporção era 26,1% e em 2016 era 27% [valor muito abaixo do valor de referência (70% - 100%)] - valor muito abaixo da região norte (76%) e da sub-região do Cávado (85,1%).

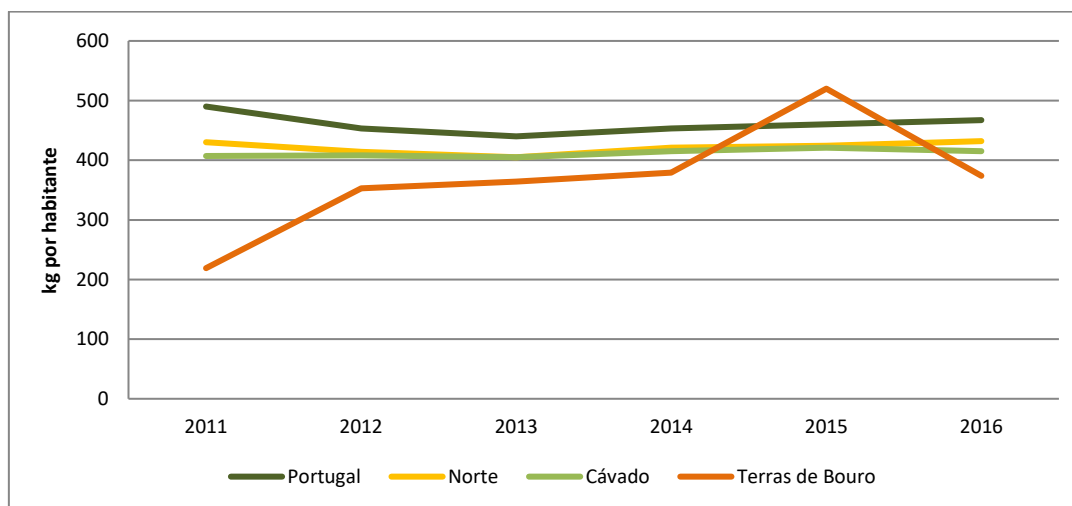
Em relação à população residente nos alojamentos com sistema de drenagem de águas residuais, observa-se que à data dos Censos de 2011, apenas 37% da população estava ligada à rede pública.

3.8.3. Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) no concelho de Terras de Bouro apresenta como entidade gestora a Câmara Municipal de Terras de Bouro, em baixa, e em alta a recolha e tratamento é da responsabilidade da empresa BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A..

No Gráfico 62 pode constatar-se que a evolução dos resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante (kg/ habitante), entre 2011 e 2016, sofreu oscilações, porém, de uma forma geral, aumentou 20,71% dado que em 2011 era de 219 kg/ habitante e em 2016 era já de 374 kg/ habitante. Destaque o facto, de apesar de entre 2011 e 2016, o concelho de Terras de Bouro ter sofrido um aumento, mantém-se em 2016 abaixo da região Norte e sub-região do Cávado.

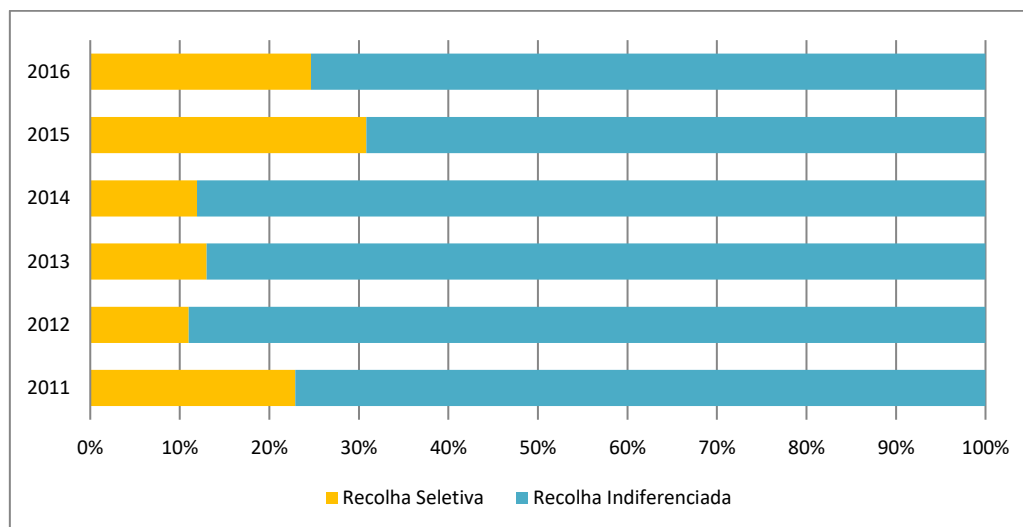
Gráfico 62. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ habitante), entre 2011 e 2016, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro



Fonte: Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne à proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma seletiva e indiferenciada, verifica-se que no concelho de Terras de Bouro a recolha seletiva apresentou um decréscimo de 22% entre 2011 e 2016 (em 2011 correspondia a 23% das recolhas e em 2016 correspondia apenas a 18%), igualmente a recolha indiferenciada sofreu uma diminuição de 30% no período em análise.

Gráfico 63. Proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma indiferenciada e seletiva, em 2011 e 2016, no município de Terras de Bouro



Fonte: Instituto Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/ VFF), Instituto Nacional de Estatística, 2018.

3.9. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Os equipamentos constituem um conjunto de edificações e de espaços não construídos, que possuem o objetivo de prover bens e serviços de modo a satisfazerem-se as necessidades e as expectativas da população de um modo coletivo. Desta forma, apresenta-se de elevada relevância compreender o estado atual dos equipamentos existentes no concelho de Terras de Bouro, por constituírem elementos que qualificam as áreas urbanas e o próprio território de um modo geral e sendo elementos fundamentais na fixação de população e atratividade dos espaços.

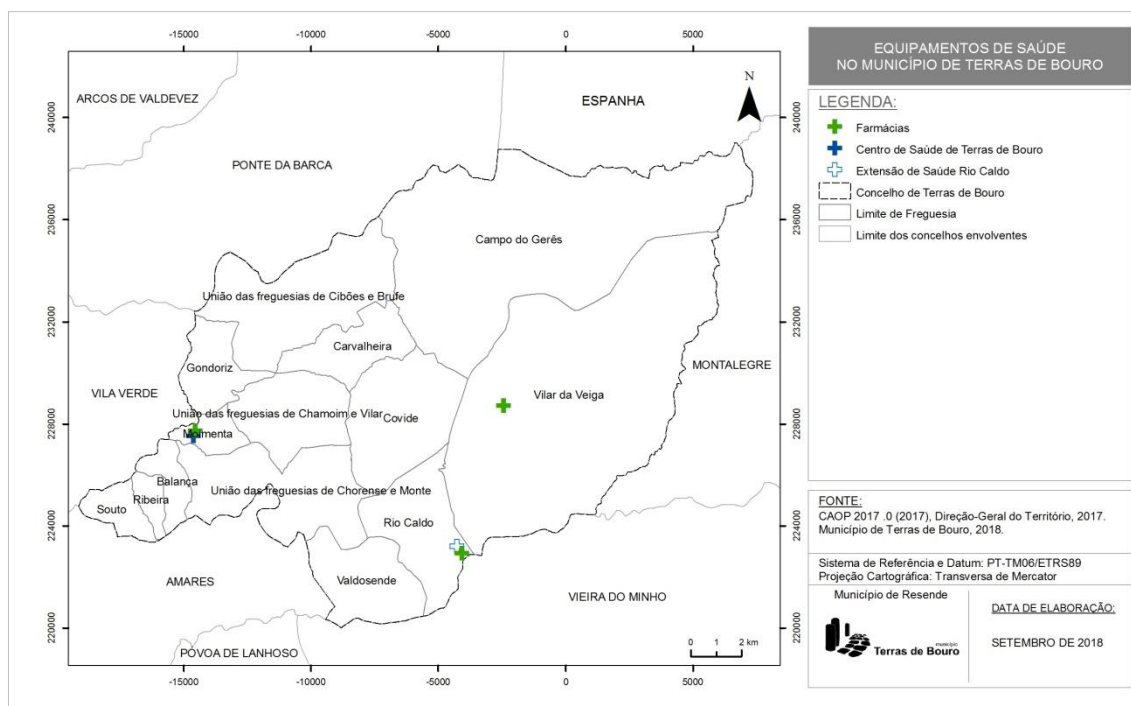
Face ao disposto, foi selecionado um conjunto de equipamentos que se apresentam fundamentais para a dinâmica diária do concelho de Terras de Bouro, nomeadamente os de saúde, educação, apoio social, culturais e turísticos, desportivos e de lazer, religiosos, serviços de administração pública e prevenção e segurança pública.

3.9.1. Equipamentos de Saúde

Os equipamentos de saúde apresentam-se essenciais para garantir o acesso a cuidados médios da população sempre que esta necessite, apresentando-se como um elemento crucial no ordenamento do território e resposta a uma necessidade básica que é o acesso a serviços de saúde.

No concelho de Terras de Bouro constata-se a existência de um Centro de Saúde localizado na freguesia de Moimenta e ainda uma Extensão de Saúde em Rio Caldo. Por sua vez, não se regista a existência de qualquer Centro Hospitalar, sendo que o mais próximo corresponde ao Centro Hospitalar de Braga.

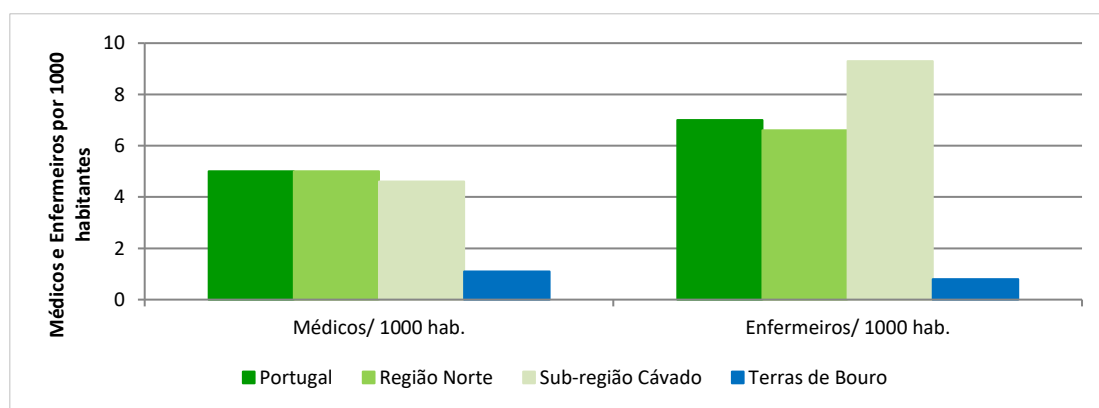
Mapa 34. Equipamentos de saúde no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Relativamente ao número de profissionais de saúde, segundo as Estatísticas do Pessoal de Saúde do INE (2018), em 2017 o concelho de Terras de Bouro registava 1,1 médico por 1.000 habitantes e apenas 0,8 enfermeiros por 1.000 habitantes, valores muito abaixo dos verificados na sub-região Cávado (4,6 médicos e 9,3 enfermeiros por 1.000 habitantes) e na região Norte (5 médicos e 6,6 enfermeiros, por 1.000 habitantes) (Gráfico 64).

Gráfico 64. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes, em 2017, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e no município de Terras de Bouro

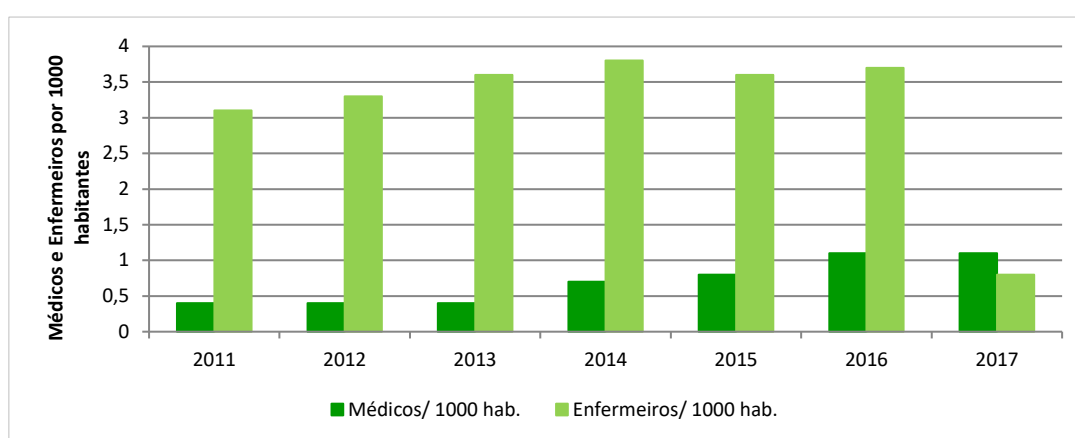


Fonte: Estatísticas do pessoal de saúde, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A evolução do pessoal médico e enfermeiro, por 1.000 habitantes, entre 2011 e 2017, no concelho de Terras de Bouro, pode observar-se no Gráfico 65. Constatase que o número de médicos por 1.000 habitantes aumentou 175% entre 2011 e 2017, uma vez que em 2011 era de 0,4 médicos por 1.000 habitantes e em 2017 era já de 1,1 médicos por 1.000 habitantes, por sua vez, o número de enfermeiros registou um decréscimo acentuado de 74,19%, dado que em 2011 registavam-se 3,1 enfermeiros por 1.000 habitantes e em 2017 eram apenas 0,8 enfermeiros por 1.000 habitantes.

Assim, pese embora tenha ocorrido um reforço na resposta à população, o facto é que o concelho ainda se encontra com valores bastante abaixo da média da região e abaixo dos valores desejáveis sendo necessário continuar como reforço de médicos e enfermeiros no concelho.

Gráfico 65. Médicos e Enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017, no município de Terras de Bouro



Fonte: Estatísticas do pessoal de saúde, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

3.9.2. Equipamentos de Educação

Por promoverem o desenvolvimento da população, os estabelecimentos de educação apresentam-se como um serviço fundamental, permitindo criar cidadãos cultos e com a sua formação mais avançada e enriquecida.

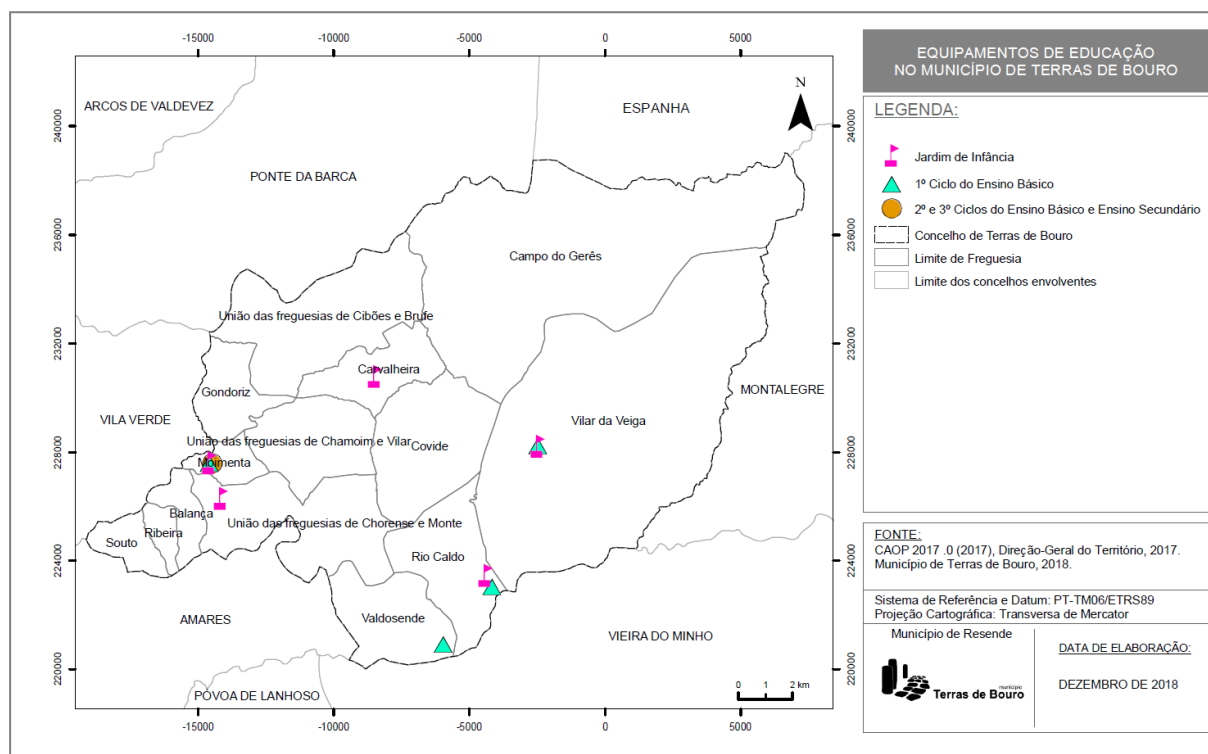
A carta educativa do concelho, publicada no ano de 2006, previa a seguinte configuração da rede educativa: dois agrupamentos de escola e duas escolas por agrupamento.

Contudo, atualmente verifica-se que no concelho de Terras de Bouro existem cinco estabelecimentos pré-escolares (jardins de infância) distribuídos pelas freguesias de Carvalheira, Moimenta, Rio Caldo, União das freguesias de Chorense e Monte e em Vilar da Veiga. Este constitui o nível de ensino que apresenta um maior número de estabelecimentos, aspeto que é justificado pela necessidade de se localizarem mais próximos da população e por se apresentarem limitados quanto ao número de crianças que acolhem anualmente por constituírem crianças de tenra idade.

No que concerne ao 1º ciclo do ensino básico, observa-se que existem quatro estabelecimentos de ensino, distribuídos pelas freguesias de Rio Caldo, Moimenta, Valdosende e Vilar da Veiga. Por fim, os estabelecimentos

de 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, contabiliza-se um, localizado na freguesia de Moimenta. O concelho encontra-se constituído pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Terras de Bouro. Salienta-se que os 2º e 3º ciclos são também lecionados na Escola Básica de Rio Caldo.

Mapa 35. Equipamentos de educação no município de Terras de Bouro

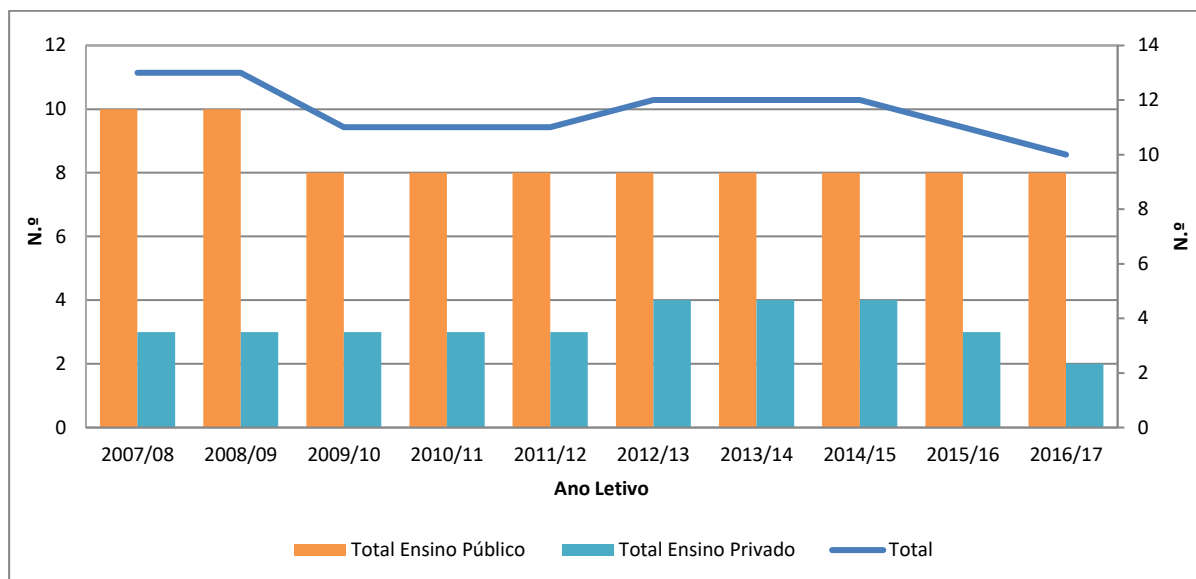


Elaborado pela Planum, 2018.

A evolução dos estabelecimentos de ensino tendo em conta a natureza institucional destes, entre o ano letivo 2001/02 e o ano letivo 2016/17, pode observar-se no Gráfico 66. Constatase que os estabelecimentos apresentaram um decréscimo, de um modo geral, de -23%, dado que no ano letivo 2007/08 registavam-se 13 estabelecimentos, porém no ano letivo 2016/17 registaram-se apenas 10 estabelecimentos de ensino.

Quanto aos estabelecimentos de ensino público, registaram nos dois primeiros anos letivos analisados a existência de 10 escolas, sendo que após o ano letivo de 2009/10 o número manteve-se nas oito escolas até ao momento atual. No que respeita aos estabelecimentos de ensino privado, observa-se que sofreu oscilações ao longo do período analisado, tendo entre os anos de 2012 e 2015 a existência de quatro estabelecimentos escolares, para hoje se verificar apenas a existência de apenas dois estabelecimentos escolares.

Gráfico 66. Evolução dos estabelecimentos de ensino e respetiva natureza institucional, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro

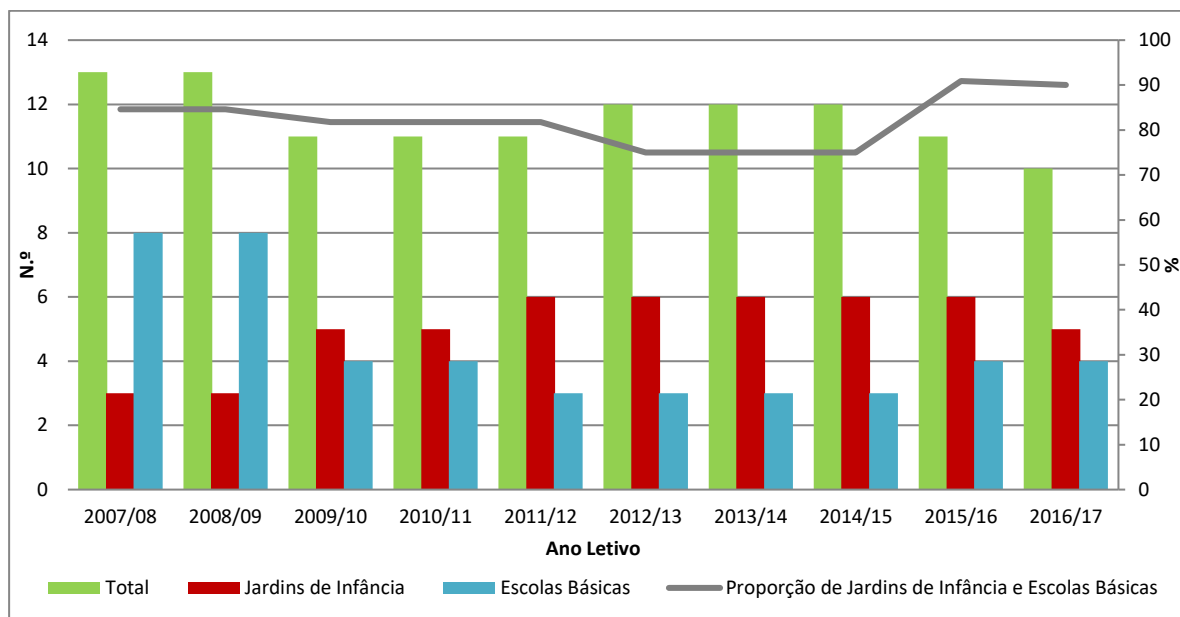


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Uma vez que a população jovem é fulcral para o desenvolvimento futuro do concelho de Terras de Bouro, apresenta-se interessante analisar a evolução dos estabelecimentos de ensino dedicados aos jovens de tenra idade, nomeadamente os jardins-de-infância e as escolas básicas que fornecem os pilares básicos da educação e responde às necessidades desta população. Tal como se viu anteriormente, tem-se vindo a constatar um decréscimo de população jovem face à população mais idosa, criando assim condições para intensificar o envelhecimento populacional do concelho, que consequentemente conduz ao decréscimo da oferta escolar por redução do número de crianças, a par com os diversos encerramentos levados a cabo pelo governo português ao longo de todo o território nacional.

Desta forma, no Gráfico 67 pode observar-se que o número de estabelecimentos de jardins-de-infância aumentou 67% no período analisado (no ano letivo 2007/08 registavam-se três estabelecimentos e no ano letivo 2016/17 registavam-se apenas cinco estabelecimentos). Contrariando a tendência, verificou-se que o número de escolas básicas diminuiu para metade no período analisado (no ano letivo 2007/08 registavam-se 8 estabelecimentos e no ano letivo 2016/17 registavam-se apenas quatro estabelecimentos).

Gráfico 67. Evolução dos estabelecimentos de ensino de Jardim de Infância e Escolas Básicas, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro

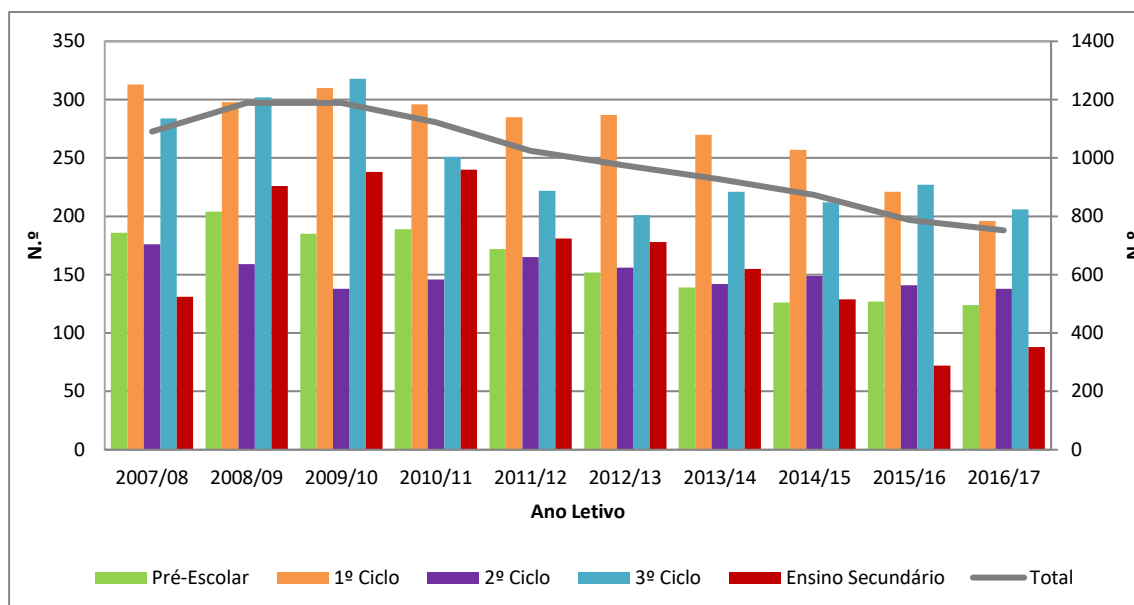


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Gráfico 68 pode observar-se a evolução do número de alunos inscritos entre o ano letivo 2007/08 e o ano letivo 2016/17. Verifica-se que de um modo geral o número de alunos decresceu 31%, sendo que no ano letivo 2007/08 contabilizavam-se 1.090 alunos enquanto no ano letivo 2016/17 registaram-se apenas 752 alunos, seguindo a tendência de decréscimo populacional e de população jovem que o concelho tem vindo a sofrer.

Face ao disposto constata-se que todos os níveis de ensino registaram um decréscimo do número de alunos, sendo que entre os anos letivos 2007/08 e 2016/17 o ensino pré-escolar registou um decréscimo de 33%, o 1º ciclo do ensino básico registou um decréscimo de 39%, o 2º ciclo do ensino básico registou um decréscimo de 22%, o 3º ciclo do ensino básico sofreu um decréscimo de 27% e, por fim, o ensino secundário registou um decréscimo do número de alunos de 33%.

Gráfico 68. Alunos inscritos, entre 2008 e 2017, no município de Terras de Bouro



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

A Escola Secundária de Terras de Bouro, para além do ensino regular, possui também turmas de ensino profissional. No letivo 2018/2019 encontram-se disponíveis dois cursos profissionais, designadamente o curso Técnico de Cozinha/Pastelaria e o curso Técnico de Turismo, constituindo cursos que se relacionam com as necessidades do ambiente de trabalho nos dias de hoje ao nível nacional e ao nível concelhio, uma vez que o turismo e a gastronomia constituem dois elementos chave do concelho de Terras de Bouro.

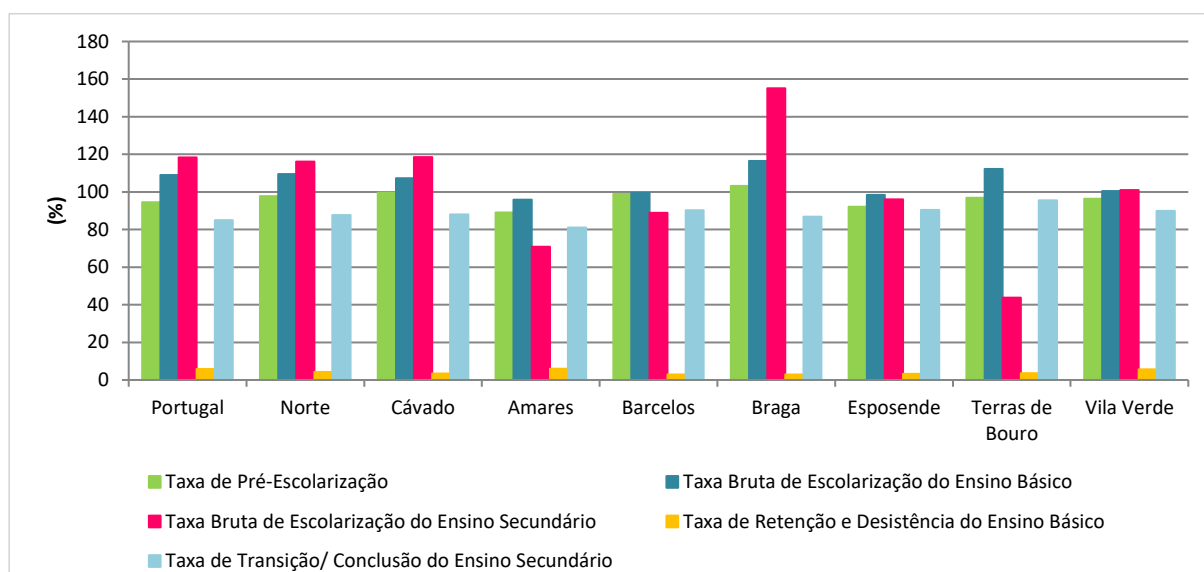
Analisando agora a taxa de pré-escolarização (Gráfico 69) no ano letivo 2016/17 verifica-se que nas unidades territoriais analisadas os valores são bastante semelhantes, apesar do concelho de Terras de Bouro (96,9%) apresentar um valor ligeiramente inferior ao registado na região Norte (97,8%) e na sub-região Cávado (99,6%).

No que concerne à taxa bruta de escolarização do ensino básico, constata-se que o concelho de Terras de Bouro, no ano letivo 2016/17 apresenta um valor significativo de 112,3%, sendo superior ao registado em Portugal (108,9%), ao da região Norte (109,5%) e ao da sub-região Cávado (107,2%), porém, no que se refere à taxa bruta de escolarização do ensino secundário o concelho de Terras de Bouro apresenta um valor significativamente reduzido em comparação com Portugal (118,4%), região Norte (116,2%) e sub-região Cávado (118,5%), dado que a taxa é de apenas 43,8%.

Relativamente à taxa de retenção e desistência do ensino básico, os valores são reduzidos em todas as escalas, e se na sub-região Cávado (3,37%) a taxa se apresenta inferior à registada no concelho de Terras de Bouro (3,6%), já em Portugal (5,77%) e na região Norte (4,37%) os valores apresentam-se superiores.

Por fim, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário no concelho de Terras de Bouro (95,5%) apresenta-se relevante, possuindo a taxa mais significativa da sub-região Cávado (88,1%), e superior à média de Portugal (84,9%) e da região Norte (87,7%).

Gráfico 69. Escolarização, transição/ conclusão e retenção/ desistência, no ano letivo 2016/17, em Portugal, na região Norte, na sub-região Cávado e respetivos municípios

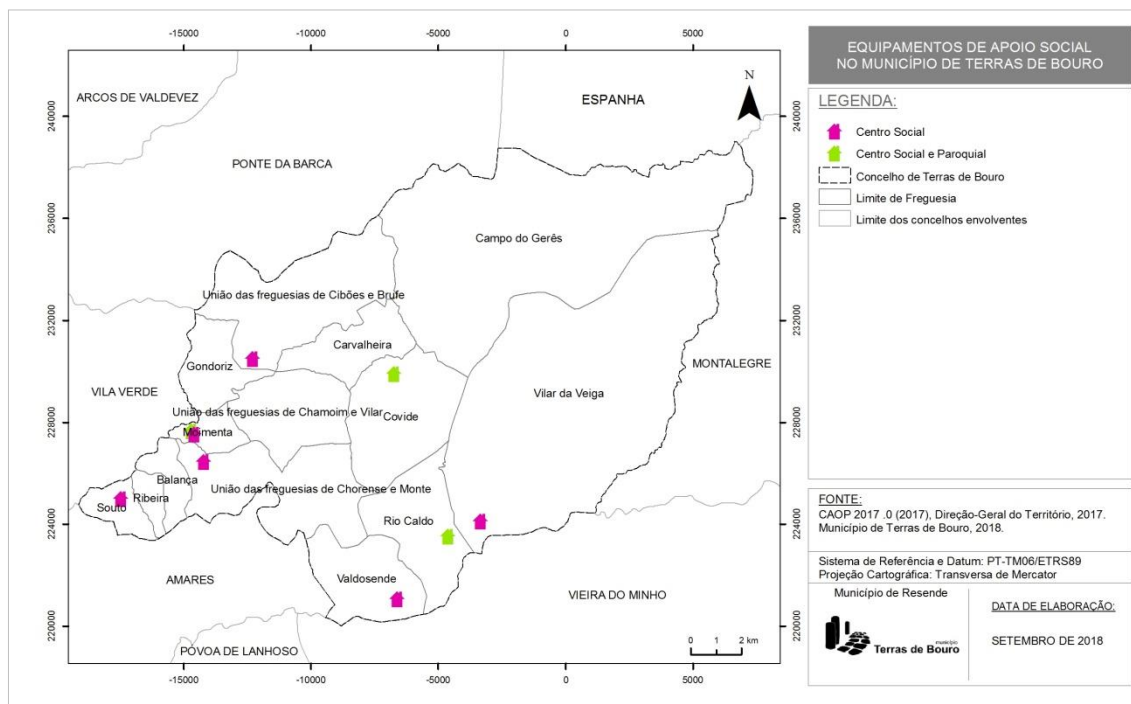


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

3.9.3. Equipamentos de Apoio Social

Relativamente aos equipamentos de apoio social, eles apresentam-se essenciais no apoio à população mais carenciada, à população idosa e à restante população que necessite de apoio nas mais diversas matérias. Desta forma, o concelho de Terras de Bouro oferece equipamentos que se destinam a dar resposta às necessidades relacionadas com o acompanhamento de crianças em horários fora de aulas, nomeadamente Atividades de Tempos Livres (ATL), apoio à população idosa, e apoio à população de um modo geral, através de Centros Sociais e de Centros Sociais Paroquiais.

Mapa 36. Equipamentos de apoio social no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

Face ao disposto, constata-se que o concelho de Terras de Bouro dispõe de um leque variado de equipamentos sociais, desde ATL (dedicados aos mais jovens) aos centros de dia e lares de terceira Idade dedicados à população mais idosa, associando-se a múltiplas áreas de intervenção.

VALÊNCIA	CAPACIDADE	N.º UTENTES	TAXA DE OCUPAÇÃO
Creche	100	79	79%
Estabelecimento de Educação Pré-escolar (privado)	120	111	93%
Centro de Atividades de Tempos Livres	32	32	100%
Centro de Atividades Ocupacionais (Deficiência)	25	20	80%
Centro Comunitário	100	100	100%
Centro de Dia	24	18	75%
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	190	139	73%
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	124	115	93%

Fonte: Carta Social, 2018⁷.

7 Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index.php> (acedido a 18 de dezembro de 2018).

De uma análise geral destaca-se o seguinte, a taxa de ocupação dos lares encontra-se quase lotado, assim como o serviço de apoio domiciliário ao idoso, situação que se deve acautelar nesta revisão do PDM, pois tal como foi demonstrado anteriormente, a população do concelho é bastante envelhecida e com certas necessidades (médicas, isolamento, solidão, entre outras). Sobre a população infantil, a capacidade das creches existentes no concelho está aproximadamente nos 80%, e um concelho que pretende aumentar a natalidade, deverá criar condições para a população ativa conseguir conciliar o trabalho com a função de pais.

3.9.4. Equipamentos Culturais e Turísticos

No que concerne aos equipamentos culturais e turísticos, verifica-se que a atividade cultural no concelho se apresenta escassa, assim como as atividades que a estas se associam. Desta forma, destaca-se o Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas, localizado na freguesia de Campo do Gerês e que possui uma área dedicada a exposições e um auditório, para além da associação "A Furna" (associação local). Para além deste verifica-se a existência do Museu da Geira, localizado na freguesia de Campo do Gerês e que se dedica à Via Romana que por este concelho passa.

Salienta-se também a existência de uma Biblioteca Municipal localizada na freguesia de Moimenta (encontra-se inserida na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas). Para além do disposto, o concelho de Terras de Bouro possui um conjunto diverso de associações culturais e desportivas, distribuídas ao longo das várias freguesias que compõem o concelho, e que permitem dinamizar o concelho com diversas atividades.

3.9.5. Equipamentos Desportivos e de Lazer

Os equipamentos desportivos e de lazer apresentam-se de elevada relevância no concelho de Terras de Bouro, cobrindo o território concelhio, onde predominam os campos de jogos, as atividades equestres com a presença de centros hípicas e do Centro Interpretativo do Garrano, com diversas atividades associadas. Também os desportos aquáticos estão presentes no concelho de Terras de Bouro, graças à marina que se encontra localizada na freguesia de Rio Caldo e graças aos vários cais de embarque localizados nas freguesias de Valdosende e de Vilar da Veiga, onde é possível promover desportos aquáticos na albufeira da Caniçada.

Para além do disposto, devem destacar-se os diversos trilhos pedestres que o concelho de Terras de Bouro convida a realizar, contribuindo para a prática de desporto e para o usufruto da natureza.

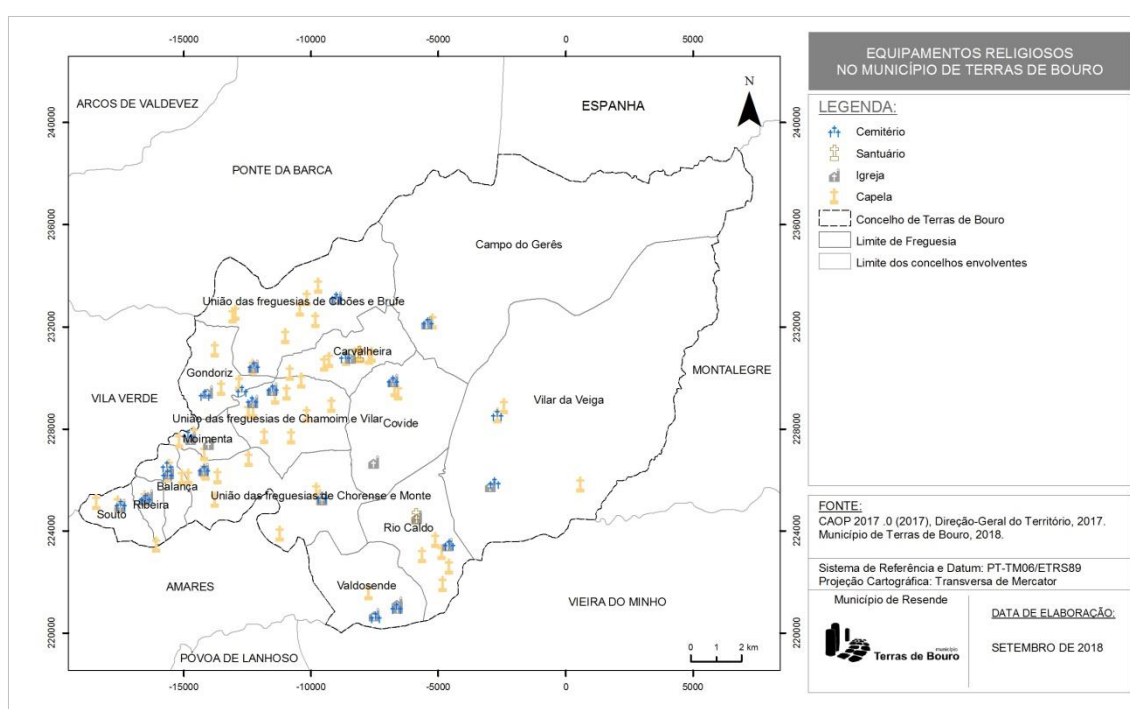
Salienta-se também a existência de diversas associações desportivas no concelho de Terras de Bouro, que promovem a prática de desporto e incentivam o uso dos equipamentos existentes.

3.9.6. Equipamentos Religiosos

Os equipamentos religiosos constituem elementos de elevada relevância para a população do concelho de Terras de Bouro, seguindo a tendência que se observa ao longo de todo o país, uma vez que constituem espaços de culto e crença.

Deste modo, observa-se que todas as freguesias do concelho possuem pelo menos uma capela, uma igreja e um cemitério, registando-se um total de 107 equipamentos religiosos no concelho, desde capelas, a igrejas, santuários e cemitérios, onde se destaca o Santuário de S. Bento da Porta Aberta (freguesia de Rio Caldo), uma vez que está integrado no programa de Turismo Religioso.

Mapa 37. Equipamentos religiosos no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.9.7. Equipamentos de Administração Pública

São diversos os equipamentos administrativos que se encontram distribuídos ao longo do território concelhio, onde se salienta a freguesia de Moimenta, sede de Concelho, onde se regista uma concentração de funções administrativas significativa, enquanto as restantes freguesias dispõem de uma reduzida diversidade de equipamentos administrativos (Juntas de Freguesia e Conselhos Diretivos de Baldios).

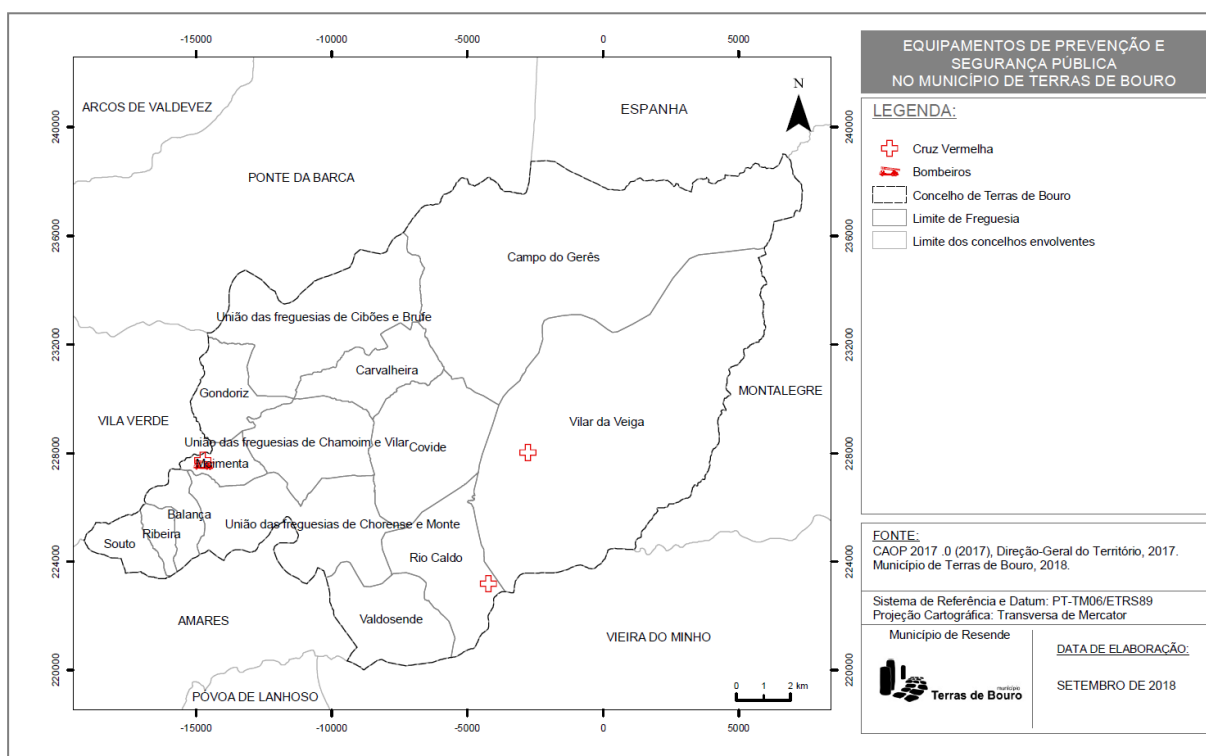
Desta forma, a freguesia de Moimenta, por constituir a freguesia sede de concelho, concentra equipamentos desde o Posto de Correios, o Tribunal Extradjudicial, o Registo Civil, a repartição das Finanças, a delegação da

Segurança Social, a Câmara Municipal e ainda a Junta de Freguesia de Moimenta, sendo que a grande maioria destes serviços não se apresentam serviços de proximidade, cujo acesso aos mesmos não se apresenta regular, não sendo assim necessária a sua multiplicação ao longo do concelho. No que toca às juntas de freguesia, estas apresentam um papel preponderante de proximidade à população residente no concelho, verificando-se que se encontram em todas as freguesias.

3.9.8. Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública

Os equipamentos de prevenção e segurança pública apresentam-se cruciais para que a população se sinta segura, desta forma, verifica-se que o concelho de Terras de Bouro encontra-se munido de Guarda Nacional Republicana - GNR (com dois postos territoriais, sendo que um é na freguesia de Moimenta e outro é na freguesia de Vilar da Veiga), de Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários (na freguesia de Moimenta) e de Cruz Vermelha Portuguesa (com três delegações nas freguesias de Moimenta, Rio Caldo e Vilar da Veiga, cuja função passa por primeiros socorros complementando as extensões do Centro de Saúde existente no concelho), que estão distribuídos ao longo de três freguesias.

Mapa 38. Equipamentos de prevenção e segurança pública no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.10. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

É fulcral que as ligações rodoviárias de um território se apresentem capazes e completas, de forma a permitir um desenvolvimento socioeconómico dos territórios. Assim, permite que a população tenha a possibilidade de comunicar, circular e realizar trocas diárias de produtos, de informação, de pessoas e de conhecimento. Para além da comunicação com outros territórios, no interior dos limites concelhios é fundamental que se permita uma circulação eficaz, através de uma rede rodoviária completa e de opções de transportes públicos que permita a circulação da população sem ter de recorrer ao automóvel particular.

Assim, no presente relatório de estado do ordenamento do território, será analisada a rede rodoviária, os transportes públicos e as telecomunicações.

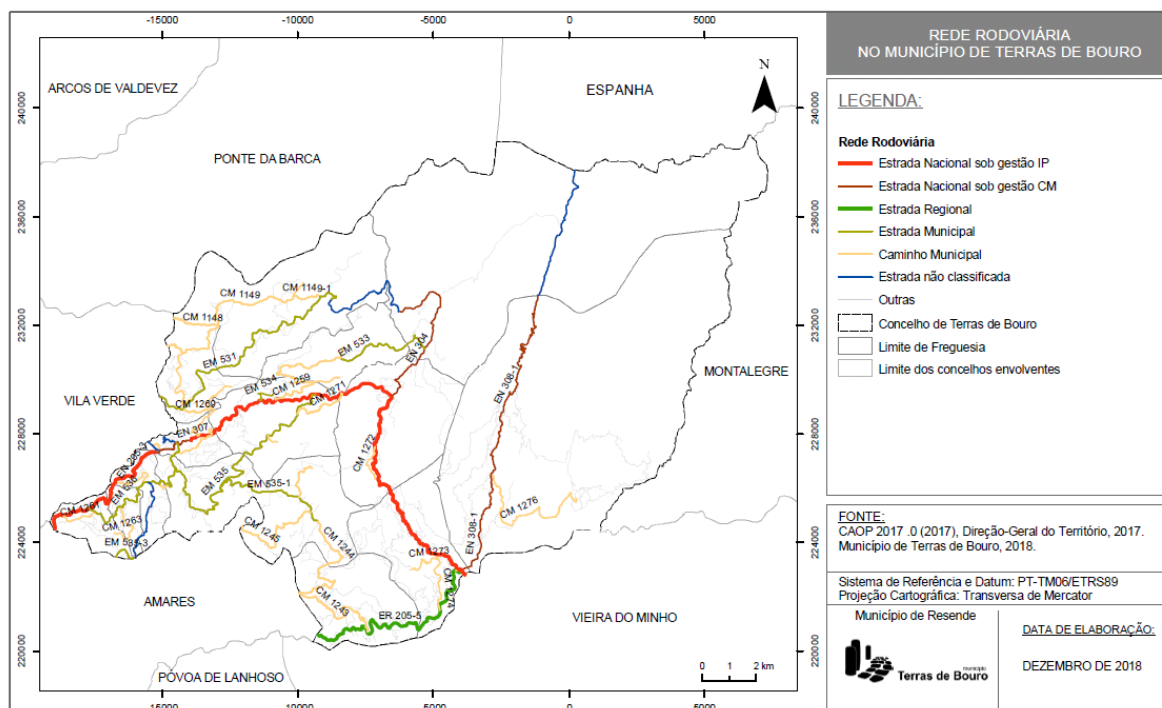
3.10.1. Rede Rodoviária

Uma vez que o território de Terras de Bouro concentra a sua população no setor oeste do concelho, é também esse setor que concentra a grande proporção de infraestruturas rodoviárias (Mapa 39):

- A Rede Nacional Complementar (Estrada Nacionais) sob a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, S.A:
 - EN205-3, entre o limite do concelho de Amares e Terras do Bouro;
 - EN304, entre Covide (entroncamento da EN 307) e o limite do concelho de Vieira do Minho;
 - EN307, entre Terras de Bouro (entroncamento da EN205-3) e Covide (entroncamento da EN304).
- A Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais) sob responsabilidade da Câmara Municipal:
 - EN205-3, do km 15+000 ao 16+016;
 - EN307, do Km 30+000 ao 30+600.
- As Estradas Regionais sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, S.A:
 - R205-5, entre o limite do concelho de Amares e o entroncamento da EN304.
- As estradas desclassificadas sob a jurisdição da Câmara Municipal:
 - EN308, do Km 74+900 ao 75+882;
 - EN308-1, do Km 0+000 ao 13+300.

Para além disso, verifica-se ainda a existência de uma densa rede viária de estradas e caminhos municipais que permitem uma mobilidade interna do concelho de forma eficaz e permitindo ligar territórios menos acessíveis.

Mapa 39. Rede rodoviária no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

3.10.2. Transportes Públicos

No que concerne à rede de transportes públicos, o concelho de Terras de Bouro é servido por três empresas de transporte, designadamente a Transdev, a Empresa Hoteleira do Gerês e a Verde Minho Transportes, perfazendo um total de sete linhas que servem o território concelhio e a sua população (Quadro 16), servindo os aglomerados populacionais mais significativos.

Quadro 16. Serviço de Transporte Coletivo existente no município de Terras de Bouro

Linha	Empresa Operadora
Braga - Terras de Bouro (cia Caldelas)	Verde Minho Transportes
Braga - Gerês	Empresa Hoteleira do Gerês
Rio Caldo - São Bento - Terras de Bouro	Empresa Hoteleira do Gerês
Brufe - Vila Verde (via Covas)	Transdev

Linha	Empresa Operadora
Vieira do Minho - Gerês (Termas)	Transdev
Braga - Campo do Gerês	Transdev
Covas (Terras de Bouro) - Vila Verde	Transdev

Fonte: Volume II - Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Terras de Bouro, 2015.

Face ao disposto, constata-se que das diversas linhas de transportes coletivos que servem o concelho, apenas a linha de Rio Caldo - São Bento - Terras de Bouro se desenvolve exclusivamente no interior dos limites do concelho de Terras de Bouro, demonstrando assim a relevância que a ligação a outros concelhos vizinhos apresenta para o concelho. Estas linhas desenvolvem-se, sobretudo, ao longo dos eixos viários mais relevantes do concelho (EN205-3; EN307; EN304; ER 205-5), uma vez que ligam os principais aglomerados populacionais do concelho e geradores de usuários, onde se salienta a vila de Terras de Bouro (onde se concentra a grande proporção de serviços e equipamentos), a vila do Gerês (localizada em pleno PNPG, onde as termas e as atividades turísticas possuem relevância) e Rio Caldo (onde se localizam equipamentos relevantes, como é exemplo a extensão de saúde, farmácia, entre outros).

Para além disso, constata-se a existência de linhas que operam apenas sazonalmente, nomeadamente ao longo do Verão, para ligação ao Santuário de S. Bento e ao Gerês.

4. GESTÃO DE RISCOS E INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

Compreender os riscos que afetam o território concelhio apresenta-se de elevada importância, assim como compreender qual a sua localização, o seu alcance e os seus efeitos, de modo a que se consiga compreender se os planos municipais os tem em consideração ou se ainda se encontram enquadrados, face a discrepâncias temporais de elaboração.

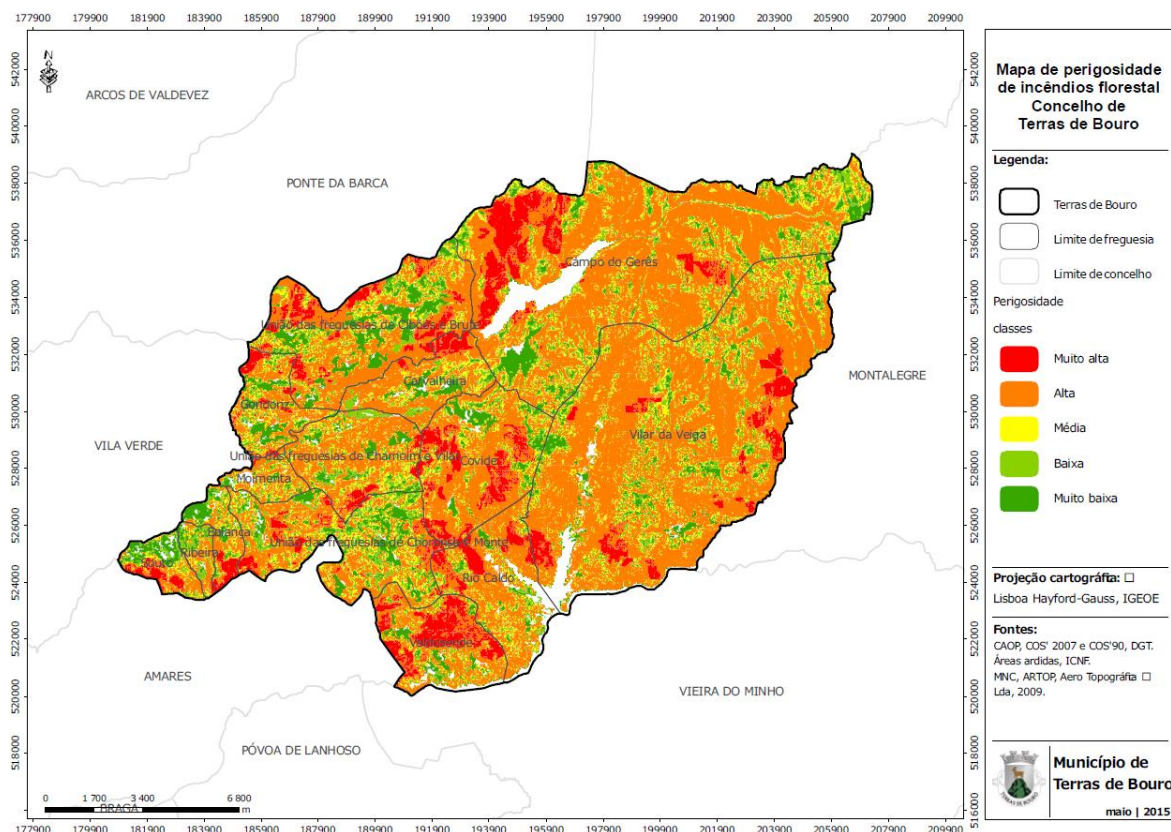
4.1. INCÊNDIOS RURAIS/ ÁREAS ARDIDAS

Os incêndios rurais constituem um risco relevante para o concelho de Terras de Bouro, graças à sua larga área florestal. É nas áreas a sul do concelho e ao longo do vale do rio Gerês onde se localizam, de um modo geral, as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios rurais, correspondendo a áreas onde o povoamento de resinosas se apresenta significativo, e onde a carga de combustível vertical e horizontal se apresenta contígua, constituindo uma preocupação (PMEPCTB, 2011).

De acordo com o Despacho n.º 1913/2018, de 22 de fevereiro, grande parte do território concelhio é identificado como áreas prioritárias para a fiscalização da gestão de combustível: freguesias de Campo do Gerês; Carvalheira; Covide; Gondoriz; Moimenta; União das freguesias de Chamoim e Vilar; União das freguesias de Chorense e Monte; União das freguesias de Cibões e Brufe; Valdosende; Vilar da Veiga com prioridade 1 e por fim Rio Caldo com prioridade 2.

De acordo com o PMDFCI (2017) de Terras de Bouro, 51% da área do concelho que apresenta perigosidade de incêndio encontra-se na classe muito alta (60% apresenta uma perigosidade alta e muito alta), porém, 40% do concelho é caracterizado por uma perigosidade reduzida (média, baixa e muito baixa).

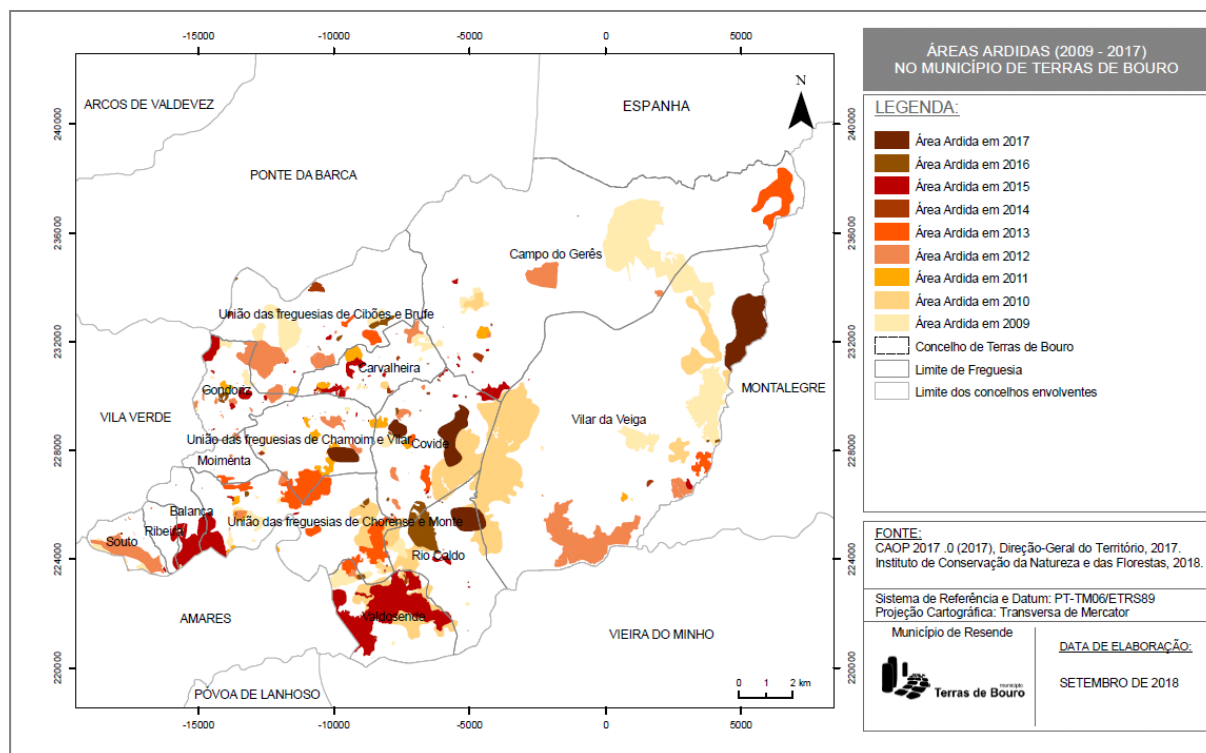
Mapa 40. Mapa de perigosidade de incêndio rural no concelho de Terras de Bouro



Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020, GeoAtributo e Câmara Municipal de Terras de Bouro.

O risco de incêndio rural localiza-se sobretudo no setor este do concelho, coincidindo, de uma forma geral, com as áreas ardidas entre 2009 e 2017, representadas no Mapa 41.

Mapa 41. Áreas Ardidas entre 2009 e 2017, no município de Terras de Bouro

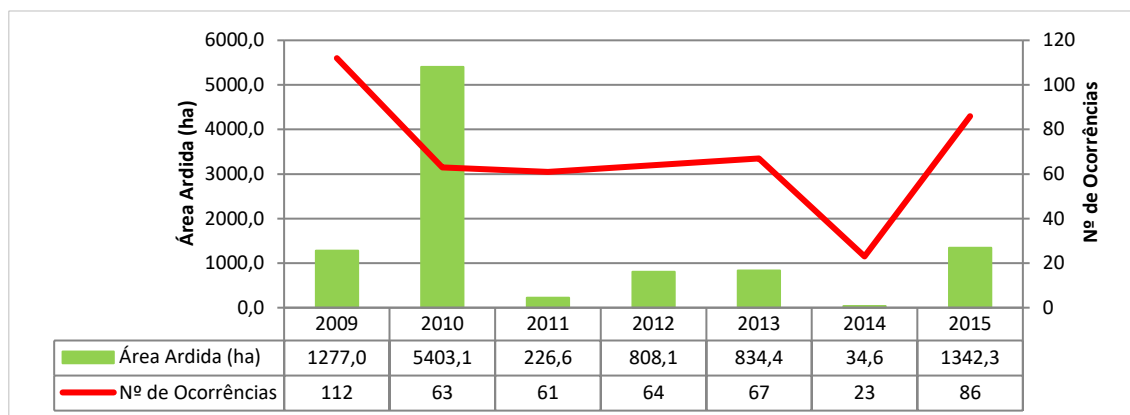


Elaborado pela Planum, 2018.

No Gráfico 70 pode observar-se a relação entre o número de ocorrências e a área ardida em hectares, no concelho de Terras de Bouro, entre 2009 e 2015⁸. Constatase que o ano 2010 foi o mais preocupante em termos de área ardida, com cerca de 5.403 ha, embora não tenha sido o ano com maior número de ocorrências. Nesse ano, seis das ocorrências registadas corresponderam a áreas ardidas superiores a 100 ha, destacando-se uma ocorrência que afetou uma área de 2.316 ha e uma segunda ocorrência que registou uma área de 1.184 ha, sendo que estas duas ocorrências corresponderam a 64,78% da área ardida em 2010.

⁸ Apenas encontram-se disponíveis na página da tutela dados estatísticos até 2015.

Gráfico 70. Áreas Ardidas e Número de Ocorrências entre 2009 e 2015, no município de Terras de Bouro



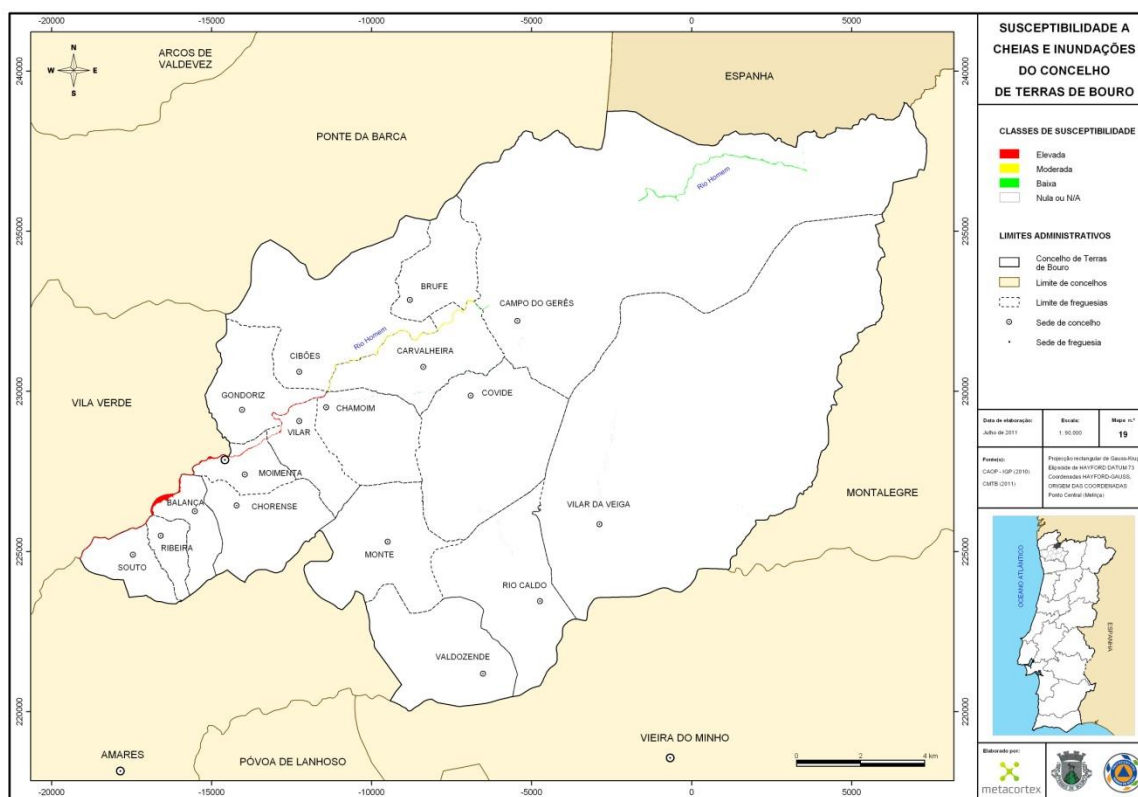
Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2018.

Ainda dentro do âmbito temporal analisado, destaca-se o ano de 2014 com o menor número de ocorrências e menor área ardida, podendo-se considerar um ano atípico.

4.2. OCORRÊNCIAS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

De acordo com o PMEPC (2011) de Terras de Bouro, são as margens do rio Homem as áreas onde a suscetibilidade à ocorrência de cheias e inundações se apresenta maior, constituindo áreas onde elementos como estradas, pontes e habitações se encontram expostas, relacionando-se com fatores populacionais, ambientais e socioeconómicos.

Mapa 42. Suscetibilidade a cheias e inundações do concelho de Terras de Bouro



Fonte: PMEPC de Terras de Bouro (2011).

Este risco relaciona-se com a necessidade de proceder a descargas das barragens ou do extravase do limite a montante da barragem, ou seja, a ocorrência de precipitações intensas no período de inverno associadas às necessárias descargas das barragens de Vilarinho das Furnas e da Caniçada, constituem ocorrências que afetam a edificação e as infraestruturas que se encontram próximas e que possam ser afetadas.

Tanto o rio Cávado como o rio Homem constituem dois cursos de que já se apresentaram responsáveis pela ocorrência de cheias e inundações no passado, no concelho de Terras de Bouro. Embora as barragens permitam regular o caudal destes rios, em situações esporádicas registou-se a ocorrência de cheias, devido à limitação que as barragens possuem em termos de armazenamento. Porém, este constitui um risco com um período de retorno relativamente longo, com uma probabilidade de ocorrência média-alta (PMEPC, 2011).

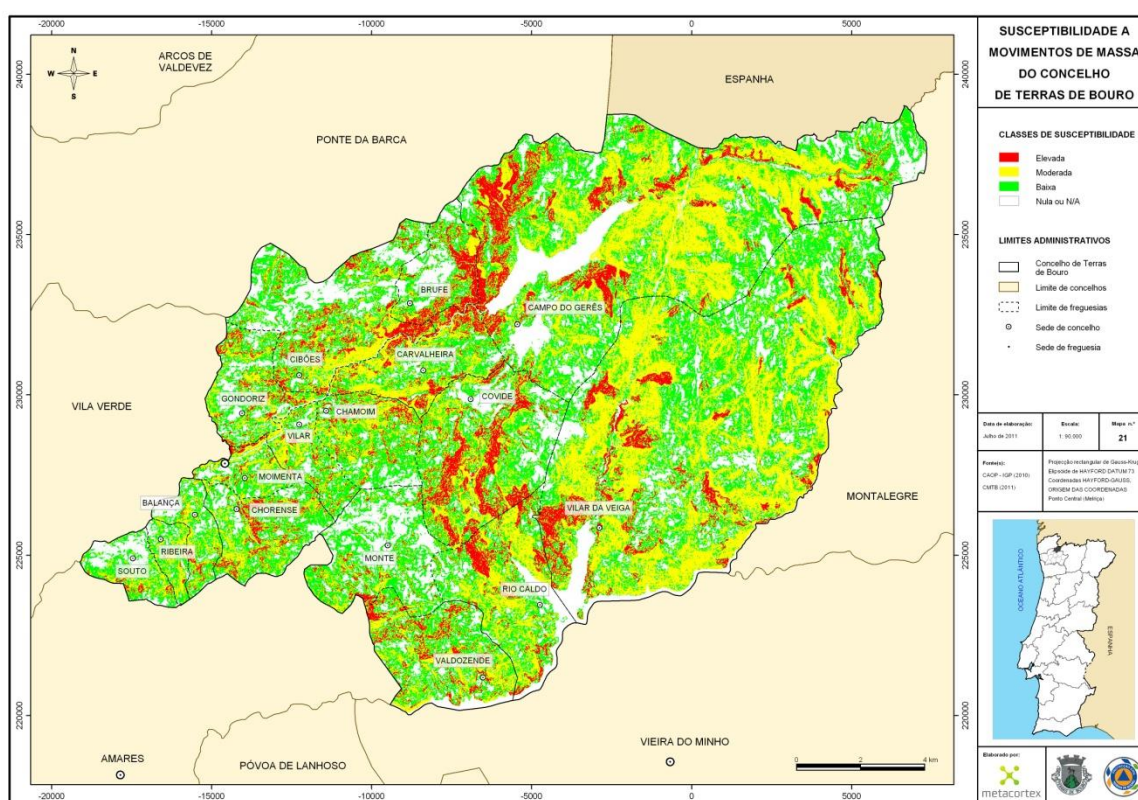
4.3. Ocorrências de Movimentos de Massa

De um modo geral, as áreas onde o declive se apresenta mais significativo, conjugado com um escasso coberto vegetal e com litologia pouco consolidada, constituem áreas que terão maior suscetibilidade à ocorrência deste fenómeno.

Relativamente ao risco de movimentos de massa no concelho de Terras de Bouro, as ocorrências registadas ao longo dos anos foram de reduzida magnitude, podendo destacar-se o evento que teve lugar na vila do Gerês no ano 2001, impulsionado por precipitação intensa, e as ocorrências tiveram lugar na EM da Carvalheira, na EM 535, na EM 1259 e na EM 307, constituindo fenómenos pontuais e sem grande gravidade no município (PMEPC, 2011).

No que concerne à suscetibilidade do concelho a movimentos de massa, de acordo com o PMEPC (2011) de Terras de Bouro, constata-se que são as freguesias de Campo do Gerês, de Covide e a União das freguesias de Cibões e Brufe que se apresentam mais suscetíveis (zona centro e zona centro-norte do concelho). Para além disso, próximo do aglomerado do Gerês (freguesia de Vilar da Veiga) constata-se uma área de suscetibilidade elevada. Desta forma, este constitui um risco que abrange todo o território concelhio de uma forma geral, porém em áreas de aglomerados habitacionais ao longo constata-se que a suscetibilidade a movimentos de massa é moderada (esta constitui a classe mais significativa).

Mapa 43. Suscetibilidade a movimentos de massa do concelho de Terras de Bouro



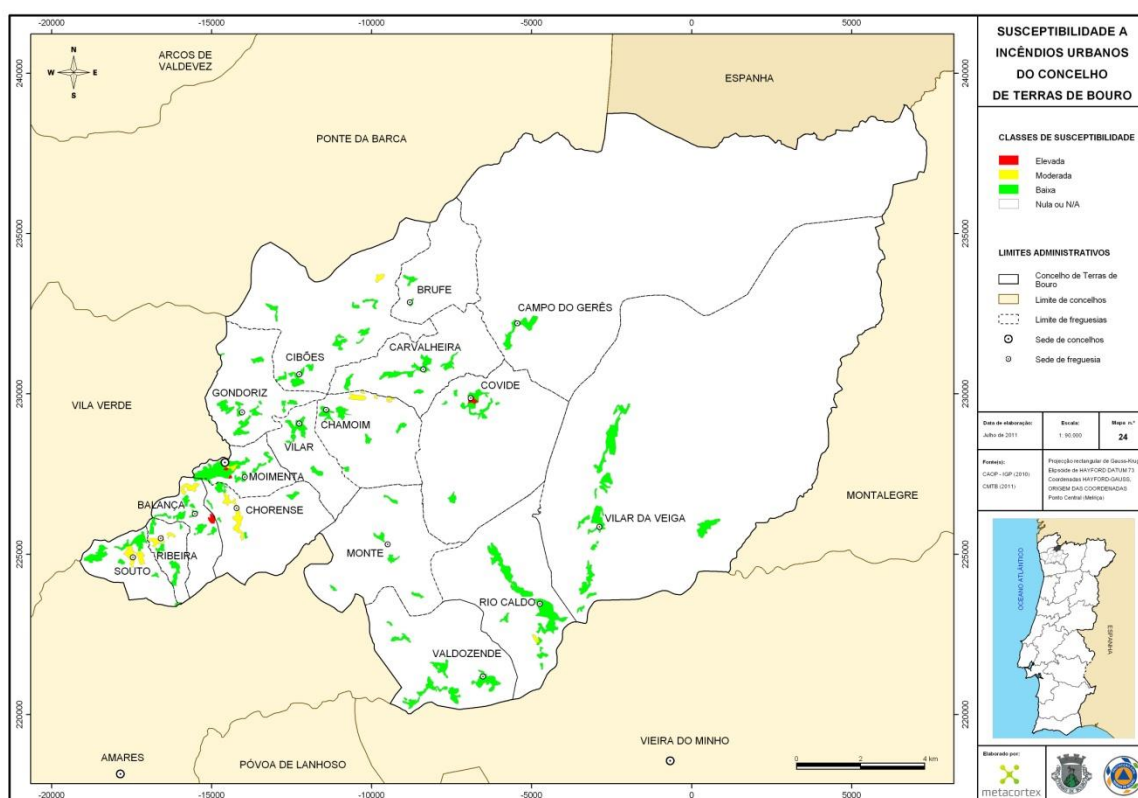
Fonte: PMEPC de Terras de Bouro (2011).

4.4. OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS URBANOS

Relativamente ao risco de ocorrências de incêndios urbanos no concelho de Terras de Bouro, as ocorrências registadas ao longo dos anos foram de pequenas dimensões, cingindo-se a um único edifício por ocorrência, ou seja, o edifício onde o incêndio deflagra.

No que concerne à suscetibilidade do concelho a incêndios urbanos, constata-se que são as zonas antigas dos aglomerados habitacionais da sede de concelho de Terras de Bouro e de Carreira onde a classe de suscetibilidade é elevada (PMEPC, 2011), constituindo um risco pouco recorrente, apresenta um grau de probabilidade de ocorrência médio.

Mapa 44. Suscetibilidade a incêndios urbanos do concelho de Terras de Bouro



Fonte: PMEPC de Terras de Bouro (2011).

4.5. RUTURA DE BARRAGENS

Embora as barragens constituam obras hidráulicas de elevada relevância na regulação de caudais e, consequentemente na diminuição de picos de cheias, constituem também um elevado risco através da rutura da sua estrutura que pode ocorrer e ser provocada por diferentes fatores.

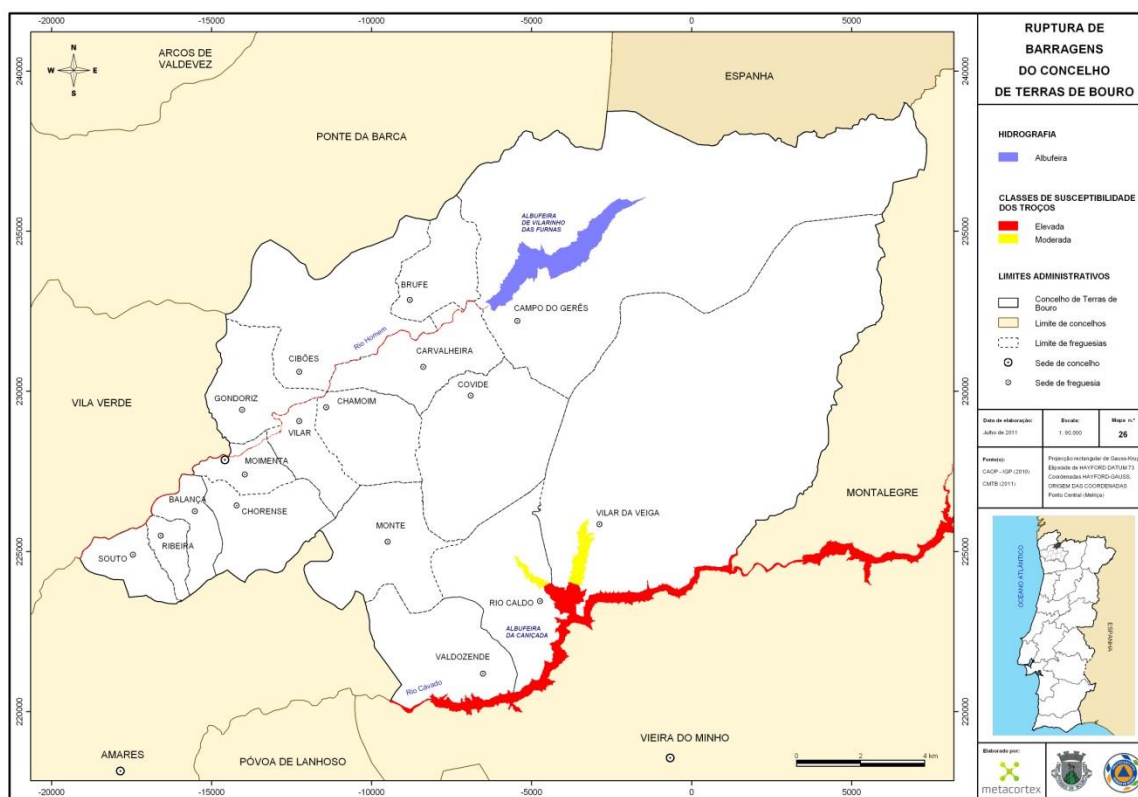
Até ao momento, no concelho de Terras de Bouro, não há qualquer registo de ocorrência deste fenómeno, apesar de existirem duas barragens localizadas no interior dos limites do concelho, para além da existência de barragens localizadas a distâncias próximas do concelho que poderiam trazer consequências e danos para este (PMEPC, 2011). As barragens são as seguintes (PMEPC, 2011):

- Barragem da Caniçada (freguesia de Valdosedo, localizada próxima do aglomerado da Paradela, no rio Cávado);
- Barragem de Vilarinho das Furnas (freguesia de Campo do Gerês, localizada a aproximadamente 2km da sede da freguesia, no rio Homem);
- Barragem de Salamonde (concelho de Vieira do Minho, no rio Cávado);
- Barragem de Venda Nova (concelho de Monte, no rio Rabagão);
- Barragem de Paradela (concelho de Montalegre, rio Cávado);
- Barragem do Alto Rabagão (concelho de Montalegre, rio Rabagão).

No que concerne à suscetibilidade do concelho à rutura de barragens, de acordo com o PMEPC (2011), apresenta-se a jusante das barragens anteriormente mencionadas, destacando-se que a barragem de Alto Rabagão se situa a uma distância mais significativa do concelho, porém a sua dimensão e elevada capacidade atribui-lhe uma suscetibilidade relevante.

Face ao disposto, tendo em conta o número de barragens existentes no concelho e a distâncias próximas, a ocorrência de rutura de barragens apresenta um grau de probabilidade de ocorrência médio-baixo, porém um grau de gravidade acentuado (PMEPC, 2011).

Mapa 45. Suscetibilidade a cheias em resultado da rutura de barragens do concelho de Terras de Bouro



Fonte: PMEPC de Terras de Bouro (2011).

4.6. ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Os acidentes rodoviários constituem riscos preocupantes para a população e para as entidades responsáveis pelo planeamento e ordenamento do território, uma vez que podem originar perdas de vidas humanas e danos materiais.

Entre 2011 e 2017, de acordo com os relatórios de sinistralidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, o número de acidentes rodoviários com vítimas oscilou ao longo dos anos, tendo atingido o pico no ano de 2015, como 26 acidentes.

Em relação ao total de vítimas, os dados oscilaram ao longo do período em análise, tendo sido no ano de 2015 que o número foi mais elevado, com o registo de 31 vítimas. Analisando promenorizadamente os valores, observa-se que grosso modo, as vítimas resultado dos acidentes, são feridos ligeiros (proporção superior a 80% em todos os anos), e apenas se registou um acidente com um morto (ocorrido no ano de 2013).

Quadro 17. Dados da sinistralidade rodoviária no concelho de Terras de Bouro, entre 2011 e 2017

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº acidentes com vítimas	13	15	22	20	26	15	19
Nº total de vítimas	17	23	25	24	31	15	22
Nº de feridos ligeiros	17	22	21	19	28	12	20
Nº de feridos graves	0	1	3	5	3	3	2
Nº de mortos	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: Relatórios Anuais de Sinistralidade a vítimas a 30 dias (2011 a 2017), Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária⁹.

Os dados destes relatórios permitem ainda constatar que são as estradas nacionais/regionais as principais vias onde ocorrer os acidentes rodoviários com feridos graves e mortos (albergam 50% do total) em especial a EN304, EN 307 e a ER 205-5.

4.7. ATIVIDADES PERIGOSAS OU INSALUBRES

Os acidentes industriais estão relacionados com processos não controlados que ocorrem ao longo do funcionamento de estabelecimentos industriais, podendo ter como consequência a ocorrência de explosões, de incêndios e/ou de emissões de substâncias que se apresentem contaminantes.

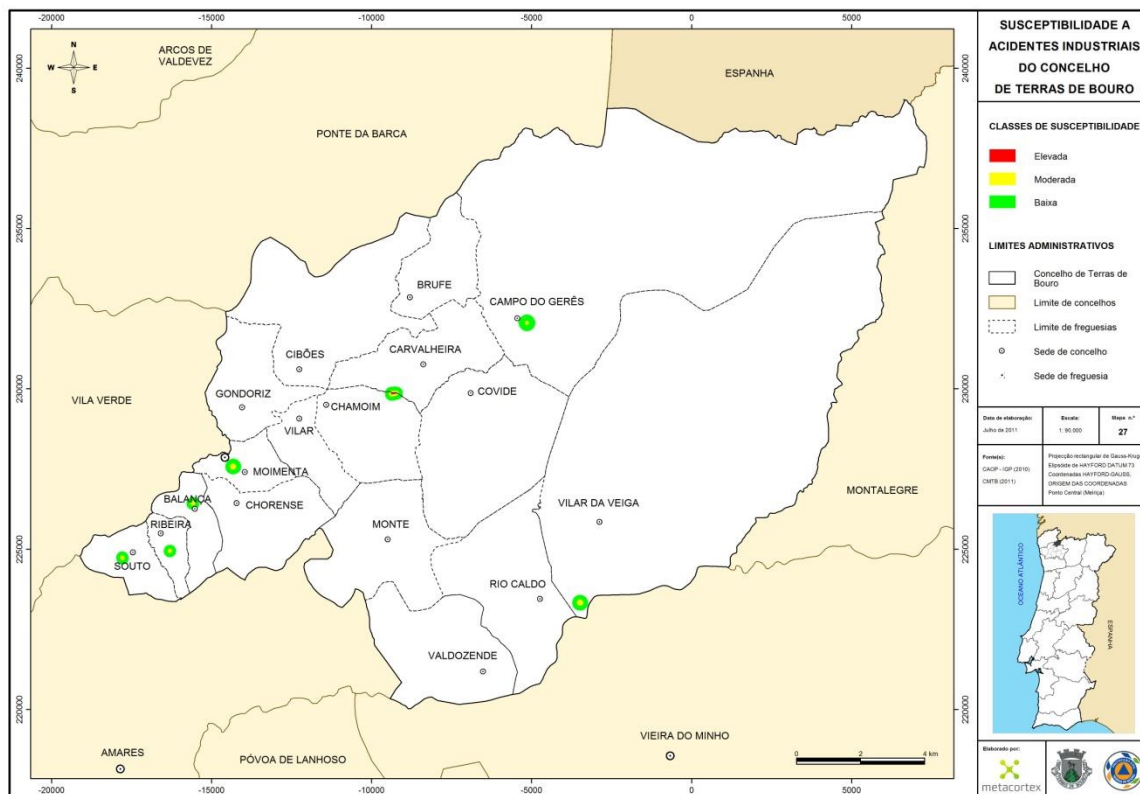
Apesar de até ao não terem sido registados acidentes graves nas indústrias presentes no concelho, observa-se que quatro estabelecimentos industriais podem sofrer acidentes industriais com gravidade média, devido aos materiais que manuseia, designadamente (PMEPC, 2011):

- Pirotecnia - José Pereira Mesquita, tem como atividade a produção de engenhos pirotécnicos, possuindo explosivos que são considerados como matérias perigosas (localiza-se na freguesia de Ribeira);
- Pirotecnia de Balança, tem como atividade a produção de engenhos pirotécnicos, possuindo explosivos que são considerados como matérias perigosas (localiza-se na freguesia de Balança);
- Pirotecnia de Souto, tem como atividade a produção de engenhos pirotécnicos, possuindo explosivos que são considerados como matérias perigosas (localiza-se na freguesia de Souto);
- Fábrica da Água do Fastio, tem como atividade a extração e embalagem de água, possuindo gás/plásticos que são considerados como matérias perigosas (localiza-se na União das freguesias de Chamoim e Vilar);

⁹ Disponível em <http://www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Pages/default.aspx> (acedido a 17 de dezembro de 2018).

- Serralharia São João do Campo (localiza-se na União das freguesias de Chamoim e Vilar);
- Postos de abastecimento de combustível em Moimenta e Vilar da Veiga.

Mapa 46. Suscetibilidade a acidentes industriais do concelho de Terras de Bouro



Observando a distribuição destes estabelecimentos, observa-se que na envolvente da Fábrica da Água do Fastio, encontramos um conjunto de habitações que em caso de acidente poderão ser afetadas. Igualmente a pirotecnia localizada em Balança encontra-se próxima de habitações e cemitério, que em caso de acidente grave poderão ser afetados.

Figura 9. Elementos expostos à indústria extrativa (Fábrica da Água do Fastio)

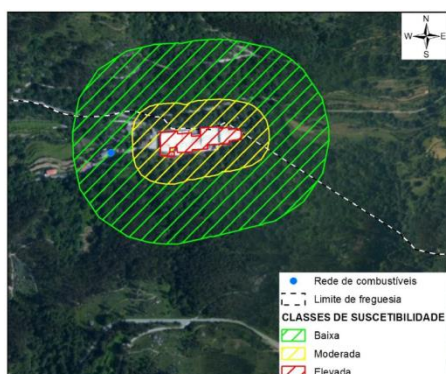


Figura 10. Elementos expostos à indústria de pirotecnia de Balança



Figura 11. Elementos expostos à indústria de serralharia São João do Campo



Figura 12. Elementos expostos ao posto de abastecimento de Vilar da Veiga

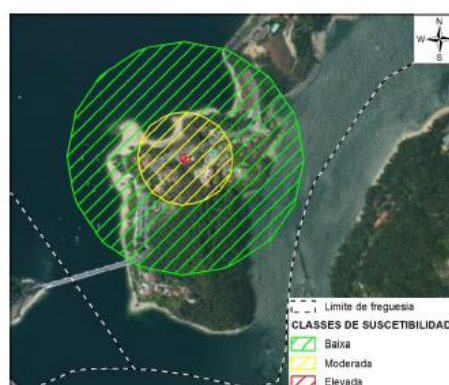


Figura 13. Elementos expostos ao posto de abastecimento de Moimenta



Fonte: PMEPC de Terras de Bouro (2011).

Importa ainda analisar os estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves (Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto), isto é os estabelecimentos onde estejam presentes determinadas substâncias perigosas, em quantidades iguais ou superiores às indicadas no Anexo I do referido diploma. No caso do

concelho, à data de janeiro do corrente ano, não se verificam quaisquer estabelecimentos abrangidos por este regime.

4.8. INTERVENÇÕES SUJEITAS A ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL/ ESTUDO DE INCIDÊNCIA AMBIENTAL

Ao nível de incidências ambientais ou de intervenções territoriais que possam, de alguma forma, incutir algum impacto ambiental, não se regista no concelho de Terras de Bouro a ocorrência de qualquer acidente ambiental.

Dentro das intervenções realizadas no concelho de Terras de Bouro sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental enumerar-se as seguintes¹⁰:

- Estudo de Impacte Ambiental de Ampliação da Estrutura Flutuante do Centro Náutico de Rio Caldo, Posto de Abastecimento de Combustível e Trabalhos Complementares – já executado;
- Estudo de Impacte Ambiental da Linha Vieira do Minho - Pedralva 2 e do Desvio da Linha Frades - Caniçada, a 400/150kv.

Ambos os projetos tiveram decisão favorável condicionada na Declaração de Impacto Ambiental emitida pela APA, tendo como obrigatoriedade o cumprimento das medidas de minimização para as fases prévia à execução das obras, construção e final de execução da obra, de forma a minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos associados a estes dois projetos.

¹⁰ Disponível em http://siaia.apambiente.pt/AIA_Todos.aspx (acedido a 19 de setembro de 2018).

PARTE II

PLANEAMENTO TERRITORIAL

5. INSTRUMENTOS DE ORDEM SUPERIOR

5.1. PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN 2000)

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia formada por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais.

Segundo o Decreto-Lei n.º 140/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2006, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, a Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e como Zonas de Proteção Especial (ZEP) e a sua execução deverá ser *“objeto de um plano setorial (...), tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para:*

- a) a gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE;*
- b) as medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats” (n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril na sua atual redação).”*

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, e constitui *“um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.”* (Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008). Considere-se que o *“PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT)”* (idem).

A Rede Natura 2000 no concelho de Terras de Bouro compreende duas áreas classificadas – o Sítio PTCON0001 Peneda-Gerês e a Zona de Proteção Especial (ZPE) PTZPE0002 Serra do Gerês. Estas áreas ocupam uma área significativa do território concelhio, já que 95% do concelho está inserido no Sítio Peneda-Gerês e 41% na ZPE da Serra do Gerês.

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das orientações de gestão dos Habitats Prioritários, identificados no SIC que abarca o território concelhio:

Quadro 18. Habitats prioritários identificados no SIC PTCON0001 Peneda-Gerês

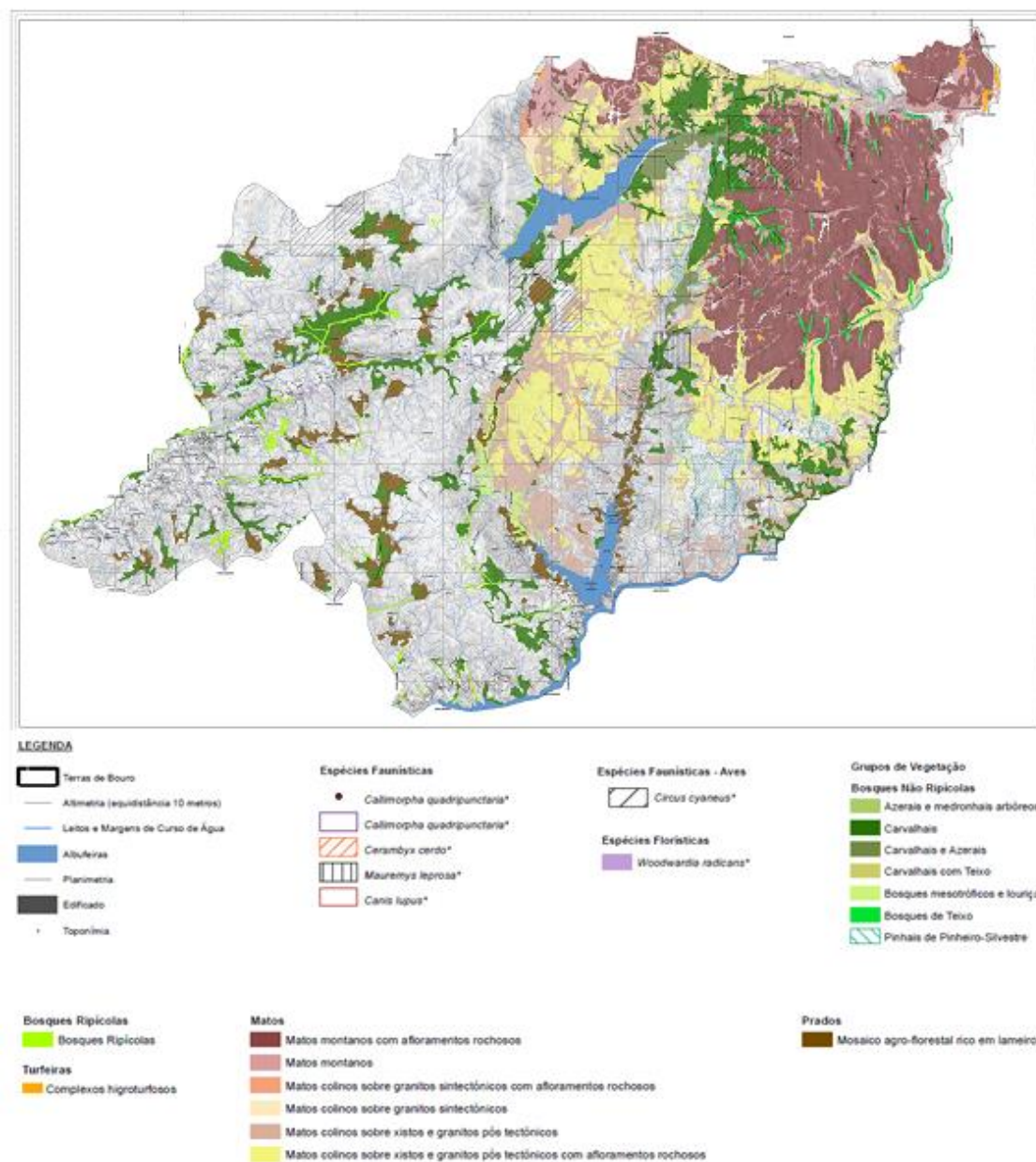
Habitats prioritários	Síntese das orientações de gestão
4020 - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	Condicionar queimadas, expansão do uso agrícola, florestação e drenagem, além de apresentar alguns condicionamentos específicos a práticas agrícolas e a adoção de práticas de pastoreio específicas.

Habitats prioritários	Síntese das orientações de gestão
5230 - Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i> (loureiro)	Condicionar expansão do uso agrícola, florestação, construção (infraestruturas, açudes, barragens) intervenções nas margens dos cursos de água, corte e colheita de espécies. Promover a boa qualidade da água, ordenar acessibilidades e impedir a introdução de espécies autóctones.
6230 - Formações herbáceas de Nardus, ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)	Condicionar o uso de agroquímicos e construção de infraestruturas; ordenar atividades de recreio e lazer; aumentar a pressão do pastoreio, além de adotar práticas de pastoreio específicas; promover a remoção da biomassa aérea não pastoreada e controlar a predação, parasitismo e a competição interespecífica.
91E0 - Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (Alno - Padion, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)	Condicionar intervenções nas margens das linhas de água e construções de açudes e barragens. Promover a regeneração natural e diminuir o risco de incêndio. Adotar ainda práticas silvícolas específicas e a manter os habitats contíguos.
9580 - Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i> (teixo)	Salvaguardar o pastoreio e reduzir o risco de incêndio, além de adotar práticas de pastoreio e silvícolas específicas.

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º115-A/2008, Anexo II e III.

No âmbito da revisão do PDM, foi elaborada uma carta de valores naturais do concelho de Terras de Bouro onde foram seleccionadas as espécies e *habitats* prioritárias da Rede Natura 2000, que possuem estatuto de ameaça (Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal) ou que desempenham um papel estrutural na dinâmica dos ecossistemas para serem integrados na cartografia dos valores naturais. Nesta carta são apresentados os valores naturais cartografados pela equipa técnica da GeoAtributo para a área fora do PNPG e para a área do PNPG são vertidos, na íntegra, os polígonos da cartografia utilizada no POPNPG. O resultado final relativo à cartografia dos valores naturais (*habitats* e espécies da flora e da fauna) é apresentado de seguida à escala 1:25.000.

Mapa 47. Carta dos Valores Naturais à escala 1: 25 000



Fonte: Revisão do PDM de Terras de Bouro, GeoAtributo e Município de Terras de Bouro (2015).

As medidas de ordenamento consagradas na Revisão do PDM de Terras de Bouro para a área da Rede Natura 2000 salvaguardam a integridade dos habitats classificados e a defesa das populações de espécies, garantindo a sua manutenção e renovação. A incorporação dos valores naturais pertencentes à Rede Natura 2000 na revisão do PDM de Terras de Bouro foi efetuada de quatro formas:

- Indicação da área de Rede Natura na Planta de Condicionantes;
- Identificação dos valores naturais ocorrentes no concelho na Carta de Valores Naturais;

- Articulação dos valores naturais com a proposta de ordenamento e incorporação das orientações de gestão passíveis de ser aplicadas no âmbito do PDM;
- Inclusão dos valores naturais na Estrutura Ecológica Municipal.

Em termos regulamentares o Anexo VI do regulamento da revisão do PDM de Terras de Bouro, com o intuito de manter e promover o favorável estado de conservação dos valores naturais de interesse comunitário, são interditas, nas áreas integradas em Rede Natura 2000 um conjunto de ações, atividades ou projetos.

Pretendeu-se assegurar que os usos e a ocupação do solo associados à categoria dos espaços, juntamente com a respetiva regulamentação promovam ou pelo menos não conflituam com as necessidades de manutenção do estado de conservação favorável dos valores naturais do SIC ou ZPE.

5.2. PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA

O município de Terras de Bouro encontra-se abrangido pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1) e do Cávado, Ave e Leça (RH2), que foram publicados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, posteriormente retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

No programa de medidas do PGRH do Cávado, Ave e Leça, encontramos algumas medidas suplementares direcionadas especificamente ao concelho de Terras de Bouro, nomeadamente:

- PTE1P10M08_SUP_RH2 - Reabilitação do sistema de drenagem de águas residuais e instalação da rede de água pluviais no Gerês. Separação das redes públicas de drenagem de águas residuais e pluviais na União de freguesias de Chorense e Monte, em Terras de Bouro. (investimento previsto de 225 mil euros, prioridade 3).
- PTE1P15M02_SUP_RH2 - Controlo e redução da poluição tóxica urbana - intervenções nos sistemas de saneamento de Terras de Bouro e Vieira do Minho (investimento previsto de 1415 mil euros, prioridade 3).

A programação física para a execução da ação PTE1P10M08_SUP_RH2 é 2016-2020 e a entidade responsável pela execução constitui a Câmara Municipal de Terras de Bouro. No caso da ação PTE1P15M02_SUP_RH2, a programação física definida foi 2016-2017 e a entidade responsável é a Águas do Norte, S. A.

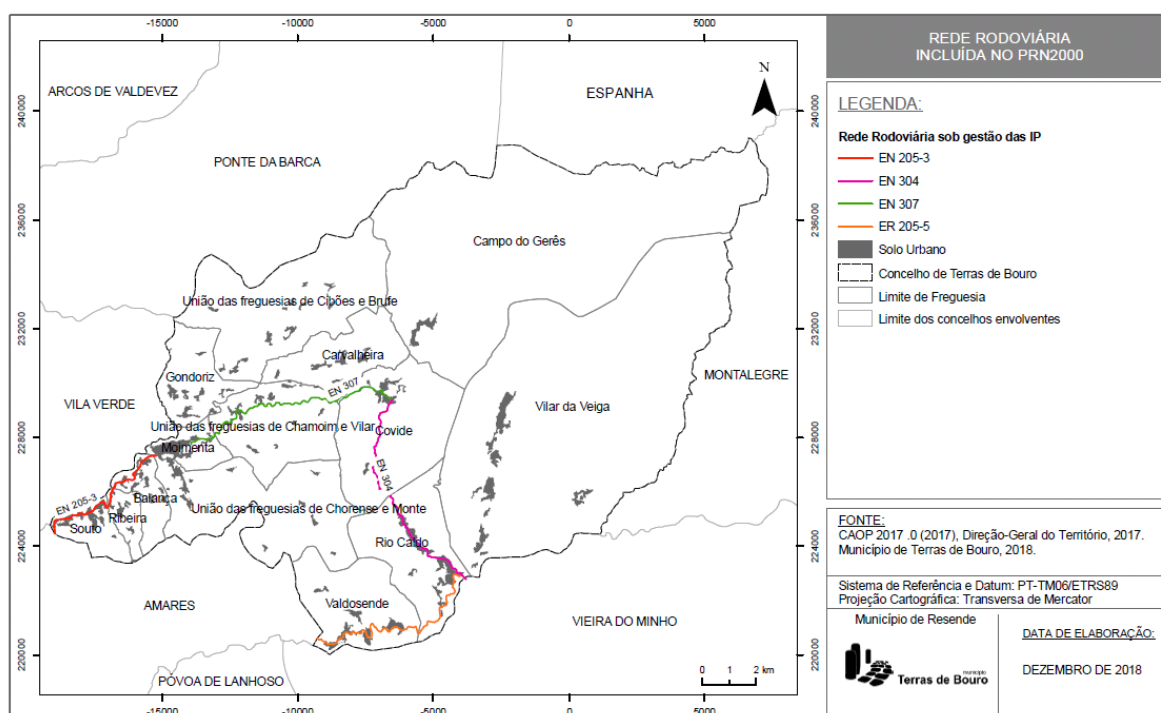
5.3. PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN 2000)

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional, sendo constituída por:

- **Rede nacional fundamental** – que integra os Itinerários Principais (IP), que constituem as vias de comunicação de maior interesse nacional, e que asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;
- **Rede nacional complementar** – que integra os Itinerários Complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN), que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infra distrital.

De acordo com o PRN2000, o concelho de Terras de Bouro, é atravessado por três troços pertencentes à rede nacional complementar: a EN 205-3 (Caldelas-Terras de Bouro), a EN 304 (Covide-Rossas) e a EN 307 (Terras de Bouro-Covide), e ainda pela ER 205-5 (Amares-Vilar da Veiga-Gerês). Para estas vias aplica-se a zona de servidão *non aedificandi* definida na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

Mapa 48. Rede rodoviária sob gestão das Infraestruturas de Portugal, incluídas no PRN2000



Elaborado pela Planum, 2018.

5.4. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO BAIXO MINHO (PROF-BM)

O PROF-BM, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2007, de 28 de março, abrange um total de 14 concelhos, nomeadamente Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Terras de Bouro, Trofa, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Vieira do Minho e Vizela, encontrando-se localizado na parte central da região Norte.

Apresenta os seguintes objetivos estratégicos (nº3, do artigo 5º, do Decreto Regulamentar nº 17/2007, de 28 de março):

- a) Ultrapassar o risco de incêndio;*
- b) Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;*
- c) Diminuição do risco de incêndio e, conseqüentemente, da área florestal ardida;*
- d) Diminuição do número de ignições através da sensibilização e de uma mais intensa fiscalização;*
- e) Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;*
- f) Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;*
- g) Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;*
- h) Adequar as espécies e os modelos de silviculturas à estação;*
- i) Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;*
- j) Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontínuo;*
- l) Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;*
- m) Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;*
- n) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;*
- o) Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem;*
- p) Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;*
- q) Fomentar a adoção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;*

r) Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afetadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;

s) Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas;

t) Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas."

O PROF-BM subdivide a região do Baixo Minho, em sete sub-regiões homogéneas, nomeadamente a Agrela, Cabreira, Neiva-Cávado, Parque Nacional da Peneda-Gerês, Litoral de Esposende, Senhora da Abadia-Merouço e Cávado-Ave (art.º 12.º do Decreto Regulamentar n.º 17/2007, de 28 de março).

O município de Terras de Bouro é abrangido por duas dessas sub-regiões homogéneas: **Senhora da Abadia – Merouço** (visa-se a implementação e incrementação das funções de proteção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de produção) e **Parque Nacional Peneda-Gerês** (visa-se a implementação e incrementação das funções de conservação dos *habitats*, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos, de proteção e de recreio, enquadramento e estética da paisagem).

Na revisão do PDM de Terras de Bouro foi realizada a avaliação da conformidade destes dois planos, através da análise dos objetivos específicos e funções das sub-regiões homogéneas presentes no concelho e a sua aplicação no PDM. De forma a adequar e compatibilizar a presente proposta de ordenamento do território com o PROF, nomeadamente no que diz respeito às funções prioritárias estabelecidas para a sub-região homogénea Parque Nacional da Penada do Gerês, dentro da área do PNPG apenas estão definidos espaços florestais de conservação e espaços florestais de proteção,

No programa de execução o Município deu especial destaque ao ordenamento florestal, através da definição de projetos de aproveitamento de biomassa associada ao controlo de riscos florestais e de reflorestação com a promoção do abate de espécies infestantes, substituindo por espécies autóctones.

Atualmente, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal encontram-se em revisão, conforme o determinado pela Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro e pelo Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro. Através destes diplomas legais foram ainda definidos os conteúdos dos PROF de 2.ª geração, bem como a nova área de abrangência, tendo sido reduzido o seu número de 21 para 7. O concelho de Terras de Bouro encontra-se abrangido pelo futuro PROF de Entre Douro e Minho.

5.5. PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA (POAC)

A revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada foi publicada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2002, de 7 de maio. O território abrangido pelo Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada abrange um troço do rio Cávado e a confluência com os rios Caldo e Gerês.

São objetivos do POAC (Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2002, de 7 de maio, artigo 2º, nº1):

- *"Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental, e finalidades primárias da albufeira (produção de energia, rega e abastecimento público);*
- *Definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;*
- *Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades;*
- *Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento do território;*
- *Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional".*

Nos termos da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBGPPSOTU - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) as normas dos Planos Especiais de Ordenamento Território (PEOT) relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais e, simultaneamente, ao uso, ocupação e transformação do solo, diretamente vinculativas dos particulares, devem ser integradas nos planos de âmbito municipal e intermunicipal.

Tendo em conta a proximidade de alguns aglomerados populacionais com a área de intervenção do POAC, e orientações estratégicas do mesmo, a revisão do PDM de Terras de Bouro transpõe duas das UOPG definidas por este programa: Elaboração de Plano de Pormenor de Rio Caldo – Paredes e Plano de Urbanização da Admeus -Vilar da Veiga, que até ao momento ainda não foi desenvolvido. Estas unidades pretendem densificar a disciplina urbanística da ocupação e transformação sustentável do território e criação de equipamentos coletivos e áreas verdes e de lazer de utilização pública ribeirinha no eixo envolvente à Albufeira da Caniçada.

Ainda de forma a dar cumprimento ao disposto nas alterações regulamentares, o Município de Terras de Bouro deve promover a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal ao POAC, até julho de 2020.

5.6. PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS (POPNPG)

A revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) foi publicada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro, posteriormente retificado pela Declaração de Retificação 10-A/2011, de 5 de abril.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês foi a primeira área protegida no nosso país tendo sido criado pelo Decreto n.º 187/71, de 8 de maio, que visou a realização nessa área montanhosa de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas.

O POPNPG tem a natureza de regulamento administrativo e com ele devem conformar-se os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, a realizar na sua área de intervenção.

Assim, de forma a dar cumprimento ao disposto nas alterações regulamentares, o Município de Terras de Bouro promoveu, na revisão do Plano Diretor Municipal, a inclusão das normas do POPNPG.

Para as áreas de Ambiente Natural do POPNPG, que integram espaços onde predominam valores naturais físicos e biológicos de excecional significado e importância sob o ponto de vista da conservação da natureza foram integradas genericamente na proposta de ordenamento na categoria de “Espaços Naturais”, por ser a categoria de espaço que integra as áreas do concelho com maior valor natural nos aspetos ecológicos, paisagístico e ambiental. As áreas de Ambiente Rural do POPNPG são subdivididas em duas tipologias Áreas de proteção complementar de tipo I (ZPC1) e Áreas de proteção complementar de tipo II (ZPC2).

Nos espaços naturais apenas são permitidos os usos/ações compatíveis com o estado natural dos habitats, permitidas a título excecional no regime da Reserva Ecológica Nacional, na Rede Natura 2000 e no POPNPG e de acordo com as condições estabelecidas nos mesmos.

No programa de execução foi definido uma UOPG para a Área Turística da Pedreira, que tem como objetivos garantir a correta articulação das formas de ocupação turística de acordo com as diretrizes do PSRN2000.

6. PLANOS TERRITORIAIS

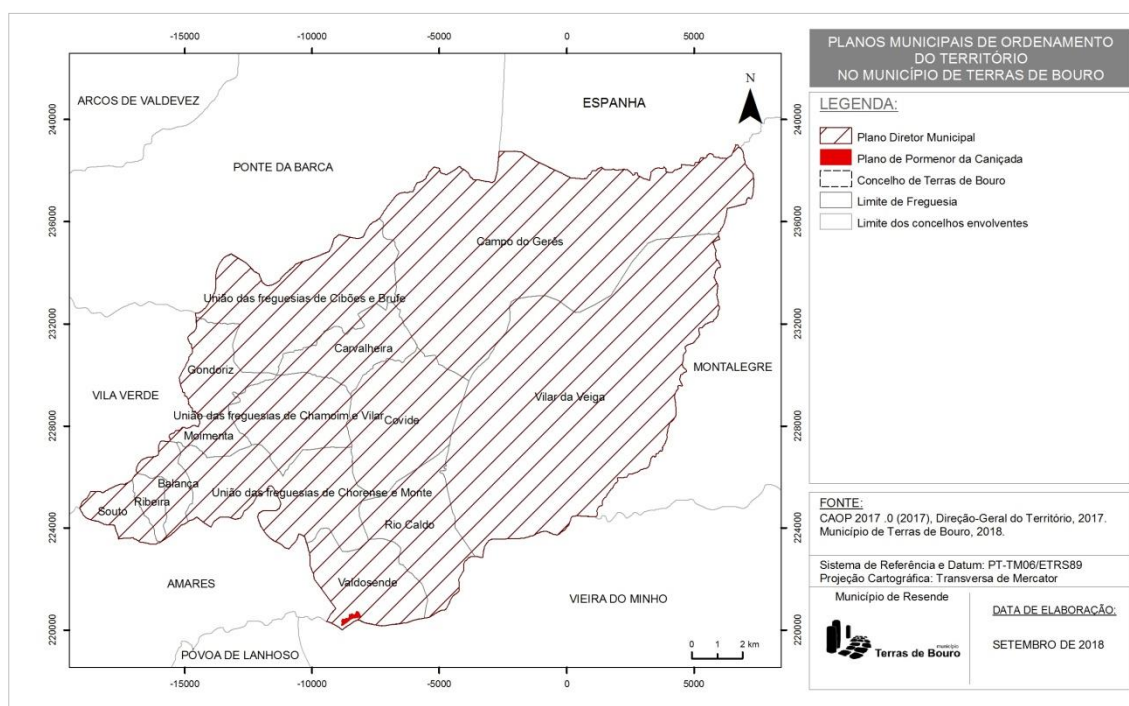
6.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Os planos municipais estabelecem os parâmetros urbanísticos de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e à valorização dos recursos e valores naturais. Os planos municipais devem assegurar a programação e a concretização das políticas com incidência territorial que estejam assumidas pelos programas territoriais de âmbito nacional e regional.

No município de Terras de Bouro encontram-se em vigor dois Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente:

- O **Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro (1ª Revisão)**, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 203, pelo Aviso n.º 11909/2015, de 16 de outubro de 2015, não tendo sofrido alterações até ao presente momento.
- O **Plano de Pormenor da Caniçada**, localizado em Valdosende, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 67, pelo Regulamento n.º 332/2010, de 7 de abril de 2010, não tendo sofrido alterações até ao presente momento.

Mapa 49. Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

6.2. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Tendo em conta a evolução do quadro jurídico aplicável, em concreto com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), o município de Terras de Bouro decidiu iniciar os trabalhos de delimitação de quatro áreas de reabilitação urbana (ARU), três delas localizadas nas principais centralidades do concelho, que necessitam de um conjunto de ações de intervenção integradas e articuladas em função dos sinais de degradação que os edifícios, infraestruturas urbanas, equipamentos e espaços de utilização coletiva vêm enunciado ao longo dos anos.

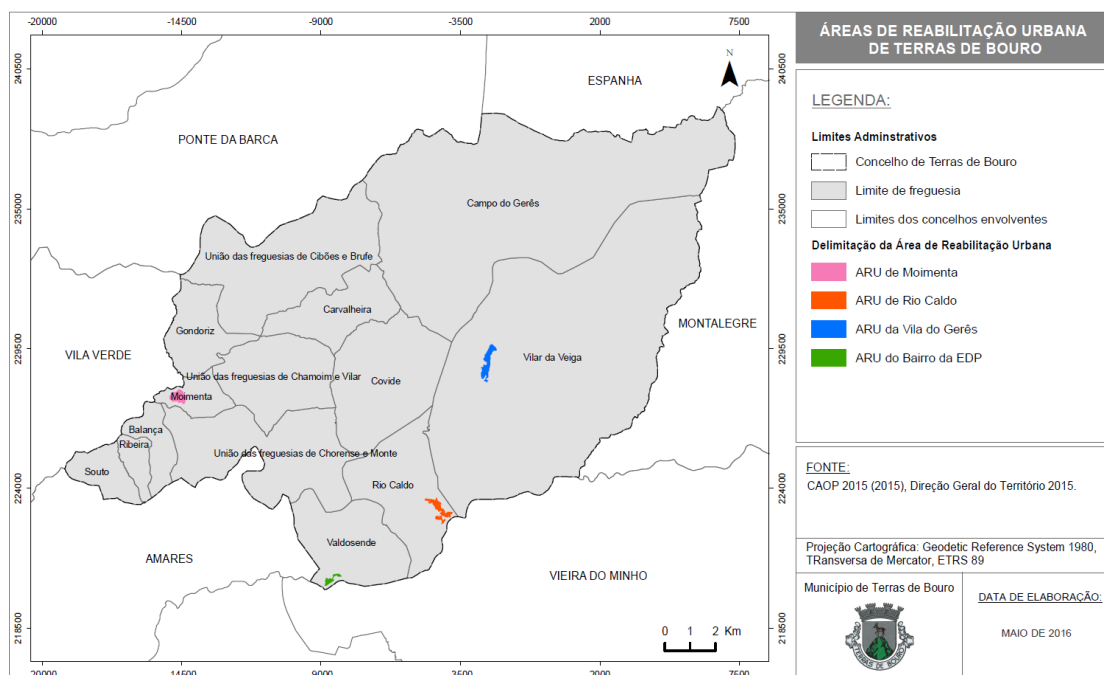
Desta forma, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Terras de Bouro aprovou, por maioria, em sessão ordinária realizada em 24 de junho de 2016, a delimitação das quatro **Áreas de Reabilitação Urbana**:

- **Área de Reabilitação Urbana de Moimenta** (correspondendo à área central de nível 1 da sede do concelho), publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 132, através do Aviso n.º 8732/2016, de 12 de julho.
- **Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Rio Caldo** (correspondendo à área central de nível 2), publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 132, através do Aviso n.º 8733/2016, de 12 de julho.
- **Área de Reabilitação Urbana da Vila do Gerês** (correspondendo à área central de nível 2), publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 133, através do Aviso n.º 8774/2016, de 13 de julho.
- **Área de Reabilitação Urbana do Bairro da EDP** (classificada como espaço urbano de baixa densidade), publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 135, através do Aviso n.º 8849/2016, de 15 de julho.

Considerando o zonamento estratégico do PDM, a ARU de Moimenta encontra-se incluída na área de intervenção “centro administrativo”, a qual se caracteriza por ser uma área medianamente urbana que se destaca das restantes pela densidade de ocupação populacional e, ainda, pela concentração de equipamentos coletivos.

As restantes ARU incluem-se na área de intervenção “urbano turístico-termal”, a qual tem como principal aglomerado Rio Caldo. Esta constitui uma área marcadamente turística com elevada ligação aos elementos hídricos (Caniçada e Termas do Gerês) e religiosos (Santuário de S. Bento da Porta Aberta), sendo que a aposta nesta área deverá permitir a implementação de empreendimentos turísticos, potenciando uma oferta hoteleira de qualidade. Para além disso, e no caso concreto da Vila do Gerês, deve afirmar-se também através da “ (...) *aposta no turismo termal de excelência, com o desenvolvimento de conceitos distintivos de SPA's, usando recursos específicos da área envolvente* (Relatório da Proposta - RPDM Terras de Bouro, 2015:34).

Mapa 50. Localização das áreas de reabilitação urbana aprovadas no município de Terras de Bouro



Câmara Municipal de Terras de Bouro¹¹.

Através da constituição das ARU, deseja-se recorrer a uma ferramenta de planeamento fulcral para a criação de uma plataforma de investimento partilhado e entendimento empresarial na afirmação da identidade dos aglomerados e do concelho. Encerrando uma grande componente infraestrutural, é no espaço público e na sua oferta de condições visuais, físicas e infraestruturais que se focaliza a grande ação a desenvolver, num efeito de atratividade de novas dinâmicas e alavancagem de investimento privado.

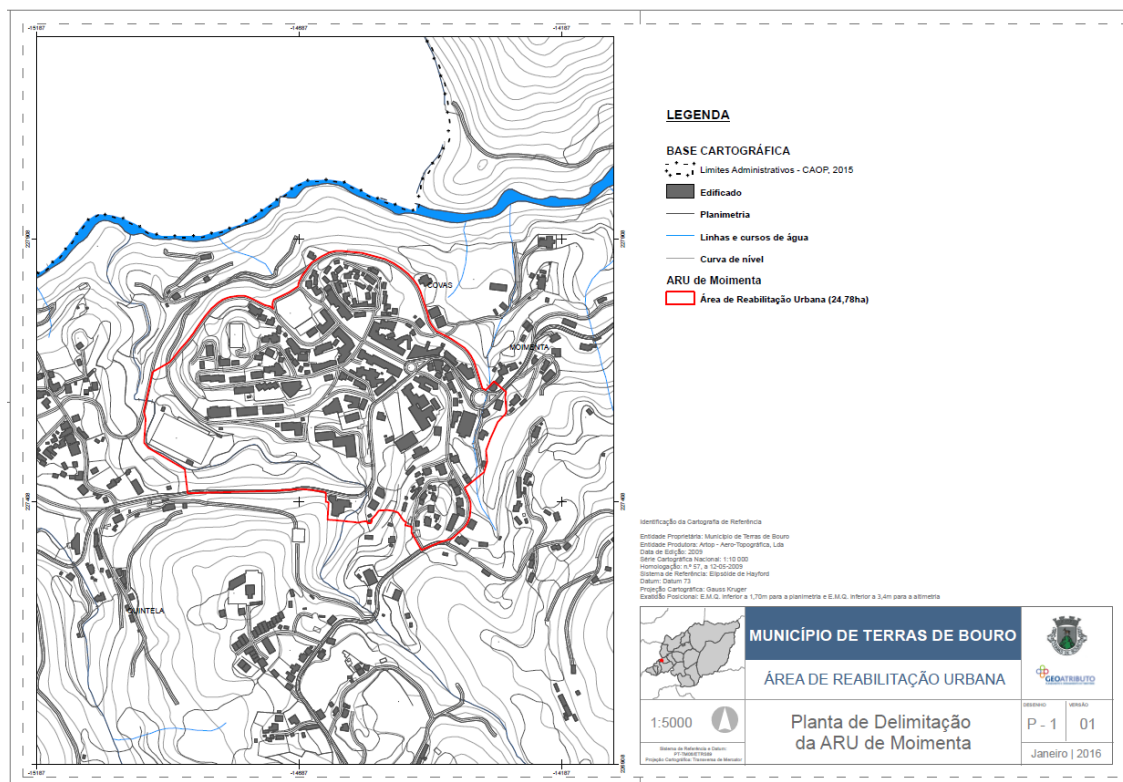
ARU 1. Moimenta

A ARU de Moimenta abrange cerca de 25,14 hectares e incide sobre o núcleo consolidado da vila de Terras de Bouro. A sua delimitação é feita na parte sul pelos troços Rua do Paço (EM 535) e Rua Dr. Francisco Xavier de Araújo (EN 205-3), enquanto a norte a fronteira é marcada pela Avenida que dá acesso ao Largo da República.

Rentabilizando outros investimentos já realizados, na ARU de Moimenta pretende-se: *“Requalificar e revitalizar o núcleo urbano central da vila de Terras de Bouro, promovendo a sua identidade e centralidade e reforçando o seu papel polarizador e dinamizador sem lhe obliterar a matriz rural”*. Indo ao encontro deste objetivo e de um outro que defende a *“resolução de problemas de desqualificação e degradação do espaço público no centro consolidado da vila de Terras de Bouro, assim como em alguns pontos na sua envolvente”*, a instalação de um parque verde servirá como mote, não apenas para a valorização ambiental, como também para a *“redução da fragmentação das áreas naturais,”* apontada como propósito na EIDT do Cávado.

¹¹ Adaptado de "Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Terras de Bouro", 2016.

Mapa 51. Delimitação da ARU de Moimenta



Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2016¹².

ARU 2. Centro Urbano de Rio Caldo

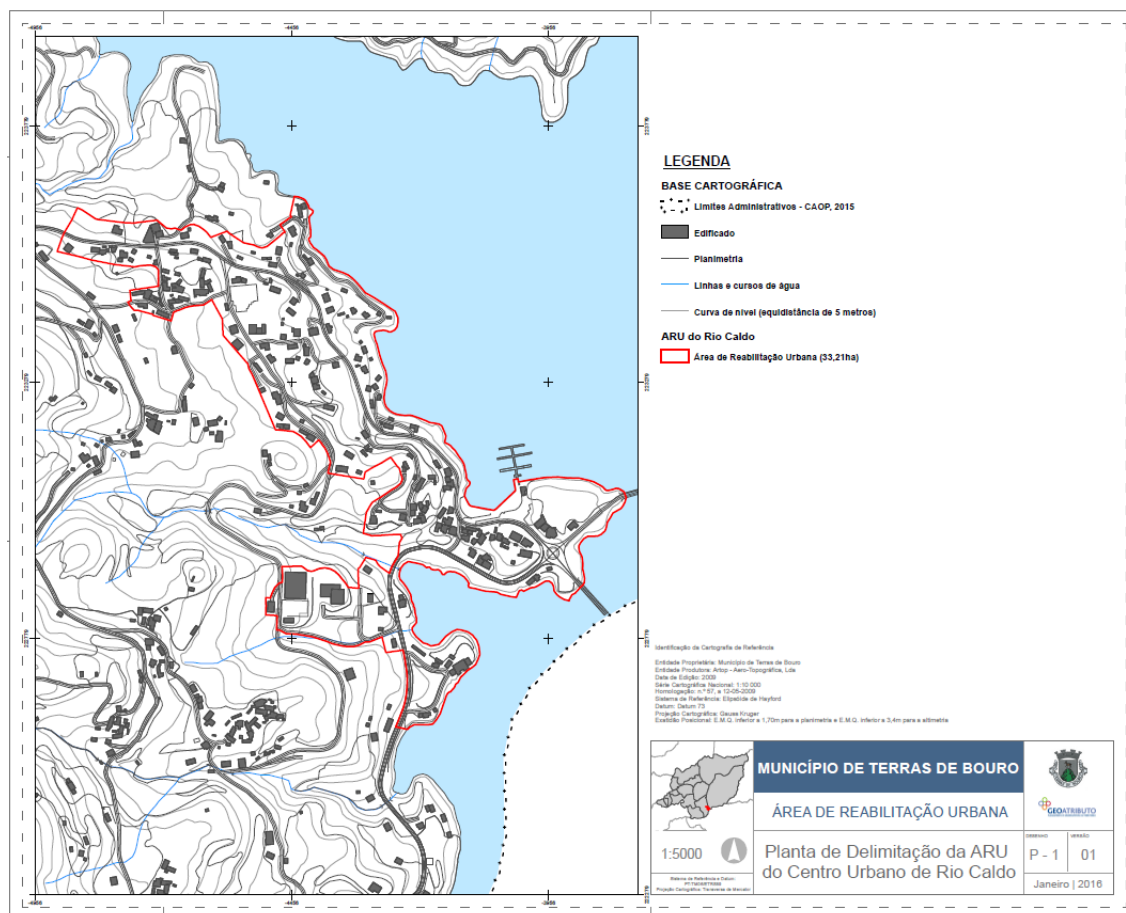
Integrado na área envolvente à albufeira da Caniçada, o núcleo primitivo de Rio Caldo constitui um local de forte procura, suportada por diversos fatores: as suas características físicas e paisagísticas, pela proximidade ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, a curta distância à Vila e às termas do Gerês e, por fim, a vizinhança com o Santuário de São Bento da Porta Aberta.

Delimitada desde a zona da igreja (setor noroeste) até ao limite com a albufeira, a ARU do Centro Urbano de Rio Caldo ocupa uma área de 29,67 hectares, estendendo-se ao longo do percurso da estrada nacional EN-304 e incluindo os outrora designados lugares de Paredes e Raposeira.

“Conciliar a forte procura da área inserida na ARU de Rio Caldo com a conservação dos valores ambientais e ecológicos e o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio” constitui um dos objetivos centrais desta ARU. A sua concretização, assim como a promoção de um espaço público mais harmonioso e convidativo serão vertidas, tanto nas intervenções previstas no edificado privado, como na ação de ampliação da zona verde de recreio e lazer.

¹² Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/porta1/pt/porta1/reabilitacao/ARUs/arus_imagens6st/Terras-do-Bouro_ARU-Moimenta_Planta.pdf (acedido a 19 de setembro de 2018).

Mapa 52. Delimitação da ARU do Centro Urbano de Rio Caldo



Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2016¹³.

ARU 3. Vila do Gerês

Enquadrada no cenário de montanha que é o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), a ARU do Centro Urbano da Vila do Gerês, com uma área de 33,90 hectares, localiza-se na freguesia de Vilar da Veiga encaixada no vale do Rio Gerês. A sua delimitação tem como fronteira a norte o Parque de Campismo Vidoeiro, a este a Rua Engenheiro José Lagrifa Mendes, terminando a sul na Avenida Dom João V. A fronteira no setor oeste baliza-se no seguimento da Rua do Arnaçó, da Rua Carvalha e Rua Tude de Sousa.

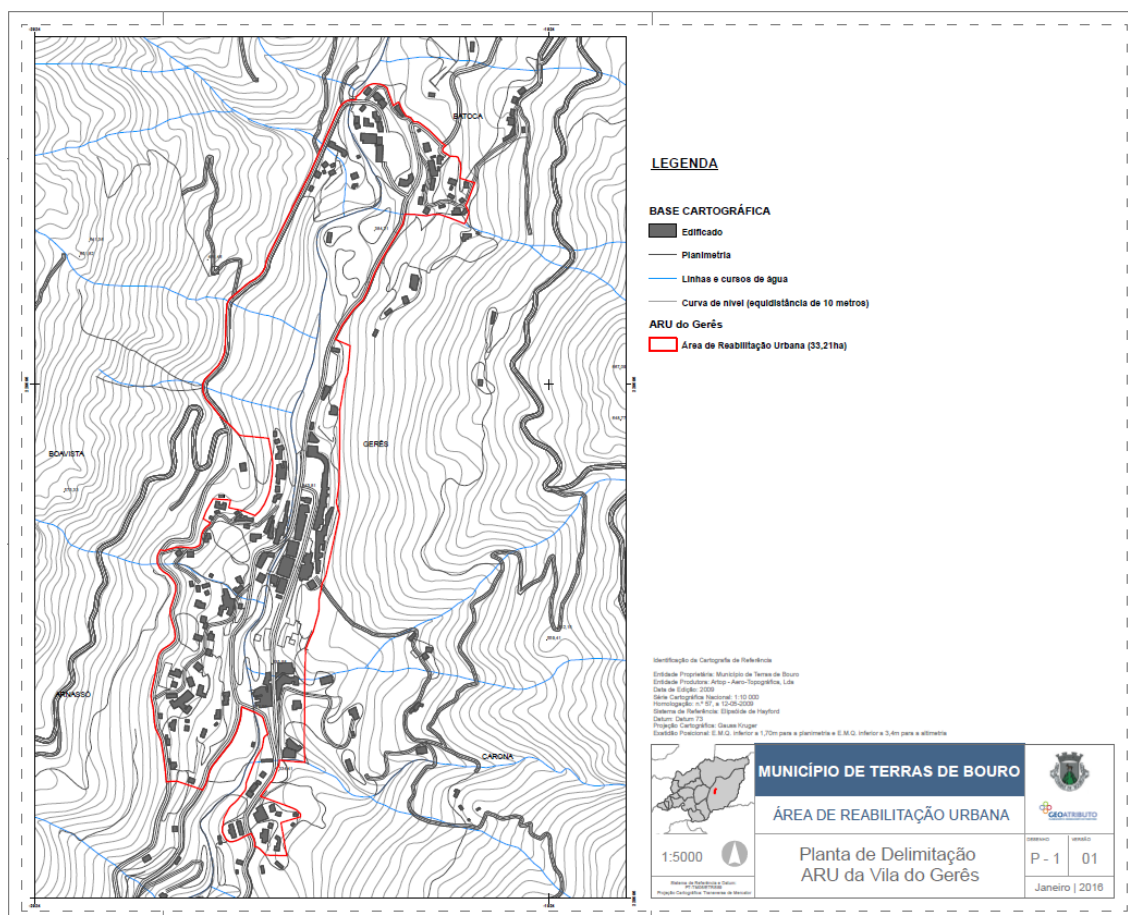
A promoção de um “desenvolvimento urbano sustentável e democrático e a introdução de padrões de mobilidade urbana mais seguros e sustentáveis potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano cada vez mais plural acessível e inclusivo” constitui uma das linhas orientadoras da criação da ARU da Vila do Gerês, com primazia para a aposta na circulação pedonal, plenamente defendida tanto no PO2020 como nas linhas estratégicas da

¹³ Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/porta1/pt/porta1/reabilitacao/ARUs/arus_imagens6st/Terras-do-Bouro_ARU-RioCaldo_Planta.pdf (acedido a 19 de setembro de 2018).

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Cávado. As ações de melhoria de alguns troços de via e a estruturação das margens do rio Gerês estão alinhadas com estes princípios das diferentes escalas.

A estratégia de intervenção nesta ARU relaciona-se profundamente com a salvaguarda do património arquitetónico e cultural aliada à exploração do potencial económico da área, com reflexo na melhoria do desenho urbano e na valorização da envolvente natural.

Mapa 53. Delimitação da ARU da Vila do Gerês



Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2016¹⁴.

ARU 4. Bairro da EDP

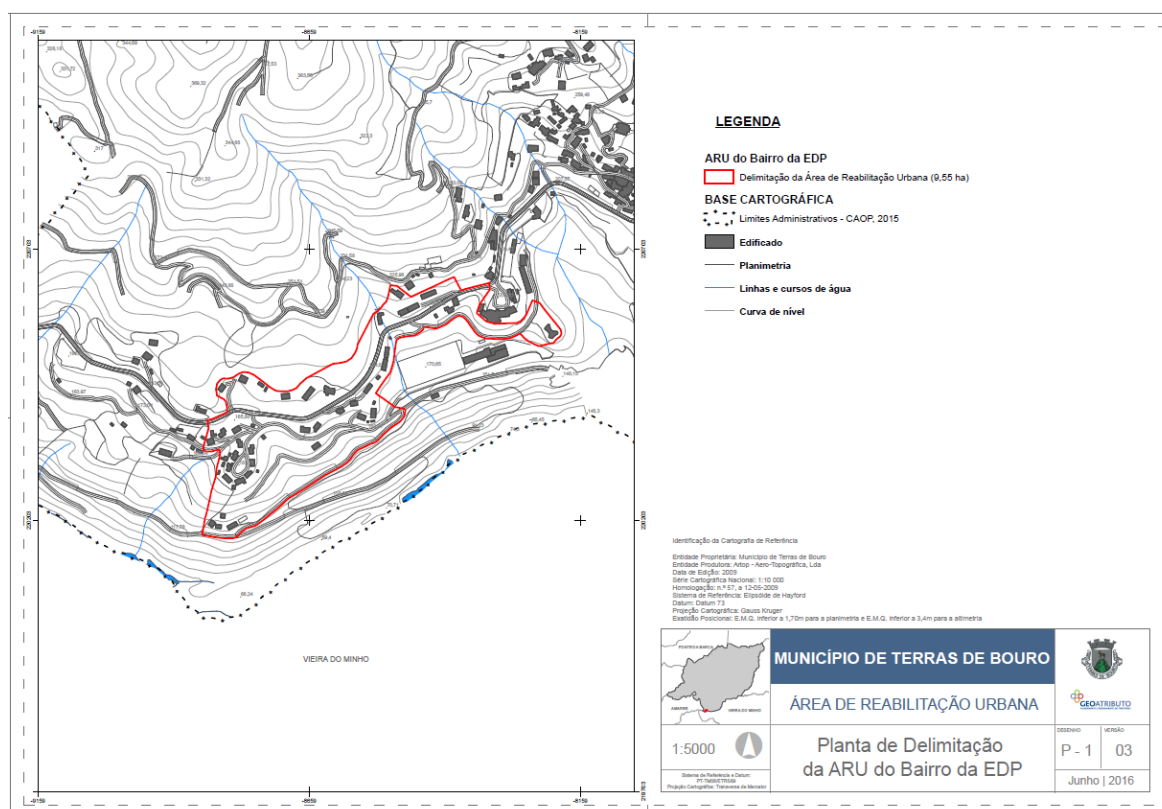
A ARU do Bairro da EDP, com uma extensão de cerca de 9,5 hectares, localiza-se junto da barragem da Caniçada (freguesia de Valdosedo), sendo uma das portas de entrada no concelho de Terras de Bouro por via do concelho de Vieira do Minho. O Bairro da EDP surgiu com a construção da barragem aqui localizada nos anos

¹⁴ Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/porta1/p1/porta1/reabilitacao/ARUs/arus_imagens6st/Terras-do-Bouro_ARU-ViladoGeres_Planta.pdf (acedido a 19 de setembro de 2018).

1950, de forma a dar resposta às necessidades da população trabalhadora deste aproveitamento hidroelétrico, e que se estende ao longo da Estrada Regional 205-5.

As ações no Bairro da EDP enquadram-se no objetivo definido aquando a estruturação da ARU de “*Rentabilização e renovação das infraestruturas já instaladas dando continuidade à requalificação dos espaços degradados ou sem definição, conferindo-lhes nova roupagem e convertendo-os em espaço público de qualidade*”. Para além disso, as intervenções nos espaços públicos e na melhoria dos arruamentos irão concorrer para a “*Promoção do investimento privado no local*”, um outro propósito orientador da criação desta ARU.

Mapa 54. Delimitação da ARU do Bairro da EDP



Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2016¹⁵.

Uma vez delimitadas e aprovadas as ARU, foi elaborado, no ano de 2016, o **Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)** do Município de Terras de Bouro.

As ações a implementar no âmbito do PARU de Terras de Bouro têm, primeiramente, o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos residentes, turistas e utilizadores dos espaços do concelho. Face ao disposto, de seguida apresenta-se o quadro de compromissos do PARU do Município de Terras de Bouro, onde se encontra identificada a prioridade, a designação da intervenção/ação, calendarização, que concluí com a avaliação da execução verificada até ao momento de elaboração do presente documento.

¹⁵ Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portugal/pt/portugal/reabilitacao/ARUs/arus_imagens6st/Terras-do-Bouro_ARU-BairroEDP_Planta.pdf (acedido a 19 de setembro de 2018).

Quadro 19. Quadro de compromissos PARU do município de Terras de Bouro

Prioridade	Intervenção	Calendarização		Avaliação da execução
		Início	Fim	
Principal	Parque Verde Urbano de Moimenta	2016	2017	Aprovado pela Câmara Municipal, a 30 de agosto de 2018, o financiamento para o projeto da construção do Parque Municipal.
	Requalificação do Centro Cultural	2016	2017	Ainda não foi executado. Contudo no ano de 2018 foram iniciados os primeiros passos para a requalificação.
	Requalificação da Av. 20 de Junho	2017	2018	Aprovado pela Câmara Municipal, a 30 de agosto de 2018, o financiamento para o projeto de requalificação da Av. 20 de Junho.
	Requalificação da Rua Miguel Torga	2017	2018	Aprovado pela Câmara Municipal, a 30 de agosto de 2018, o financiamento para o projeto de requalificação da Rua Miguel Torga.
	Requalificação da margem da Albufeira da Caniçada	2018	2019	Ainda não foi executado.
	Requalificação de Arruamentos do Bairro da EDP	2017	2018	Ainda não foi executado.
Complementar	Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo de Moimenta (para instalação do Centro Municipal de Valências)	2016	2017	Executado.
	Requalificação da Rua Eng. José Lagrifa Mendes	2017	2018	Ainda não foi executado.
	Valorização dos percursos de peregrinação para São Bento da Porta Aberta	2018	2019	Ainda não foi executado.
	Requalificação urbana e criação de zona verde - Jardim da Pousada	2017	2018	Ainda não foi executado.
	Reabilitação das margens do Rio Gerês	2016	2018	Ainda não foi executado.

Fonte: Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Terras de Bouro, GeoAtributo e Município de Terras de Bouro (2016).

Tal como demonstrado no quadro anterior, até ao momento foi apenas executada uma ação complementar, nomeadamente a Requalificação da Escola Básica do 1º Ciclo de Moimenta, que possuía uma estimativa orçamental de cem mil euros.

Destaca-se ainda que, quatro das ações principais encontram-se já a dar os primeiros passos, com a aprovação do financiamento para a execução. Contudo destaca-se que tendo por base a calendarização do PARU, praticamente todas as ações já deveriam se encontrar em fase final de exceção.

7. EXECUÇÃO DO PDM (EM VIGOR)

O PDM de Terras de Bouro constitui-se como o principal IGT em vigor no concelho, uma vez que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo um instrumento de referência para os demais planos municipais. A avaliação do PDM pretende efetuar a apreciação do nível de execução ocorrido ao longo da sua aplicação, a qual constituirá uma importante base de trabalho no âmbito do seu processo de revisão.

Este plano define um modelo territorial assente num zonamento estratégico onde foram consideradas as orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) e do Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC).

Dado que este território se encontra incluído no único parque nacional do país, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, a estratégia territorial do concelho passa por afirmar Terras de Bouro como um dos principais destinos de referência do turismo de natureza da região norte, privilegiando o aproveitamento dos recursos naturais presentes, aliado a um modelo territorial que contenha a edificação dispersa e que contribua para aumentar a competitividade económica do concelho.

Para conhecer o nível de sucesso do plano e a coerência das suas ações é necessário ter presente os objetivos pretendidos na 1ª Revisão do PDM de Terras de Bouro e a sua articulação com as estratégias de atuação e nos diferentes domínios. A prossecução do PDM de Terras de Bouro adota como referencial uma estratégia assente em cinco eixos de intervenção que tem adjacente um conjunto de objetivos específicos.

Quadro 20. Eixos de intervenção e objetivos específicos do PDM de Terras de Bouro

Eixos	Objetivos Específicos
Território, destinos e produtos	a) Potenciar a diversificação de polos de atração turística; b) Preservar, promover e desenvolver os espaços, valores e atividades rurais; c) Promover o desenvolvimento integrado do território através da planificação e distribuição das valências económicas e culturais.
Dinamização da atividade empresarial	a) Valorizar os projetos que fomentem a competitividade, inovação e empreendedorismo; b) Apoiar a criação de uma empresa de cerâmica que reproduza artigos de merchandising; c) Melhorar os canais de distribuição e comercialização; d) Implementação de áreas de acolhimento empresarial; e) Perspetivar a produção de energias renováveis; f) Criar e manter regadios e caminhos rurais; g) Incentivar as culturas agrícolas tradicionais.
Marketing territorial e eventos	a) Criar e desenvolver espaços e eventos de promoção de concelho; b) Qualificar a oferta turística; c) Criar novos itinerários e roteiros turísticos.

Eixos	Objetivos Específicos
Qualificação dos recursos humanos	a) Construção de infraestruturas com forte pendor tecnológico.
Melhoria de outras infraestruturas e projetos	a) Intervenções em estradas principais do concelho; b) Estratégia face à Rede Natura 2000; c) Melhorar o abastecimento de água e saneamento; d) Diversificar e complementar atividades de animação turística com estruturas de alojamento; e) Incentivar a hotelaria; f) Recuperar antigas escolas primárias.

Fonte: Artigo 2º do Aviso nº 11909/2015, de 16 de outubro.

Tomando com consideração os objetivos que nortearam o modelo de ordenamento nestes últimos anos, analisaram-se os níveis de execução ou concretização das ações nos diversos domínios e áreas de intervenção.

7.1. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Tendo subjacentes os referidos objetivos do Plano, o Programa de Execução em vigor elenca diversas ações setoriais, respetiva priorização, calendarização e estimativa orçamental.

O Programa de Execução concretiza um conjunto de propostas e de ações que respondem às dinâmicas sócio territoriais do concelho e que contribuem para uma significativa melhoria da qualidade de vida da população. Desta forma, definiram-se neste programa os eixos estruturantes de ação e os planos ou projetos que se consideram ser estratégicos na prossecução das orientações e opções do PDM, pois a concretização destes implicará, de forma clara, a criação de dinâmicas que despertarão a vontade e a possibilidade de concretizar outras iniciativas.

Tendo subjacente os objetivos do PDM, as ações que se encontram materializadas no Programa de Execução resultaram de um conjunto de evidências, critérios e de fatores que, no momento da sua elaboração, apresentavam-se como as necessidades do concelho de Terras de Bouro e como fundamentais para a concretização da estratégia delineada para o concelho.

Uma vez que ao longo dos três anos de vigência do presente plano se registaram melhorias e progressos em diversas matérias no concelho com o intuito de responder às necessidades existentes, verifica-se no quadro seguinte a avaliação de execução das ações previstas no programa de execução da revisão do PDM de Terras de Bouro.

Quadro 21. Avaliação da execução das ações previstas no programa de execução da revisão do PDM de Terras de Bouro

Eixos	Planos/projetos estratégicos	Avaliação da execução		
		Executado	Parcialmente Executado	Não Executado
Eixo 1: Desenvolver pela Inovação as Empresas e Produtos Locais e Promover o Empreendedorismo	Incrementar a capacitação industrial e promover o “Ninho de Empresas” na nova Área Industrial da sede do Concelho com empresas dedicadas à promoção e valorização de produtos endógenos e recursos naturais			X
	Criação de programa ou bolsa de apoio ao empreendedorismo		X	
	Promoção e dinamização da Agricultura biológica e dos produtos locais	X		
	Produção e promoção de produtos artesanais associados à Geira Romana (Via XVIII)		X	
Eixo 2: Valorização Ambiental e do Turismo da Natureza	Elaboração da UOPG 6: Plano de Pormenor da Área Turística de Campo do Gerês			X
	Elaboração da UOPG 7: Plano de Pormenor da Área Turística da Pedreira			X
	Elaboração de levantamento cartográfico detalhado das espécies da flora e habitats protegidos das áreas de conflito de solo urbano e urbanizável, áreas de edificação dispersa e áreas de ocupação turística identificadas na carta de ordenamento II			X
	Elaboração da UOPG 1 – Elaboração de Plano de Urbanização da Vila de Terras de Bouro			X
	Elaboração da UOPG 2 – Elaboração de Plano de Urbanização da Vila do Gerês			X
	Elaboração da UOPG 3 – Elaboração de Plano de Urbanização da Admeus -Vilar da veiga			X
	Elaboração da UOPG 4 – Elaboração de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana de Alqueirão -Vilar da Veiga			X
	Elaboração da UOPG 5 – Elaboração de Plano de Pormenor de Rio Caldo – Paredes			X

Eixos	Planos/projetos estratégicos	Avaliação da execução		
		Executado	Parcialmente Executado	Não Executado
	Requalificação e valorização do Parque Urbano da vila de Terras de Bouro		X ¹⁶	
	Valorização do Parque Termal das “Águas de Moimenta”		X	
	Implementação da Ecovia de Rio Caldo - Gerês			X
	Requalificação do leito e margem do rio Homem desde a sede do concelho até Souto com ecovia clicável.		X ¹⁷	
	Promoção da visitação		X	
	Circuitos sustentáveis junto a linhas de água			X
	Biodiversidade e ordenamento florestal			X
	Reflorestação			X
Eixo 3: Indústria sustentável e Regeneração de Áreas Industriais Abandonadas	Requalificação e conclusão de edifícios industriais devolutos para instalação de atividade industrial e económica no Parque Industrial de Moure - Balança			X
	Promoção da eficiência energética, da energia limpa e aproveitamento hídrico		X	
Eixo 4: Equidade Social e Vitalidade Urbana	Programa de apoio à Inclusão Social e à Conversão Eficiente das Habitações		X	
	Delimitação de áreas de reabilitação urbana para área central da Vila de Terras de Bouro, sedes de freguesia e núcleos urbanos de valor patrimonial edificado e promoção de operações de Reabilitação Urbana Sistemática	X		
	Reconversão dos equipamentos escolares desativados		X	
	Inclusão e proteção social		X	

¹⁶ Neste caso, tal como já foi mencionado anteriormente, foi aprovado pela Câmara Municipal, a 30 de agosto de 2018, o financiamento para este projeto.

¹⁷ Foi já aprovado pela Câmara Municipal, a 30 de agosto de 2018, o financiamento para a Ecovia de Moimenta.

Eixos	Planos/projetos estratégicos	Avaliação da execução		
		Executado	Parcialmente Executado	Não Executado
	Combate ao abandono escolar	X		
	Inclusão e sentimento de pertença			X
	Plano de Intervenção para Combate às Ineficiências dos Sistemas de Águas e Esgotos		X	
Eixo 5: Acessibilidade e mobilidade	Requalificação urbanística de ruas e praças na Sede do concelho, na Vila Termal do Gerês e nas sedes de freguesia e aldeias de valor histórico e patrimonial		X	
	Execução da Variante de Covide			X
	Execução da nova via de ligação Sá/Covide – Paredes/Carvalheira			X
	Beneficiação e sinalização rodoviária e turística das vias municipais		X	

O facto da publicação da revisão do PDM ter ocorrido apenas há três anos, pode justificar o elevado número de ações/projetos que ainda não foram concretizados, tendo em consideração que, por norma o âmbito temporal do PDM é de 10 anos. Destaca-se no entanto um número de ações/Projetos que estão parcialmente executados, ou seja em fase de execução ou com procedimento aberto.

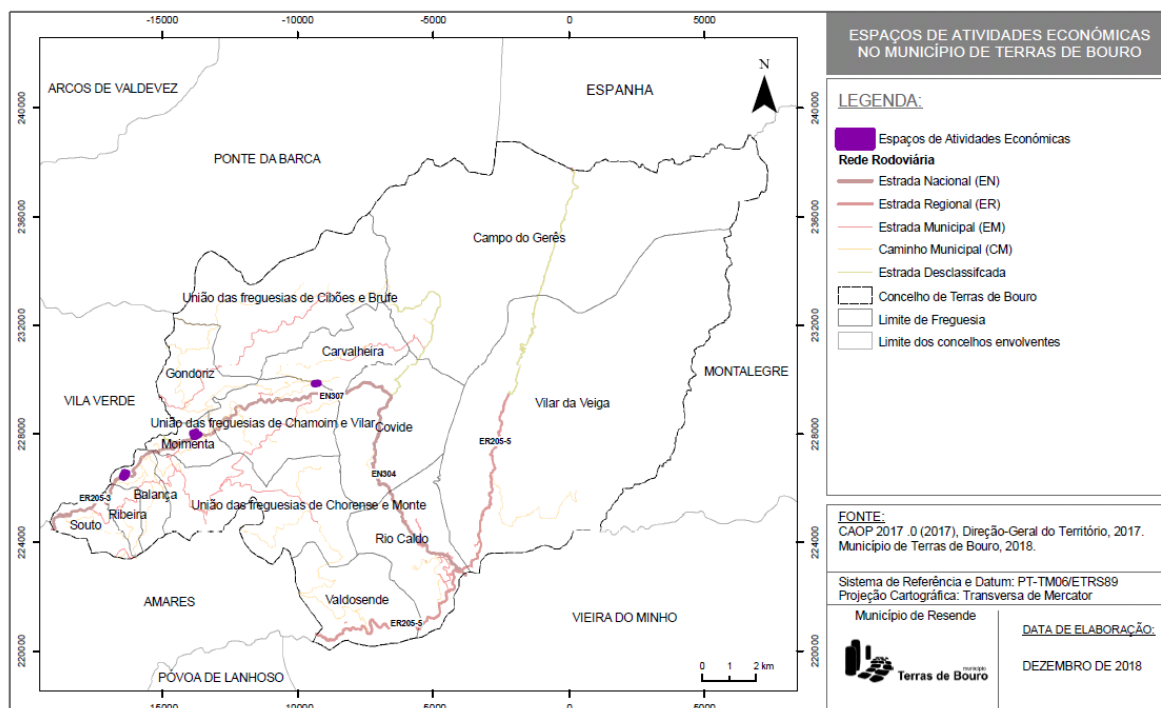
7.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

A Revisão do PDM de Terras de Bouro delimitou três áreas destinadas à instalação de atividades económicas:

- Em relação ao espaço (1,10 ha) localizado na União das freguesias de Chamoim e Vilar, encontra-se ocupado pela empresa, Água do Fastio – Comércio e Engarrafamento de Águas Minerais, S.A;
- No caso do espaço para atividades económicas localizado na freguesia de Moimenta, apresenta uma área de 3,2 ha, sendo que desde a aprovação da 1.ª Revisão do PDM ainda não foi estabelecida qualquer empresa, para além das preexistentes;

- Por fim, o Parque Industrial de Moure – Balança, apresenta uma área de aproximadamente 2,9 ha, e encontra-se ocupado essencialmente por dois pavilhões, sendo que apenas um alberga um conjunto de empresas, e outro encontra-se inacabado e ao abandono.

Mapa 55. Espaços de atividades económicas presentes no concelho de Terras de Bouro

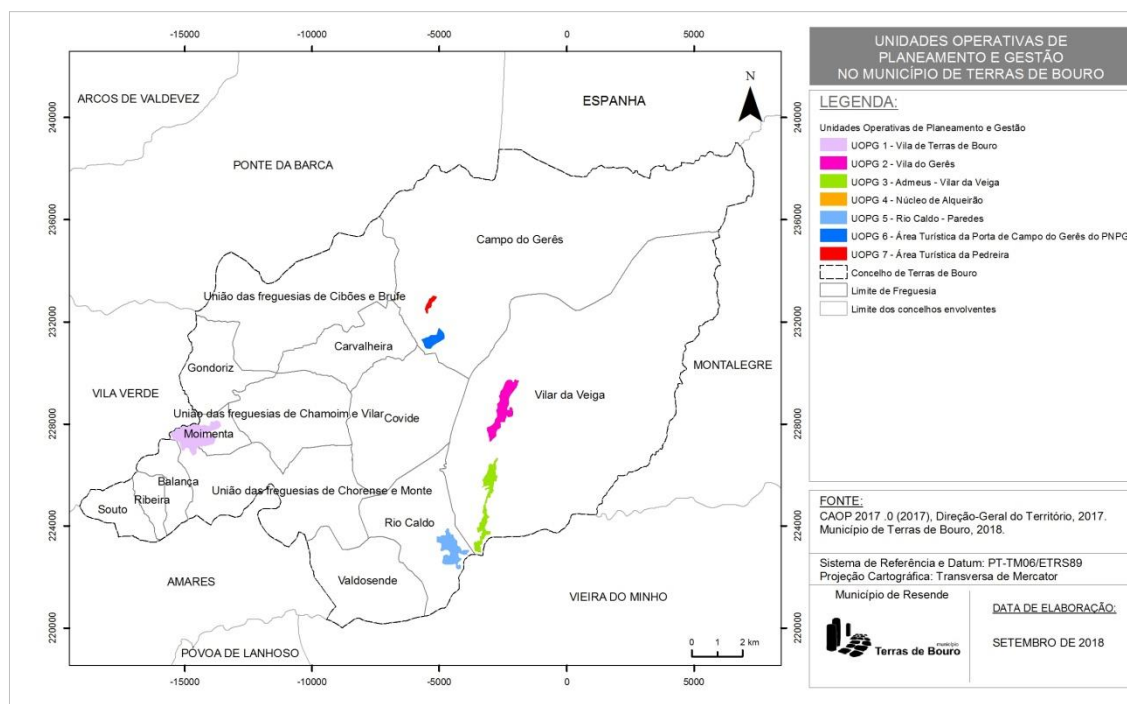


Face ao exposto observa-se que a dinâmica relativa à instalação da atividade empresarial é realmente baixa, podendo a mesma estar condicionada por fatores externos à capacidade de atração do concelho. De referir que o desenvolvimento destes espaços está indexado ao setor privado e à sua capacidade de organização e investimento, uma vez que estas áreas tem de ser executadas como unidades através de loteamento ou planos de pormenor.

7.3. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS UOPG

A 1ª Revisão do PDM de Terras de Bouro estabeleceu um conjunto de sete Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão (UOPG), distribuídas ao longo do território concelhio (Mapa 56).

Mapa 56. Localização das UOPG no município de Terras de Bouro



Elaborado pela Planum, 2018.

A **UOPG 1 – Vila de Terras de Bouro** e a **UOPG 2 – Vila do Gerês** devem ser objeto de planos de urbanização que tenham como objetivo genérico a densificação da disciplina urbanística da ocupação e transformação dos respetivos territórios, criando condições para que esta se desenvolva de acordo com um desenho urbano coerente que proporcione a articulação com a envolvente edificada, a existência de ambientes aprazíveis com espaços verdes e, quando se justifique, a criação de equipamentos de utilização coletiva (n.º 2 do artigo 95.º do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Terras de Bouro).

No caso da **UOPG 3 – Admeus - Vilar da Veiga** deve ser objeto de plano de urbanização (n.º 3 do artigo 95.º do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Terras de Bouro), e tem como objetivo estruturar o desenvolvimento urbanístico que se tem processado ao longo da EN 308-1, acautelando a correta expansão e articulação dos aglomerados existentes, a salvaguarda das zonas de proteção, nomeadamente da zona reservada da albufeira da Caniçada, e áreas de maior declive (artigo 78.º do Regulamento da Revisão do POAC).

O **Núcleo de Alqueirão (UOPG 4)** deve ser objeto de plano de pormenor de reabilitação urbana.

O polígono correspondente à **UOPG 5 – Rio Caldo-Paredes** deve ser objeto de plano de pormenor (n.º 5 do artigo 95.º do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Terras de Bouro), tendo como objetivo estruturar o desenvolvimento urbanístico que se tem processado ao longo da EN 304, e núcleos de igreja e Rio Caldo, acautelando a correta expansão e articulação dos aglomerados existentes, a salvaguarda das zonas de proteção, nomeadamente da zona reservada da albufeira da Caniçada, e das áreas de maior declive (artigo 77.º do regulamento do POAC).

A **Área Turística da Porta de Campo do Gerês do PNPG (UOPG 6)** deve ser objeto de plano de pormenor de modo a garantir a correta articulação das formas de ocupação turística com as diretrizes estabelecidas no POPNPG. A criação desta área de intervenção específica visa a conclusão e o complemento do programa de estruturas-âncora para a gestão e dinamização da visitação no território do PNPG e concelho limítrofe nas suas componentes materiais (estruturas e infraestruturas) e imateriais (instrumentos e serviços).

Por fim, a **UOPG 7 – Área Turística da Pedreira** deve ser objeto de plano de pormenor, de modo a garantir a correta articulação das formas de ocupação turística com as diretrizes do PSRN.

Face ao disposto, verifica-se que até ao momento de elaboração do presente documento não se encontravam ainda elaborados quaisquer planos de pormenor ou de urbanização sobre os polígonos das UOPG identificados na planta de ordenamento.

8. ANÁLISE SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
• Forte potencial natural e paisagístico do território e diversidade de paisagens com elementos estruturantes e de importância regional (Albufeira da Caniçada, Parque Nacional da Peneda Gerês); • A floresta e meios naturais e seminaturais ocupam mais de 88% do território concelho; • Recursos endógenos (naturais e culturais) que estão particularmente adequados para a oferta de produtos turísticos relacionados com o mundo rural, espaço de montanha e atividades náuticas e de recreio; • Aumento de oferta de empreendimentos turísticos (hotelaria, TER, restauração e empresas de animação), que têm criado melhores condições de atratividade, permitindo a permanência das camadas jovens, assim como tem beneficiado o prolongamento da estadia dos turistas; • Alguma dinâmica urbanística associada ao aumento da procura turística/ lazer no concelho; • Forte investimento público recente na qualificação do espaço público; • Arquitetura tradicional muito presente nos núcleos antigos de alguns aglomerados; • Em termos de hierarquia da rede viária, a dotação é satisfatória; • Principais acessibilidades asseguradas por eixos integrados na rede nacional; • Serviço de transporte escolar assegurado, garantido em moldes protocolares por operadores externos à câmara;	• Grande percentagem (cerca de 45%) do território com altitudes acima dos 600m; • A grande limitação da aptidão agrícola; • Elevado risco de incêndio florestal; • Predomina uma produção agrícola de subsistência familiar, pelo que o seu escoamento torna-se complexo devido à inexistência de uma estratégia implementada na criação de circuitos de comercialização internos e externos; • Tendência contínua de decréscimo populacional acompanhada pelo envelhecimento generalizado da população residente • Equipamentos de apoio à terceira idade a funcionar próximo da saturação das suas capacidades o que acrescido ao progressivo envelhecimento populacional, poderá significar que a médio/ longo prazo não consigam responder eficazmente à procura; • População ativa com baixos níveis de qualificação escolar; • Insuficiência dos serviços de apoio à infância e necessidade de respostas mais ajustadas às necessidades da população idosa; • Dualidade entre um centro povoado e dinâmico e as restantes freguesias marcadas pela dispersão demográfica; • Forte êxodo e emigração de jovens, causando um declínio demográfico e envelhecimento da população no território em geral com profundo despovoamento dos aglomerados isolados;

Pontos fortes	Pontos fracos
• Distância razoável às cidades de Vila Verde e Braga; • A via romana (Via Nova XVIII) classificada património nacional; • Marca registada TURGERÊS; • Dinamização promocional e recuperação das artes e ofícios tradicionais e, consequentemente, da recriação de empregos na manufatura de produtos tradicionais (linho, lã e madeira); • A sede concelhia, pela sua dimensão populacional e categoria administrativa, acaba por justificar a concentração dos equipamentos; • Elevada cobertura à rede de abastecimento de água, com elevado número de captações de água; • Existência de zonas industriais que dinamizam o desenvolvimento do concelho;	• Forte carência de meios de empregabilidade e de condições de fixação de população jovem; Investimento insatisfatório no setor da reabilitação urbana; • Ausência de estruturas organizativas do sector turístico e produtivo, em dinâmicas associativas e de cooperação; • Subaproveitamento dos recursos endógenos; • A insípida cooperação regional e transfronteiriça; • Alguns núcleos antigos caracterizam-se por mau estado de conservação e abandono; • Existência de uma percentagem significativa do parque habitacional, propriedade de população emigrada, com ocupação sazonal; • A cobertura da rede de saneamento bastante défice; • Fraco nível de grandes redes de acessibilidades e insipiência de infraestruturas de mobilidade com as terras fronteiriças.
Oportunidades	Ameaças
• Coordenação e planeamento da política de ordenamento florestal e proteção da floresta; • Exploração das potencialidades cinegéticas, juntamente com a exploração florestal; • Aposta na energia eólica como fonte de rendimento para as áreas de montanha; • PNPG com predominância de um património natural diversificado, de qualidade paisagística, manifestamente elevada e reconhecida nacional e mundialmente;	• Desaproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas do concelho em prejuízo do desenvolvimento turístico; • Existência de situações que podem constituir potenciais disfunções ambientais (como a extração de inertes ilegais, deposição de entulho lixo e sucata, unidades de produção animal, utilização excessiva de adubos e pesticidas, etc.); • Elevadas assimetrias socioeconómicas no interior do território (nos vales do Homem e Cávado);

Oportunidades	Ameaças
• Aposta em estratégias de marketing e da promoção da imagem de Terras de Bouro e das suas mais-valias; • Identificação dos recursos turísticos e enquadramento dos mesmos nas políticas municipais, por forma a garantir a sua utilização sustentada; • Infraestruturas naturais (paisagens, fauna e flora, recursos hídricos, montanha, ...) e criadas (Albufeiras, Pousada da Juventude, Marina de Rio Caldo, Centro de Animação Termal do Gerês, Centro de Interpretação do Garrano); • Aumento da procura turística nacional e internacional, nomeadamente, pelo ambiente natural e pelas termas; • Elaboração de projetos de execução com vista ao desenvolvimento desportivo/ turístico/ de lazer do concelho; • Incremento e incentivo à natalidade através da oferta de qualidade de vida que passa, indiscutivelmente pelo acesso a serviços de apoio à família; • Elevado valor paisagístico de todo o concelho associado a baixos índices de ruído; • Aposta na formação profissional/ requalificação da mão-de-obra; • Emparcelamento e aposta no cooperativismo como forma de dinamizar/desenvolver o sector agrícola; • Implementação de projetos de requalificação urbana.	• Crise económica a nível nacional e internacional e, consequente falta de investimento público e privado; • Legislação fortemente restritiva no sector hoteleiro; • Dificuldades de implementação na estratégia de desenvolvimento do turismo decorrentes da sazonalidade que afeta o sector; • Progressiva tendência para o esvaziamento populacional do concelho, num contexto regional semelhante; • Tendência para a ocupação urbana se efetuar ao longo dos principais eixos viários e caminhos existentes; • Persistência de uma estrutura demográfica envelhecida com tendência para um aumento do peso da população dependente; • Fraca autonomização nos vários segmentos produtivos e consequente perda de valor acrescentado resultante da transformação de produtos locais; • Fácil e rápida ligação a cidades como Braga e Guimarães, que poderá surgir como um impulsionador da saída de pessoas do concelho para trabalhar e residir nestas áreas com mais ofertas educativas e profissionais; • Dependência funcional face a outros centros urbanos de maior dimensão no acesso a determinados serviços e equipamentos.

9. PROBLEMAS, PRIORIDADES E DESAFIOS

A 1ª revisão do PDM de Terras de Bouro ocorreu em 2015, tendo passado três anos desde a sua entrada em vigor, sendo que urge hoje a necessidade de proceder à avaliação da execução, dos resultados e dos impactos dos PMOT no concelho de Terras de Bouro.

Desta forma, os mecanismos de monitorização apresentam-se cruciais de forma a permitir e impulsionar que o processo de ordenamento ocorra de uma forma evolutiva e não constitua apenas um processo de Plano-Implementação-Revisão, uma vez que é crucial que ocorram momentos de avaliação e de monitorização da eficiência e da eficácia da gestão do território.

O sistema de planeamento territorial português evidenciou uma grande dificuldade em acompanhar a rápida transformação dos territórios. Esta realidade justifica-se, em grande medida, ao facto do modelo ser baseado em mecanismos de natureza normativa e regulamentar, já que os processos de elaboração dos planos de ordenamento permanecem complexos e burocráticos, caracterizando-se por uma acentuada morosidade.

No que concerne às dinâmicas demográficas, sociais e económicas, para além do envelhecimento populacional que se assiste no concelho de Terras de Bouro seguindo a tendência que se observa ao longo de todo o território de Portugal, a par com um decréscimo da taxa de natalidade e com um crescimento da taxa de mortalidade causada pelo envelhecimento da população, o concelho tem vindo também a perder população residente ao longo das suas freguesias, despovoando o seu território ao longo dos anos. Daqui resulta uma repulsa demográfica, que conduz ao aumento do envelhecimento da população, já que em 2011 quase 45% da população tinha mais de 50 anos.

O sistema urbano de Terras de Bouro coloca vários desafios à implementação de uma estratégia de desenvolvimento urbano, desde logo a sua localização, a dispersão dos seus aglomerados e a proximidade a grandes centros urbanos polarizadores de população e de atividades.

Num território onde existe uma forte dualidade entre Moimenta, Rio Caldo e Vila do Gerês e as restantes freguesias, é marcante a dispersão demográfica. Este tipo de território, com povoamento rarefeito e envelhecido, representa um grande desafio ao nível da economia local, sendo difícil a atração de investimento e implementação de atividades económicas, o que se reflete no facto de, aproximadamente 30% da população empregada ou estudante, trabalhar ou estudar noutro município (especialmente em Braga, Amares e Vila Verde) ou no estrangeiro.

A par disso, observa-se um aumento da taxa de desemprego impulsionado pelo panorama nacional, embora desde 2015 (ano de entrada em vigor do PDM de Terras de Bouro) se tenha constatado um decréscimo do número de desempregados, registando-se uma melhoria nesta matéria. Por outro lado, e como nem tudo foi retratado de forma negativa, o crescimento da atividade turística no concelho apresentou-se como uma mais-valia, uma vez que relacionado com a natureza, permitiu que se registasse um aumento da oferta turística e gerasse aumento dos postos de trabalho, consequentemente.

Dever-se-á desta forma apostar nos setores de atividade com maior importância e dinamismo no concelho, como estratégia para a criação de novos postos de trabalho para a população jovem, assegurando a manutenção dos existentes e garantindo, assim, a diminuição da fuga dos jovens para as grandes cidades.

O turismo assume em Terras de Bouro um papel relevante no desenvolvimento territorial, devendo apostar-se na valorização do património natural, paisagístico e cultural. O reforço deste setor permitirá criar condições para a geração de emprego e, consequentemente, para o aumento da atratividade do concelho e capacidade de fixação da população.

Dado que este território está incluído no único parque nacional do país (Parque Nacional da Peneda-Gerês), a estratégia territorial do concelho deve afirmar Terras de Bouro como a principal referência do turismo de natureza da região norte, privilegiando o aproveitamento dos recursos naturais presentes, aliado a um modelo territorial que contenha a edificação dispersa e que contribua para aumentar a competitividade económica do concelho.

Contudo, como o turismo é bastante sazonal, pois é no verão que o número de turistas é maior, dificulta a implementação de estratégias de desenvolvimento do turismo. Neste sentido, de forma a criar condições de investimento externo e a desenvolver a economia local (criação de emprego e fixação da população), torna-se importante reforçar a competitividade e valorização do território, apostando em estratégias de marketing e de promoção da imagem de Terras de Bouro e das suas mais-valias.

A atratividade do concelho deverá ser acompanhada pela valorização do conjunto do suporte físico, do meio urbano mas também das condições ambientais, permitindo uma resposta às expectativas populacionais e dos agentes de desenvolvimento.

Assim, face a uma mudança rápida que se assiste de forma contínua ao longo de todo o território nacional, apresenta-se fulcral que os planos de ordenamento acompanhem estas mudanças e se adaptem, porém, a sua complexa estrutura e morosidade dos processos, apresentam-se aqui como entraves.

No decorrer da elaboração do presente REOT foram vários os obstáculos que surgiram, designadamente referentes à disponibilidade de informação, apresentando-se fulcral que os Sistemas de Informação Geográfica do concelho sejam desenvolvidos e incluam informação atualizada de indicadores relevantes à quantificação da dinâmica territorial, permitindo uma análise da sua evolução de forma mais recorrente; e obstáculos referentes à necessidade de melhorar a articulação dos níveis de planeamento com os atores considerados principais.

Desta forma, para além da necessidade de inclusão das disposições dos PEOT que abrangem o concelho de Terras de Bouro (nomeadamente o POAC), apresenta-se relevante que a próxima revisão do PDM tenha em conta a necessidade de articulação com as transformações que vêm a decorrer no território concelhio, tanto em matéria da população como em matéria de instrumentos de gestão territorial., tendo sempre presente a importância de afirmação do concelho através de todos os valores e mostrando-o atrativo a investimento estratégico.

O maior desafio que o concelho de Terras de Bouro enfrenta prende-se com a fixação da sua população e o aproveitamento das potencialidades existentes, porque sem recursos humanos não há possibilidade de criar projetos de qualidade. Visando-se, como causa e consequência, reforçar a oferta de emprego e a capacidade de retenção demográfica nas freguesias de todo o município.

Face ao disposto, urge a necessidade de incentivar e criar um modelo de ordenamento do território aberto, flexível e adaptável, de forma a seguir as mudanças que surgem de forma contínua e de forma a apresentar-se capaz e atrativo para investimento e projetos que tenham o intuito de elevar a competitividade do concelho.

A próxima revisão do PDM deverá ser repensada de forma a articular as transformações em curso na sociedade e com a perspetiva de atração de investimento estratégico. É importante flexibilizar os planos para que estes não excluam projetos de iniciativas inovadoras que poderão ser a alavanca do desenvolvimento sustentável dos territórios.

O modelo estratégico desenvolvimento territorial para o concelho de Terras de Bouro, deverá assentar em três vetores importantes: melhoria da qualidade de vida e fixação da população, a preservação e valorização dos valores endógenos e a promoção do desenvolvimento económico.

O concelho de Terras de Bouro beneficia de uma posição turística privilegiada, ao localizar-se no único parque nacional de Portugal, um dos principais recursos turísticos da região Norte. Neste sentido, a consideração do turismo como vetor estruturante é preponderante para o crescimento e desenvolvimento territorial sustentável.

As linhas de desenvolvimento para a próxima revisão do PDM de Terras de Bouro deverão assentar:

- . Na valorização dos recursos naturais únicos, da identidade do território, do património, da cultura e tradições, potenciando os recursos endógenos num território que se quer singular;
- . Na diversidade e sustentabilidade da base económica, com uma aposta sustentável no turismo de natureza e no espírito criativo e empreendedor, associado à qualificação contínua da sua população;
- . Nas pessoas, garantindo a melhoria da qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e a inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população;
- . No planeamento e gestão territorial, flexível, atempado e focado no cumprimento dos objetivos que estão definidos pelos diversos planos setoriais e de ordenamento do território.

Concluindo, a definição dos objetivos para a próxima revisão do PDM deverá ter em conta as linhas de desenvolvimento, estabelecendo uma estratégia de desenvolvimento que venha a ser assumida técnica e politicamente, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas.

10. BIBLIOGRAFIA

"Anuário Estatístico da Região Norte - 2016", Instituto Nacional de Estatística, 2017.

Águas do Norte, disponível em: <http://www.adnorte.pt/> (acedido a 18 de setembro de 2018).

APA, Agência Portuguesa do Ambiente, disponível em: <https://www.apambiente.pt/> (acedido a 18 de setembro de 2018).

Aviso nº 8732/2016, de 12 de julho, publicado no Diário da República nº 132/2016, série II, de 12 de julho de 2016, Município de Terras de Bouro.

Aviso nº 8733/2016, de 12 de julho, publicado no Diário da República nº 132/2016, série II, de 12 de julho de 2016, Município de Terras de Bouro.

Aviso nº 8774/2016, de 13 de julho, publicado no Diário da República nº 133/2016, série II, de 13 de julho de 2016, Município de Terras de Bouro.

Aviso nº 8849/2016, de 15 de julho, publicado no Diário da República nº 135/2016, série II, de 15 de julho de 2016, Município de Terras de Bouro.

Aviso nº 11909/2015, de 16 de outubro, publicado no Diário da República nº 203/2015, série II, de 16 de outubro de 2015, Município de Terras de Bouro.

Câmara Municipal de Terras de Bouro, disponível em: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/> (acedido a 04 de setembro de 2018).

Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2015 e 1995, Direção-Geral do Território, 2018.

Comunidade Intermunicipal - CIM Cávado, disponível em: <https://www.cimcavado.pt/> (acedido a 04 de setembro de 2018).

Declaração de Retificação nº 10-A/2011, de 5 de abril, publicado no Diário da República nº 67/2011, 1º Suplemento, de 5 de abril de 2011, Presidência do Conselho de Ministros.

Declaração de Retificação nº 19-D/98, de 31 de outubro, publicado no Diário da República nº 252/ 1998, 2º Suplemento, série I-A, de 31 de outubro de 1998, Presidência do Conselho de Ministros.

Declaração de Retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro, publicado no Diário da República nº 222/2016, 1º Suplemento, série I, de 18 de novembro de 2016, Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, publicado no Diário da República nº 39/2005, série I-A, de 24 de fevereiro de 2005, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de maio, publicado no Diário da República nº 94/2009, série I, de 15 de maio de 2005, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, publicado no Diário da República nº 96/1999, série I-A, de 24 de abril de 1999, Ministério do Ambiente.

Decreto-Lei nº 150/2015, de 5 de agosto, publicado no Diário da Republica nº 151/2015, série I, de 5 de agosto de 2015, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Decreto-Lei nº 156/2004, de 30 de junho, publicado no Diário da Republica nº 152/2004, série I-A, de 30 de junho de 2015, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro, publicado no Diário da Republica nº 217/2013, 2º Suplemento, série I, de 8 de novembro de 2013, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia.

Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto, publicado no Diário da Republica nº 188/2003, série I-A, de 16 de agosto de 2003, Ministério das Obras Publicas, Transportes e Habitação.

Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho, publicado no Diário da Republica nº 163/1998, série I-A, de 17 de julho de 1998, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto nº 187/71, de 8 de maio, publicado no Diário do Governo nº 108/1971, série I, de 8 de maio de 1971, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Decreto Regulamentar nº 17/2007, de 28 de março, publicado no Diário da Republica nº 62/2007, série I, de 28 de março de 2007, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Diretiva do Conselho nº 92/43/CEE, de 21 de maio, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias a 22 de julho de 1992.

Diretiva do Conselho nº 2009/147/CEE, de 30 de novembro, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias a 26 de janeiro de 2010.

Direção-Geral de Energia e Geologia, disponível em: <http://www.dgeg.gov.pt/> (acedido a 17 de setembro de 2018).

Direção-Geral do Património Cultural, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/> (acedido a 06 de setembro de 2018).

"Estratégia de Reabilitação Urbana para o Município de Terras de Bouro - Proposta de Delimitação da ARU de Moimenta" (2016), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Estratégia de Reabilitação Urbana para o Município de Terras de Bouro - Proposta de Delimitação da ARU de Rio Caldo" (2016), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Estratégia de Reabilitação Urbana para o Município de Terras de Bouro - Proposta de Delimitação da ARU de Vila do Gerês" (2016), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Estratégia de Reabilitação Urbana para o Município de Terras de Bouro - Proposta de Delimitação da ARU do Bairro da EDP" (2016), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020", (2014), CIM Cávado.

Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2018.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2018.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2018

Instituto Nacional de Estatística, Base de Dados, 2018.

Lei nº 31/2014, de 30 de maio, publicado no Diário da Republica nº 104/2014, série I, de 30 de maio de 2014, Assembleia da Republica.

Lei nº 98/99, de 26 de julho, publicado no Diário da Republica nº 172/1999, série I-A, de 26 de julho de 1999, Assembleia da Republica.

"Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) do Município de Terras de Bouro" (2016), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2) - Relatório Base - Parte 6 Programa de Medidas" (2016), Agência Portuguesa do Ambiente.

"Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020 - Caderno I, Diagnóstico" (2017), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Terras de Bouro, Parte IV - Informação Complementar" (2011), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo, 2018.

Portaria nº 364/2013, de 20 de dezembro, publicado no Diário da Republica nº 247/2013, série I, de 20 de dezembro de 2013, Ministério da Agricultura e do Mar.

Regulamento nº 332/2010, de 7 de abril, publicado no Diário da Republica nº 67/2010, série II, de 7 de abril de 2010, Município de Terras de Bouro.

Portaria nº 1056/2004, de 19 de agosto, publicado no Diário da Republica nº 195/2004, série I-B, de 19 de agosto de 2004, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2011, de 4 de fevereiro, publicado no Diário da Republica nº 25/2011, 1º Suplemento, série I, de 4 de fevereiro de 2011, Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2016, de 20 de setembro, publicado no Diário da Republica nº 181/2016, série I, de 20 de setembro de 2016, Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2002, de 7 de maio, publicado no Diário da Republica nº 105/2002, série I-B, de 7 de maio de 2002, Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros nº 115-A/2018, de 21 de julho, publicado no Diário da Republica nº 139/2008, 1º Suplemento, série I, de 21 de julho de 2008, Presidência do Conselho de Ministros.

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, <https://snirh.apambiente.pt/> (acedido a 05 de setembro de 2018).

Sistemas de Informação Geográfica de Turismo, disponível em: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/> (acedido a 10 de setembro de 2018).

Turismo de Portugal, disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/pt/Paginas/homepage.aspx> (acedido a 10 de setembro de 2018).

X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

"1ª Revisão do PDM de Terras de Bouro - Anexo I - Programa de Execução e Plano de Financiamento" (2014), Câmara Municipal de Terras de Bouro.

"1ª Revisão do PDM de Terras de Bouro - Volume II - Estudos de Caracterização e Diagnóstico" (2015), Câmara Municipal de Terras de Bouro.